

Rogeli Lúcia Marmitt

**ORGANIZAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Marmitt, Rogeli Lúcia

Organização e ação política do empresariado na Região Metropolitana de Florianópolis / Rogeli Lúcia Marmitt ; orientador, Ary César Minella, coorientador, Valdir Alvim da Silva, 2017.

250 p.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Empresariado. 3. Associações Empresariais. 4. Participação Política. I. Minella, Ary César. II. Silva, Valdir Alvim da. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. IV. Título.

Rogeli Lúcia Marmitt

**ORGANIZAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina, para obtenção do grau de
Mestra.

Orientador: Ary Cesar Minella

Florianópolis
2017

ROGELI LÚCIA MARMITT

**ORGANIZAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS**

**Dissertação avaliada e aprovada pela Banca Examinadora composta
pelos professores a seguir:**

ORIENTADOR

**Prof^º Dr. Ary Cesar Minella (PPGSP)
Universidade Federal de Santa Catarina**

CO-ORIENTADOR

**Prof^ª Dr. Valdir Alvim da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina**

BANCA EXAMINADORA

**Prof^º Dr. Sílvio Cário (PPGE)
Universidade Federal de Santa Catarina**

**Prof^ª Dra. Maria Soledad Etcheverry Orchard (PPGSP)
Universidade Federal de Santa Catarina**

**Prof^ª Dr. Itamar Aguiar (PPGSP)
Universidade Federal de Santa Catarina**

COORDENADORA DO PROGRAMA

Prof.^a Dr.^a Marcia Grisotti

AGRADECIMENTOS

Defender a dissertação é um final de ciclo!

Foi um período de muitos aprendizados e é necessário agradecer a todos a todas que, de alguma forma, participaram e contribuíram nesse processo.

Primeiro agradeço ao meu orientador Ary Minella, pela parceria e paciência nas orientações. São alguns anos de trabalho conjunto que foram fundamentais na minha formação.

Agradeço também ao co-orientador Valdir Alvim pelas conversas produtivas que tivemos e indicações de leituras.

A participação no Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro-NESFI foi importante em diversos sentidos: para leitura e discussão do projeto, mutirão de pesquisa para levantamento de dados, conversas durante reunião e no bar. Sempre são momentos construtivos e colaborativos, aprendi muito com todos e todas! Obrigada!

Agradeço ao Rodolfo que ajudou a montar os sociogramas e mexer no Unicet 6, conversas sobre a dissertação, indicação de leituras.

Agradeço ainda ao Rodrigo que auxiliou sempre que necessário!

Agradeço pela turma de mestrado, amigos e amigas que fiz nesse processo. Obrigada pelas conversas em sala de aula, no café ou no bar mesmo, porque a prática sociológica é constante.

Para além da academia, agradeço a diversas pessoas que me deram suporte financeiro, emocional e psicológico para continuar. Obrigada pela paciência e compreensão: Elenyr, Carol, Larissa, Juliana, Elis, Elaine.

Agradeço aos meus pais, minhas irmãs e meus sobrinhos pela confiança e paciência!

Obrigada às amigas e parcerias, que são sempre trazem um conforto e a alegria da vida!

RESUMO

O Objetivo principal da pesquisa é estudar a organização interna e articulação política de quatro associações empresariais – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), Câmara dos Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL/Fpolis), Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO) e Câmara dos Dirigentes Lojistas de São José (CDL/SJ) – a partir da estrutura e hierarquia das associações, filiação partidária dos presidentes e diretores, financiamento de campanhas eleitorais (empresas e diretores das associações), participação no processo político estadual e federal, ocupação nos cargos públicos ou administração pública e a rede de relações sociais da diretoria e membros das entidades patronais. Além da bibliografia variada sobre o tema objeto de estudo, a pesquisa se baseia na teoria de Gramsci, principalmente a partir da Teoria Ampliada de Estado, debatendo a noção da sociedade política e sociedade civil, numa perspectiva comparada, sobretudo, com base na identificação de 165 empresários que compõem a diretoria executiva das entidades pesquisadas, de 2004 a 2014. Os procedimentos metodológicos incluíram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas (seis) com membros da diretoria das associações. As principais fontes utilizadas: Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral, por meio do Portal às Claras, portal, documentos das associações e publicações da mídia local. A análise realizada com elaboração de sociogramas (Análise de Redes Sociais) que ajudam na compreensão da centralidade de alguns desses empresários no jogo político.

Palavras-Chave: Empresariado; associações empresariais; participação política.

ABSTRACT

The main objective of the research is to study the internal organization and political articulation of four business associations - Florianópolis Commercial and Industrial Association (ACIF), Florianópolis Chamber of Shopkeepers (CDL / Fpolis), Business Association of the Metropolitan Region of Florianópolis (AEMFLO) and São Jose Chamber of Shopkeepers (CDL / SJ) - based on the structure and hierarchy of associations, partisan affiliation of presidents and directors, financing of electoral campaigns (companies and directors of associations), participation in the state and federal political process, employment in public office or public administration and the network of social relations of the board of directors and members of employers. Beyond the varied bibliography on the subject of study, the research is based on Gramsci's theory, mainly from the Expanded Theory of State, debating the notion of the political society and civil society, in a comparative perspective, mainly, based on the identification of 165 businessmen who make up the executive board of the entities surveyed, from 2004 to 2014. The methodological procedures included bibliographical research, documentary research and interviews (six) with members of the board of directors. Main sources used was: Regional Electoral Tribunal and Superior Electoral Court by "Portal às Claras"; portal and documents of associations; Local media publications;. The analysis carried out with elaboration of sociograms (Social network analysis) that help to understand the centrality of some of these entrepreneurs in the political game.

Keywords: Entrepreneurs; Business Associations; political participation

LISTA DE SIGLAS

ABCDelta - Associação Beneficente e Cultural Delta
ABCMercedes-Bens - Associação Brasileira dos Concessionários Mercedes-Benz
ABF - Associação Brasileira de Franqueados
ABIGRAF – Associação Brasileira das Industrias Gráficas
ABIH-SC – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina
ABLAC-Associação Brasileira de Lojistas de Artefatos e Calçados
ABRAS- Associação Brasileira de Supermercado
Abrasel-SC- Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Santa Catarina
ABRH-SC - Associação Brasileira de Recursos Humanos Seccional Santa Catarina
ACAERT - Associação Catarinense de Rádio e Televisão
ACATE - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
ACATMAR - Associação Náutica Catarinense para o Brasil
ACATS - Associação Catarinense de Supermercados
ACE - Associação Catarinense De Engenheiros
ACI - Associação Catarinense de Imprensa
ACIB - Associação Empresarial de Blumenau
ACIF - Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
ADECOM Jurerê -Associação de Desenvolvimento Comunitário
ADVB- SC – Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina
AEESAG - Associação dos Ex - alunos da ESAG
AMPE -GF - Associação da Micro e Pequena Empresa da Grande Florianópolis
AEMFLO - Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis
Anfarmag SC - Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais
Anpecon - Associação Nacional por uma Economia de Comunhão
ARESC – Associação das Retíficas do Estado de Santa Catarina
ASCOP - Associação dos Conselhos Profissionais de Contabilidade de Santa Catarina
ASSESC – Associação de Ensino de Santa Catarina
ATTUSC - Associação das Empresas de Transportes Turísticos e Fretamento de Santa Catarina
AVAIFC – Avai Futebol Clube

BPW -Fpolis - Business and Professional Women (Associação de Mulheres de Negócios de Florianópolis)
BPW- SC – Business and Professional Women (Associação de Mulheres de Negócios de Santa Catarina)
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAASC – Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina
CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
CAU- SC – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina
CBT - Confederação Brasileira de Tênis
CC Brasil – EUA - Câmara de Comércio Brasil - Estados Unidos
CC UDESC – Conselho Comunitário UDESC
CDI - Comitê para Democratização da Informática
CDL/Fpolis – Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis
CDL/SJ - Câmara dos Dirigentes Lojistas de São José
CEEC - Conselho da Estação Ecológica Carijós
CEJESC - Conselho Estadual de Jovens Empreendedores de Santa Catarina
CEME – Conselho Estadual da Mulher Empresária
CEPES – Centro de Estudos Políticos e Sociais
CESB - Centro de Educação Superior de Blumenau
CESUSC – Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina
CFF – ESAG - Conselho Fiscal da Fundação ESAG
CiaIndest - Companhia dos Indestrutíveis
CIESC /FIESC – Centro da Indústria de Santa Catarina
Clubcor- SC Clube dos Corretores de Seguro de Santa Catarina
CMC-Fpolis - Conselho Municipal de Contribuintes (Florianópolis)
CMCo -SJ - Conselho Municipal do Consumidor (São José)
CMCo -Fpolis - Conselho Municipal do Consumidor (Florianópolis)
CMCPF – Conselho Municipal de Combate a Pirataria de Florianópolis
CMI- Fpolis - Conselho Municipal de Inovação (Florianópolis)
CMMA -Fpolis - Conselho Municipal do Meio Ambiente (Florianópolis)
CMME - Conselho Nacional da Mulher Empresária
CMSB - Conselho Municipal do Saneamento Básico
CMSB – Fpolis - Conselho Municipal de Saneamento Básico (Florianópolis)
CMT – Fpolis - Conselho Municipal de Turismo (Florianópolis)
CNDCB – ABC - Comissão Nacional de Defesa do Consumidor Bancário da ABC
CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

CNFPP - Conselho Nacional da Fundação Projeto Pescar
CODENI – Conselho de Desenvolvimento do Norte da Ilha
CODESI – Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha
COMDES - Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis
CONAJE - Conselho Nacional do Jovem Empresário
Concidades - SC - Conselho Estadual de Cidades
CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude
Conseg – Conselho Comunitário de Segurança
CRA- SC – Conselho Regional de Administração
CRC -SC- Conselho Regional de Contabilidade
CREA-SC - Conselho Regional De Engenharia
CTGERCO - Câmara de Gerenciamento Costeiro
Edecore – Núcleo Catarinense de Decoração
Excelência SC – Movimento Catarinense pela Excelência
FACISC – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina
FAHECE - Fundação de Apoio ao Hemosc
Fampesc – Federação das Associações de Micro e pequenas Empresas de Santa Catarina
FCBM - Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor
FCDL – Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas
FCVB - Florianópolis Convention & Visitors Bureau
FEJESC - Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina
FEPESE – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas
FES - Faculdade Estácio de Sá
FESAG – Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIB - Faculdades Integradas Bennett
Figueirense-CD – Figueirense Conselho Deliberativo
FloripaConvention – Florianópolis e Região Convention & Visitors Bureau
FMU/SP – Faculdades Metropolitanas Unidas – São Paulo
Fundação Coge – Conselho de Curadores da Fundação Comitê de Gestão Empresarial
GovSCProdec – Governo do Estado de Santa Catarina - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
GPlanGov -SC - Gabinete de Planejamento do Governo do Estado de Santa Catarina
IBDConB – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor Bancário
IBET - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários

ICH – Instituto Carl Hoepcke
ICPG - Instituto Catarinense de Pós Graduação
IEL -SC – Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina
IESDE – Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino
IESJ - Incubadora Empresarial de São José
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IHC - Associação de Voluntários do Imperial Hospital de Caridade
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
IPS - Instituto Paul Scherrer
IPVG - Instituto Padre Vilson Groh
NVCC - Northen Virginia Comunnity College
OAB -SC – Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina
PMF - CMPPJ - Prefeitura Municipal de Florianópolis - Coodenador
Municipal de Políticas Públicas para a Juventude
PMSJ-PGSecRec – Prefeitura Municipal de São José - Procurador-Geral
e Secretário da Receita
PMSJ-SecDesEco – Prefeitura Municipal de São José - Secretário de
Desenvolvimento Econômico
PMSJ- SecEdu – Prefeitura Municipal de São José - Secretário da
Educação
PMSJ- SecIndCom - Prefeitura Municipal de São José - Secretário da
Indústria e do Comércio
PMSJ- SecPlan – Prefeitura Municipal de São José - Secretário do
Planejamento
PUC-MG – Pontíficie Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-SP – Pontíficia Universidade Católica de São Paulo
REI - Rede Estadual de Informação
SDR- SC - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional do
Estado de Santa Catarina
SecEstEdu- SC - Secretaria de Estado da Educação
SEINFLO - Sindicato das Empresas de Informática e Processamento de
Dados da Região Metropolitana de Florianópolis
SEW - Sociedade Eunice Weaver
SESCON - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis,
Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Santa
Catarina
SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SIESE-SC – Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de
Segurança do Estado de Santa Catarina
SIMMEF - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do
Material Elétrico de Florianópolis

SIGRAF – Sindicato das Indústrias Gráficas de Florianópolis
SINDILOJAS – Sindicato do Comércio de Bens e Serviços de Florianópolis e Região
SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil
SINEPE -SC - Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina
SOAMAR - Sociedade Amigos da Marinha
SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina
SUCESU-SC - Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Santa Catarina
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
UBM - Universidade de Bocconi de Milão
UCDB – Universidade Católica Don Bosco
UCS -RS – Universidade Caxias do Sul
UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina
UEC - União Educacional de Cascavel
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR – Universidade Federal do Estado do Paraná
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNA -BH – Centro Universitário de Belo Horizonte
UNIBAN- SC - Universidade Bandeirante de Santa Catarina
UniMackenzie - Universidade de Mackenzie
UNIMARCO - Universidade de São Marcos
UNIDA - Universidad de la Integración de las Americas
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina
UPMF - Universidade Pierre Mendes France
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação das Mesorregiões Catarinenses	91
Gráfico 2 - Florianópolis - Valor Adicionado Bruto e Preços Correntes (1000 R\$)	93
Gráfico 3 - São José – Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes (1000 R\$)	94
Gráfico 4- ACIF – Participação das Fontes de receita	123
Gráfico 5 - ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ: financiamento de campanhas eleitorais de empresas e empresários	190
Gráfico 6 - ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ: financiamento de campanhas eleitorais de empresários	191
Gráfico 7 - ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ: financiamento de campanhas eleitorais de empresas	191
Gráfico 8 - Doações de campanha por partidos. Empresários e empresas vinculadas à direção das entidades empresariais (ACIF, AEMFLO, CDL/Sj e CDL/Fpolis), 2004 a 2014.....	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Principais Polos Produtivos de Santa Catarina	85
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO e CDL/SJ. Informações básicas - 2015	32
Quadro 2 - Pontos de inflexão na trajetória do desenvolvimento brasileiro até 2002	70
Quadro 3 - ACIF – Mudanças dos cargos da diretoria, de 2005 a 2015	106
Quadro 4 - ACIF: Participação na Diretoria - Cargo ocupado e grau de participação (três ou mais gestões) – 2005-2015	109
Quadro 5 - ACIF – Regionais, crescimento de associados 2008 a 2012	117
Quadro 6 - ACIF – Porte das empresas, por regionais, 2012	118
Quadro 7 - ACIF - Tempo de associação das empresas, por regionais, 2012	118
Quadro 8 - ACIF – Regionais, setores de atividades, 2012.....	119
Quadro 9 - ACIF – Regionais, Grupos de Trabalho.....	120
Quadro 10 - Serviços oferecidos pela ACIF.....	121
Quadro 11 - ACIF - Projetos e/ou propostas selecionadas.....	124
Quadro 12 - CDL/Florianópolis – Cargos existentes na Diretoria	128
Quadro 13 - CDL/Fpolis – quantidade de participação dos empresários em cargos da diretoria	129
Quadro 14 - CDL/Fpolis – Núcleos Setoriais	132
Quadro 15 - CDL/Fpolis – Núcleos Regionais.....	132
Quadro 16 - CDL/Fpolis – Serviços oferecidos	134
Quadro 17 - CDL/Fpolis – Bandeiras.....	137
Quadro 18 - AEMFLO- CDL/SJ – Aumento de empresas associadas de 2010 a 2014.....	147
Quadro 19 - AEMFLO – Formação da Diretoria Executiva, de 2003 a 2015	148

Quadro 20 - AEMFLO - Participação da Diretoria – cargos ocupados, 2003 a 2015	152
Quadro 21 - CDL/SJ – Formação da Diretoria Executiva, de 2003 a 2015.....	153
Quadro 22 - CDL/SJ-Participação da Diretoria – cargo ocupado AEMFLO, 2003 a 2015.....	156
Quadro 23- Serviços oferecidos pela AEMFLO e CDL/SJ	160
Quadro 24 - AEMFLO e CDL/SJ– Principais bandeiras	162
Quadro 25- Integrantes do Diretório Municipal do DEM em Florianópolis (2015)- participação na diretoria de entidades empresariais.....	176
Quadro 26 - Participação de cargos públicos de empresários das associações empresariais: ACIF, AEMLO, CDL/Fpolis, CDL/SJ.....	183
Quadro 27 - COMDES (Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis) Integrantes	202
Quadro 28 - Membros da Diretoria das entidades empresariais que atuaram em instituições de ensino superior (professores)*	215
Quadro 29 - ACIF - Participação na Diretoria - Cargo ocupado e grau de participação (número de gestões) – 2005-2015	237
Quadro 30 - CDL/ Fpolis – Diretoria 2004 a 2014	243
Quadro 31 - AEMFLO – Cargos Diretorias, de 2003 a 2015	245
Quadro 32 - CDL/SJ-Diretorias, cargos, de 2003 a 2015	248

LISTA DE SOCIOGRAMAS

Sociograma 1 - ACIF – Gestões, diretores e centralidade.....	111
Sociograma 2 - CDL/Fpolis -Gestões, diretores e centralidade	131
Sociograma 3 - AEMFLO /CDL – SJ – Gestões, diretorias, centralidade	157
Sociograma 4 - Relação gestões ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO, CDL/SJ	165
Sociograma 5 - Associações empresariais – filiação partidária	174
Sociograma 6 - Relações diretores associações e cargos administrativos estatais.....	186
Sociograma 7 - Associações – Relações Conselhos’	199
Sociograma 8 - Relações diretores e outras organizações empresariais e de classe.....	207
Sociograma 9 - Relações associações – universidades.....	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cadastro de Empresas de Santa Catarina - Número de empresas e outras organizações, por seções de atividades	86
Tabela 2 - Cadastro de Empresas Pessoal ocupado, por seções de atividades.....	89
Tabela 3 - Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), comparativo Florianópolis e São José, ano de 2015.....	95
Tabela 4 - ACIF -Número de associados de 2008 a 2015.....	102
Tabela 5 - ACIF: tempo de associação das empresas.....	103
Tabela 6 - ACIF – setores das empresas associadas.....	103
Tabela 7 - ACIF – tamanho das empresas por número	105
Tabela 8 - ACIF – Participação das mulheres na diretoria, de 2005 a 2015	116
Tabela 9 - Membros da Direção das associações empresariais e filiação partidária – (2004-2014).....	172
Tabela 10 - Financiamento Eleitoral: Doações de Empresários (16) e empresas (13) associadas às organizações empresariais ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ, 2004 a 2014, em Reais (R\$)	189
Tabela 11 - Empresários e Empresas– financiamento de campanha (2004-2014).....	193
Tabela 12 - Doações Por Partido – Empresários e empresas vinculadas à direção das entidades empresariais (ACIF, AEMFLO, CDL/SJ, CDL/Fpolis) - 2004-2014.....	194

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	<i>vii</i>
RESUMO	<i>ix</i>
ABSTRACT.....	<i>xi</i>
LISTA DE SIGLAS	<i>xiii</i>
LISTA DE GRÁFICOS	<i>xviii</i>
LISTA DE MAPAS	<i>xix</i>
LISTA DE QUADROS.....	<i>xxi</i>
LISTA DE SOCIOGRAMAS	<i>xxiii</i>
LISTA DE TABELAS	<i>xxv</i>
INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO 1 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL.....	39
1.1 Ação coletiva: associações empresariais.....	39
1.2 Relação sociedade civil e sociedade política.....	47
1.3 Breves notas sobre o Estado.....	55
1.4 Breves notas metodológicas.....	59
1.5 Breve histórico da organização empresarial nacional a partir da década de 90	62
1.6 Organização empresarial na década de 2000 e atual.....	69
1.7 Considerações	74
CAPITULO 2 EMPRESÁRIOS EM SANTA CATARINA, BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	77
2.1 Breve perfil econômico do estado de Santa Catarina e dos municípios de Florianópolis e São José.....	77
2.2 Aspectos históricos e econômicos de Santa Catarina (até anos 1990)	77

2.3 Associativismo catarinense e inserção das Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDR	80
2.4 Alguns dados recentes de Santa Catarina	84
2.5 Dados socioeconômicos atuais do município de Florianópolis e de São José	92
2.6 Considerações	96
CAPÍTULO 3 ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE FLORIANÓPOLIS	99
3.1 Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF.....	99
3.1.1 Perfil dos associados.....	102
3.1.2 Estrutura organizativa.....	105
3.1.2.1 Câmaras e Núcleos	113
3.1.3 Estrutura Física	116
3.1.4 Serviços	120
3.1.5 Algumas Bandeiras.....	123
3.2. Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL/Fpolis.....	126
3.2.1. Breve histórico.....	126
3.2.2. Associados.....	127
3.2.3. Estrutura Interna	127
3.2.3.1 Núcleos Setoriais e Regionais	132
3.2.4. Serviços	134
3.2.5 Bandeiras CDL/Fpolis	136
3.3 Considerações.....	138
CAPÍTULO 4 ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SÃO JOSÉ	141
4.1 Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis - AEMFLO e Câmara de Dirigentes Lojistas de São José-CDL/SJ	141
4.2 Perfil dos associados da AEMFLO e CDL/SJ	146
4.2.1 Estrutura organizativa da AEMFLO.....	148

4.2.2 Estrutura Organizativa da CDL/SJ	153
4.3 Núcleos setoriais	159
4.4 Estrutura física	160
4.5 Serviços	160
4.6 Algumas bandeiras e ações	161
4.7 Competições e ações conjuntas	164
4.8 Considerações	169
CAPÍTULO 5 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA EMPRESARIAL	171
5.1 Atuação política empresarial.....	171
5.1.1 Filiação Partidária	171
5.1.2 Participação de processos eleitorais	179
5.1.3 Administração de cargos estatais.....	183
5.1.4 Financiamento de Campanhas eleitorais	188
5.2 Participação em Conselhos e no COMDES - Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis.....	196
5.3 Vínculos com outras formas de organizações empresariais	206
5.4 Formação.....	211
5.5 Mídia e hegemonia.....	216
5.6 Considerações	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
APÊNDICES.....	235

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo das associações empresariais surge quando esta pesquisadora era bolsista de Iniciação Científica e, os trabalhos que desenvolvia, mesmo com temáticas aparentemente bastante diversas, como análise comparativa do Banco Central de três países da América Latina ou sobre o Instituto de Governança Corporativa e Internacionalização dos bancos brasileiros, revelaram a atuação das associações de classe como parte fundamental na análise. Pude evidenciar que o empresariado articula-se em associações, de setores e regiões bastante distintos, ambicionando inserir suas bandeiras no debate político e torná-las políticas públicas. Tal fato me instigou a pesquisar as associações empresariais locais e nesta direção, para o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, analisei a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - ACIF (MARMITT, 2013).

A relação dos empresários com o Estado, por meio dos políticos e articulações políticas, ocorre de maneira muito próxima. As relações público-privadas são o cerne desta pesquisa. A sociedade civil organizada, representada pelos empresários e suas associações, e a sociedade política, compõem elementos de articulação para a construção de uma hegemonia local. Os grupos de empresários buscam ser os potenciais representantes da classe e por meio de diversas ações, almejam construir consenso e legitimidade para suas bandeiras.

A importância dos empresários como atores políticos ganham maior relevância nos anos de 2015 e 2016, devido à efervescência política, onde parte do grande empresariado industrial e comercial assume papel de articulador da sociedade civil, juntamente com a mídia nacional, para inserir debates de “renovação política”, “contra a corrupção”, e “crise econômica”. Com o discurso legitimador de que representam o setor produtivo, geram emprego e renda para o país, e, quando seus negócios passam por crises justificam suas bandeiras por meio desta alocação.

Neste sentido o estudo sobre a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) realizado em 2013, revelou que a associação, além da atuação clássica de uma entidade desta natureza na defesa dos interesses empresariais, se configura, em alguns momentos, com um forte componente político-partidário, identificado na filiação de grande parte dos membros da diretoria, incluindo a presidência. A atuação político partidária de empresários da ACIF se dá especialmente na composição do diretório municipal do Democratas em Florianópolis e

incluiu a participação em disputas eleitorais para o executivo e o legislativo municipal. Além disso, outros diretores assumem secretarias municipais e/ou participam de Conselhos Consultivos. Observou-se, assim, uma determinada forma de organização da classe, com forte atuação político partidária (MARMITT, 2013).

Advertindo ser este uma forma de atuação um pouco peculiar do descrito pela bibliografia clássica sobre empresariado no Brasil, que identifica essa organização na formação de Institutos, pressão política via *lobby*. A partir deste forte componente político partidário da direção de uma associação empresarial (ACIF) levantou-se a questão de que poderia tratar-se de uma peculiaridade desta associação ou seria uma forma de atuação do empresariado da Região Metropolitana de Florianópolis? Qual seria o grau de envolvimento político partidário que as associações locais possuem?

Analisando as maiores associações da região Metropolitana de Florianópolis, destacamos quatro: a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), Câmara dos Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL/Fpolis), Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO) e Câmara de Dirigentes Lojistas de São José (CDL/SJ). Algumas informações básicas sobre estas organizações empresariais como ano de fundação, setores que representam a região e número de associados encontram-se no quadro seguinte:

Quadro 1 - ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO e CDL/SJ. Informações básicas - 2015

Associação	Fundação	Setor	Município	Associa- dos 2015
ACIF	21/04/1915	Industrial e Comercial	Florianópolis	3.848
CDL-Fpolis	28/07/1960	Lojistas	Florianópolis	4.400
AEMFLO	07/06/1984	Diversos (esp. comércio e serviços)	São José	4.200
CDL - São José	10/08/1999	Lojistas	São José	4.200

FONTE: Sites das entidades. Elaboração própria para esta pesquisa.

São associações empresariais atuantes na região da Grande Florianópolis com setores econômicos aproximados e com um número de associados e bandeiras também semelhantes. Características básicas que nos permitem realizar o estudo comparativo. O objetivo do trabalho constituiu a análise comparativa da estrutura e ação política do empresaria-

riado com o poder público e o processo político a partir da ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO e CDL/SJ, no período específico de 2004 a 2014.

As quatro associações cumprem um papel na região de organização do setor empresarial e de articulação de seus interesses, para isso, posicionam-se sobre diversos assuntos políticos, econômicos e sociais da cidade, do estado e mesmo da nação. Um exemplo específico é a posição das associações sobre as manifestações que aconteceram no mês de março de 2015, respectivamente nos dias 13 e 15, sendo a primeira pró-governo Dilma Roussef e a segunda crítica com bandeiras como *Impeachment*, intervenção militar, contra corrupção, entre outras. Enquanto a AEMFLO, CDL/SJ¹ e CDL/Fpolis² apoiaram e convocaram seus associados para as manifestações do dia 15 de março, a ACIF³ assume uma postura mais moderada, afirma que as duas manifestações são legítimas democraticamente, mas se posicionam por mudanças, por mais ética na política, contra a corrupção e pela implementação de reformas políticas e tributárias, ou seja, defendem muitas das pautas da manifestação do dia 15.

A análise das quatro associações foi desenvolvida pelo método comparativo, o que tornou possível uma melhor compreensão da organização do empresariado regional e maior abrangência da sua organização política, social, econômica e cultural.

Pela comparação observam-se semelhanças e diferenças, continuidades e descontinuidades de cada processo.

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p. 1)

A análise comparativa pressupõe que sejam definidos alguns parâmetros de comparação. Selecionamos, assim, seis variáveis, o que

¹ Portal Economia SC, notícias, <http://economiasc.com.br/aemflo-e-cdl-sj-apoiam-manifestacoes-dia-15/>. Acesso em: 16/03/2015.

² Clipping, DCL – Florianópolis, http://www.cdflorianopolis.com.br/clipping_in/clipping-diario-13-03-2015-3068. Acesso em: 16/03/2015.

³ Clipping ACIF <http://www.acif.org.br/imprensa/clipping/pag/2>. Acesso em 16/03/2015.

implicou não apenas uma clara delimitação do objeto e os recortes a serem delineados no tempo e no espaço, capazes de se tornar categorias empíricas e serem facilmente reconhecidas e aplicáveis, mas também que reproduzem os aspectos essenciais do objeto a ser pesquisado (SCHNEIDER; SCMITT, 1998, p. 34). As categorias são: 1) estrutura e hierarquia das associações; 2) filiação partidária dos presidentes e diretores; 3) financiamento de campanha das empresas e/ou presidentes e diretores das associações; 4) participação do processo político concorrendo a cargos do legislativo ou executivo municipal, estadual e federal; 5) ocupação de cargos públicos ou de administração pública por parte dos presidentes e diretores; 6) rede de relações sociais da diretoria das quatro associações.

Tais categorias foram observadas de forma relacional, o que possibilitou compreender de maneira ilustrativa a organização e ação política empresarial, da relação que estes possuem entre si, com o Estado e com os trabalhadores num determinado momento histórico, de acordo com os acontecimentos políticos e econômicos do período. O foco da análise deste trabalho está na relação entre os empresários e o Estado, ou entre a sociedade civil e a sociedade política, nos termos de Gramsci.

O recorte temporal de 2004 a 2014, 10 anos, portanto, se dá como delimitação para pesquisar um certo padrão de organização empresarial. Nesse período, como justificativa de delimitação temporal, foram ressaltadas algumas mudanças na ACIF em meados da década de 2000, na forma de organização interna desta, que sofre uma reformulação para atrair mais associados, tornando-se mais descentralizada, são criadas novas câmaras, núcleos setoriais, e organiza novas estratégias de articulação política (MARMITT, 2013). É fundamental observar se este fato se dá também em outras associações e qual o fator que desencadeia essa série de mudanças.

Para fins operacionais da análise, selecionamos os empresários que compõem a diretoria executiva das quatro associações no período de 2004 a 2014. Este dado gerou uma lista de 165 empresários, dos quais pesquisou-se: sua formação, filiação partidária, ocupação de cargos públicos, financiamento de campanha por pessoa física e pessoa jurídica, participação em Conselhos Consultivos e outras organizações empresariais.

Diferentes fontes foram utilizadas para levantamento dos dados. A colaboração das organizações empresariais e a disponibilidade de informações foram fundamentais para a realização da pesquisa, e o acesso à informação que tivemos foi bastante variada em relação a cada

instituição. A ACIF, pela realização do trabalho anterior, proporcionou a pesquisadora maior “familiaridade”, e maior acesso ao campo, possibilitando a participação em algumas reuniões de diretoria e realização de entrevistas com três integrantes da diretoria. Na AEMFLO, CDL/SJ e CDL/Fpolis não foi possível o acesso às reuniões de diretoria ou de planejamento, apenas a realização de duas entrevistas com integrantes da AEMFLO e CDL/SJ e uma entrevista com um empresário da CDL/Fpolis.

Os documentos e publicações a que tivemos acesso são, em sua maioria, os que estão nos portais das próprias associações, disponíveis para *download*, como: Estatuto Social da AEMFLO, Estatuto Social da CDL/SJ, Estatuto da ACIF, Balanço de Gestão ACIF 2013-2015, Balanço Comparativo 2013-2014, ACIF Balanço de Gestão 2015, Revistas *Empresarial* (AEMFLO e CDL/SJ) e *Revista Líder Capital* (ACIF). Além disso, há dois livros históricos: “Trajetórias de Conquistas” (sobre a AEMFLO e CDL/SJ), publicado em 2009, e “Somos Centenários” (sobre o 100 anos da ACIF), publicado em 2015. A CDL/Fpolis foi a associação a qual tivemos menos acesso a informações.

Para além dos dados disponibilizados pelas próprias associações, a mídia local foi vastamente consultada, para verificação das posições e bandeiras das associações e sua relação com a mídia, visto como componente fundamental na construção da hegemonia local.

Para análise das filiações partidárias consultamos o site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). No caso do financiamento de campanha, a consulta foi pelo Portal de Transparência Às Claras, com dados primários do Tribunal Superior Eleitoral⁴.

A ocupação de cargos públicos foi observada e confirmada em diversas fontes, como materiais das associações, mídia local, portal das prefeituras municipais e diário oficial.

Estes dados foram organizadas por meio da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), com utilização do programa UCINET 6, e visualização gráfica com NetDraw, o que facilita a observação e análise das relações. Pela utilização destas ferramentas, observamos a estrutura organizacional da diretoria das quatro associações, no período de 2004 a 2014. Com alguns comandos de centralidade do programa foi possível identificamos os empresários que participam de diversas gestões, as relações político partidárias, ocupação de cargos administrativos

⁴ Às Claras, *Importante*. Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/partes/@advertencia.html>.

públicos, participação em outras organizações empresariais e atuação em conselhos.

Para além desses dados de ordem quantitativa, utilizamos outras metodologias de pesquisa qualitativa, como entrevistas.

O contato com os empresários ocorreu por meio da participação de algumas reuniões (caso da ACIF) e de entrevistas com integrantes das quatro associações, o que permitiu ter acesso a algumas informações que muitas vezes não estão disponíveis nos demais meios citados. Realizou-se entrevistas com empresários de todas as associações: três da ACIF, dois empresários da AEMFLO e CDL/SJ e um da CDL/Fpolis. Para manter o anonimato dos entrevistados, apresentaremos os mesmos, ao longo do texto, enumerados em 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de acordo com ordem que as entrevistas foram realizadas. Assim, os entrevistados 1 e 5 são representantes da diretoria da AEMFLO e CDL/SJ, os entrevistados 2, 3 e 4 são da ACIF e o entrevistado 6 da CDL/Fpolis.

As entrevistas foram semiestruturadas, com algumas perguntas orientadas, a partir de uma pesquisa prévia realizada sobre cada um dos entrevistados e da associação que representam. Teve-se o cuidado de iniciar as entrevistas com algumas perguntas sobre a trajetória do empresário na associação, para iniciar um canal de diálogo. As perguntas foram divididas em blocos, por temática, uma maneira encontrada para conduzir os assuntos durante a entrevista sem se prender totalmente ao roteiro previamente estruturado e para facilitar o acompanhamento dos assuntos centrais. Os temas foram organizados em quatro blocos: 1) trajetória do empresário na associação, 2) atuação política da entidade e do entrevistado, 3) relação com outras associações; 4) principais bandeiras e projetos da associação.

Todos estes dados geraram um grande volume de informações, foi necessário realizar a análise e estruturar a metodologia de pesquisa a fim de relacionar as variáveis entre si, com o contexto local e a os conceitos teóricos aqui utilizados.

A metodologia de análise de redes sociais utilizada nesse trabalho permitiu observar também de forma gráfica as regularidades e estruturas das entidades estudadas.

A análise de redes sociais, do ponto de vista sociológico, percebe a sociedade composta por diversas redes de relações interconectadas e interpostas. Dependendo de qual a posição do sujeito na rede, pode moldar suas ações e suas estratégias, pois os diversos atores que a compõem podem constranger alianças e possíveis confrontos, construir preferências, projetos e visões de mundo. Além disso, podem dar acesso a recursos de poder, como dinheiro e informação. As associações são

um espaço de construção de redes de empresários de diversos setores e políticos. São espaços onde o *networking* é estimulado e utilizado para a ação política, formam estruturas de permeabilidade com o Estado.

As orientações teóricas desta pesquisa, descritas no capítulo 1 vão ao encontro da nossa metodologia. A análise relacional, inspirada em conceitos de Antonio Gramsci (1891-1937), das noções de sociedade civil e sociedade política, de sua intensa articulação para construção da hegemonia, coerção travestida de consenso. Segundo Gramsci, a classe hegemônica necessita de legitimidade e precisa realizar alguns acordos político econômicos com as classes a serem dominadas, inserindo algumas de suas bandeiras na ordem política. Essa relação constitui uma tensão que pode estar em constante mudança a partir da atuação das diferentes forças sociais, da sociedade política e/ou sociedade civil, por meio dos empresários e trabalhadores. A noção de Estado, incorporada na pesquisa, de Bob Jessop, observa as disputas que ocorrem neste espaço a partir de um projeto político e econômico. Ainda no mesmo capítulo, apresentamos o debate clássico sobre a ação coletiva com Olson e Claus Offe e Helmut Wieselthaler. E também algumas formas de organização do empresariado nacional a partir da década de 1990, por meio das diversos contextos políticos e econômicos. Mesmo essa abordagem estar no âmbito mais amplo da organização da hegemonia em dimensão nacional, e nosso objeto de estudo ser local, é utilizada aqui como uma inspiração, da análise do geral para o específico, no nacional para o local.

No segundo capítulo apresentamos o contexto histórico econômico e organizacional do Estado de Santa Catarina, e mais especificamente de Florianópolis e São José. Trazemos dados contemporâneos para localizar nosso objeto de estudo: as associações comerciais, industriais e de lojistas localizadas nesses dois municípios.

Nos dois capítulos seguintes apresentamos dados específicos e analisamos as entidades empresariais: o capítulo três é dedicado à ACIF e a CDL/Fpolis, e a AEMFLO e a CDL/SJ no quarto capítulo. Consideramos alguns aspectos históricos, bem como dados sobre seus associados, estrutura interna composição da diretoria executiva, suas formas de organização com associados por meio de núcleos, serviços oferecidos e algumas bandeiras. Ainda uma breve comparação das quatro entidades, seus possíveis conflitos e atuações conjuntas.

No quinto e último capítulo, apresentamos e analisamos a organização política, por meio de diversos parâmetros utilizados: filiação político partidária, participação do processo político eleitoral, financiamento de campanhas eleitorais, ocupação de cargos de administração

pública, como secretarias, atuação em conselhos consultivos. Destaque ainda para o Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis- COMDES, uma instituição formada por e pelas associações estudadas e que envolvem diversos setores econômicos, organizações de classe e da sociedade civil, como associação de moradores. Ainda nesse capítulo, observamos, de forma breve, a relação dos empresários e associações com a mídia local, e atuação para construção hegemônica local.

Perceber os empresários como importantes atores políticos dentro da Região Metropolitana de Florianópolis é fundamental para a compreensão das relações de força da cidade, as relações de poder e seus conflitos. Segundo um diretor da ACIF, esta associação representa apenas mais um sujeito dentro do jogo político, e desta forma, se organizam para defender seus objetivos. Essa visão legitima a organização empresarial que se articula em torno de suas demandas e busca influenciar as políticas públicas. Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para os necessários estudos sobre o empresariado nesse complexo jogo político e suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.

CAPÍTULO 1

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Nesse primeiro capítulo abordaremos alguns conceitos e debates teóricos que orientam a análise deste trabalho. Trata-se de um estudo relacional, a partir da análise referentes às forças locais, do empresariado de Florianópolis e São José (ambos localizados no estado de Santa Catarina), através de suas associações empresariais.

O objeto mobiliza a reflexão teórica da relação entre Estado e sociedade, desta forma, priorizamos os conceitos abordados por Gramsci (1891-1937), entre sociedade civil e sociedade política. Pois é esta relação que constrói e mantém a hegemonia da classe dirigente. Assim, debates sobre classe social, hegemonia, legitimidade, consenso, intelectuais orgânicos, elite orgânica, Estado, sob a ótica relacional e disputa em torno de um projeto econômico e político, fazem parte do debate deste capítulo.

E, para nos aproximar do nosso objeto de estudo, as associações empresariais ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ, buscamos trazer elementos da organização dos empresários no âmbito da política nacional de 1990 até 2014. Nesse período ocorre uma transição de projeto político, da inserção das políticas neoliberais em 1990 a uma orientação neodesenvolvimentista. Portanto, da ideia de Estado Mínimo para uma maior atuação na economia a partir de 2002. Por estas lentes, a partir da organização dos empresários, em diversos contextos, e da noção nacional, observamos esta relação a nível local, no município de Florianópolis e São José.

1.1 Ação coletiva: associações empresariais

A compreensão do empreendimento da ação coletiva por classes sociais em torno de um objetivo, ou objetivos específicos, torna-se importante para o debate deste trabalho. Uma vez que os empresários organizam-se em associações de representação de classe e tornam-se atuantes no debate e disputa política, influenciando assim, o processo econômico, político, social e cultural.

O empresariado é visto aqui como um ator coletivo, mas não como um corpo sólido e homogêneo. Na busca de melhor definição e delimitação do nosso objeto, utilizaremos aqui também a noção de classe de Poulantzas (1975) “Classes sociais são grupos de agentes

sociais, homens, definidos principalmente, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica.” (p. 12). Para além da esfera econômica, autores clássicos como Marx, Lenin e Engels consideram critérios políticos e ideológicos para compor essa definição, ou seja, a posição dos agentes no conjunto social do trabalho.

A classe, nessa leitura, só existe a partir das suas práticas, ou seja, a luta de classes propriamente dita, quando colocadas em oposição. Essas determinações designam os lugares objetivos ocupados na divisão social do trabalho, esta é uma determinação estrutural de classe, o que difere da posição de classe na conjuntura (Poulantzas, 1975). Nesse sentido, a Conjuntura “constitui o lugar onde se concentra a individualidade histórica sempre singular de uma formação social, e enfim, a situação concreta da luta de classes” (POULANTZAS, 1975, p. 14). Essa explanação elucida a distância que há, por vezes, entre a determinação estrutural das classes e as posições de classe na conjuntura, que ocorre, por exemplo, quando integrantes da classe trabalhadora assumem a posição de classe dos empresários, porém não os torna integrantes da classe empresarial. Neste contexto, ocorre a disputa política e ideológica, ou seja, a determinação estrutural da classe.

Para que ocorra a prática ou luta de classe, não é necessário uma “consciência de classe”, uma organização política autônoma para que ela ocorra em todos os domínios da realidade social, pois segundo Poulantzas (p.14, 1975), “O pertencimento de classe, dos diversos agentes depende dos lugares de classe que ocupam: é por outro lado distinto da origem de classe – origem social – desses agentes”. Desta forma, o autor relaciona os conceitos de estrutura e lutas de classe da teoria marxista, sendo essa relação fundamental para a ação social. Essas relações se constituem não apenas na instância econômica, mas também nas instâncias políticas e ideológicas. No entanto, essa determinação não reduz de forma voluntária a posição das classes na conjuntura. Nesse contexto o autor esclarece o conceito de frações de classe.

A teoria marxista das classes sociais distingue igualmente frações e camadas de classe, segundo as diversas classes, a partir de diferenciações no econômico e no papel, todo particular, das relações políticas e ideológicas. Esta teoria distingue também categorias sociais, delimitadas principalmente seu lugar nas relações políticas e ideológicas: é o caso para a burocracia de Estado, delimitada pela sua relação com os aparelhos de Estado, e para os intelectuais, definidos pelo seu papel de elaboração e de realização da ideologia. Essas

diferenciações, para as quais a referência com as relações políticas e ideológicas é sempre indispensável, tem uma grande importância, pois estas frações, camadas e categorias podem frequentemente, segundo as conjunturas concretas, assumir um papel de forças sociais relativamente autônomas. (POULANTZAS, 1975, p. 25, grifo nosso)

E complementa:

As frações são de classe, a exemplo da burguesia comercial que é uma fração da classe burguesa. Outro exemplo do autor é a aristocracia operária que é uma fração da classe operária. “As próprias categorias sociais tem um pertencimento de classe: seus agentes dependem em geral de várias classes. (POULANTZAS, 1975, p. 25).

Definir o empresariado como classe social significa caracterizar os agrupamentos e instituições decorrentes enquanto resultado de um processo histórico de construção e desenvolvimento de estruturas sociais em que as classes, em permanente luta, se fracionam e se agregam. As associações empresariais como a “cristalização” desses fracionamentos que em determinadas conjunturas, se aproximam e se afastam.

Mesmo com suas diversas frações, os empresários articulam-se politicamente por meio da ação coletiva, e ganham força diante do Estado e da sociedade, adquirem poder e legitimidade. Uma associação empresarial, falando em nome dos “empresários” como uma classe social, possui maior legitimidade do que alguns empresários individuais.

Há dois estudos clássicos sobre o debate da ação coletiva: o de Mancur Olson, “A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais” (1999), publicado pela primeira vez em 1971, e Claus Offe e Helmut Wiesenthal em “Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização” (1984). Não nos aprofundaremos na análise destes trabalhos, contudo serão apresentados brevemente assim como uma crítica de Álvaro Bianchi (2004), para então seguirmos na análise relacional da atuação das forças sociais, proposto por Antônio Gramsci (2000a).

O trabalho de Mancur Olson parte da teoria da escolha racional, afirma que os indivíduos com interesses comuns tenderiam a promover seus objetivos, especialmente se fossem econômicos. Dessa forma, poderiam reunir-se em torno de interesses individuais racionalmente

definidos, pois o indivíduo procuraria realizar seus objetivos de forma efetiva e eficiente.

Mesmo fragmentada em diversos grupos setoriais e indústrias, o empresariado estaria suficientemente organizado em grupos menores com interesses específicos para formar seu próprio *lobby* e influenciar os governos, ou seja:

Na medida em que formam grupos pequenos constituídos por grandes unidades (as empresas) facilmente se associariam de maneira voluntária e fariam fluir “natural e necessariamente” o poder político para as mãos daqueles que controlam os negócios e as propriedades. (OLSON, 1999, p. 143).

Olson (1999), no entanto, compreende que uma organização empresarial maior não possui capacidade organizativa, pois esta só seria possível mediante estímulos independentes e seletivos, por meio de sanções ou recompensas sob a forma de benefícios individuais, tais como serviços de estatística, pesquisa técnica ou consultoria. Este é o caso das quatro associações que constituem nosso objeto de estudo, pois todas oferecem serviços de consultoria, planos de saúde, entre outros que serão apresentados nos capítulos 3 e 4 para seus associados. A oferta desses serviços é mais um estímulo para a associação das empresas (MARMITT, 2013).

Claus Offe e Helmut Wiesenhal fazem uma crítica a Olson e rejeitam sua teoria da ação racional. Estes autores indicam uma distinção entre a organização empresarial e a organização dos trabalhadores, sendo que a primeira possui diversas vantagens em relação à segunda. Os capitalistas possuem maior facilidade de associação devido a sua particularidade de trabalho que necessita manter relações sociais e comerciais permanentes que lhe dariam esse espaço de atuação (OFFE; WIESENHAL, 1984). Gramsci (2000b) aponta no mesmo sentido, deste potencial organizacional do empresário em relação à classe trabalhadora, devido a suas peculiaridades do processo produtivo. Offe e Wiesenhal (1984) versam sobre a diferença entre as duas classes, capitalista e trabalhadores, quanto à sua essência, da combinação de trabalho e bens de capital, para a produção de mais-valia. Um, no entanto, “é resultado de trabalho passado (“trabalho morto”)), o outro é força de trabalho como potência presente. Combinar este último, que não é separável dos portadores da força de trabalho, com os demais ‘fatores de produção’, consiste num problema

fundamental com o qual o capitalista tem de lidar.” (BIANCHI, 2004, p. 20). A força de trabalho só pode ser realizada pelo trabalhador. Apesar de pertencer ao capitalista, ocorre que cada trabalhador comporta apenas uma unidade de força de trabalho, a qual é indivisível, a vende e compete com outros. O capitalista possui diversas unidades de trabalho “morto” sob seu comando.

A forma **atomizada** do trabalho vivo, que entra em conflito com a forma **integrada** ou líquida do trabalho “morto”, cria uma relação de poder: o capital (trabalho “morto”) de cada firma está sempre unificado, desde o começo, enquanto que o trabalho vivo está atomizado e dividido pela competição. Trabalhadores não podem **“fundir-se”, no máximo conseguem associar-se** para compensar parcialmente a vantagem de poder que o capital usufrui da forma de liquidez do trabalho “morto”. (OFFE e WIESENTHAL, 1984, p. 65, grifo nosso)

Devido a isso, os autores classificam o padrão instrumental de organização e de ação coletiva do empregador, monológico, e dos trabalhadores, dialógico. O empresário, se preferir, pode ter a organização apenas ao nível de liderança, no entanto, os trabalhadores necessitam de mobilização das bases, até mesmo para iniciar uma greve (OFFE e WIESENTHAL, 1984). A apropriação do trabalho “morto” e a organização empresarial permitem uma unidade ao capitalista que o trabalhador não possui.

Assim, os trabalhadores só possuem uma forma de ação coletiva, de associação entre eles, como maneira de compensar o poder do capital, enquanto os empresários teriam a personificação da força social na empresa, além de poder recorrer à cooperação informal e associação dos empregadores ou entre firmas.

Além disso, há a posição privilegiada do capital que pode se opor a investir em determinado local, criando dessa forma uma relação de dependência do Estado.

Essa assimetria não é criada pelas associações, mas é usada por elas, pois o operam da seguinte maneira: O desinvestimento privado poderia tanto abalar as condições de estabilidade macroeconômicas necessárias para viabilizar as políticas governamentais, como diminuir a arrecadação tributária NECESSÁRIA para implementação de tais políticas. Os capitalistas

possuiriam, assim, o poder de veto implícito sobre as decisões governamentais. (BIANCHI, 2004, p. 22).

A conclusão das duas teorias é em última análise a mesma, a de que os empresários organizam-se e são capazes de influenciar políticas públicas. A diferença consiste em que para Olson (1999) todos os interesses empresariais são representados pelas diversas organizações empresariais, já para Offe e Wiesenthal (1984), o empresariado se organiza enquanto classe, tendo a facilidade de se articular pela homogeneidade provinda da identidade criada pelo capital, além de o interesse comum do grupo empresarial de se organizar em prol do capital.

A crítica dirigida por Bianchi (2004) é que as duas teorias partem de premissas utilitaristas, que seria consequência de sua perspectiva essencialista. A argumentação dos autores estaria pautada em pressupostos. Para Olson (1999), a essência dos atores os leva a agir de forma racional para maximizar seus ganhos e objetivos. Para Offe e Wiesenthal (1984), está nas classes sociais, entendidas como “a soma de indivíduos que personificam um conjunto heteróclito e indiferenciado de elementos, o capital em geral ou o conjunto do trabalho abstrato” (BIANCHI, 2004, p. 23-24). Desta forma, os interesses empresariais e sua capacidade organizativa estariam pré-determinados pela sua essência.

Olson, Offe e Wiesenthal tomam como dado aquilo que deveria ser objeto da própria investigação. Se os interesses empresariais são heterogêneos, ou homogêneos, e em que medida o são, é algo que só a pesquisa histórica poderá responder. Homogeneidade e heterogeneidade do capital são resultados do processo histórico tanto quanto a formação dos interesses empresariais. (BIANCHI, 2004, p. 23 - 24)

Compreendemos aqui a crítica de Bianchi quanto à questão metodológica da pesquisa, mas destacamos a importância desses estudos e de sua relevância analítica. A partir dessa crítica, Bianchi (2004) opta pelo enfoque analítico relacional, considerando os conflitos internos e externos na ação e organização coletiva. Tal perspectiva aponta o conflito de interesses dos diferentes capitais, e apesar de que todos possuem como objetivo em comum a manutenção do capitalismo, os empresários continuam em constante concorrência e conflitos internos que dificultam a ação coletiva. Para compreender este complexo campo do associativismo é necessário observar como se constroem, historicamente, as rela-

ções entre os empresários, os trabalhadores e o Estado. As relações e conflitos entre os empresários foram expostos brevemente aqui. Os conflitos de interesse entre os trabalhadores e empresários estão presentes desde o surgimento de tais classes em determinados momentos históricos, além disso, constituem um grande incentivador da organização empresarial para uma ação coletiva que visa uma mudança ou resistência da realidade social (BIANCHI, 2007a). As relações entre empresários e Estado apresentam outro ponto da análise importante e desenvolvido no item 1.3 deste capítulo, no qual é debatida a questão sobre sociedade civil e sociedade política.

O enfoque adotado por Bianchi (2004) é inspirado em Gramsci (2000a), que destaca a necessidade de análise de atuação das relações de força, “entendida como um conjunto de regras práticas de pesquisa e de observações particulares úteis para despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar instituições políticas mais rigorosas e vigorosas.” (GRAMSCI, 2000a, p. 19). Tal análise de relações de forças faz parte, para Gramsci, das estratégias e táticas políticas. O esquema apresenta três momentos de análise: 1) relação de forças objetivas: no que diz respeito ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, observação da materialidade das classes e frações de classes; 2) relação de forças político-ideológicas: com a observação do grau de homogeneidade, autoconsciência, organização e frações das classes sociais – o nível de consciência política. Por sua vez, esta se subdivide em três fases: a) dimensão econômica corporativa, a percepção enquanto classe e a necessidade de organizá-la, mas não ainda enquanto grupo social de forma mais ampla; b) dimensão de solidariedade econômica entre os integrantes da classe, porém sem identidade política; c) dimensão política, passagem da estrutura para as superestruturas, momento de formação da hegemonia dessa classe; e finalmente; 3) relações de forças sociais – percepção de conflitos no interior e entre as classes sociais (BIANCHI, 2004).

É necessário observar como essas relações de forças, atuantes no processo histórico, vão se alternando, de acordo com Gramsci (2000a), entre o primeiro e terceiro momento, sendo permeado pelo segundo. A ação coletiva é compreendida nesse contexto, nessa relação de forças sociais atuantes na sociedade, nas quais as frações de classes se organizam para a ação política na construção da hegemonia. No entanto, essa associação não elimina a concorrência entre as empresas que participam dela, assim como não garante que o resultado seja o mesmo para todas, “Pelo contrário, não sendo iguais os membros dessas associações, é de se esperar que não sejam iguais os impactos da decisão de agir

coletivamente e os resultados dessa ação.” (BIANCHI, 2004, p. 30). Entretanto, a atuação dessas associações podem ter impacto significativo na realidade social, econômica e cultural, na regulamentação do conflito por meio da disseminação da ideologia, na busca do consenso e na formulação e implementação de políticas públicas.

portes distintos: grande, médio, pequeno e micro (em sua grande maioria). Essa pluralidade de atores demonstra também uma diversidade de interesses que são representados pelas associações, embora ainda não se saiba em que medida essas pautas são acolhidas e incorporadas. Tais associações, organizam-se para a ação coletiva e constituem importante ator político da Região Metropolitana de Florianópolis.

Bianchi (2004) aborda a questão da ação coletiva não apenas no momento da formação das associações de representação de classe, mas também pela necessidade de sua manutenção. Esse exame precisa estar sempre vinculado à análise histórica, de acordo com os fatores econômicos e políticos de determinados momentos. A vulnerabilidade e ameaças, aos objetivos e lucros dos empresários, atuam como estímulos à ação coletiva, mas não garantem sua continuidade a longo prazo. Caberia ao Estado fornecer incentivos externos para a associabilidade, como providenciar alguns benefícios distribuídos seletivamente, a exemplo da criação de acessos institucionais às esferas de decisão.

A intervenção sistemática do Estado na economia reduziu o papel dos mercados como lócus da regulação econômica, de modo a exigir uma ação coordenada dos empresários para intervir efetivamente no modo de ação estatal. Quanto mais o Estado intervém na economia maior o estímulo para os empresários organizarem-se e influenciarem esta intervenção. A percepção da ingerência estatal na economia como ameaça aos interesses empresariais, pode, assim, ser um importante fator de coesão e organização empresarial. Mas o Estado pode não ser uma ameaça e sim um indutor da ação coletiva empresarial. (BIANCHI, 2007a. p. 123)

A ação coletiva pode ser estimulada com determinadas “ameaças políticas”, que podem ser de grupos subalternos, como movimentos de massas ou rebeliões que reivindicam reformas sociais e trabalhistas; ameaças do Estado, por meio de ataques à propriedade privada, implementação de programas radicais para distribuição de riquezas, difusão de controles governamentais e exclusão dos processos de formulação de políticas; ameaças econômicas, tais como hiperinflação, reces-

são ou depressão; ameaças não estatais, como organização interna, conflitos intersetoriais e característicos de lideranças (DURAND e SILVA, 1998, *apud* BIANCHI, 2004, p. 55 - 56).

A análise relacional: entre os empresários, Estado e trabalhadores, ao longo do processo histórico, nos traz uma melhor compreensão desse fenômeno do associativismo, dos fatores que podem reforçar esse tipo de ação. Os empresários, bem como os trabalhadores, organizam-se à medida que seus interesses são ameaçados.

Com a inserção das políticas neoliberais, a reestruturação estatal e com as novas formas de organização Estado/Sociedade, nos anos 80 e 90, os empresários movimentam-se para a criação de novas instituições de representação e de instrumentos para manutenção de associados. Ocorre uma ampliação dos serviços oferecidos e formação de Institutos de pesquisa, de acordo com Eli Diniz e Renato Boschi (2004). Abordaremos melhor estas questões no item 1.4 deste capítulo: de como estes e outros autores descrevem a organização empresarial neste período, bem como o processo de “modernização” realizado pelas associações para adequar-se às mudanças.

No próximo item, inserimos o debate sobre sociedade civil e sociedade política, nos termos de Gramsci, para em seguida tratarmos do Estado a partir das definições de Bob Jessop.

1.2 Relação sociedade civil e sociedade política

A partir deste debate sobre a ação coletiva do empresário, visto como um importante ator político, organizando-se para influenciar as políticas públicas, torna-se necessário refletir acerca da sociedade civil e a sua relação com o Estado. Na leitura de Gramsci (2000a): relação entre sociedade civil e sociedade política. O autor italiano desenvolve a concepção de Estado Ampliado, que é a sociedade civil mais a sociedade política, a hegemonia travestida de coerção. Neste sentido, a sociedade civil é concebida como:

(...) conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. Gramsci opõe a ela a sociedade política (o Estado, no sentido estrito do termo), da qual ela constitui a ‘base’, o ‘conteúdo ético’ (PORTELLI, 1977, p. 22).

Os organismos seriam privados no sentido de ter relativa independência do Estado e não em termos de propriedade privada. Já em relação à sociedade política, continua Portelli (1977): “agrupa o conjunto das atividades da superestrutura, que dizem respeito à função de coerção. Nesse sentido, ela é um prolongamento da sociedade civil.” (PORTELLI, 1977, p.30).

No entanto, não há uma separação na teoria gramsciana entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força. Essa separação é realizada apenas para fins analíticos, na realidade social elas possuem uma articulação orgânica.

A estreita colaboração e, inclusive, o caráter ambivalente dos órgãos das sociedades civil e política se traduzem, nos *Quaderni*, em uma ampliação do conceito de Estado, entendido como o conjunto dos órgãos, qualquer que seja seu estatuto formal – organizações “privadas” ou aparelho de Estado -, através dos quais é exercida a influência do grupo dominante. (PORTELLI, 1977, p.35)

A sociedade civil e a sociedade política estão articuladas e colaboram, estreitamente entre si, para a formação de uma vontade coletiva que lhes garanta o consenso, que possui na teoria de Gramsci, especial relevância para a formação e manutenção da hegemonia.

A ideologia possui papel central neste contexto. A classe dominante exerce sua hegemonia por meio da divulgação de seus ideais e valores que atingem as diversas esferas da sociedade civil. Nas palavras de Gruppi (1978):

Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. (GRUPPI, 1978, p. 68).

A divulgação da ideologia se dá por diversos meios, como a escola, a religião, o serviço militar, os jornais, o cinema, entre outros. Essas informações difundidas podem compor o senso comum, que “revela-se uma amálgama de diversas ideologias tradicionais e da ideologia da classe dirigente – o bom senso.” (PORTELLI, 1977, p. 26). Devido a isso ocorre a disputa pelo senso comum, da opinião pública

pela classe que quer ser hegemônica. É pela ideologia que se exerce a hegemonia, “capacidade de unificar e de conservar um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe” (GRUPPI, 1978, p. 70). A hegemonia é exercida por meio da força e do consenso.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e **associações** -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2000a, p. 95, grifo nosso.)

O exercício da hegemonia necessita de uma conquista de autoridade frente aos grupos a serem dominados e pela sociedade em geral, para isso realiza alianças para sua consolidação e manutenção.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativos; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético- política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2000a, p. 48)

A hegemonia não constitui uma estabilidade política e econômica da classe dirigente. Os conflitos entre as forças atuantes persistem, já que “a classe no poder precisa renovar e recriar constantemente suas formas de direção, ao mesmo tempo em que as classes dominadas tentam resistir e alterar as relações hegemônicas.” (SCHLESNER, 1992, p. 21).

Nesse sentido, o papel dos intelectuais é fundamental, pois são eles que organizam a hegemonia, são construtores de ideologias, articulando vínculos entre o modo de produção e as superestruturas, buscando realizar uma maior unificação de classes. Exercem função

coercitiva e disciplinar, pois são responsáveis por conseguir “consentimento espontâneo” das massas, formando uma concepção de mundo a ser seguida de acordo com os objetivos da classe dominante (SCHLESENER, 1992, p. 27).

Gramsci (2000b) afirma que todos os homens são intelectuais no sentido de pensar e elaborar suas formas de relações e de existência, mas nem todos os indivíduos possuem a função de ser intelectuais.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou duas camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político. (GRAMSCI, 2000b, p. 15).

Como descrito, os diversos grupos sociais desenvolvem seus intelectuais orgânicos, no entanto, é necessário perceber a diferença entre eles, dentro das dificuldades e limites organizativos. O intelectual orgânico do proletariado é mais um organizador e dirigente político, que surge das lutas políticas das classes dominadas a partir de sua própria experiência e atuação política, ao evidenciar contradições pelas quais determinada classe confronta em sua condição social, atua no sentido de desmistificar o poder e as relações de dominação. Esse intelectual busca preparar o terreno para uma nova ideologia e hegemonia, despertando a consciência crítica da classe para superar suas contradições (SCHLESENER, 1992, p. 28).

Diferente das dificuldades do proletariado, a classe empresarial possui uma estrutura que facilita sua organização enquanto classe e articulação política, resultado de sua própria atividade econômica. O empresário necessita de certa capacidade dirigente e técnica, que não se restringe à sua atividade. Deve conquistar a “confiança” dos empregados para trabalharem na sua empresa, bem como a dos investidores do mercado. Desse modo, acordamos com Gramsci (2000b) quando diz:

Se não todos os empresários, pelos menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe. (GRAMSCI, 2000b, p. 15-16).

Se os próprios empresários não virem a compor esta elite, são responsáveis pela escolha dos “prepostos” para esta função. Essa citação traduz a “vantagem” dos empresários em relação à classe trabalhadora. Os primeiros têm diversas formas de organização e articulação política, podemos citar aqui as associações, sindicatos, partidos políticos, *lobby*, e articulação por meio de sua rede de relações sociais, a exemplo da ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ. Mesmo tendo diversos associados, empresas e empresários, há um grupo que permanece mais ativo, assumindo papéis de liderança e incentivando outros a participarem e apoiar as decisões do grupo. A exemplo do entrevistado 1, representante da AEMFLO e CDL/SJ, o qual afirma que diversos empresários associam-se pela atuação de liderança que ele possui na organização.

Primeiramente, faz-se necessário inserir algumas especificações do conceito de sociedade civil, para então inserirmos nosso objeto de estudo: as associações empresariais.

Fica evidente, a partir da explanação dos conceitos de Gramsci a diferença entre a organização dos empresários e dos trabalhadores. No âmbito dos movimentos sociais e das associações, essas diferenças se tornam mais facilmente observáveis. Camacho (1987) afirma que, os movimentos sociais possuem, basicamente, duas grandes manifestações: os que querem manter o *status quo* pois estão se beneficiando disso, e os que representam os movimentos populares.

Há movimentos sociais que representam os interesses do povo, assim como há os que reúnem setores dominantes do regime capitalista, os quais não tem interesse em questionar de modo absoluto, nem em transformar totalmente as estruturas de dominação. Ao contrário, pois estes setores recebem benefícios da manutenção destas estruturas. No entanto, interessam-se em questionar fragmentariamente a ordem social e propõem reformas parciais, em seu próprio benefício. Um exemplo claro disto consiste na ação dos movimentos empresariais e patronais, que se dirigem à busca de mudanças que os beneficiem ainda mais, deixando intacta a estrutura de dominação fundamental da sociedade. Em contraste, o questionamento feito pelos movimentos populares é mais radical. (CAMACHO, 1987, p. 217)

Ambos os movimentos buscam alcançar a sociedade política e inserir suas bandeiras e que seu projeto seja hegemônico. A partir do que foi descrito, dos movimentos empresariais e patronais de Camacho

(1987) inserimos nosso objeto de estudo: as associações empresariais ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO, CDL/SJ. São associações que questionam alguns pontos da organização social e estatal mas não propõem reformas profundas, apenas algumas mudanças superficiais que possa os beneficiar ainda mais.

Enquanto os trabalhadores restringem-se ao sindicalismo, aos partidos políticos e em alguma medida, aos movimentos sociais, tais como o Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto, Movimento dos Atingidos pelas Barragens, entre outros, que surgem na medida em que as necessidades emergem de acordo com os acontecimentos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Na atuação de ambos os movimentos da sociedade civil: empresariais e populares, é fundamental a atuação dos intelectuais, que se dá de forma mediatizada, segundo Gramsci (2000b):

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto de superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (GRAMSCI, 2000b, p. 20).

Isto é, ocorre por meio da ideologia e de suas diversas formas de propagação para o conjunto social. Assim, a atuação do intelectual orgânico não se dá somente em torno da classe, mas em todo o conjunto social, pois são os organizadores da hegemonia. É papel dos intelectuais a construção de uma vontade coletiva, difusão de uma visão de homem e de sociedade que passam a compor o senso comum e legitimar os valores e ideais da classe dominante. Quando ocorre tal formação, Gramsci (2000a) chama de “bloco histórico”: “a unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2000a, p. 26).

Baseado na ideia de intelectual orgânico de Gramsci (2000), René Dreifuss (1987) desenvolve a ideia de “elite orgânica”: “agentes coletivos político-ideológico especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe” (p. 24). A elite orgânica procura traduzir as exigências da esfera da produção para o plano da ação política, exerce a função de córtex político, intervindo no interior da classe dominante, articulando a hegemonia e regulando situações de conflito, construindo uma coesão de classe para uma organização adequada.

As elites orgânicas agem, na realidade, como mediadoras na formação de blocos no poder ou de frentes móveis de ação, isto é, predispõem a classe dominante para a luta política. É através das elites orgânicas que se dá a unidade real da classe (em si) (...) e sua expressão de classe (para si), visando a dimensão estatal e a sua intervenção no conflito social, com senso de Estado. (DREIFUSS, 1987, p. 24).

Observa-se que a atuação da elite orgânica é basicamente política e organizativa, uma busca de unificação da classe. É relativamente autônoma do grupo social que compõe sua matriz, “a elite orgânica tem uma eficiência e eficácia própria, uma dinâmica autogerada no interior da matriz organizacional de relações classistas.” (DREIFUSS, 1987, p. 25).

Ela produz estudos, análises e pesquisas sobre políticas públicas, seguindo a política empresarial e formula diretrizes para direcionar o funcionamento da sociedade e do Estado. O autor identifica como exemplo de elite orgânica, no campo político brasileiro, ainda na década de 60, o complexo Ipes/Ibad/ESG, sendo “Instituto de Pesquisas Estudos Sociais/Ipes, constituído numa espécie de Estado-Maior do bloco histórico burguês (...) Ibad como um dos braços táticos e a ESG [Escola Superior de Guerra] como componente militar-ideológico – sem tropa – de uma campanha civil-política” (DREIFUSS, 1987, p. 140). De acordo com a análise do autor, esse complexo político-militar foi fundamental para ascensão do bloco multinacional e associado em 1964, assumindo o papel de partido, nos termos de Gramsci (2000), como responsável pela articulação política, organização da classe, formação e disseminação ideológica. A elite orgânica, enfim, estabelece a mediação entre a estrutura de classe dominante e o conflito de classe – desenvolvendo a diplomacia privada e a política efetiva em contraposição à oficial e pública, o que possibilita que projetos particulares de classe sejam transformados em projetos sociais, de senso comum. Ou seja, sua atuação objetiva a apropriação e manutenção da hegemonia.

A elite orgânica estudada por Dreifuss (1987) possui uma organização e atuação ampla, uma articulação nacional com apoio de setores internacionais que mudaram todo o rumo da política e economia da época. Nos apoiamos aqui neste conceito como uma inspiração da forma de organização e articulação empresarial. Nosso objeto de estudo é local, a atuação, apesar de alguns empresários buscarem uma inserção na política nacional, é no âmbito municipal e estadual. No entanto, não compreendemos as associações estudadas aqui como elite orgânica

local, mas são espaços de articulações políticas onde podem surgir e circular elites orgânicas do empresariado local.

Partindo da noção de geral para o específico, do nacional para o local, as contribuições teóricas de Gramsci sobre hegemonia, de Dreifuss sobre elite orgânica, e de Bianchi sobre o empresariado de São Paulo, são assim, inspirações para este trabalho.

Salientamos que Hegemonia é um conceito bastante amplo e abstrato. Para finalidades analíticas e operacionais buscamos a partir do nosso objeto de estudo, identificar algumas formas concretas e as maneiras como se expressam.

Primeiro identificamos as relações que as associações empresariais ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO e CDL/SJ, compreendidas aqui como parte da sociedade civil, que não buscam grandes mudanças estruturais, apenas formas de beneficiarem-se ainda mais da estrutura estatal, pois atuam em conjunto com a sociedade política (o Estado propriamente dito) influenciando as políticas públicas. Nas dimensões locais, a representação do Estado se dá nas instâncias das prefeituras e câmaras municipais, do executivo e legislativo estadual. E, em alguma medida, a relação com o legislativo federal. Os empresários que fazem parte da diretoria destas associações, no período de 2004 a 2014 possuem relações bastante próximas aos políticos, seja por meio dos partidos políticos, recebendo-os nas associações ou mesmo por relações pessoais. Estas formas são exploradas em maior ou menor medida de acordo com cada organização.

Em segundo, observamos a intenção das associações de vincular-se à classe hegemônica na construção do modelo vigente, inserindo suas propostas, ideias e valores. Isto pode ser evidenciado pela forma que são construídas as propostas e os encaminhamentos dados. Um exemplo é a formulação, por parte da ACIF, da Proposta de Reforma Política e Reforma Tributária que foi entregue a políticos que representam Santa Catarina no Congresso Nacional.

Em terceiro, reconhecer a importância da mídia para a divulgação de suas bandeiras econômicas e políticas, apresentando-as como se pretendessem o benefício de “toda a sociedade”. A divulgação de valores empresariais, tais como competitividade e produtivismo, sustentada pela visão de uma cidade pautada tão somente em resultados econômicos, são elementos para construção de um “senso comum”, o “bom senso” descrito por Gramsci (2000a). As associações utilizam-se da mídia nesse sentido, com veículos próprios, como o portal das entidades, revistas (no caso da ACIF e AEMFLO) e a mídia de massa local. A ACIF possui uma estreita relação com os meios midiáticos

locais, por meio de parcerias e incentivos para a “boa relação” (MARMITT, 2013). A inserção das associações e em especial de seus presidentes e diretores na mídia ocorre de forma semelhante. É comum esses serem entrevistados pela mídia local para debater sobre assuntos econômicos da região, como autoridades e principais interessados no assunto. Representa uma promoção pessoal do empresário, visto como porta-voz da classe empresarial, além da divulgação da própria associação.

O associativismo é uma das formas que o empresariado emprega para construir a hegemonia local. A relação entre as associações e os políticos é compreendida como parte fundamental na construção hegemônica, uma via de mão dupla, pois na medida em que os empresários e as associações auxiliam os políticos, estes lhes retribuem inserindo suas bandeiras nas políticas públicas.

No tópico seguinte, traremos alguns debates sobre o Estado, por meio de uma teoria que nos auxilia na leitura, compreensão e nas maneiras como se insere na realidade social, política e econômica.

1.3 Breves notas sobre o Estado

Na teoria marxista o Estado é visto como a estrutura que garante a manutenção da classe dominante e seus meios de reprodução do capital. Gramsci amplia a noção de Estado, falando em termos de sociedade civil mais sociedade política. Os conceitos utilizados pelo autor para analisar a sociedade e as estratégias para alcançar o Estado Socialista possuem uma organicidade, a tal ponto, que todas as dimensões de sua análise estão interligadas em um formato de movimento e instabilidade, de luta de classes e relações de forças. Por este viés, o Estado torna-se o palco de luta pela hegemonia, no qual a coerção e o consenso precisam estar presentes, mas nunca atingem um equilíbrio permanente. Quando o Estado precisa utilizar da coerção física é porque não possui mais o consenso, quando suas medidas para o equilíbrio das forças sociais não estão em pleno funcionamento. A força, a coerção, é utilizada como última ferramenta disponível, sendo o consenso sempre privilegiado, especialmente nos atuais estados democráticos. Para obtenção do consenso é necessário que a classe dirigente abra exceções e insira bandeiras de outras classes e frações de classe, sem nunca tocar no ponto político-econômico que lhe é central.

Assim, o Estado para Gramsci (2000) não é apenas um órgão governamental, encarregado pela administração e uso da força, ele inclui uma esfera civil, na qual os aparelhos privados de hegemonia possuem sede. A esfera da sociedade política e da sociedade civil possuem características próprias e não se confundem entre si, mas essa distinção, segundo o autor, só se dá de forma metodológica, pois estão organicamente interligadas. As duas esferas do Estado possuem uma relação de unidade-distinção, força e consenso.

Para Poulantzas (1975), o Estado é uma “relação social”, no sentido do capital também o ser. Esta abordagem exclui o tratamento do Estado como simples instrumento ou sujeito (JESSOP, 1998, p.336-33).

O Estado, ainda na leitura de Poulantzas (1975), não é apenas um sujeito que beneficia a classe dominante, não é imbuído de poder, mas não é neutro, possui uma seletividade estrutural que beneficia as estratégias de algumas frações de classe, “capacidades e recursos estatais mais acessíveis a algumas forças políticas e, por outro lado, é mais dócil para alguns propósitos do que para outros.” (JESSOP, 2007, p. 16). No entanto, essa seletividade depende do regime político. Por não ser um sujeito não possui poder, mas seus poderes são ativados pelos arranjos cambiantes dos políticos e dos oficiais alocados em partes específicas do Estado, em determinadas conjunturas (JESSOP, 2007). Muito próximo ao que Gramsci afirma sobre o Estado, Poulantzas observa as contradições e lutas de classe e frações de classe que ocorrem no âmbito estatal, o que leva a mobilização das forças para além do Estado, para transformá-lo ou determinar suas políticas públicas.

Desta forma Bob Jessop (2007) argumenta que o Estado não foi formulado de uma só vez, e nem se desenvolveu da mesma forma em todos os lugares, mas foi inventado e reinventado diversas vezes, com altos e baixos, com ciclos de centralização, descentralização, territorialização e desterritorialização. Assim, é difícil trazer um conceito completo e acabado para o Estado em todos os lugares, um *modus operandi* universal. Jessop sugere a abordagem multicausal, que reconheça o Estado em constante mudança, com falhas, reformulações, novas capacidades e funções (JESSOP, 2007, p. 18). Essa forma proposta contém em si uma crítica à excessiva rigidez do estruturalismo marxista, uma vez que o autor percebe a importância das estruturas, mas, em análise social, necessita observar cuidadosamente os agentes, como estes se relacionam entre si e com as estruturas e, a partir disso, formulam estratégias de transformação (DIAS, 2009, p. 145).

Segundo, seus poderes e capacidades estruturais podem somente ser entendidos com a colocação do Estado num contexto “estratégico-relacional” mais amplo. Em virtude de sua seletividade estrutural e capacidades estratégicas específicas, seus poderes são sempre condicionais e relacionais. A realização deles depende de laços estruturais entre o Estado e seu sistema político circundante, as ligações estratégicas entre os gerentes do Estado e outras forças políticas e a complexa rede de interdependências e redes sociais ligando o Estado e o sistema político ao seu meio ambiente mais amplo. (JESSOP, 2007, p. 40)

O autor propõe uma análise que leve em conta, além das estruturas determinantes, a observação do “modelo econômico” que realiza a acumulação do capital e a luta de classes de um dado momento específico. Jessop (2007) orienta ainda sobre os aspectos substantivos, as bases sociais de apoio e oposição ao Estado e a natureza do projeto hegemônico, quando houver um, ao redor do qual o exercício de poder está centrado. Em suas palavras, “Uma ‘estratégia de acumulação’ define um ‘modelo de crescimento econômico’ específico completo com suas diversas pré-condições extraeconômicas e delinea a estratégia geral apropriada para a sua realização”. (JESSOP, 2007, p.105)

Utilizando a abordagem de exercício de poder e estratégias de acumulação, a noção de Estado está na perspectiva relacional das forças sociais atuantes na sociedade em que:

(...) uma análise estratégica relacional deveria examinar como um dado aparato estatal pode privilegiar alguns atores, algumas identidades, algumas estratégias, alguns horizontes espaciais e temporais e algumas ações ao invés de outras; e os caminhos, se houver mais de um, nos quais os atores políticos (individuais e/ou coletivos) se dão conta desse privilégio diferencial por meio do engajamento na análise “estratégica-contextual” quando escolhe um curso de ação. (JESSOP, 2007, p. 34)

É necessário identificar que o autor trata do Estado e do “modelo de crescimento econômico” a partir de um espectro amplo, em nível de estado-nação. Enquanto nossa pesquisa é local, na qual a atuação dos empresários delimita-se, sobretudo, aos seus municípios e região. Contudo, se faz necessário observar o movimento nacional e voltar para a atuação local, pois as duas instâncias estão interconectadas. Observando que o empresariado local atua a partir de um modelo

econômico e político, organiza-se no âmbito local a partir de suas bandeiras. Assim, busca formas de acesso aos políticos, por meio de suas redes de relações, de filiações partidárias, participação dos processos políticos e assumindo postos de gerência estatal.

A relação entre economia e política é muito próxima, são duas dimensões que se interconectam, ditam um “modelo de crescimento”, e partir dele um projeto hegemônico. Nas palavras de Dias (2009):

A relação entre economia e política não é dada totalmente nem no plano estrutural e nem no plano concreto, mas só uma análise que transite entre essas duas dimensões pode ser capaz de avaliar corretamente qual seria o grau de independência e dependência entre essas duas esferas.” (DIAS, 2009, p. 148)

Alguns atores traçam e perseguem estratégias por diversos horizontes espaciais e temporais de ação, mobilizando diferentes forças sociais para eliminar constrangimentos ou alcançar oportunidades específicas, ligadas às estruturas do Estado, e, conforme essas estratégias e projetos forem perseguidas e alcançadas, estas forças políticas estarão melhores adaptadas na conjuntura de forças cambiantes (JESSOP, 2007, p. 34). Os empresários e as instituições empresariais possuem, além disso, uma situação que os beneficia que é própria de sua função, como descrito por Gramsci (ver acima), que os qualifica para as negociações e relações de comando. É possível identificar essa postura pelos empresários que estão à frente das associações estudadas, uma vez que a preparação e o acesso aos políticos e gerentes estatais, foram sendo construídos por diversos meios.

Com o tempo, essas estratégias e táticas podem evoluir e atingir níveis mais sofisticados e tendem a estabelecer uma ordem relativamente estável, mas isso pode mudar a qualquer momento, devido às contradições estruturais inerentes das formações sociais complexas. As estruturas são estrategicamente seletivas e demandam ações planejadas que transbordam ou ludibriem os constrangimentos estruturais. Entretanto, como os sujeitos não são unitários e totalmente cientes de suas condições estratégicas, nunca estão totalmente equipados para realizar plenamente tais ações, estando sempre sujeitos a encontrar atores que perseguem objetivos opostos (JESSOP, 2007, p.35).

O Estado não está totalmente desvinculado da sociedade, possui estruturas que privilegiam alguns atores em detrimento de outros, dependendo do regime político, mas sua caracterização, funcionalidade e

poder não se encerram nas estruturas, pois o poder estatal está contido no exercício de poder, e este é construído por meio das relações de força.

O Estado é um lócus de um paradoxo. De um lado, ele é somente um conjunto institucional dentre outros no interior de uma formação social; de outro, ele está peculiarmente carregado com uma responsabilidade superior para a manutenção da coesão para a formação daquilo de que é parte. Enquanto parte e todo da sociedade, ele é continuamente reivindicado por diversas forças sociais para resolver os problemas da sociedade e igualmente, de maneira continuada, está predestinado a gerar “falhas de Estado” já que muitos problemas localizam-se além de seu controle e podem até mesmo ser agravados pela intervenção tentada. (JESSOP, 2007, p. 40-41)

E com essa dimensão do conceito de Estado, reivindicado pelo conjunto da sociedade para resolver problemas diversos e pelo exercício de poder e impacto que possui no conjunto da sociedade como um todo, através das políticas públicas e definição de um modelo econômico e projeto político, que a relação entre os empresários e os agentes políticos ganha relevância. Analisar as formas de acesso ao Estado à sociedade política é compreender as forças sociais presentes e constituintes da nossa realidade social.

A partir dessas noções teóricas de Estado, sociedade civil e política, apresentamos algumas notas a seguir, sobre a metodologia utilizada na pesquisa.

1.4 Breves notas metodológicas

A ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ são associações de representação de classe da Região Metropolitana de Florianópolis que realizam ações políticas, coletivas, de articulação de classe e frações de classe, é fundamental observar as relações que as constituem para a compreensão do fenômeno que as une e impulsiona politicamente.

A análise das quatro associações foi desenvolvida pelo método comparativo, o que tornou possível uma melhor compreensão da organização do empresariado regional e maior abrangência da sua organização política, social, econômica e cultural. Pela comparação observa-se semelhanças e diferenças, continuidades e descontinuidades de cada processo.

Pela análise comparativa definiu-se alguns parâmetros de comparação. Seleccionamos, assim, seis variáveis, o que implicou não apenas uma clara delimitação do objeto e os recortes a serem delineados no tempo e no espaço, capazes de se tornar categorias empíricas e serem facilmente reconhecidas e aplicáveis, mas também que reproduzem os aspectos essenciais do objeto a ser pesquisado (SCHNEIDER; SCMITT, 1998, p. 34). As categorias são: 1) estrutura e hierarquia das associações; 2) filiação partidária dos presidentes e diretores; 3) participação do processo político concorrendo a cargos do legislativo ou executivo municipal, estadual e federal; 4) financiamento de campanha das empresas e/ou presidentes e diretores das associações; 5) ocupação de cargos públicos ou de administração pública por parte dos presidentes e diretores; 6) rede de relações sociais da diretoria das quatro associações.

Tais categorias foram observadas de forma relacional, o que possibilitou compreender de maneira mais integrada a organização e ação política empresarial, da relação que estes possuem entre si, com o Estado e com os trabalhadores num determinado momento histórico, de acordo com os acontecimentos políticos e econômicos do período. O foco da análise deste trabalho está na relação entre os empresários e o Estado, ou entre a sociedade civil e a sociedade política, nos termos de Gramsci.

As categorias, explicitadas acima foram organizadas por meio da metodologia de Análise de Redes Sociais - ARS, o que facilita a visualização e análise das relações identificadas por meio do levantamento de dados. É por meio das redes sociais que se tornam observáveis as regularidades e estruturas que podem apresentar um determinado fenômeno.

A análise de rede contribui para evidenciar relações e ordenações não identificadas previamente. Constitui-se, assim, em uma *metodologia específica para o estudo das relações sociais*. Nesse sentido, não se trata mais de considerar as redes como metáfora da estruturação das entidades na sociedade, mas também como método para a descrição e a análise dos padrões de relação nela presentes. (MINELLA, 2013, p. 188, grifo do autor)

Entende-se por rede social “o campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo” (MARQUES, 1999, p.

46). Esses vínculos podem ter natureza da mais diversa, herdadas em outros contextos ou construídas intencionalmente. A rede das relações compõem diversas “camadas” associadas a cada tipo de relação e a determinado período, e está em constante interação e transformação (Idem).

O pressuposto central da análise de redes sociais, incorporado aqui, é o de que o social é estruturado por inúmeras dessas redes de relacionamento pessoal e organizacional de diversas naturezas. A estrutura geral e as posições dos atores nessas redes moldam as suas ações e estratégias (constrangendo inclusive as alianças e confrontos possíveis), ajudam a construir as preferências, os projetos e as visões de mundo (já que esses “bens imateriais” também circulam e se encontram nas redes) e dão acesso diferenciado a recursos de poder dos mais variados tipos, que em inúmeros casos são veiculados pelas redes (desde status e prestígio até recursos mais facilmente mensuráveis, como dinheiro e informação (MARQUES, 1999, p. 46).

Nesse sentido, essa metodologia é muito interessante para o nosso objeto de estudo. Observar as estruturas de relações que torna possível a percepção das formas de organização e acesso dos empresários ao poder público, à sociedade política, através de sua localização na rede de poder estabelecida por meio destas associações de classe. Pode ser um instrumento poderoso para revelar, de forma mais clara, a estrutura relacional na constituição e na manutenção de um “bloco no poder”, baseado no conceito de Poulantzas (MINELLA, 2013, p. 190).

Marques (1999) nomeia estas relações entre Estado e empresas e/ou empresariado como permeabilidade, pois é na ação estatal que as redes se conformam e tornam difusas as fronteiras entre público e privado (MARQUES, 1999, p. 49).

Entretanto, os vínculos de relacionamento pessoal não são apenas construtores de solidez organizacional, mas também estão por trás da permeabilidade do Estado no setor. A investigação demonstra que a intermediação de interesses no setor de política estudado ocorre de forma disseminada por inúmeros contatos pessoais entre integrantes do Estado e interesses privados, ao contrário do padrão característico norte-americano de *lobbies* (...), ou do típico corporativismo social-democrata europeu (Schmitter, 1979), mesmo que de âmbito setorial (Cawson, 1985). (MARQUES, 1999, p. 48-49).

Estas constatações de Marques (1999) são observadas também nesta pesquisa, confirmadas pelas entrevistas, a importância das relações sociais na organização e ação política dos empresários e do acesso ao poder público.

A participação e a posição na rede não definem as ações e estratégias dos agentes, mas podem constranger movimentos, alterar preferências, restringir e moldar a racionalidade na construção de identidades. A estrutura não é estática, é transformada continuamente pelos atores e pelos fenômenos sociais (MARQUES, 1999, p. 18).

A análise de redes sociais torna-se um instrumento importante de observação da estrutura social, de suas conexões e suas transformações. “A estrutura social e a estrutura cultural – os padrões discursivos, culturais e normativos – afetam a ação social tanto quanto esta afeta aquelas outras duas. Elas são mutuamente determinadas e determinantes, múltiplas e entrelaçadas.” (TOLEDO, 2009, p. 67).

No tópico seguinte apresentamos uma breve retrospectiva da ação empresarial nos anos 1990 aos dias atuais, e como essas forças sociais atuam na sociedade e influenciam governos e políticas públicas.

1.5 Breve histórico da organização empresarial nacional a partir da década de 90⁵

Abordaremos brevemente algumas mudanças políticas e econômicas que ocorreram no Brasil nas últimas duas décadas e como estes acontecimentos tiveram impacto sobre o empresariado e suas formas de atuação.

A partir do final da década de 1970 e 1980, entra em declínio o modelo político brasileiro – Ditadura Civil-militar, juntamente com o modelo econômico que estava em vigor desde a década de 1930: o desenvolvimentismo, pautado na substituição das importações e desenvolvimento da indústria nacional com forte apoio do Estado.

Com o declínio do consenso Keynesiano, mudava o referencial maior das políticas econômicas. Mudavam também os papéis do Estado e do empresário no Brasil. Surpreendente era o fato de que as transformações não pareciam ter um ponto de partida nem de chegada. Elas podiam ser explicadas

⁵ Utilizaremos autores com orientações teóricas diversas das adotadas nesse trabalho, mas serão importantes para a finalidade de contextualização e da organização do empresariado brasileiro num determinado período histórico.

por alterações do capitalismo internacional e pela necessidade de adequação aos novos processos tecnológicos, mas se deviam também a transformações profundas e aceleradas na economia brasileira. Além disso, o Brasil transitava nos anos 80 da ditadura para a democracia. O subcontinente latino-americano, por sua vez, saía em busca de uma identidade econômica e cultural que mudava as noções de território e de políticas governamentais de âmbito nacional. (LEOPOLDI, 2000, p. 19-20)

É um período de muitas mudanças. O país entra nos anos 1990 com altíssima taxa de inflação e aumento da dívida externa, por meio do aumento da taxa de juros de empréstimos realizados com outros países. O crédito internacional, resultado da alta liquidez de mercado, foi muito utilizado pelo governo durante a ditadura, o que proporcionou o desenvolvimento da indústria no país. Os empréstimos foram realizados por taxas de juros flutuantes e no momento da crise do petróleo, no final da década de 70, no âmbito internacional, as taxas tornaram-se exorbitantes e impagáveis para o país, bem como diversos países da América Latina. Como forma de conter a inflação, após diversos modelos econômicos falhos, para o pagamento da dívida pública externa, realiza-se empréstimos com o Fundo Monetário Internacional, sob condição de inserir alguns pacotes e medidas econômicas neoliberais.

No âmbito econômico e produtivo, as políticas neoliberais representam maior abertura comercial ao capital estrangeiro, num processo de desregulamentação da economia e da concentração do capital. Com diretrizes pró-mercado, o capital financeiro e a lógica concentradora das grandes corporações transnacionais detêm o comando da nova ordem econômica, cuja prioridade é a inserção-integração das economias nacionais numa estrutura de poder de escopo transnacional, marcada por fortes assimetrias econômicas e políticas (DINIZ, 2010, p. 116).

Essas mudanças políticas, econômicas e sociais foram acompanhadas por uma reestruturação do Estado. A reforma administrativa foi realizada pelo governo Collor, representando um ponto de inflexão (DINIZ e BOSCHI, 2004), orientou maior concentração e centralização do poder decisório da burocracia econômica governamental. Estas medidas são intensificadas e aprofundadas nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Assim, foi criado o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, englobando os antigos Ministérios da Indústria e Comércio e da Fazenda, além da Secretaria de Planejamento,

com o objetivo de compatibilizar os diferentes instrumentos de intervenção do governo na economia. Paralelamente, observou-se a extinção de órgãos colegiados, que haviam tido considerável importância no passado, como o CDI [Conselho de Desenvolvimento Industrial] e o CONCEX [Conselho do Comércio Exterior], ou a transformação de outros, como a CPA [Conselho de Política Aduaneira], de órgãos políticos em unidades de natureza eminentemente técnica. (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 111).

Tais mudanças implicaram em novas formas de relação Estado/sociedade, onde práticas pluralistas coexistem com relações clientelistas e informais. Os empresários e industriais intensificam *lobby*. Diniz e Boschi (2004) realizam um levantamento com relação a esta prática em três momentos históricos: 1946-67; 1967-1987; 1987-1999. Os dados demonstram que essa técnica sempre foi utilizada ao longo deste período, no entanto, foram se intensificando a partir de 1990. Os autores apresentam duas tendências: 1) o declínio acentuado de representação de empresários dos setores industrial e financeiro; 2) o crescimento de representação de empresários do setor de serviços e outros. (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 97). Os setores industriais e de finanças se beneficiam com acesso privilegiado às altas instâncias do Executivo, por meio de vínculos pessoais ou por estrutura corporativa, incidindo no declínio do *lobby* realizado por estes setores. Apesar de esta prática ser uma forma de atuação empresarial rotineira, há momentos históricos que se intensificam e variam de acordo com os setores empresariais.

Embora acompanhem, ainda que de forma irregular, os trabalhos rotineiros do Legislativo, há, evidentemente, determinados períodos que despertam intensa mobilização das atividades de *lobby*: a queda do regime militar, os anos de 1987 e 1988, durante a elaboração da Constituição de 1988, bem como os processos de revisão constitucional de 1993 e 1995/1996, foram momentos de grande movimentação dos lobistas. O mesmo ocorreu quando da tramitação e votação de projetos de lei específicos, como a Lei de Patentes e da Modernização dos Portos. (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 14).

Wagner Mancuso (2004) aborda o *lobby* realizado pelo empresário como uma forma de articulação política, especialmente junto ao Poder Legislativo. Em seu estudo, explica que devido às mudanças com

a inserção neoliberal e maior exposição do empresariado nacional à concorrência internacional, os empresários articulam-se em torno de organizações, em especial a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em torno do que se convencionou chamar “Custo Brasil”, que é composto por seis fatores: “excesso e má qualidade da regulação da atividade econômica; legislação trabalhista inadequada; sistema tributário que onera a produção; elevado custo de financiamento da atividade produtiva; infraestrutura material insuficiente; infraestrutura social deficiente. (CNI, 1996a; 1998a *apud* MANCUSO, 2004, p. 505-506). Ou seja, em torno de condições que permitam lucratividade para os industriais. As ações políticas da indústria junto ao Legislativo são classificadas em cinco categorias: acompanhamento, análise, tomada de posição, orientação e pressão (MANCUSO, 2004, p. 516). Assim, o empresariado se mantém informado e prepara-se para a atuação política, sendo a pressão, a ação que culmina todo o processo de produção legislativa.

A prática do *lobby* não se dá apenas no âmbito do Legislativo, mas também do Executivo. A Constituição brasileira confere ao chefe do Poder Executivo o poder de desempenhar papel de crucial relevância no processo de produção legislativa federal do país, instigando os empresários da indústria a dirigir suas atividades de pressão também para este poder (MANCUSO, 2004, p.518). Os dados apresentados pelo autor demonstram um sucesso considerável dessa prática.

De um total de 216 casos, 66 decisões (30,6%) resultaram em normas jurídicas novas; 37 projetos (17,1%) foram rejeitados mediante decisões tomadas em comissões ou no plenário da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional; 21 proposições (9,7%) foram retiradas de tramitação por iniciativa do próprio autor e 92 propostas (38,8%) foram arquivadas na Câmara ou no Senado ao final da legislatura.(...) independentemente do tipo de decisão final tomada, **a indústria obtém sucesso em nada menos que 66,7% dos casos considerados** (144 sucessos para um total de 216 decisões). (MANCUSO, 2004, p. 523-524, grifo nosso).

Mancuso (2004) reconhece que não há evidências suficientes que demonstre que os sucessos políticos ocorreram por causa do *lobby* no processo legislativo pelos industriais, mas é inegável a sua articulação política nesse sentido.

Este exercício foi constatado na ação política da ACIF, apesar de não ter essa nomenclatura, pois o *lobby* não é regulamentado no Brasil, mas observou-se este movimento realizado pela associação com o “Projeto Conexão Brasília”, quando alguns diretores, presidentes e/ou associados dirigiam-se à capital brasileira para defender pautas e projetos discutidos e aprovados na associação junto a políticos que representam Santa Catarina no Congresso Nacional. Dentre algumas propostas que foram entregues, estão o Projeto de Reforma Política e Projeto de Reforma Tributária. Cabe destacar também o PMF 2012, que foi entregue ao então prefeito Dário Berger, com algumas indicações e “soluções” para problemas da cidade e formas de gestão, ampliando a participação da sociedade civil organizada. O Diretor de Relações Governamentais, responsável pelo projeto em 2013, afirma que o “Conexão Brasília” já trouxe resultados positivos, desde a incorporação de alguns pontos defendidos pela associação, troca de informações e maior legitimidade da ACIF frente ao Estado e à sociedade (MARMITT, 2013). Sendo que a ACIF atua no âmbito do legislativo e também do executivo. A proximidade dos gestores das outras associações, AEMFLO, CDL/SJ e CDL/Fpolis, com os políticos locais, formas de práticas de *lobby*, é observada e descrita pelos entrevistados.

Para acompanhar o processo de mudanças no âmbito político e econômico, desencadeado e intensificado na década de 90, as associações empresariais passam por algumas mudanças significativas nesse período.

Através de um processo adaptativo, os empresários terminaram por construir um sistema de representação altamente diferenciado internamente, o qual, embora incapaz de permitir o estabelecimento de plataformas abrangentes e consensuais, foi extremamente eficaz no sentido de facilitar o acesso ao aparelho de Estado, contornando, por meio da ação coletiva, as restrições impostas em diferentes momentos pelas opções de política econômica. (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 28).

Algumas mudanças são de âmbito interno e estrutural das organizações empresariais e outras, são inovações que permitem maior transmissão de informações, acesso a dados públicos e consequentemente articulação política.

O caráter voluntário das associações necessita de uma atuação e organização para a eficiência e desempenho organizacional, e assim, garantir um maior número de associados por meio de diversos

incentivos. A compilação da informação de interesse empresarial é um deles, com um número expressivo de associações e também sindicatos, os quais publicam periódicos para circulação de informações para seus membros, pautando deste modo, seus moldes empresariais, buscando oferecer soluções para problemas enfrentados pelas empresas (DINIZ, 2004, p 83). Álvaro Bianchi (2004) demonstra que o empresariado apresenta grande capacidade de adaptação a essas mudanças econômicas, com a inserção do neoliberalismo e abertura econômica.

Tal ativismo, entretanto, não o teria colocado em oposição aos interesses tradicionais ou transnacionais existentes nas sociedades latino-americanas, como fazia crer a tese da atividade hegemônica. Pelo contrário, uma grande capacidade de negociação e articulação política até então não manifestada plenamente. (...) De fato, um de seus traços mais fortes é, justamente a criação de um grande número de associações empresariais cujos objetivos são a distribuição de benefícios a seus associados, sob a forma de serviços técnicos de consultoria, repasse de subsídios, e/ou representação de interesses perante o Estado e os sindicatos dos trabalhadores. (BIANCHI, 2004, p. 43 – 44).

Percebemos que essa estratégia de disponibilizar diversos serviços é utilizada pelas quatro associações escolhidas para este trabalho: a ACIF, a AEMFLO, CDL/SJ e a CDL/Fpolis. Um diretor da ACIF menciona, em entrevista concedida em 2012, que o plano de saúde oferecido pela associação é um dos principais motivadores das empresas para se associarem (MARMITT, 2013). Além disso, podemos destacar também a circulação de periódicos internos na ACIF e na AEMFLO, informando e formando seus associados. Tais incentivos configuram assim, as formas de manutenção das associações e fidelização de seus associados.

Para uma melhor articulação política, ocorre uma separação de funções internas das associações, entre funções técnicas e de direção. Como os exemplos de Diniz e Boschi (2004), a FIESP cria a figura do diretor executivo, um profissional remunerado para o exercício da função da diretoria, e a CNI, que além de seu corpo técnico, possui diversas comissões temáticas e três diretores executivos na alta administração. As associações ACIF, AEMFLO, CDL/SJ e CDL/Fpolis possuem diretorias especializadas (descrição nos capítulos 3 e 4) em sua estrutura organizativa, com cargos específicos para determinada função.

Diniz e Boschi (2004) destacam ainda a atuação do *lobby* como uma forma de profissionalização das associações, pratica realizada, muitas vezes, por um profissional.

A exemplo da CNI, no quesito inovações, está a criação do *Conselho de Assuntos Legislativos* (COAL). Trata-se de uma assessoria com objetivo de acompanhar os trabalhos legislativos de interesse dos industriais, fornecendo informações para as entidades de classe sobre os principais projetos em processo no legislativo e, simultaneamente, envia aos parlamentares dados e sugestões formuladas pelas associações. Desde 1996 a COAL edita e circula a “Agenda Legislativa” nos meios empresariais, como divulgação dos projetos em votação. Outra inovação destacada por Diniz e Boschi (2004) é a criação da *Organização Nacional da Indústria do Petróleo* (ONIP), uma organização não-governamental de caráter mobilizador, reunindo os interesses do empresariado da cadeia produtiva do petróleo: Petrobrás, empresas privadas, entidades de classe e órgãos governamentais, com objetivos de articulação e cooperação, buscam estratégias comuns para a expansão e o fortalecimento da cadeia produtiva. O alvo de atuação dessa organização é o Executivo, com destaque para o Banco Central, o BNDES, os Ministérios da Fazenda, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento e outros (DINIZ e BOSCHI, 2004, p 86). A ACIF possui um serviço semelhante à COAL, pensada desde 2013, inicialmente a cargo de uma diretoria, e agora, realizado por uma empresa que repassa aos associados como informativos.

Neste sentido, Álvaro Bianchi (2004) ainda destaca a formação de centros de pesquisa, como o *Instituto Liberal* (1983), *Instituto de Estudos Empresariais* (1984) e *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial* (1989), no Brasil, e instituições de cúpula multissetoriais em diversos países da América Latina, a partir da década de 70, como na Nicarágua, Costa Rica, México, Uruguai, Equador, Peru e Colômbia, bem como algumas de caráter internacional, já a partir dos anos 80: *Federación de Entidades Privadas de Centroamérica e Panamá* (Fedepriacap), *Consejo de Empresarios Andinos* e o *Consejo Empresarios de America Latina* (CEAL).

Este processo de mudanças ocorridas no interior das associações, na modernização de suas formas de organização e articulação política, intensificação da prática do *lobby*, valorização do Legislativo e criação de institutos de pesquisa no Brasil são indicativos de americanização da forma de organização e atuação do empresariado brasileiro. A organização das associações passa a assemelhar-se com empresas em seu funcionamento.

Observa-se a flexibilização das estruturas corporativas, uma certa “americanização” da representação dos interesses – seja no sentido de um maior pluralismo, seja pela adoção de táticas de *lobby* junto ao Congresso -, uma maior profissionalização das antigas e novas organizações e, sobretudo, uma crescente ênfase no caráter voluntário da ação coletiva. (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 25).

Para além das abordagens teóricas de cada autor, que analisam e descrevem as ações do empresariado, nos preocupamos nesse tópico, trazer algumas noções de mudanças ocorridas no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, com inserção das políticas neoliberais, ampliação da abertura para o mercado internacional e reestruturação do Estado.

O impacto dessas mudanças foi diferente de acordo com cada setor e tamanho da empresa. Muitas empresas de médio e pequeno porte tiveram falência decretada, outras foram incorporadas ou realizaram fusão com nacionais ou multinacionais que entraram no mercado brasileiro. Os empresários não empreenderam ação coordenada e unitária, tiveram ciclos de apoio e críticas às novas políticas econômicas e sociais implementadas (DINIZ, 2010). As formas de atuação e organização política se deu de forma diferenciada, recorrendo cada vez mais ao *lobby*. Diniz (2010) argumenta que, mesmo tendo diversos descontentamentos de alguns empresários ou resistência de setores, as posturas das organizações da classe empresarial cederam forte apoio ao projeto neoliberal.

O projeto político neoliberal foi defendido e apoiado pelos empresários, embora com ressalvas, até o final da década de 1990, em meados do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o projeto não demonstra o crescimento econômico prometido (TEIXEIRA e PINTO, 2012). Especialmente quando comparado aos países que não adotaram tais políticas, como China e Índia. Com a década de 2000, vemos emergir algumas promessas para mudanças.

1.6 Organização empresarial na década de 2000 e atual

Na configuração econômica de 1994 a 2000, com as constantes ameaças de fugas de capital e crises cambiais, foi um campo extremamente favorável para o mercado financeiro doméstico e internacional que lhes concebeu muito poder em detrimento dos

trabalhadores do setor privado, funcionalismo público ou setores da elite doméstica ligada ao setor produtivo. Foi um período de hegemonia de um projeto político, comandado pela fração bancário-financeira (TEIXEIRA e PINTO, 2012).

No quadro abaixo estão elencados as principais mudanças políticas e econômicas de 1990 a 2002.

Quadro 2 - Pontos de inflexão na trajetória do desenvolvimento brasileiro até 2002

1985-1989	<ul style="list-style-type: none"> • Ruptura com o passado autoritário através da transição democrática; • Fim do nacional-desenvolvimentismo, principalmente em virtude do esgotamento do modelo de substituição de importações;
1990-1997	<ul style="list-style-type: none"> • Busca de um novo modelo econômico através da implantação de reformas liberalizantes; • Êxito do Plano Real no controle da estabilidade econômica; • Impacto das reformas orientadas para o mercado, sendo as principais: a abertura econômica e o processo de privatização; • Fim das arenas participativas no âmbito federal
1998-2002	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento de um núcleo empresarial politicamente forte e articulado para criticar o governo; • Erosão da coalizão de apoio ao governo FHC que fragilizou o consenso em torno da estabilidade econômica e do ajuste fiscal como prioridades da agenda pública; • Transformações no pensamento da esquerda em geral, mas, principalmente, no PT com a eleição da chapa Lula/ Dirceu para a direção do partido.

FONTE: MOREIRA, MANCUSO (2010, p.6).

O final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso é marcado pelo descontentamento de diversos setores da economia, com as promessas liberalizantes não se concretizando, crescimento econômico abaixo do esperado, em contraste a média de países que não adotaram as políticas neoliberais.

Com uma reorganização da esquerda, elege-se Luiz Inácio Lula da Silva para presidente do país, após uma nova abordagem política, diferente de seu discurso radical de outros anos. Lula busca apoio do empresariado, montando uma chapa elencando um empresário mineiro como seu vice, José Alencar. Adota uma postura moderada, de transição para um novo modelo, sem rupturas bruscas, na busca de confiabilidade internacional e de conquista do setor privado interno (BOITO Jr, 2007).

Devido a isso, o primeiro mandato teve forte tensão entre a continuidade e a mudança. Dentre as mudanças, a principal, no âmbito da política externa, ganha novos patamares. Porém, faz esforços em criar condições para uma política industrial afirmativa, dando mais espaço ao empresariado industrial no campo político. Nesse sentido, cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), para institucionalizar um espaço de negociação entre Estado e sociedade civil, convidando um grande número de empresários para integrar o Conselho, que teve a seguinte composição: o Presidente da República, que o preside, o Ministro Tarso Genro, seu secretário executivo e mais 11 ministros, além de 90 representantes da sociedade civil, entre os quais, 41 empresários, 13 sindicatos de trabalhadores, 11 movimentos sociais, 10 personalidades, 3 entidades de classe, 2 representantes da cultura, 2 religiosos e 7 representantes das regiões Norte e Nordeste (DINIZ, 2010). Nessa mesma linha, foi criado, em fins de 2004, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), órgão de caráter consultivo para formular as diretrizes da política de desenvolvimento industrial, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e no mesmo período, foi criada a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) (DINIZ, 2010, p. 122).

Observa-se, ainda, um alargamento das políticas sociais, que tiveram começo no último mandato de FHC e a criação de novas políticas, para maior abrangência da população. Mas apesar dessas mudanças, mesmo moderadas, há um setor que ainda representa a continuidade, o da política macroeconômica, bastante vinculado à economia internacional (DINIZ, 2010.p. 119). Essa conexão, com os interesses do grande capital financeiro, se mantém por meio do Ministério da Fazenda e do Banco Central, que “se constituem nos locais privilegiados nesse esquema de concentração do poder na definição da política econômica” (BOITO Jr, 2007. p.68).

As mudanças do governo Lula, referentes ao empresariado nacional, não são apenas econômicas, mas também estruturais, a partir da criação de espaços institucionais de deliberação e participação do empresariado, como o CDES, descrito acima. Foi oferecida ao empresariado a possibilidade de retornar à arena do executivo federal, participando da formulação das políticas públicas, originando uma nova articulação entre Estado e Sociedade (MOREIRA e MANCUSO, 2010).

Teixeira e Pinto (2012) destacam o aumento do poder econômico e político da burguesia produtora e exportadora de *commodities*, com aumento de lucros de 1.705,9%, de 1995 a 2007. Em 2007, a participação deste setor na riqueza anual média gerada pelo país foi

cerca de 40%, ultrapassando o segmento bancário-financeiro naquele ano (33,5%).

Lula reelege-se em 2006. E já nos fins de 2007, a bolha imobiliária nos Estados Unidos começa afetar a economia mundial e os anos seguintes seguem com o agravamento da grande crise financeira nos principais países capitalistas, demonstrando as fragilidades do neoliberalismo. A repercussão dessa crise no Brasil, ao contrário do proposto pelas políticas neoliberais, leva a uma importante atuação do Estado na economia, de incentivo ao consumo interno e apoio aos setores atingidos, com políticas anticíclicas, com o amparo do BNDES, injetando dinheiro na economia. Teixeira e Pinto (2012) apontam que o Brasil absorveu o excesso de liquidez da economia mundial, por meio da rentabilidade das aplicações em carteira e expansão do mercado interno.

No 2º governo Lula, verificou-se certa flexibilização da política econômica por meio (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e (v) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009. (TEIXEIRA, PINTO, 2012, p. 923).

Bresser e Diniz (2009) argumentam que é um período de transição, passando de um modelo centrado no mercado para uma nova ordem com maior coordenação pelo Estado, com elementos de continuidade e descontinuidade, com predominância do segundo.

Trata-se certamente de um novo conjunto de políticas públicas que se tornaram prioritárias entre os anos de 2004 e 2010. Nesse sentido, segundo alguns analistas e elites da alta burocracia governamental (DINIZ & BOSCHI, 2012) torna-se possível identificar, ao longo da última década, a configuração de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Esta consiste na articulação do crescimento com distribuição de renda, destacando-se ainda a redução da vulnerabilidade externa, o equilíbrio macroeconômico, a democracia e a inserção internacional competitiva sob o primado de uma nova visão da soberania nacional. (DINIZ, 2013, p. 11).

Diniz (2013) aponta uma coalizão eleitoral de centro-esquerda que se consolidou a partir das aspirações de mudanças no estado. Lula teria tentado realizar uma coalizão de classes a partir de programas sociais, voltados para a população mais carente, ao mesmo tempo em que procurava manter muitas das políticas econômicas de seu antecessor, privilegiando o bloco hegemônico financeiro. Teixeira e Pinto (2012) observam nessa política uma forma de conter a luta de classes:

À medida que passou a ser sustentado pela base subproletária, Lula obteve uma autonomia bonapartista [...]. Com ela, criou um ponto de fuga para a **luta de classes**, que começou a ser arbitrada ao sabor da correlação de forças. Tornou-se, inclusive, um árbitro acima das classes” (TEIXEIRA, PINTO, 2012, p. 931, grifo nosso).

Teixeira (2012) prossegue no texto:

O mais plausível é dizer que a manutenção da política macroeconômica de FHC não foi um fator que contribuiu para o realinhamento eleitoral deste grupo, mas sim para o realinhamento das elites hegemônicas do bloco no poder. O apoio do subproletariado ao governo Lula, conseguido com os programas de transferência de renda e o aumento do salário mínimo, ao lado da manutenção da política econômica, possibilitou a manutenção da dominação da fração bancário-financeira no bloco no poder. Mais que isso, completou-se o processo de legitimação uma vez que a hegemonia restrita da fração bancário-financeira, durante o governo FHC, torna-se uma hegemonia ampla, incorporando os segmentos fora do poder. (TEIXEIRA, PINTO, 2012, p.933)

Mesmo tendo a manutenção da hegemonia do bloco financeiro, Bresser e Diniz (2009) argumentam que alguns empresários relacionam sua maior participação política com a eleição de 2002 e que o caráter sindical do governo fez o empresariado, pouco a vontade, se sentir fora do poder. “Vivem, assim, uma contradição que sempre caracterizou a burguesia industrial brasileira: identificam-se com governos nacionalistas porque se sentem mais fortes então, mas insistem em suas perspectivas liberal e internacionalista que os aproximado capitalismo dominante.” (BRESSER e DINIZ, 2009, p. 99).

Essa contradição acompanha a burguesia nacional. Os dois últimos anos do mandato do governo Lula começam a aparecer

mudanças estruturais no bloco no poder, potencializando algumas fissuras da hegemonia bancário financeira, em virtude do fortalecimento de outras frações, como segmentos exportadores de *commodities* e parte da indústria nacional, bem como os efeitos da crise financeira internacional que começam a atingir alguns setores brasileiros (TEIXEIRA e PINTO, 2012).

Dilma Rousseff substituiu Lula na presidência da República, a partir de 2011. O aprofundamento dessas contradições, da ruptura do grupo hegemônico se mostra mais evidente com o discurso de Dilma no dia 1 de maio de 2012, quando faz duras críticas aos bancos privados e promete baixar os juros por meio dos bancos públicos. Tal evento sinalizou uma nova relação do Estado com o sistema financeiro, e consequentemente, do Estado com o empresariado (TEIXEIRA e PINTO, 2012).

Dilma encerra seu primeiro mandato com menos aprovação que seu antecessor. Em meio a diversas críticas vindas do setor empresarial industrial, potencializada com a crise política que se instaura, e a partir das jornadas de julho de 2013, prefigura-se uma crise de representação. Dilma elege-se em 2014 para seu segundo mandato com apenas 51% dos votos válidos, visto por alguns jornais como a disputa eleitoral mais acirrada da história brasileira⁶. A presidenta segue seu segundo mandato com pouco apoio, possuindo o Congresso mais conservador⁷.

Os empresários tiveram importante atuação nesse período, com diversas entidades convocando seus associados e a sociedade para ocupar as ruas e posicionar-se contra o governo petista. As associações de classe, ACIF, AEMFLO, CDL/SJ e CDL/Fpolis apoiaram as manifestações pró-*impeachment*, chamando seus associados e comunidade para irem às ruas.

1.7 Considerações

Neste capítulo foi possível explorar alguns dos conceitos básicos que nos orienta na compreensão do fenômeno social estudado: as associações empresariais. As noções de classe e frações de classe apresentam o objeto, não como um ator coletivo unitário, com interesses bem definidos e ações coordenadas de forma pacífica, mas como classe social, em suas diversas frações, interesses, projetos, setores e disputas.

⁶ Folha Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537894-dilma-e-reeleita-presidente-do-brasil.shtml>.

⁷ Estes e outros fatores políticos, econômicos e sociais culminaram no *impeachment* da Presidenta em 2016, assumindo a presidência seu vice Michel Temer (PMDB).

Mesmo assim, realizam uma ação coordenada por meio de associações, defendem projetos políticos mais amplos e organizam-se enquanto sociedade civil, numa constante articulação com a sociedade política, a fim de construir e manter a hegemonia, para que suas bandeiras sejam inseridas na agenda política do município, estado e país.

Descrevemos, de forma bastante breve, alguns momentos históricos e políticos e o modelo econômico que o acompanha. É necessário realizar a análise da atuação empresarial levando-se em conta o momento histórico e social, a atuação das forças sociais atuantes, o projeto econômico que é defendido, a ideologia que o sustenta, as estruturas e as relações, bem como os intelectuais orgânicos e elites orgânicas que estão, geralmente, no comando e organização da ação empresarial e da coesão da classe.

A análise de ação coletiva que empreendemos neste trabalho é a partir da relação de forças sociais, da atuação do empresariado e a forma de organização e relação com a sociedade política.

No próximo capítulo vamos apresentar o contexto histórico, econômico e social no qual nosso objeto de estudo se insere: o estado de Santa Catarina, e mais especificamente, a região metropolitana, o município de Florianópolis e São de Florianópolis e São José.

CAPITULO 2

EMPRESÁRIOS EM SANTA CATARINA, BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Breve perfil econômico do estado de Santa Catarina e dos municípios de Florianópolis e São José

Neste capítulo faremos um breve resgate da constituição econômica de Santa Catarina a partir dos setores econômicos de diferentes regiões, e em diferentes momentos históricos, como a integração com o mercado nacional a partir de incentivos fiscais e financeiros do Estado, construindo infraestrutura para escoação da produção e impactos da abertura comercial nos anos 1990, levando a uma reestruturação da produção, com maior concentração e centralização do capital.

Abordaremos também o perfil associativista dos setores locais, por meio das associações de municípios, e como este processo foi apropriado e capitalizado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Regional-SDR.

Finalmente, traremos alguns dados econômicos do estado e do município de Florianópolis e de São José, que entre outros, são elementos pontuais para a compreensão do empresariado local, dos setores que mais se destacam, do número de empresas, pessoal ocupado e participação no PIB.

Este breve perfil é importante para situarmos nosso objeto de estudo, as associações comerciais e industriais da Grande Florianópolis, especificamente as de Florianópolis e São José: ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO e CDL /SJ.

2.2 Aspectos históricos e econômicos de Santa Catarina (até anos 1990)

Goularti Filho (2002) classifica a formação econômica a partir do modelo de acumulação. Assim, encontra em Santa Catarina quatro períodos demarcados da seguinte forma: 1) de 1880 a 1945: caracterizado pela origem e crescimento do capital industrial; 1945 a 1962: com a diversificação e ampliação da base produtiva; 3) 1962 a 1990: período de integração e consolidação da indústria catarinense; 4) a partir de 1990: com a abertura comercial e financeira e desregulamen-

tação da economia, com a redução do Estado. Não pretendemos aqui explorar todo esse período, apenas elencar pontos essenciais para uma possível compreensão de alguns elementos, os quais demonstram de que forma realizou-se o desenvolvimento econômico catarinense.

Mesmo tendo algumas indústrias no estado, anterior a 1950, Goulati Filho (2002) afirma que a integração com a indústria nacional só pode ser compreendida a partir de políticas estaduais de desenvolvimento e articulação nacional e construção da infra estrutura. A partir de 1956 são apresentados alguns planos de desenvolvimento, como Plano Federal de Obras e Equipamentos -POE (1956-1960), o Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961-1965), PLAMEG II (1966-1970), Plano Catarinense de Desenvolvimento - PCD (1971-1974), Plano de Governo - PG (1975-1979). Tais planos traçavam metas para construir infraestrutura e trazer condições para as indústrias catarinenses se desenvolverem. O autor destaca quatro grandes áreas de atuação destes planos: 1) financeira, a partir do Estado, financiar investimentos a longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivo; 2) de transporte, para integrar as diversas regiões produtoras com o mercado estadual e nacional; 3) de energia, para ampliar centrais elétricas, como a Celesc; 4) de telecomunicações, aumentando a rede de telefonia. “É o Estado atuando como força superior de organização capitalista, alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica.” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 629).

Desta forma, o autor descreve o Estado como sendo um dos principais atores do desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Seguindo o padrão nacional, o Estado como importante agente econômico, forte e desenvolvimentista.

Cândido, Cário e Silva (2012) apontam três elementos que contribuíram para a industrialização catarinense: a vinda de imigrantes europeus para o estado, trazendo a iniciativa empresarial e mão de obra especializada; a existência de recursos naturais, que resultou no caráter regionalizado da indústria no estado e; as ações do Estado, como os planos citados acima, que ao longo do tempo, impulsionam a dinâmica produtiva com melhorias de condições infraestruturais a partir de investimentos em energia, transporte, educação, incentivos fiscais e investimento com concessão de crédito.

Os autores citados apontam para a mesma relação: o desenvolvimento da indústria, das empresas e o financiamento e ação do Estado. A partir do desenvolvimento de bancos públicos como o Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BDE e Banco Regional de

Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, que foram os principais agentes financiadores.

A industrialização brasileira e também a catarinense, são imperativos políticos e não obra do mercado (GOULARTI FILHO, 2002). A economia catarinense insere-se na dinâmica e trajetória da economia nacional que, sofreu diversas mudanças, seguindo especificidades internas e características de cada setor, a partir da inserção das políticas neoliberais dos anos 90. A indústria catarinense também sofre o impacto da abertura comercial, regredindo em alguns setores e empresas que reestruturam-se para adaptar-se ao novo padrão concorrencial (CÂNDIDO, CÁRIO, SILVA, 2012, p. 94). Houve uma reestruturação da indústria cerâmica, que passou a concorrer em mercados internacionais. Já o segmento carbonífero teve seu desmonte. O complexo eletro-metal-mecânico sofre uma reestruturação patrimonial. Ainda a desvalorização e retração do setor têxtil e a desnacionalização do complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2002). O autor argumenta que o período ficou conhecido como “década perdida” para a indústria brasileira. A crise social não foi maior devido ao surgimento de micro e pequenas empresas que ficaram na franja das médias e grandes.

Goularti Filho (2002) defende que a década de 1990 representa um novo modelo de acumulação, altera-se a relação entre o poder público, a dinâmica interdepartamental e o grande capital nacional. Ocorre uma desarticulação política do Estado como condutor do processo de acumulação e o grande capital multinacional, em especial, o financeiro, passa a comandar o processo de acumulação. O ciclo de endividamento especulativo externo e as políticas de privatização e desnacionalização enfraquecem o Estado no sentido de formar novas políticas de desenvolvimento de bases nacionais. Mas o autor defende que tais mudanças fortalecem o Estado para conduzir os ganhos especulativos do sistema financeiro (GOULARTI FILHO, 2002, p. 993).

O que os autores observam é uma nova articulação Estado e Sociedade, a partir de um novo projeto e modelo político, defendido e incorporado ao longo dos anos 1990.

2.3 Associativismo catarinense e inserção das Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDR

Nesse tópico veremos como o estado de Santa Catarina possui uma relativa organização dos atores locais, resultando em associações de municípios desde a década de 1960. Dias (2012) atribui parte deste potencial organizacional à matriz étnico cultural diversificada no Estado com a colonização europeia, com espírito empreendedor e tradição voluntarista destes imigrantes.

Esta articulação e cooperação dos atores locais resultou, já na década de 1960, na formação de associações municipais, como a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSOC), primeira associação deste tipo criada no estado. Desde então, ocorre o movimento de descentralização realizado em diversas regiões. Partindo da sociedade civil organizada, acompanhando o processo de desenvolvimento das regiões e sem a devida atenção do Estado, estas associações surgiram “com a finalidade básica de aumentar o poder reivindicatório dos municípios junto aos órgãos estatais, visando à resolução de problemas comuns”. (THEIS *et al.*, 2011, p. 42). Este movimento de descentralização, com o fortalecimento das forças locais, segue até a década de 1990, quando culmina na formação do Fórum Catarinense de Desenvolvimento (FORUMCAT), criado no ano de 1996 em Chapecó/SC (THEIS *et al.*, 2011; DIAS, 2012). Estes Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado, liderados pelas associações municipais, tinham parceria com organizações públicas e da iniciativa privada, congregando assim, organizações do Estado, da sociedade civil e do mercado. (DIAS, 2012, p. 130).

A crise do estado nacional-desenvolvimentista, na década de 1980, estimulou a descentralização política, administrativa e fiscal no Brasil, redistribuindo o poder e recursos aos estados e municípios. “A Constituição Federal de 1988 legitimou este processo, definindo os recursos que deveriam ser repassados, assim como as obrigações do setor público perante a população”. (KRÜTZMANN, MASSUQUETTI, SILVEIRA, 2013).

Acompanhando esse movimento nacional, junto com a crise econômica (1980-1990) torna-se justificativa e apoio para a descentralização proposta por Luiz Henrique da Silveira, em 2002, como candidato a governador do estado (DIAS, 2012, p. 130). Intitulado como Plano 15, o político fez sua campanha pautado no projeto de descentralização do estado. Depois de eleito desenvolveu o processo de descentralização em Santa Catarina inspirado num modelo europeu, que

criou províncias a um nível intermediário na Itália da década de 1970. Luiz Henrique da Silveira apropria-se do modelo italiano e subtrai o contexto e organização política catarinense nas associações dos municípios (DIAS, 2012, p. 131).

Em seu primeiro mandato, de 2003 a 2006, pela LC 243/2003 o governador Luiz Henrique da Silveira criou 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDRs, seus respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional - CDRs, e o Conselho Estadual de Desenvolvimento - Desenvesc. Em 2005, com a LC 284, fez uma reforma que aumentou o número das SDRs para 30 unidades, e lhes dava mais poder, passando então a ter a competência de elaboração do seu plano de desenvolvimento regional. Em 2007, já reeleito, efetua mais uma reforma, a LC 381, passando para 36 SDRs, com função de planejar e normatizar as políticas públicas, funcionando como agências de desenvolvimento. O seu sucessor, Raimundo Colombo, em seu primeiro mandato (2010-2014) continua o modelo descentralizado de gestão.

Pela gestão descentralizada de Santa Catarina, os secretários de Estado do Desenvolvimento Regional são escolhidos e nomeados pelo governador “obedecendo a critérios de indicação pelos partidos da coalizão política que governa SC e aos interesses destes grupos em cada região” (FILIPPIN e ABRUCIO, 2010, p 223). As CDRs são órgãos consultivos e deliberativos e são formadas pelos prefeitos municipais, presidentes das Câmaras Municipais, dois representantes por município de entidades civis organizadas e presididas pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, “um terceiro aspecto comum a tais SDRs é o papel assumido pelo CDR, ou seja, o papel de legitimador de decisões que já estão tomadas. Nessas SDRs, as reuniões, quando acontecem, se dão num clima isento de conflitos, debate e discussão”. (DIAS, 2012, p. 241). No entanto, há disputas pelos cargos de Secretário de Estado, pelas lideranças locais e funcionam como uma ampliação da base partidária do governador, pois as estruturas operacionais são compostas por pessoas da base aliada.

Fillipin e Abrúcio (2010) tecem críticas a esse modelo, pois em tese, este modelo deveria favorecer a autonomia regional, mas o governador, ao implementar a descentralização, desconsidera a experiência anterior da organização dos agentes locais por meio das associações de municípios. Os autores observam que o governo catarinense aproveitou a organização associativista para o desenvolvimento regional e capitalizou esse movimento pela via partidária, visto que seus representantes são escolhidos na base de apoio do governo. O resultado deste processo é o aumento da regionalização. “Em grande medida, a classe política

hegemônica em termos partidários procurou controlar, no sentido de favorecer certa previsibilidade, o processo de articulação regional conduzido antes majoritariamente pela sociedade civil” (FILIPPIN; ABRUCIO, 2010, p. 220).

O modelo não trouxe a descentralização administrativa, resultou apenas numa regionalização política.

Santa Catarina tem uma história política na qual as oligarquias sempre estiveram presentes. A partir de meados dos anos oitenta, a influência das oligarquias diminuiu. Desde então, alternam-se no governo coalizões partidárias de centro-direita, lideradas por políticos do PFL ou PPB (hoje PP) e de centro-esquerda, liderados pelo PMDB (Côrtes, 2006). Tem havido uma alternância entre, de um lado, governadores eleitos por PDS (PPB – hoje PP) ou PFL (atual DEM) e, de outro, o PMDB. Os dois governos de Luiz Henrique da Silveira foram eleitos por meio de ampla coalizão partidária liderada pelo PMDB (...). O Partido dos Trabalhadores apoiou o governo estadual até o final de 2004, quando passou a ser oposição ao governo. A estratégia das coligações foi acirrada para o segundo turno das eleições de 2006, permitindo dar legitimidade à Reforma Administrativa. (FILIPPIN e ABRUCIO, 2010, p.222).

Segundo Filippin e Abrucio (2010, p. 226), a formação das SDRs tem enfraquecido a atuação das associações de municípios, seu poder de planejamento, ao passo que tem reforçado o poder das oligarquias locais, como uma forma de manutenção do poder que é chamada de Tríplice Aliança, formado pelos partidos PMDB, PSDB e DEM⁸.

A SDR da Grande Florianópolis era constituída por 13 municípios: Florianópolis, Governador Celso Ramos, Biguaçu, Antônio Carlos, Angelina, São José, São Pedro de Alcântara, Rancho Queimado, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, Anitápolis e Palhoça. O Conselho de Desenvolvimento era composto por quatro membros de cada cidade: o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores e outros dois integrantes da sociedade civil.

Em dezembro de 2015, pela lei nº 16.795 as 36 SDRs do estado são extintas e transformadas em 35 Agências de Desenvolvimento Regional. A proposta do governador Raimundo Colombo (PSD) é unir a

⁸ Agora também PSD, partido do atual governador Raimundo Colombo e ex-prefeito de Florianópolis César Souza Júnior e da prefeita reeleita de São José Adeliana Dal Pont. Partido criado a partir de uma dissidência do DEM.

SDR de Florianópolis à estrutura da Região Metropolitana da Grande Florianópolis⁹.

Outra forma de gestão local é o que convencionou-se chamar de Região Metropolitana de Florianópolis, criada pela lei complementar estadual n° 162 de 1998, extinta pela lei complementar estadual n° 381 de 2007 e reinstituída pela lei complementar estadual n° 495 de 2010¹⁰, divide o Estado de Santa Catarina em algumas regiões e Florianópolis é município sede de uma delas.

O Núcleo Metropolitano engloba os seguintes municípios: Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2010, p. 2). São, portanto, menos municípios do que eram contemplados pela SDR de Florianópolis.

Apenas em 2014 a lei é sancionada. No texto da matéria, no portal do Governo de Santa Catarina, é descrito como um projeto de lei do Estado em parceria com a Sociedade Civil, esta representada pelo Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis - COMDES¹¹. Este conselho, criado pelas organizações empresariais e de classe, será abordado com mais detalhes no capítulo 5.

Em março de 2016, sob o decreto n° 624, regulamenta o artigo 13 da lei n° 16.975 (que extinguiu a SDR de Florianópolis) e cria o Núcleo de Gestão de Convênios da Grande Florianópolis para atender as demandas dos municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José¹².

Esta é uma das bandeiras da AEMFLO e CDL/SJ, descrito em seu livro histórico e reafirmado pelos entrevistados das associações, pela criação de um núcleo de planejamento econômico regional, integrando, principalmente, os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

⁹ *Notícias do Dia*. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/reforma-administrativa-preve-fechamento-da-secretaria-regional-da-grande-florianopolis>.

¹⁰ *Diário Catarinense*, Região Metropolitana de Florianópolis é a que mais cresce no Sul do Brasil. 25/10/2012. Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2012/10/regiao-metropolitana-de-florianopolis-e-a-que-mais-cresce-no-sul-do-brasil-3929226.html>>. Acesso em: 13/07/2015.

¹¹ Governo do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/mais-sobre-desenvolvimento-economico/10158-lei-que-institui-a-regiao-metropolitana-da-grande-florianopolis-e-sancionada>> Acesso em: 13/07/2015.

¹² SANTA CATARINA, Lei n° 16.795.

Este fato demonstra a relação que há entre a sociedade civil e a sociedade política, e os resultados em termos de políticas públicas e reorganização estrutural do Estado.

2.4 Alguns dados recentes de Santa Catarina

Como visto nos tópicos anteriores, Santa Catarina não ficou à margem dos acontecimentos econômicos da década de 1990, momento de intensificação da abertura comercial e reestruturação do Estado. Vários setores da indústria catarinense foram atingidos, alguns de forma negativa e outros se inserindo na nova lógica do mercado.

Os setores que sofreram impactos negativos foram: o carbonífero; o complexo eletro-metal-mecânico, que passa por uma reestruturação patrimonial; o setor têxtil com retração e; a agroindústria, que é desnacionalizada. Outros se adaptam à nova dinâmica concorrencial do mercado transnacional, como a indústria cerâmica, que passa a operar também em mercados internacionais.

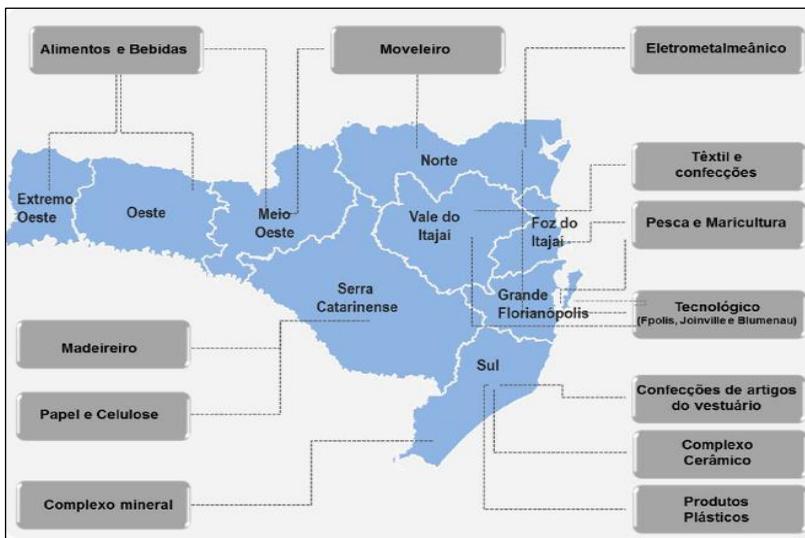
No mapa a seguir, apresento os principais polos produtivos de Santa Catarina, dividido por regiões geográficas e de atividades.

Pelo mapa é possível observar que os setores produtivos, em sua maioria, estão também limitados por áreas geográficas. Assim, observamos que a região da Grande Florianópolis destaca-se pelo setor tecnológico.

O processo de abertura comercial tem impacto direto na indústria catarinense, ocorrendo essa reorganização produtiva, alguns setores ganhando destaque e outros perdendo competitividade. O resultado é maior concentração e centralização do capital.

Mattei, Rodolfo e Teixeira (2012) apontam que no período de 1999 a 2009 o estado de Santa Catarina aumenta sua participação no PIB nacional, passando de 3,5 para 4%. Este é acompanhado por maior concentração de alguns setores e consequente desigualdade.

Mapa 1 - Principais Polos Produtivos de Santa Catarina



Fonte: SEBRAE, 2014, p. 12.

Quando se analisa o índice de concentração do PIB catarinense por setores de atividade, percebe-se que a atividade agropecuária aparece como a menos concentrada, com índice de 0,42 no ano de 2009. Já a indústria (0,79) e os serviços (0,78) aparecem como maior índice de concentração. Esses resultados revelam o mesmo comportamento que se observa nacionalmente, onde os setores de serviços e industrial são também mais concentrados que a agropecuária. (MATTEI, RODOLFO, TEIXEIRA, 2012, p. 12).

Os autores Cândido, Cário e Silva (2012) interpretam que este aumento da participação estadual no PIB nacional, a indústria não teve papel protagonista, mesmo tendo um aumento na taxa de crescimento em 2004 de 15,95%, recua no ano seguinte em 4,13%, indicando assim, uma ocorrência de desindustrialização. Este movimento segue o modelo nacional. (CÂNDIDO, CÁRIO, SILVA, 2012, p. 96). Além disso, os autores caracterizam a indústria catarinense com baixa intensidade tecnológica.

Apresento alguns dados econômicos de 2009 a 2014 do número de empresas e organizações catarinenses. Abaixo segue a tabela.

Tabela 1 - Cadastro de Empresas de Santa Catarina - Número de empresas e outras organizações, por seções de atividades

Seções de atividades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009-2014%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.748	1.757	1.739	1.719	1.824	1.803	3,15
Indústrias extrativas	432	423	422	458	483	464	7,41
Indústrias de transformação	36.846	38.783	38.239	39.040	39.594	39.716	7,79
Eletricidade e gás	232	236	283	302	280	314	35,34
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	612	654	675	732	743	750	22,55
Construção	8.417	10.350	11.662	13.049	14.719	15.870	88,55
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	101.367	104.527	101.829	103.339	103.310	102.350	0,9
Transporte, armazenagem e correio	13.090	14.104	14.512	15.721	16.872	17.761	35,7
Alojamento e alimentação	17.856	18.718	17.807	17.863	18.121	18.121	1,5
Informação e comunicação	5.247	5.437	5.441	5.762	5.949	6.050	15,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2.669	2.836	2.939	3.120	3.397	3.512	31,6
Atividades imobiliárias	3.024	3.583	3.866	4.479	5.116	5.781	91,2

Seções de atividades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009-2014%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	9.734	10.738	10.955	11.699	12.392	13.033	33,9
Atividades administrativas e serviços complementares	17.052	18.256	18.534	19.608	21.063	22.149	29,9
Administração pública, defesa e seguridade social	885	953	1.004	1.031	1.102	1.100	24,3
Educação	4.139	4.358	3.553	3.688	3.984	4.128	-0,3
Saúde humana e serviços sociais	5.105	5.360	5.468	5.835	6.252	6.597	29,2
Artes, cultura, esporte e recreação	4.395	4.548	4.455	4.562	4.786	4.575	4,1
Outras atividades de serviços	20.391	20.693	20.551	20.465	20.838	18.790	-7,9
Serviços domésticos							-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	4	3	3	4	3	3	-25,0

FONTE: IBGE Cadastro Central de Empresas 2014. Elaboração para esta pesquisa.

O setor que mais possui empresas, em números absolutos, é o de “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”, com 102.235 unidades, com aumento de 0,9% de 2009 a 2014. O segundo setor com maior número de empresas é da “indústria de transformação” com 39.716 unidades, com crescimento de 7,79% e em terceiro, das “atividades administrativas e serviços complementares” com 22.149 unidades e aumento de 29,9%.

Verificando os setores com maior crescimento no período observado estão “atividades imobiliárias” com 91,27%, em segundo, “construção” com 88,55% e em terceiro, “eletricidade e gás” com 35,34%. Nestes dados é possível observar o impacto que a construção civil e atividades imobiliárias foram adquirindo de 2009 a 2014, tendo uma porcentagem de crescimento muito superior ao terceiro maior, por exemplo.

Já outros setores obtiveram uma porcentagem de crescimento menor ou até mesmo retração, tais como: “organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais” -25%. É necessário colocar aqui uma ressalva, pois este setor possuía apenas quatro unidades em 2009 e passou a três em 2014, portanto, não representa um número significativo. Em segundo, com menor crescimento, “outras atividades e serviços”, com retração de - 7,9%. Em terceiro, a “educação”, com - 0,3% e em quarto, “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” com 0,9%.

Vale destacar que nem sempre o setor que possui maior número de empresas é o mais representativo ou tem impacto econômico na região. Uma das formas de verificar é a empregabilidade que estas empresas trazem para a região. Abaixo segue a tabela com as empresas por pessoal ocupado.

Tabela 2 - Cadastro de Empresas Pessoal ocupado, por seções de atividades

Seções de atividades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009-2014 %
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	18.665	17.722	17.344	17.006	16.671	19.335	3,6
Indústrias extrativas	8223	8 675	8 561	9 058	9 813	9728	18,3
Indústrias de transformação	730.832	779.810	798.191	780.195	802.033	801.075	9,6
Eletricidade e gás	9.172	9.178	9.217	8.725	8.953	9.185	0,1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	14.144	14.377	15.421	16.167	16.248	17.542	24,0
Construção	82.036	99.325	110.140	119.147	127.374	131.993	60,9
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	476.367	509.167	526.629	552.632	567.550	576.537	21,0
Transporte, armazenagem e correio	98.991	109.005	117.907	124.240	132.662	136.659	38,1
Alojamento e alimentação	81.107	86.540	90.719	94.470	98.395	101.472	25,1
Informação e comunicação	29.124	30.519	33.726	36.648	39.837	41.299	41,8
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	13.965	15.597	17.444	19.703	23.004	24.188	73,2
Atividades imobiliárias	8.302	9.687	10.454	12.167	13.399	14.668	76,7
Atividades profissionais, científicas e técnicas	40.963	45.189	49.056	53.259	56.378	58.696	43,3
Atividades administrativas e serviços complementares	131.375	148.276	161.562	169.205	178.853	191.926	46,1

Seções de atividades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009-2014 %
Administração pública, defesa e seguridade social	193.619	200.070	210.735	210.312	224.386	229.113	18,3
Educação	91.367	89.990	90.898	92.934	96.596	103.254	13,0
Saúde humana e serviços sociais	42.305	44.673	47.417	49.728	51.139	58.234	37,7
Artes, cultura, esporte e recreação	11239	11 735	12 006	12 458	13 277	13389	19,1
Outras atividades de serviços	56.616	60.889	63.563	59.104	61.394	56.765	0,3
Serviços domésticos							
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	5	6	6	7	7	7	40,0

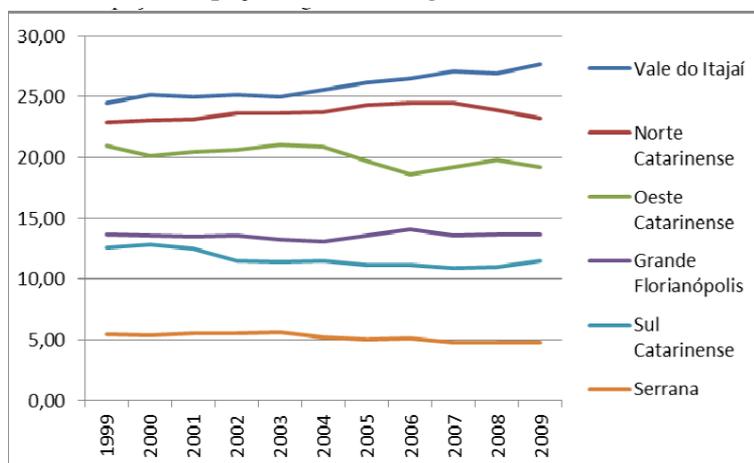
FONTE: IBGE Cadastro Central de Empresas 2014.

Referente ao pessoal ocupado por cada um destes setores, destaca-se, em 2014, a “indústria de transformação”, com 801.075 pessoas, com aumento de 2009 a 2014 de 18,3%, em segundo, “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” com 576.537 pessoas ocupadas e crescimento no mesmo período de 21% e em terceiro, “transporte, armazenagem e correio” com 136.659 pessoas e crescimento de 38%.

Os setores com maior crescimento no quesito “pessoas ocupadas foram”: “atividades imobiliárias” com 76% de aumento, “atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” com 73,2% e “construção”, com aumento de 60%. Atividades com menor porcentagem de crescimento foram: “eletricidade e gás” com 0,1%, “outras atividades de serviços” com 0,3% e “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” com 3,6%. O setor de “indústria de transformação” está em quarta posição de menor porcentagem de aumento de 2009 a 2014, apenas 9,6%. Ou seja, apesar de ainda ser o setor que mais absorve mão de obra, é um dos que teve menos crescimento nesse sentido.

Passamos agora a observar a economia catarinense por algumas regiões e percepção dos dados em momentos mais recentes, abrangendo o período delimitado pela pesquisa, 2004 a 2014. O gráfico a seguir demonstra a evolução na participação do PIB estadual destas regiões do estado.

Gráfico 1 - Participação das Mesorregiões Catarinenses



Fonte: IBGE. Elaborado por MATTEI, RODOLFO, TEIXEIRA, 2012, p. 14.

A região com maior participação é o Vale do Itajaí, seguido pelo Norte Catarinense, Oeste, Grande Florianópolis, Sul e, por último, a região Serrana. No período pesquisado pelos autores (1999-2009), o Oeste foi a região com maior queda na participação no PIB. O Vale do Itajaí cresceu 27,63% do PIB em 2009, por ter o maior porto do estado (MATTEI, RODOLFO e TEIXEIRA, 2012, p. 14). A Grande Florianópolis segue entre aqueles com maior participação no PIB do período, 13,7%, considerando que é a região que abriga a sede do governo do estado, órgãos públicos federais e estaduais e de grande importância na prestação de serviços (IDEM).

No próximo tópico traremos algumas informações mais específicas da Região da Grande Florianópolis e em específico, do município de Florianópolis e de São José.

2.5 Dados socioeconômicos atuais do município de Florianópolis e de São José

Como nossa pesquisa se insere no contexto catarinense foi importante esse rápido resgate da história econômica e organizacional. As instituições empresariais, sejam estas, comércio, industrial ou varejista, se constroem e são resultantes destes fatores histórico-econômicos. Para este momento, selecionaremos alguns dados da Região da Grande Florianópolis, mais especificamente, dos municípios de Florianópolis e São José, onde as associações atuam.

Como descrito acima, pelos autores Mattei, Rodolfo e Teixeira (2013), a região da Grande Florianópolis é uma das que mais cresceram de 1999 a 2009, 13,7%. Os autores destacam que a região abarca diversos aparatos de administração estatal, âmbito federal, estadual e municipal. Além disso, há outros setores em crescimento, como a “indústria da construção” ganhando destaque na valorização imobiliária nas cidades de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. A “indústria da informática” tem um peso menor na região, apesar de ter sua importância (MATTEI, RODOLFO e TEIXEIRA, 2013, p. 14).

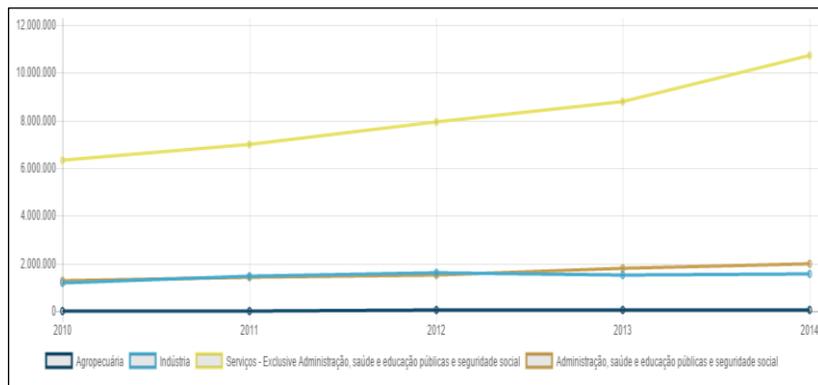
Segundo dados do Governo de Santa Catarina, a Grande Florianópolis possui quatro grandes setores econômicos: tecnologia, turismo, serviços e construção civil¹³.

Florianópolis possuía em 2015, uma população estimada de 469.690 pessoas, com 26.506 empresas atuantes e 286.400 assalariados,

¹³ Santa Catarina, Economia. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/economia>.

com um salário médio mensal de 4,8 salários mínimos¹⁴. Abaixo, segue um gráfico do Valor Adicionado Bruto de Florianópolis, com os seguintes setores: agropecuária, indústria, serviços: administração, saúde e educação públicas e seguridade social, compreendidos entre 2010 a 2014.

Gráfico 2 - Florianópolis - Valor Adicionado Bruto e Preços Correntes (1000 R\$)



Fonte: IBGE Cidades.

A partir dessa perspectiva, dos quatro anos observados, percebe-se que o setor de serviços teve um aumento considerável, especialmente de 2013 a 2014. As atividades de administração, saúde e educação pública e seguridade social, espaços que abarcam parte do funcionalismo público da cidade, teve um pequeno aumento a partir de 2012. A indústria, que tem pouca participação no valor adicionado bruto à preços correntes, tem uma leve queda a partir de 2012. A agropecuária não possui representatividade neste gráfico.

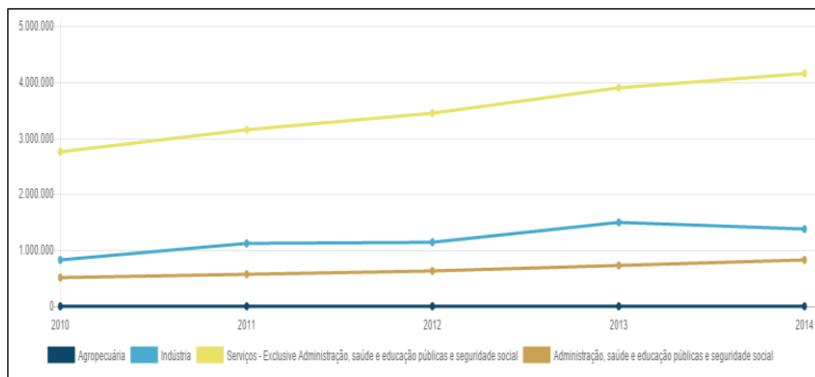
São José, pela sua proximidade geográfica da capital do estado, acabou se desenvolvendo, em grande medida, por meio do crescimento e desenvolvimento de Florianópolis, sendo inclusive conhecida por um período como “cidade dormitório”¹⁵, pois muitas pessoas moravam na cidade e trabalhavam na capital. Tal situação muda a partir de década de 1970 com a construção da BR 101 e a beira da Rodovia Federal vai se desenvolvendo um centro industrial, diversificando as atividades econô-

¹⁴ IBGE Cadastro Central de Empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

¹⁵ Floripa Amanhã, Notícias. Disponível em: <http://floripamanha.org/2010/03/sao-jose-adeus-ao-titulo-de-cidade-dormitorio/>.

micas da cidade (ISOPPO *et al*, 2015). A população estimada da cidade, em 2015, era de 232.309 pessoas, com 10.603 empresas atuantes e 108.675 assalariados, com salário médio mensal de 2,4 salários mínimos¹⁶. Comparativamente, observamos que São José possui, praticamente, a metade da população de Florianópolis, quase um terço em número de empresas e assalariados, com a metade da renda da capital. Abaixo, segue o gráfico com alguns setores do município, de 2010 a 2014.

Gráfico 3 - São José – Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes (1000 R\$)



Fonte: IBGE Cidades.

Este último gráfico apresenta algumas particularidades de São José em relação a Florianópolis. O setor de serviços ainda é o mais representativo economicamente, com aumento anual considerável. As atividades de “administração, saúde e educação públicas e seguridade social” possuem uma participação constante até 2013 e um aumento observável no último ano. A indústria, comparativamente com Florianópolis, possui maior representatividade no valor adicionado bruto, com alguma variação de 2010 a 2014, um aumento de 2012 a 2013 e pequena queda de 2013 a 2014. A agropecuária se mantém na linha do zero durante todo o período.

A partir destes dois gráficos, foi possível uma comparação dos municípios de Florianópolis e São José em termos de participação econômica dos setores de “agropecuária”, “indústria”, “serviços e administração, saúde e educação públicas e seguridade social”. Agora,

¹⁶ IBGE: Cadastro Central de Empresas, 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

observaremos as empresas com maior número de estabelecimentos. Conforme a tabela abaixo:

Tabela 3 - Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), comparativo Florianópolis e São José, ano de 2015

Setores	% Sobre o Total	
	FPOLIS	S. JOSÉ
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	27,39	40,44
Atividades administrativas e serviços complementares	16,32	11,40
Alojamento e alimentação	10,15	6,24
Atividades profissionais, científicas e técnicas	9,67	5,37
Outras atividades de serviços	7,63	4,94
Construção	5,07	7,57
Informação e comunicação	4,73	2,55
Indústrias de transformação	3,41	9,71
Atividades imobiliárias	3,25	2,11
Saúde humana e serviços sociais	3,22	1,56
Educação	2,41	1,69
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,14	1,21
Artes, cultura, esporte e recreação	1,98	1,30
Transporte, armazenagem e correio	1,55	3,46
Eletricidade e gás	0,42	0,03
Administração pública, defesa e seguridade social	0,35	0,08
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0,19	0,10
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,10	0,22
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,01	
Indústrias extrativas	0,01	0,03
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Elaboração própria para esta pesquisa.

A partir desta tabela podemos inferir que o setor mais importante, em ambas as cidades, é o do “comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas”, sendo 40,44% dos estabelecimentos em São José, e 27,39% em Florianópolis. O segundo mais representativo em número de unidades também é o mesmo para ambos municípios: “atividades administrativas e serviços complementares”, com 16,32% na capital do estado e 11,40% em São José. Mesmo com porcentagem diferente, considerando representatividade dos setores em cada cidade, percebemos uma certa semelhança de perfil empresarial.

A diferença fica mais evidente a partir do terceiro setor mais representativo em unidades empresariais. Para Florianópolis: 3) alojamento e alimentação (10,15%), 4) atividades profissionais, científicas e técnicas (9,67%), 5) outras atividades e serviços complementares. Para São José: 3) indústria de transformação, 4) construção, 5) alojamento e alimentação. Essas diferenças demonstram a especificidade de cada cidade. Florianópolis com serviços de alojamento e alimentação, setores que evidenciam uma economia que é mantida, em grande medida, pelo turismo, em quarto, atividades profissionais, científicas e técnicas, pode ser explicado pela presença de duas universidades públicas, e as privadas, que desenvolvem atividades nesse sentido. Observamos que o município de São José possui um perfil econômico mais industrial que Florianópolis, além do setor de construção como quarto mais representativo.

A partir dessa breve contextualização histórica e econômica do Estado de Santa Catarina e da Região da Grande Florianópolis, especialmente a capital do estado e São José, podemos agora apresentar nosso objeto de estudo, as associações empresariais e como se inserem nesse contexto.

2.6 Considerações

Observamos que o desenvolvimento da indústria catarinense consolidou-se a partir de algumas políticas de integração econômica nacional, com um Estado desenvolvimentista e forte participação na economia, através de subsídios econômicos e financeiros para diversos setores, além da construção da infraestrutura que permitiu esse desenvolvimento.

Este processo ocorre a partir de projetos político-econômicos, com a formação de diversos planos de desenvolvimento estatais que surgiram com o intuito de orientar esse novo momento. Surgem então o

POE (1956-1960), PLAMEG (1961- 1965), PLAMEG II (1966 -1970), PCD (1971-1974) e PG (1975-1979). Estes planos são construídos a partir de debates constantes com o empresariado.

A partir de 1960 surgem as associações de municípios que são entidades locais que se organizam para acompanhar o desenvolvimento regional. Os agentes locais associam-se a partir dos projetos econômicos que são formados e formalizados por diferentes governos, de 1956 até 1979. A partir dos anos 1990, com inserção das políticas neoliberais, reestruturação do Estado, este movimento associativista, segundo Filippin e Abrucio (2010), é capitalizado pelo governo do estado ao criar uma gestão descentralizada a partir da divisão do estado catarinense em regiões. O resultado seria, de acordo com os autores, a maior regionalização do estado e adesão deste movimento ao partidarismo, visto que os agentes das SDRs são escolhidos a partir da base partidária do governador. É importante verificar em que dimensão estes aspectos podem ter impacto nas associações comerciais e industriais que estudamos nessa pesquisa.

Traçar o perfil econômico de Santa Catarina e, mais especificamente, de Florianópolis e São José, nos apresenta uma base para inserção das associações e verificação da representação dos setores dentro destas instituições de representação de classe.

Observamos que os municípios de Florianópolis e São José possuem perfis econômicos bastante próximos, com destaque para “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” e “atividades administrativas e serviços complementares” como os mais representativos em número de unidades em ambas as cidades. Mas também apresentam algumas diferenças, sendo o terceiro setor mais representativo em Florianópolis “alojamento e alimentação” e São José “indústria de transformação”. A capital do estado com um perfil econômico voltado aos serviços, em grande medida devido ao turismo e São José, com uma representação mais industrial.

É interessante pensar em que medida essas diferenças refletem no perfil das associações ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO e CDL/SJ, e se pode haver alguma diferença de representação e de atuação neste sentido.

Nos próximos capítulos vamos tratar mais especificamente de cada associação, de seus associados, setores, principais bandeiras e formas de atuação política.

CAPÍTULO 3

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE FLORIANÓPOLIS

Nesse capítulo veremos as associações empresariais de Florianópolis: a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - ACIF e a Câmara de Dirigentes Logistas de Florianópolis - CDL/Fpolis.

Apresentamos alguns dados a fim de traçar um perfil de cada uma das instituições, com um breve histórico de formação, informações de seus associados, da estrutura organizativa, diretoria de 2004 a 2014 e principais bandeiras.

3.1 Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF

Iniciamos com a ACIF, a associação mais antiga de Florianópolis, fundada em 13 de maio de 1915, por uma comissão de comerciantes como André Wendhasen, Francisco Pereira Oliveira Filho e Lauro M. Linhares. Em 14 de junho do mesmo ano realizou-se a primeira eleição para diretoria, sendo eleitos: Emílio Blum como presidente; Francisco Pereira Oliveira Filho, vice-presidente; Lauro Linhares, 1º secretário; e Antônio Linhares, como 1º tesoureiro. O Estatuto foi aprovado em 14 de junho de 1915¹⁷.

Em 2015 a associação completou 100 anos, passando 28 presidentes pela entidade. Destes, destaco dois pela atuação política que tiveram na cidade: Emílio Blum e seu filho Heitor Blum. Um dos fundadores da ACIF Emílio Blum, e presidente da primeira gestão (1915-1917) fundou o Partido Republicano em Florianópolis e foi superintendente da cidade em diversos momentos (1890, 1891, 1899-1990, 1901).

Heitor Blum foi presidente da ACIF em 1926, não completou sua gestão para assumir a superintendência de Florianópolis em outubro de 1926¹⁸. Volta a ACIF no ano seguinte, e posteriormente é eleito prefeito (1927 -1930).

Elencamos agora alguns momentos históricos importantes a partir de registro da ACIF, em relatório de 75 anos.

Em 1931 o Interventor Federal de Santa Catarina general Ptolomeu de Assis Brasil, convida dois diretores da Associação Comercial

¹⁷ Disponível em: <http://www.acif.org.br/a-acif/historico/> Acesso em: 12/03/2017.

¹⁸ Disponível em: <http://www.acif.org.br/heitor-blum/> Acesso em: 12/03/2017.

para participarem do Conselho Consultivo do Governo Provisório da Revolução de 1930, são indicados os diretores Florêncio Costa e Eduardo Horn.

Em julho de 1953 a associação encaminha ofício a Cia Rádio Internacional do Brasil para que faça a ligação entre Florianópolis e Rio de Janeiro. Já em 16 de outubro a referida Cia adquire as torres para instalação em Florianópolis. Em maio de 1954 é instalada a rádio.

Em dezembro de 1955 a associação indica os nomes dos diretores Charles E. Moritz, Ademar Gonzaga e Severo Simões para representar a entidade junto a comissão do Plano de Obras e Equipamentos criada pelo Governo do Estado através da Lei 645.

Em junho de 1960, Charles E. Moritz, Presidente da Confederação Nacional do Comércio comunica o plenário que a prefeitura de Florianópolis doou um terreno para a Associação Comercial no Largo 13 de Maio. Era prefeito da capital o Osvaldo Machado.

Em julho de 1961 é enviado à Assembleia Estadual o projeto de lei criando o Plano de Metas do Governo (PLAMEG) a associação postula-se contra alguns pontos do plano. Em 1964 aprova-se o novo estatuto da associação.

São diversos registros da atuação e vinculação da política local. A ACIF destaca entre seus feitos, por meio de seu portal e o livro “Somos centenários” ações como: contribuição para a 1ª agência do Banco do Brasil no estado, modernização do aeroporto, restauração das fortalezas sob o comando do então presidente da ACIF Armando Gonzaga (1995 - 1997).

Em 1998 são criados o Núcleo do Jovem Empresário e o Núcleo da Mulher Empreendedora na ACIF. A partir de então, como descrito por Manfroi e Lavratti (2015, p. 175), inicia-se o processo de “renovação” da associação. “A Associação era prestigiada mas vinha perpetuando um quadro restrito, sem renovação”, essa é uma frase do presidente da ACIF Sanderlúcio De Mira (2013-2017) que inicia sua participação na associação por meio do núcleo.

As críticas descritas por Manfroi e Lavratti (2015) é que a forma de gestão da ACIF estava “estagnada” e precisava de “modernização”, adequar-se às novas tecnologias que surgiam. Tais mudanças e participação dos jovens empresários ficam mais evidentes na gestão de Dilvo Tirloni (2005-2007), quando propõe um estilo “parlamentarista”. “Antes, a cúpula era isolada. A partir de 2005, além de a diretoria se tornar

mais assídua, também aumentou muito o contato com os colaboradores, comenta a secretária executiva da associação.” (MANFROI e LAVRATTI, 2015, p. 177)

No segundo mandato de Dilvo Tirloni (2007-2009) o ex coordenador da ACIF Jovem é vice-presidente e mais sete jovens do mesmo núcleo passam a compor a diretoria. Tais mudanças e renovação da diretoria evidencia diversos conflitos, descritos pelos autores e reafirmado entrevistado “Claro, sempre que você **muda modelos**, você encontra resistência, e onde você encontra resistência, muitas vezes essa mudança traz uma tensão” (ENTREVISTADO 3, 2016, entrevista à autora, grifo nosso).

Manfroi e Lavratti (2015) utilizam a expressão “choque de gestão” para descrever este processo protagonizado por Doreni Caramori Júnior vice-presidente da ACIF de 2007-2009, e presidente da entidade de 2009-2013. Dentre as mudanças descritas estão a relação com os associados, são criadas revistas impressas, site e newsletter digital. As reuniões da diretoria passam a ter uma nova dinâmica, com ritmo pré-estabelecido, debates limitados por cronograma “A intenção era agilizar as votações e ganhar tempo para receber convidados, ecoando tanto nas ruas quanto internamente um moderno modelo de gestão, com métricas para toda e qualquer ação.” (MANFROI e LAVRATTI, 2015, p. 178).

Frequentei as reuniões da associação, para observação da dinâmica, do espaço e dos atores que participam. Os jovens empresários fazem questão de estar presentes nas reuniões e nos debates, quando ocorrem, durante as sessões. São também eles quem me procuravam antes das reuniões para conversar e queriam falar sobre a ACIF Jovem, os desafios, e as suas ideias e projetos para a associação. As reuniões eram todas programadas e os assuntos cronometrados para exposição de tomada de decisão, quando era o caso. Com raras exceções extravasava-se o tempo, era quando geravam-se debates e surgiam as opiniões divergentes dos diversos participantes. Ao final de cada reunião, os últimos 30 minutos eram reservados para convidados, sendo eles dos mais diversos: políticos, jornalistas, empresários, de acordo com os interesses da reunião. Nas reuniões que frequentei, foram convidados o jornalista e comentarista político da RBS Moacir Pereira, o vereador Afrânio Boppré (PSOL), ex-governador de Florianópolis Colombo Salles, e um empresário do ramo de ciclismo. É notório a objetividade na tomada de decisão, a preocupação na otimização do tempo, sem espaço para longos debates, quando estes ocorriam e extravasava-se o limite de tempo,

abria-se espaço para algumas colocações, cronometradas e posteriormente ocorriam as decisões por votos da maioria, onde apenas os diretores votavam. De acordo com Manfroi e Lavratti (2015):

A nova gestão é obcecada por resultados, e isso era reflexo do mercado extremamente competitivo em que viviam. O raciocínio era simples: se **a Associação representava as principais forças empresariais da cidade e do Estado**, deveria ser ela própria um **exemplo de empresa**. (MANFROI e LAVRATTI, 2015, p. 196-197, grifo nosso).

Essas mudanças descritas pelos autores e confirmadas pelos entrevistados, a busca pela “agilidade” dos processos, dos resultados e a operação que passaria a ser “um exemplo de empresa” nos remete às observações de Diniz e Boschi (2004), de que as associações empresariais no Brasil passam por diversas reestruturações e aderem a modelos de gestões próximas á empresas privadas. Há indícios que a ACIF tenha passado por tal processo, mas seria necessário uma pesquisa mais aprofundada da forma de gestão para tal afirmação.

Passamos agora a trazer dados a respeito das empresas associadas da ACIF, verificando a quem esta organização empresarial representa.

3.1.1 Perfil dos associados

Através de diversos elementos, buscamos agora descrever um breve perfil dos associados da ACIF, quais são os setores que participam, tamanho das empresas, tempo de associação.

O número de associados vem crescendo desde o período que possuímos tais dados, 2008, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 - ACIF -Número de associados de 2008 a 2015

	2008	2009	2010	2011	2012	2015
Associados	1.567	1.959	2.524	2.995	3.028	3.848
Aumento no ano(%)	----	25,01	30,08	18,66	1,10	27,08

Fonte: ACIF, Balanço de Gestão 2009-2013; ACIF, Balanço de Gestão 2015. Elaboração própria.

Em 2015, a ACIF contava 3.848 associados, um aumento de 146% em relação a 2008, crescimento considerável em 7 anos.

É interessante também observar o período de associação, visto este vertiginoso aumento no número de empresas associadas. Segue tabela abaixo.

Tabela 5 - ACIF: tempo de associação das empresas

Tempo de associação	Número de associados	%
Até 5 anos	2.376	62%
5 a 14 anos	1.114	29%
15 a 24 anos	315	8%
25 a 49 anos	41	1%
mais de 50 anos	2	0%
Total:	3.848	100%

Fonte: ACIF, 2015, p. 10 – Elaboração própria

Observa-se que mais da metade dos associados fazem parte da ACIF a menos de 5 anos, este dado pode demonstrar o crescimento da associação, mas também uma certa rotatividade dos associados, e a dificuldade de fidelização, visto que uma associação com mais de 100 anos de fundação e apenas duas empresas são sócias a mais de 50 anos. Quando somados os sócios de até 5 anos e de 5 a 14 anos, resulta em 91% dos associados, ou seja, quase a totalidade das empresas fazem parte da ACIF a menos de 15 anos.

Abaixo, verificaremos os setores das empresas associadas, seguindo a mesma classificação utilizada pelo IBGE.

Tabela 6 - ACIF – setores das empresas associadas

Tipo de pessoa e sessão CNAE principal	Associa- dos	%
Pessoas físicas	73	1,9
Pessoas jurídicas	3775	98,1
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1011	26,27
Alojamento e alimentação	491	12,76
Atividades profissionais, científicas e técnicas	420	10,91
Atividades administrativas e serviços complementares	352	9,15
Educação	219	5,69

Tipo de pessoa e sessão CNAE principal	Associados	%
Indústrias de Transformação	198	5,15
Outras atividades de serviços	188	4,89
Informação e comunicação	187	4,86
Saúde humana e serviços sociais	143	3,72
Construção	142	3,69
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	107	2,78
Atividades imobiliárias	83	2,16
Transporte, armazenamento e correio	69	1,79
Artes, cultura, esporte e recreação	68	1,77
Água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	12	0,31
Eletricidade e gás	7	0,18
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	4	0,1
Administração pública, defesa e seguridade social	3	0,08
Indústrias extrativas	3	0,08
Sem informações	68	1,77
TOTAL	3848	100

Fonte: ACIF, Balanço de Gestão 2015, p. 11.

Observando a tabela, percebemos que a ACIF não possui apenas associados como pessoas jurídicas, apesar de representar 98,1% do total, mas também pessoas físicas.

Quanto aos setores, o com maior número de empresas associadas é “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” 26,27%, em segundo “alojamento e alimentação” 12,76% e em terceiro “atividades profissionais, científicas e técnicas” com 10,91%. Estes setores, quando comparados ao número de empresas em Florianópolis, observamos porcentagens muito próximas: 27,39% no primeiro setor, 10,15% no segundo, e 16,32% no terceiro, a partir da classificação da ACIF. Estes dados reforçam a importância de verificação das empresas de Florianópolis e, em que medida elas estão presentes ou não como associadas.

Para verificação do tamanho das empresas, descrevemos agora quantos funcionários estas possuem.

Tabela 7 - ACIF – tamanho das empresas por número

Anos	Funcionários de empresas associadas	%
0 a 9	3208	83
10 a 29	456	12
30 a 49	76	2
50 a 99	32	1
100 ou mais	76	2
Geral	3848	100

Fonte: ACIF, Balanço de Gestão 2015, p. 10.

A grande maioria, 83% das empresas possui de 0 a 9 funcionários, ou seja, são micro empresas. De 0 a 29 funcionários, a porcentagem aumenta para 95%. Apenas 2%, representando 76 empresas possuem 100 ou mais funcionários, de porte grande.

A seguir veremos a estrutura organizativa da ACIF.

3.1.2 Estrutura organizativa

A estrutura hierárquica da ACIF segue: 1) Assembleia Geral; 2) Conselho Superior; 3) Diretoria Executiva; 4) Conselho Fiscal; 5) Regionais; 6) Diretorias Setoriais de Coordenação Externa; 7) Câmaras e Núcleos Setoriais.

O Conselho Superior é formado por no mínimo 40 e no máximo 60 membros, dentre eles ex-presidentes, um associado de cada ramo de atividade e, demais associados credenciados.

O Conselho Fiscal composto por 3 titulares e 3 suplentes.

A Diretoria Executiva, que pode ter no mínimo 15 e no máximo 24 membros, distribuídos em: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Diretor Administrativo e Secretário, 1º Diretor Financeiro, 2º Diretor Financeiro, Diretor de Patrimônio, Diretor de Mercado, Diretor de Assuntos Organizacionais, Diretor Jurídico, Diretor de Comunicação, Diretor de Eventos Promocionais, Diretor de Educação Empresarial, Diretor de Marketing, Diretor de Relações Governamentais; Diretor de Conteúdo e Opinião; o Diretor Geral de cada Regional, a Coordenadora da Câmara da Mulher Empresária, o Coordenador da ACIF Jovem, o Coordenador do Conselho dos Núcleos.

As regionais são órgãos auxiliares da administração da ACIF, e podem ter até 8 membros na direção: Diretor Geral, Diretor Adjunto de

Gestão, Diretor Adjunto de Exposição, Diretor Adjunto de Rede, Diretor Adjunto de Representação, Diretor Adjunto de Opinião, Diretor Adjunto de Mercado, e Diretor Adjunto de Comunidade.

A Diretoria Setorial de Coordenação Externa são órgãos auxiliares da administração da ACIF, com membros indicados pelo Presidente e aprovados pela Diretoria Executiva. Não possui em Estatuto o número mínimo e máximo de membros, apenas que cabe ao Presidente da Diretoria Executiva “relacionar as Diretorias Setoriais Externas que deseja colocar em funcionamento” (ACIF, 2012, p. 12).

Câmaras e Núcleos são órgãos auxiliares da administração, congregam empresas e profissionais da mesma área. Observaremos com mais atenção no próximo tópico.

Veremos agora a mudança desses cargos ao longo do período estipulado, 2004 a 2014, englobando gestões de três presidentes: Dilvo Vicente Tirloni, Doreni Caramori Junior e Sanderlúcio De Mira. Conforme o quadro seguinte.

Quadro 3 - ACIF – Mudanças dos cargos da diretoria, de 2005 a 2015

Cargos /Gestão	2005 2007	2007 2009	2009 2011	2011 2013	2013 2015
Presidente	✓	✓	✓	✓	✓
1° Vice-presidente	✓	✓	✓	✓	✓
2° Vice-presidente	⊗	⊗	✓	✓	✓
Dir. administrativo e secretário	✓	✓	✓	✓	✓
1° Dir. Financeiro	✓	✓	✓	✓	✓
2° Dir. Financeiro	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. Patrimônio	✓	⊗	✓	✓	✓
Dir. de Assuntos Mercadológicos	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. de Assuntos Organizacionais	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. Jurídico	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. de Comunicação	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. de Eventos Promocionais	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. de Treinamento Empresarial	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. Geral Regional Lagoa da Conceição	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. Geral Regional Canasvieiras	✓	✓	✓	✓	✓

Cargos /Gestão	2005 2007	2007 2009	2009 2011	2011 2013	2013 2015
Dir. Geral Regional Ingleses	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. Geral Regional Continental	✓	✓	✓	✓	✓
Dir. Geral Regional Sul	✓	✓	✓	✓	✓
Coordenador da ACIF Jovem	✓	✓	✓	✓	✓
Coordenador do Conselho de Núcleos	✓	✓	✓	✓	✓
Coordenadora Câmara da Mulher	⊗	✓	✓	✓	✓
Dir. de Assuntos Internacionais	⊗	⊗	✓	✓	✓
Dir. do Meio Ambiente	⊗	⊗	✓	✓	✓
Dir. de Turismo	⊗	⊗	✓	✓	✓
Coordenação do Programa ReÓleo	⊗	⊗	✓	✓	✓
Dir. de Relações Governamentais	⊗	⊗	✓	✓	✓
Dir. de Marketing e Soluções	⊗	⊗	✓	⊗	✓
Dir. de Intercâmbio Empresarial	⊗	⊗	✓	✓	⊗
Dir. de Desenvolvimento Empreendedor	⊗	⊗	✓	⊗	⊗
Dir. de Projetos Especiais	⊗	⊗	✓	⊗	✓
Dir. de Relações com os Empresários	⊗	⊗	⊗	✓	✓
Dir. de Integração	⊗	⊗	⊗	✓	✓
Coordenação do Programa Reciclatec	⊗	⊗	⊗	✓	✓
Dir. de Tecnologia e Inovação	⊗	⊗	⊗	✓	✓
Dir. de Assuntos Legislativos	⊗	⊗	⊗	✓	✓
Dir. de Assuntos Sociais	⊗	⊗	⊗	✓	✓
Dir. de Assuntos Econômicos	⊗	⊗	⊗	✓	⊗
Dir. Geral Regional Centro	⊗	⊗	⊗	⊗	✓
Dir. de Mídias Digitais	⊗	⊗	⊗	⊗	✓
Dir. de Assuntos Tributários	⊗	⊗	⊗	⊗	✓
Dir. de Mobilidade Urbana	⊗	⊗	⊗	⊗	✓
Dir. Unimed	⊗	⊗	⊗	⊗	✓
TOTAL MEMBROS	18	18	29	33	38

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ACIF.

Presidentes da ACIF por diretoria: 2005-2007: Dilvo Vicente Tirloni. **2007-2009:** Dilvo Vicente Tirloni. **2009-2011:** Doreni Caramori Jr. **2011-2013:** Doreni Caramori Jr. **2013-2015:** Sanderlúcio Fabiano De Mira.

Nesse quadro estão elencadas os cargos da Diretoria Executiva e Diretoria Setorial de Coordenação Externa, pois como esta última não possui cargos definidos por estatuto, e são indicados pelo Presidente, é possível ver um certo direcionamento de gestão feito pelo Presidente.

Observamos que as duas gestões de Dilvo Tirloni (2005-2009) permanecem praticamente iguais, tendo 18 membros em cada, a primeira gestão tinha a Diretoria de Patrimônio, cargo que não possuía na segunda gestão, mas foi criada a Coordenadora da Câmara da Mulher.

As gestões de Doreni Caramori Junior (2009-2013) possui mais integrantes, 29 na primeira gestão e 33 na segunda. De 2009-2011 são criados novos cargos: 2º vice-presidente, Assuntos internacionais, Meio Ambiente, Turismo, Coordenação do ReÓleo, Relações Governamentais, Marketing e Soluções, Intercâmbio Empresarial, Desenvolvimento Empreendedor e Projetos Especiais. De 2011-2013 são extintas as diretorias de: Marketing e Soluções, Desenvolvimento Empresarial e Projetos Especiais; e instituídas mais sete diretorias: Relações com Empresários, Integração, Coordenação Programa ReciclaTec, Tecnologia e Inovação, Assuntos Legislativos, Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos.

Sanderlúcio Fabiano de Mira (2013-2015) exclui as diretorias de: Intercâmbio Empresarial e Assuntos Econômicos. Ainda recria a diretoria de Marketing e Soluções, e as novas Geral Regional Centro, Mídias Digitais, Assuntos Tributários, Mobilidade Urbana, Unimed. Totalizando, nessa gestão 38 membros.

O Entrevistado 3 comenta o processo de mudanças ocorridas em meados dos anos 2000, do “choque de gestão” e dos conflitos que surgiram a partir de então, afastando algumas pessoas da associação e nessa gestão, do então presidente Sanderlúcio de Mira, muitas destas estariam retornando. Devido a este fato, alguns empresários referem-se a ele como “presidente conciliador”.

Podemos pensar em que medida esse aumento no número de pessoas na Diretoria, na formação de novos cargos, pode estar relacionado a tentativa de conciliação do presidente. Mas tal afirmação precisaria de investigação mais aprofundada e verificação quanto aos objetivos de cada novo cargo criado, da composição da diretoria feita, e das pessoas ocupadas, e da renovação ou não feita nessa gestão, observando diretorias anteriores, com delimitação de um período maior do escolhido nesta pesquisa.

No Apêndice encontramos um quadro com a participação dos diretores distribuídos nas diretorias nas diversas gestões analisadas, de 2005 a 2015. Observamos que há diversos empresários que pertencem a várias gestões. A fim de analisar melhor quais os atores que estão presentes em mais gestões, temos o quadro abaixo com a participação na diretoria de três ou mais gestões.

Quadro 4 - ACIF: Participação na Diretoria - Cargo ocupado e grau de participação (três ou mais gestões) – 2005-2015

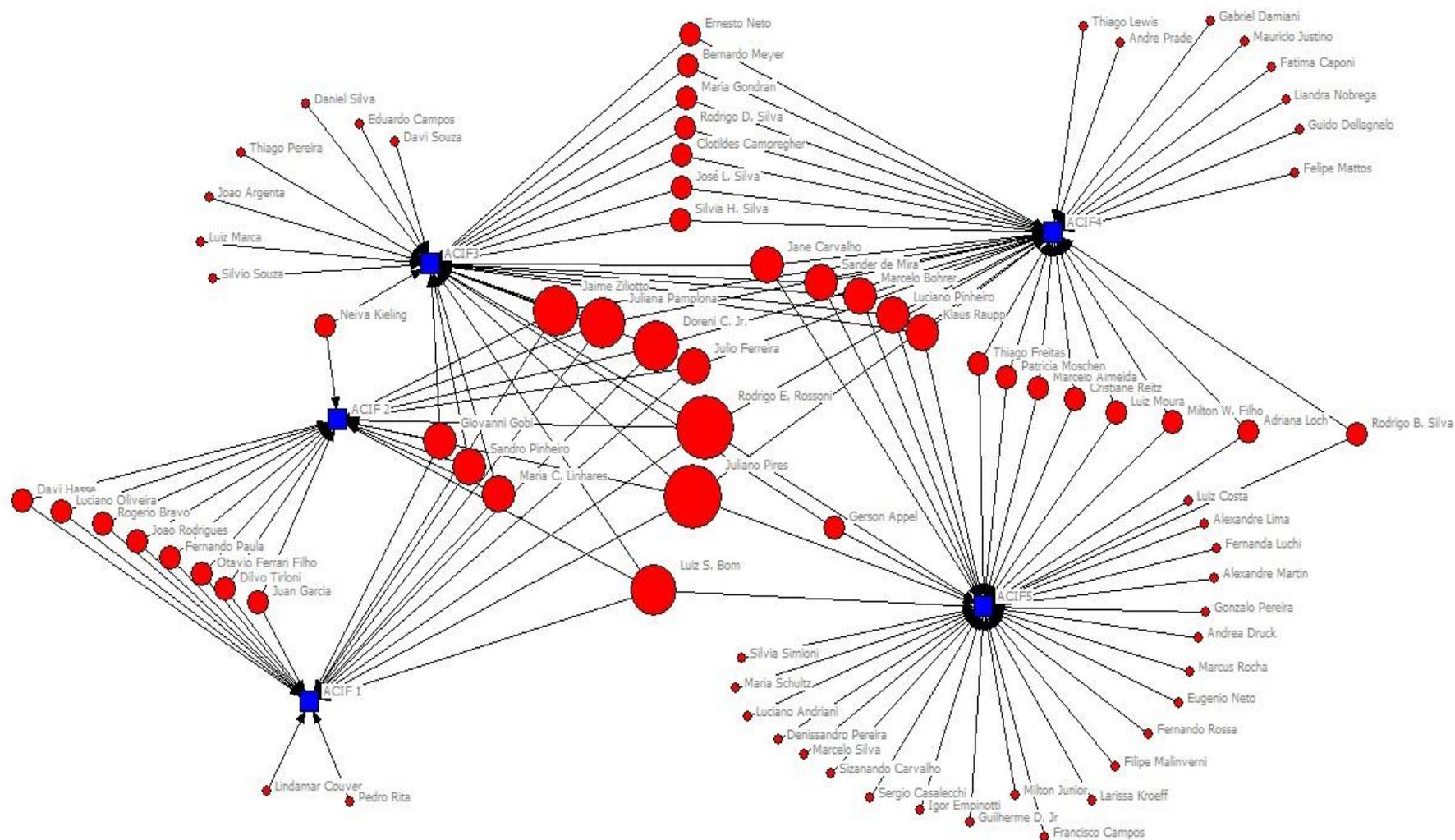
Empresário/gestão/cargo ocupado	2005 2007	2007 2009	2009 2011	2011 2013	2013 2015	Total de Gestões
Juliano Richter Pires	DAS	DAS	DAS	1º VP	1º VP	5
Rodrigo Estrázulas Rossoni	CCN	CCN	DAO	DRE	DRE	5
Doreni Caramori Jr.	1º VP	1º VP	Pres.	Pres.	---	4
Jaime Luiz Ziliotto	DCont	DCont	1ºDF	1ºDF	---	4
Juliana Pamplona	DC	DC	DC	DC	---	4
Luiz Carlos Sempre Bom	1ºDF	1ºDF	DP	---	Unim	4
Jane Pilotto Martins de Carvalho	---	---	DMA	DMA	DMA	3
Klaus da Silva Raupp	---	---	DAI	DAI	DAI	3
Luciano Rossi Pinheiro	---	---	DTE	DAM	1ºDF	3
Marcelo Guaraldi Bohrer	---	---	DIng	DAO	DPE	3
Maria Carolina Jorge de Linhares	DTE	DTE	2ºVP	---	---	3
Sanderlúcio Fabiano de Mira	---	---	DEP	DEP	Pres.	3
Giovanni Guerra Gobbi	DAM	DAM	2ºDF	---	---	3
Júlio Cesar Trindade Ferreira	DSul	DSul	---	DSul	---	3
Sandro Yuri Pinheiro	CAJ	CAJ	DPE	---	---	3

Fonte: Documentos da ACIF, disponíveis em www.acif.org.br. Elaboração própria.

LEGENDA: **Presid.:** Presidente; **1ºDF:** Primeiro Diretor Financeiro; **1ºVP:**Primeiro Vice-Presidente; **2ºDF:** Segundo Diretor Financeiro; **2ºVP:** Segundo Vice-Presidente; **CAJ:** Coordenador da ACIF Jovem **CCN:** Coordenador do Conselho de Núcleos; **DAI:** Diretor de Assuntos Internacionais; **DAM:** Diretor de Assuntos Mercadológicos; **DAO:** Diretor de Assuntos Organizacionais; **DAO:** Diretor de Assuntos Organizacionais; **DAS:** Diretor Administrativo e Secretário; **DC:** Diretor de Comunicação; **DCont:** Diretor Geral Regional do Continente; **DEP:** Diretor de Eventos Promocionais; **DIng:** Diretor Geral Regional dos Ingleses; **DMA:** Diretor de Meio Ambiente; **DP:** Diretor de Patrimônio; **DPE:** Diretor de Projetos Especiais; **DRE:** Diretor de Relações com os Empresários; **DSul:** Diretor Geral Regional do Sul; **DTE:** Diretor de Treinamento Empresarial; **Unim:** Diretor da Unimed. **N.B.:** A legenda deste Quadro não é idêntica à legenda do quadro Quadro 29 (Apêndice).

O quadro nos permite verificar o grau de centralidade que existe na ocupação da diretoria da associação. Na análise de cinco gestões, há dois empresários que participam de todas elas: Juliano Richter Pires e Rodrigo Estrázulas Rossoni. Quatro que fazem parte de quatro gestões: Doreni Caramori Junior, Jaime Ziliotto, Juliana Pamplona e Luiz Carlos Sempre Bom. E mais nove empresários ocupando cargos em três gestões diferentes. No sociograma abaixo essas informações são visualizadas de forma gráfica, com todos os diretores, presidentes e vice-presidentes das cinco gestões analisadas:

Sociograma 1 - ACIF – Gestões, diretores e centralidade



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do portal www.acif.org.br, utilizando o programa Ucinet6 e visualização gráfica Net Draw. Obs1: círculos ponderados conforme o grau de centralidade (número de gestão) de cada empresário. Obs2: gestões: ACIF 1 - Dilvo Tirloni (2005-2007), ACIF 2 - Dilvo Tirloni (2007-2009), ACIF 3 - Doreni Caramori Junior (2009-2011), ACIF 4 - Doreni Caramori Junior (2011 - 2013), ACIF 5 - Sanderlúcio De Mira (2013-2015).

Além de observar o grupo mais central, que participa de várias gestões, é possível perceber as continuidades e descontinuidades de cada gestão. As gestões com o mesmo presidente parecem ser semelhantes, com poucas alterações de empresários, tais como a gestão ACIF 1 e ACIF 2, de Dilvo Tirloni (2005-2009), e ACIF 3 e ACIF 4, e Doreni Caramori Junior (2009-2013). A gestão ACIF 5, de Sanderlúcio De Mira possui vários integrantes da gestão anterior, e muitos empresários novos, que pelo menos não estavam presentes nas gestões anteriores aqui estudadas.

É interessante observar que alguns dos integrantes são mais centrais nessas gestões, são alguns que possuem vínculos político-partidários, como: Rodrigo Estrázulas Rossoni, Doreni Caramori Júnior, Luiz Carlos Sempre Bom, Jane Pilotto Martins Carvalho, Luciano Rossi Pinheiro, Marcelo Guaraldi Boherer e Giovanni Gobbi, todos filiados aos Democratas. Observaremos essas relações de forma mais detalhada no capítulo 5.

3.1.2.1 Câmaras e Núcleos

Pensar no formato estrutural e organizacional da ACIF é necessário discorrer sobre as Câmaras e Núcleos que dela fazem parte. As Câmaras e Núcleos Setoriais podem ser os espaços de maior participação dos associados sem estar vinculado à Diretoria. São espaços de debates e articulação de interesses específicos, unindo empresários de um mesmo segmento ou com objetivos comuns. Têm a função de “promover o espírito associativista e fortalecer a entidade através do desenvolvimento dos associados. A ideia é permitir que os empreendedores unam forças, facilitando a identificação, discussão e busca de soluções para problemas comuns.” (ACIF, Revista Líder Capital, n° 47. p. 30). Essa organização em núcleos segue o modelo do Programa Empreender¹⁹, que a ACIF participa desde 1997²⁰. Os núcleos da ACIF são: Conselho de Núcleos, Núcleo Setorial de Assessorias Esportivas, Núcleo Setorial de Autoescolas, Núcleo Setorial de Clínicas Veterinárias e Pet Shops, Núcleo Setorial de Contadores, Núcleo Setorial de Corretores de

¹⁹ “O Empreender é um programa da CACB, em parceria com o SEBRAE, que visa o fortalecimento da micro e pequena empresa ao reunir empresários de um mesmo município nos chamados núcleos setoriais. Neles, os empresários discutem seus problemas e buscam soluções conjuntas com apoio de um profissional vinculado à entidade empresarial.” Fonte: Empreender, sobre o empreender. Disponível em: <http://www.empreender.org.br/site/sobre-o-empreender/>. Acesso em: 10/02/2017.

²⁰ ACIF. Núcleos. Disponível em: <http://www.acif.org.br/nucleos-empresariais-todos/>. Acesso em: 10/02/2017.

Seguros, Núcleo Temático de Empretec, Núcleo Setorial de Escunas de Canasvieiras, Núcleo Setorial de Farmácias Magistrais, Núcleo Setorial de Gastronomia da Bacia da Lagoa, Núcleo Setorial de Gastronomia do Ribeirão da Ilha, Núcleo Setorial de Gastronomia da Praia dos Ingleses, Núcleo Setorial de Gastronomia da Cachoeira do Bom Jesus e Ponta das Canas, Núcleo Setorial de Hotéis da Praia dos Ingleses, Núcleo Temático de Gestão de Pessoas, ACIF Jovem, ACIF Mulher, Núcleo Setorial de Paisagismo, Núcleo Setorial de Profissionais de Imagem, Núcleo Setorial de Reparação Automotiva, NUSE – Núcleo Multisetorial de Soluções Empresariais.

De acordo com o Balanço de Gestão 2013-2015, houve um aumento na quantidade de nucleados de 2013 para 2015, passando de 209 para 270.

Dentre os diversos núcleos, há dois que merecem destaque pela sua atuação e reconhecimento da própria associação: a ACIF Jovem e a ACIF Mulher. Os dois são frutos do momento de “renovação” e “revolução” por qual a associação passou, como descrito acima, com a participação dos jovens.

A ACIF Jovem surgiu em 1998, na gestão de Vinicius Lummertz da Silva. No site da ACIF destaca-se o papel dos jovens empresários da associação para a fundação do Conselho Estadual de Jovens Empresários-CEJESC, ligado à Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina - FACISC, com participação de diversos empresários como presidentes e diretores desta organização. “A partir da ACIF Jovem, os empresários geram relacionamento, fazem negócios, trocam experiências, e organizam ações em conjunto que lhes proporcionem experiências em liderança, gestão de pessoas, capacitação e representatividade”²¹. Com uma agenda própria, este núcleo desenvolve atividades bem variadas desde feirão do imposto a Feira da Esperança que possui um caráter social, levantamento de fundos para instituições sociais, e ações de formação e integração empresarial²².

Conforme observa o Entrevistado 4, um diferencial da Associação é que o coordenador da ACIF Jovem possui uma cadeira na diretoria executiva, participando das reuniões. Afirma ainda, que a ACIF

²¹ Fonte: ACIF, Núcleos Empresariais, Núcleo Multisetorial de Jovens Empreendedores. Disponível em: <http://www.acif.org.br/nucleos-empresariais/nucleo-multisetorial-de-jovens-empreendedores/>. Acesso em 21/04/2016.

²² Com os seguintes eventos programados para 2016: Feira da Esperança, Feirão do Imposto, Ciclo de Grandes Palestras, Parte 1 – reuniões deliberativas, parte 2 – discussão de problemas e soluções, parte 3 – bate papo com empreendedores, Projeto Mentoria, Happy Hour Empresarial, Comunicação, Padronização das Ações.

Jovem é a “porta de entrada” para muitos empresários da associação “tem um papel relevante do ponto de vista de congregação dos jovens, de capacitação né, porque ali são desenvolvidos cursos, palestras, há também um aprendizado do ponto de vista organização, de liderança, de convívio, de equipe, além de representar o jovem empresário nas questões da cidade.” (Entrevistado 4, 2016, entrevista à autora).

A Câmara da Mulher Empresária também surge em 1998, como “objetivo de fortalecer o associativismo por meio de novos relacionamentos, visando a capacitação e qualificação no desenvolvimento pessoal e profissional, além da captação de novos clientes e parceiros”²³. Desenvolvem diversas ações nesse sentido²⁴. O evento com maior destaque nos meios de comunicação da ACIF como portal e revista, é o concurso Mulheres que Fazem a Diferença, que “visa dar voz às mulheres que transformam os meios onde convivem e incentivar outras a mostrar como podem fazer a diferença no dia a dia”²⁵, para tanto, são premiadas em três categorias: terceiro setor, poder público e negócios.

A participação das mulheres nas reuniões semanais da diretoria na ACIF, pelo menos as acompanhadas pela autora, é em número muito reduzido quando comparado ao dos homens. As únicas diretoras que acompanhavam e participavam de todas as reuniões eram a Coordenadora da Câmara da Mulher Empresária e a Diretora do Meio Ambiente, e eventualmente havia a participação de alguma outra, quando tinha um momento de fala, exposição ou apresentação de algum trabalho realizado.

Para observar mais detalhadamente a participação das mulheres na ACIF, a tabela abaixo traz os dados da presença de empresárias nas gestões de 2005 a 2015.

²³ ACIF, Núcleos Empresariais, Núcleo Multisetorial da Mulher Empresária. Disponível em: <http://www.acif.org.br/nucleos-empresariais/nucleo-multissetorial-da-mulher-empresaria-2/>. Acesso em: 21/04/2016.

²⁴ As atividades programadas para 2016 são: Outubro Rosa, Divulgação, Prêmio ACIF Mulheres que Fazem a Diferença, Participação em Feiras/ Congressos, Rodada de Negócios, Melhoria de Gestão e Capacitações.

²⁵ Mulheres que Fazem a Diferença, disponível em: http://www.mulheresquefazemadiferenca.com.br/premio_acif_mulheres_que_fazem_a_diferenca_revela_as_vencedoras_da_4_edicao-010117.html. Acesso em: 21/04/2016.

Tabela 8 - ACIF – Participação das mulheres na diretoria, de 2005 a 2015

Gestão	Total membros	Membros mulheres	%
2005-2007	18	2	11
2007-2009	18	3	17
2009-2011	29	7	24
2011-2013	33	10	30
2013-2015	34	9	26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ACIF

Observa-se um aumento de 2005 a 2013, e um pequeno decréscimo na última gestão. Vale lembrar que, nos mais de 100 anos de ACIF nunca teve uma mulher como presidente, apenas 2ª vice-presidente, de 2011-2013.

3.1.3 Estrutura Física

A entidade centenária teve sua sede própria na gestão do presidente Ody Varela (1971-75), localizada na rua que homenageia o primeiro presidente Emílio Blum. O prédio de dois andares foi construído com aporte financeiro de diretores (MANFROI e LAVRATTI, 2015, p. 77).

Está em andamento a negociação de uma nova sede da ACIF no Sapiens Park, localizado em Canasvieiras, norte da ilha. A assinatura dos documentos de compra e a concretização do processo ocorreu em uma das reuniões que esta autora presenciou na sede da associação em meados de novembro de 2015.

Centenária, a ACIF se viu pressionada a projetar uma sede pertinente à projeção que ocupa no século XXI. E como sempre, apostou alto. Com quase 8 mil metros quadrados, o Centro Corporativo de Serviços e Apoio ao Empreendedor da ACIF, no Sapiens Parque, deve ser inaugurado entre 2017 e 2018 contemplando todas as demandas de um prédio inteligente: bicicletário, reuso de água, otimização da luz natural e geração de energia por painéis fotovoltaicos. (MANFROI e LAVRATTI, 2015, p. 78).

A compra do espaço num disputado centro de tecnologia em formação em Florianópolis, custará aos cofres da ACIF algo em torno de 15 milhões de reais²⁶.

A ACIF possui seis regionais espalhadas pela cidade: Regional Centro (que até 2012 era denominado como Sede), Regional de Canasvieiras, Regional dos Ingleses, Regional Sul da Ilha, Regional Lagoa da Conceição e Regional Continental. São consideradas “portas de entrada para a participação mais efetiva dos empresários junto a ACIF”²⁷. Além dos projetos próprios, definidos a partir de demandas identificadas em cada localidade, promovem cursos e outras ações de aperfeiçoamento e oferecem aos associados infraestrutura de apoio para reuniões, acesso a internet, entre outras. Objetivando trabalhar de forma mais próxima dos associados do local, cada regional possui uma especificidade, de acordo com as características dos empresários locais.

Trago alguns dados para análise destas regionais e observação das especificidades de cada uma.

Quadro 5 - ACIF – Regionais, crescimento de associados 2008 a 2012

	Centro	Sul	Lagoa	Conti- nental	Ingleses	Canas- vieiras
2008	700	92	136	398	71	136
2009	831	132	190	503	123	190
2010	1058	177	222	691	156	222
2011	1117	152	198	621	124	189
2012	1404	192	245	706	171	245
%	101%	109%	80%	77%	141%	80%

Fonte: ACIF, Balanço de gestão 2009-2013

A regional que mais teve crescimento no número de associados foi Ingleses, com 141% no período de 2008 a 2012. Em seguida foi a regional Sul e Centro. A concentração de maior número de associados é a regional Centro e a Continental. Abaixo seguem os quadros quanto ao porte e tempo de associação destas empresas:

²⁶ Portal RIC Mais, disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/colunas/panorama/285340-acif-projeta-predio-conceito-sustentavel-no-sapiens.html>, pesquisado em 18 de abril de 2016.

²⁷ ACIF. Balanço de Gestão 2009/2011. p. 96.

Quadro 6 - ACIF – Porte das empresas, por regionais, 2012

	Microempresas	Pequenas	Médias	Grandes
Centro	1260	80	24	20
Sul	174	6	2	1
Lagoa	229	6	0	0
Continental	627	42	19	8
Ingleses	156	6	0	2
Canasvieiras	251	2	2	0
TOTAL	2697	142	47	31

Fonte: ACIF, Balanço de Gestão 2009-2013.

Quadro 7 - ACIF - Tempo de associação das empresas, por regionais, 2012

	Menos de 1 ano	1 a 14 anos	15 a 24 anos
Centro	193	1096	109
Sul	28	155	11
Lagoa	35	186	27
Continental	58	592	46
Ingleses	41	126	8
Canasvieiras	91	174	7
TOTAL	446	2329	208

Fonte: ACIF, Balanço de Gestão 2009-2013.

Em todas as regionais, a maioria das empresas é de porte micro. As de média e grande estão, principalmente, na regional centro e continental.

Quanto ao tempo de associação, há diversas empresas com menor de um ano fazendo parte da ACIF, mas a grande maioria são associadas entre 1 a 14 anos. Entre 15 a 24 anos, está a regional Centro (109), Continental (46) e Lagoa (27). No quadro abaixo observamos os dados das empresas por ramo de atividades.

Quadro 8 - ACIF – Regionais, setores de atividades, 2012

	Centro	Sul	Lagoa	Conti- nental	Ingle- ses	Canas vieiras
Alimentos	158	42	70	80	42	44
Automóveis	33	13	3	48	4	3
Casa e decoração	37	13	8	32	7	8
Comércio em geral	95	25	31	84	33	30
Educação e cultura	65	2	9	17	5	7
Esporte	13	5	9	6	3	2
Fábrica e Indústrias	70	8	8	61	9	2
Festas e Eventos	36	6	9	15	7	11
Informática	94	9	1	41	3	15
Lazer	4	1	7	11	1	1
Moda e beleza	103	13	8	28	11	15
Saúde e higiene	145	11	0	49	7	8
Serviços e Cia	475	46	67	218	15	68
Serviços públicos	49	0	2	12	0	1
Turismo	49	12	16	9	28	58

Fonte: ACIF, Balanço de Gestão 2009-2013.

Nesse quadro ficam mais evidentes as especificidades de cada regional, mesmo os setores de Serviços e Cia e Alimentos são fortes em todos eles, há algumas diferenças. Na regional Centro, os setores mais representativos são: serviços e cia (475), alimentos (158), saúde e higiene (145). Na Sul temos: serviços e cia (46), alimentos (42), comércio em geral (25). Na Lagoa: alimentos (70), serviços e cia (67), comércio em geral (31). Continente: serviços e cia (218), comércio em geral (84), alimentos (80), fábricas e indústrias (61). Ingleses: alimentos (42), comércio em geral (33), serviços e cia (15). Canasvieiras: serviços e cia (68), turismo (58), alimentos (44).

Estas especificidades do local demandam alguns debates específicos e trabalhos mais focados. No quadro abaixo apresento alguns grupos de trabalho de cada regional, e a preocupação em cada localidade.

Quadro 9 - ACIF – Regionais, Grupos de Trabalho

Regional	Grupos de Trabalho
Centro	Vidal Ramos; Palestras e Eventos
Sul	Acesso Viário Aeroporto; Elevado Sul da Ilha; Eventos
Lagoa	Turismo e Revitalização da Lagoa; Ponte Barra da Lagoa; Eventos
Continente	Ponte Hercílio Luz
Inglese	SC 403; Saneamento; Portal dos Ingleses; Eventos; CIAC; Centrinho dos Ingleses; Avenida
Canasvieiras	Turismo; Eventos; Elevado de Canasvieiras; Centro de Convenções; Balneabilidade

Fonte: ACIF, Balanço de gestão 2015, p. 34.

Observamos que em quase todas há algum GT sobre eventos, esta pode ser uma grande frente de atuação da associação. No entanto, alguns GTs são bem específicos, ou relacionados a alguma obra como: acesso viário aeroporto e elevado sul da ilha, da Regional Sul; Ponte Barra da Lagoa e revitalização da lagoa; Ponte Hercílio Luz, Continente; portal dos Ingleses e Centrinho dos Ingleses; elevado de Canasvieiras e centro de Convenções, de Canasvieiras.

Este é um perfil de cada regional, de forma breve, apresentando algumas especificidades. Abaixo vamos trazer alguns serviços oferecidos pela associação.

3.1.4 Serviços

Neste tópico abordaremos alguns serviços que a ACIF oferece aos seus associados.

A ACIF, como as outras associações pesquisadas, seguindo uma tendência de associações corporativas brasileiras (DINIZ e BOSCHI, 2004), oferece uma série de serviços a seus associados, uma forma de estimular a participação e a adesão de novas empresas.

Quadro 10 - Serviços oferecidos pela ACIF

Serviço	Descrição
Planos de saúde	Possui parceria com a Unimed Grande Florianópolis.
Capacitação	Oferece treinamentos, cursos, oficinas e palestras.
Planos odontológicos	Possui parceria com a Uniodonto
Cartões UtilCard, Util Alimentação e Refeição	Parceria com a FACISC, oferece produtos da empresa ConCard
Banco de Talentos	Serviço gratuito para recrutamento de pessoas nas empresas associadas
ACIFPREV	Plano de Previdência privada, administrado pela Sul Previdência
CASE	Centro de Atendimento Sebrae ao Empreendedor;, em parceria com o Sebrae, oferece orientação gratuita para os empresários.
Aluguel de ambientes	Sede e regionais ficam a disposição dos associados para aluguel para realização de reuniões.
Bússola Empresarial	Consultoria empresarial desenvolvido pelo Núcleo de Soluções Empresariais – NUSE, orientação jurídica, contabilidade, gestão de negócios, finanças, qualidade, segurança alimentar, marketing, etc.
PACE	Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual, espaço de conciliação de conflitos, recuperação de crédito.
Declaração de exclusividade	“Atestado que possibilita pleitear a dispensa de licitação perante aos órgãos públicos, pois, se para determinados materiais ou serviços se revela inviável a competição, justifica-se a declaração de exclusividade” – emitida pela ACIF
ReÓleo	Programa que atua para “reduzir o impacto que o descarte do óleo de cozinha provoca no sistema de esgoto de Florianópolis”
Convênios	“Para oferecer serviços e produtos com descontos, a ACIF firma convênio com empresas associadas e promove a realização de negócios, disponibilizando mais

Serviço	Descrição
	um serviço que permite a redução de gastos das empresas”
Câmara de Conciliação, mediação e arbitragem	Câmara de Conciliação aberta a toda a sociedade, pessoas físicas e jurídicas

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal ACIF, Produtos e Serviços, disponível em: <http://www.acif.org.br/produtos-e-servicos/>. Acesso em: 12/04/2016.

Os serviços oferecidos, como planos de saúde, odontológico, consultoria empresarial e utilização de cartões vale refeição e alimentação, estimulam a filiação de novas empresas, pois estes convênios com as empresas prestadoras dos serviços citados, oferecem preços mais acessíveis por meio da associação. E a consultoria empresarial que auxilia e orienta empresas que de outra forma não teriam acesso a tais serviços, visto que a grande maioria dos associados são micro empresas.

Há outros serviços “exclusivos” da ACIF, como o programa ReÓleo, que visa o recolhimento do óleo de cozinha e algumas ações de conscientização, dando à associação um status de “responsabilidade ambiental e social”, termo bastante em voga no meio empresarial na última década. Outro destaque é a “Declaração de Exclusividade”²⁸, que permite que uma determinada empresa seja dispensada de concorrer em editais devido a exclusividade de seus serviços.

O ACIF Previdência (ACIFPREV) é um plano de previdência privada oferecida aos associados e seus empregados, “sem as altas taxas administrativas cobradas pelo mercado”, como consta no site da ACIF. É administrada pela Sul Previdência, empresa que existe desde 2010, estruturada para “modelar planos de previdência associativos”, voltado para associados de sindicatos, cooperativas e instituições de classe. O capital financeiro da entidade é investido no Fundo de Investimentos do Banco Bradesco, as parecerias são: SOMMA Investimentos como gestor financeiro; Data A Soluções em Previdência como consultora atuarial e

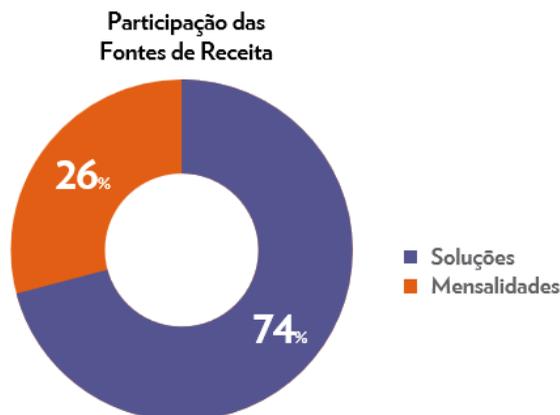
²⁸Segundo o art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Declaração de Exclusividade poderá ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio e também por entidades equivalentes do comércio e indústria patronal., como é o caso da ACIF (ACIF, Produtos e Serviços, Declaração de Exclusividade. Disponível em: <http://www.acif.org.br/produtos-e-servicos/declaracao-de-exclusividade/>. Acesso em: 19/02/2017.

contábil; Stok e Info para gestão de informação; e Mongeral Aegon como financiadora²⁹.

Além dos serviços descritos no quadro, podemos incluir o *net-working* que a ACIF procura realizar, uma forma de aproximar empresas e empresários por meio de festas e eventos, para trocar informações, articulações políticas e econômicas para garantir maior competitividade.

O oferecimento de diversos produtos para os associados, além de ser um importante estimulador para novos associados e sua fidelização, muitos deles são também excelentes fontes de renda para a associação, como percebemos no gráfico abaixo, sobre as fontes da Receita. As soluções somam 74% da arrecadação, enquanto as mensalidades apenas 26%.

Gráfico 4- ACIF – Participação das Fontes de receita



Fonte: ACIF, Balanço de Gestão 2013 – 2015, p. 6

Estes são, brevemente, alguns serviços que a ACIF oferece aos seus associados. Que são mais um estímulo para que as empresas se associem, além da postura política, que veremos no próximo item.

3.1.5 Algumas Bandeiras

Até aqui buscamos traçar um perfil da ACIF, um pouco de seu histórico, seus associados, estrutura organizativa, câmaras e núcleos, regionais e serviços prestados. São informações sobre quem é a

²⁹ Portal Sul Previdência, quem somos. Disponível em: <http://www.sulprevidencia.org.br/?secao=quemSomos>, Acesso em: 19/02/ 2017.

associação e a quem representa. Neste tópico, veremos quais as principais bandeiras e demandas da ACIF.

Há alguns movimentos e bandeiras que são históricas dentro da associação, como a luta contra os impostos. Desde 1915 esta já era uma preocupação dos empresários do imposto de renda e as taxas portuárias. Ainda hoje, como vimos, há diversas ações realizadas no sentido de conscientização quanto aos impostos pagos, visando assim, sensibilizar a população.

O Aeroporto de Florianópolis é descrita como uma importante luta e vitória da ACIF, primeiramente pela sua reforma, em 1955 e, em 1980 pela sua internacionalização, utilizando-se para isso da influência política de Jorge Bornhausen, então Ministro da Educação, que trouxe uma comitiva da Infraero (MANFROI e LAVRATTI, 2015, p. 106). A ACIF, junto com outras organizações empresariais como a FIESC, pressionaram o governo (ou estado) em relação ao Aeroporto Hercílio Luz. Em 2014, a proposta levada à Infraero, com apoio de políticos catarinenses foi de privatização do aeroporto.(MANFROI e LAVRATTI, 2015, p. 108).

A questão da sustentabilidade, o debate do meio ambiente postula entre as intenções e ações da ACIF. Há a diretoria do Meio Ambiente, criada na gestão 2009-2011 e permanece na gestão que segue (2015-2017).

A ACIF tem grupos de estudos e trabalhos que debatem a produzem projetos de acordo com interesses do empresariado. Destacamos cinco propostas mais relevantes: de Reforma Tributária, Reforma Política e PMF 2012, Reforma Trabalhista e Mobilidade Urbana. Segue o quadro com mais informações.

Quadro 11 - ACIF - Projetos e/ou propostas selecionadas

Projetos/ propostas	Conteúdo	Ano
Reforma Tributária	Proposta de um novo sistema tributário: eliminação dos encargos sociais de empresas de pequeno, médio e grande porte; mudar a lógica de financiamento da Seguridade Social, entre outras.	2008
PMF- 2012	Proposta de nova organização e estruturação da prefeitura, como também propostas para alguns problemas da cidade, como saneamento básico; transporte urbano; segurança.	2008

Projetos/ propostas	Conteúdo	Ano
Reforma Política	Fidelidade partidária; extinção dos suplentes; extinção de licença para ocupar outros cargos e disputar eleições; redução do número de senadores e deputados federais; fim da reeleição; mandato de 5 anos; mudança de voto direto para voto distrital misto; verticalização das coligações; financiamento de campanha privado; regulamentação do <i>lobby</i> ; eleições primárias; fim de cotas para mulheres e proposição de cotas para candidatos que não tenham ocupado cargos públicos eletivos anteriormente.	2011
Reforma Trabalhista	Afirmam que a atual legislação gera muitas dúvidas ao empresário propõe-se diminuir encargos para os contratantes “sem retirar direitos trabalhistas”.	Em debate
Mobilidade Urbana	“O estudo reforça a importância de soluções como a alça de contorno da BR-101 e alerta para a importância de medidas mais urgentes, como a possibilidade de mudança no horário de alguns segmentos, a criação de mais vias de acesso a diferentes pontos da cidade e a oferta de vários modais de transporte de massa, com preços acessíveis à população”.	Em debate

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos Reforma Tributária, Reforma Política, PMF 2012, Balanço de Gestão 2009 – 2013, todos disponíveis no site www.acif.org.br.

Os projetos de Reforma Política e Reforma Tributária foram entregues a políticos que representam Santa Catarina no Congresso Nacional, buscando inserir assim suas bandeiras no âmbito político nacional. O Projeto de Reforma Política é bastante semelhante ao do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, posto que foi formulado por dois advogados filiados ao partido (MARMITT, 2013). O PMF 2012 foi entregue ao Prefeito Dário Berger.

Os projetos de Reforma Trabalhista e Mobilidade Urbana são debates na ACIF, mas não temos informação quanto às propostas e projetos que podem ser elaborados pelos empresários.

São bandeiras em diversas frentes, mas todos envolvem de alguma forma o ambiente empresarial e propostas para a sociedade. São pro-

jetos políticos repassados para representantes do Estado, buscando inserir suas bandeiras. Nos próximos capítulos observaremos algumas estratégias para tal inserção na agenda política municipal, estadual e federal.

3.2. Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL/Fpolis

Neste item abordamos alguns pontos da CDL/Fpolis, a fim de traçar um breve perfil³⁰ de quem é a associação, a quem representa, sua organização interna, estrutura física, serviços e algumas bandeiras.

3.2.1. Breve histórico

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis-CDL/Fpolis é uma associação “sem fins econômicos e sem finalidades políticas, partidárias e eleitorais, dedicada a defender os interesses dos empresários lojistas”³¹. A associação foi formalizada em 28 de julho de 1960 por um grupo de comerciantes locais, reunidos na Federação do Comércio, criando o slogan “Unidos Serviremos Melhor”. Desde sua formação em 1960 até o ano de 2014, a CDL/Fpolis teve vinte e sete presidentes.

Um dos fundadores e primeiro presidente da CDL/Fpolis Moacyr Pereira Oliveira auxiliou na criação de outras CDLs em cidades como Blumenau, Joinville, Criciúma, Chapecó e Tubarão. Segundo seu sobrinho, a inspiração viria de seus contatos com comerciantes do Rio de Janeiro, que eram fornecedores para seu comércio Lojas Pereira Oliveira³². Moacyr Oliveira foi presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FCDL/SC por seis anos, de 1974-1980.

Com três anos de atuação, a CDL/Fpolis disponibilizou um serviço semelhante ao atual Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), um cadastro que auxiliava os comerciantes no sentido de saber quais consumidores possuem dívidas ativas em outros estabelecimentos. A entidade enfrentou as dificuldades e desconfiças dos lojistas em

³⁰ A pesquisa fica sujeita a dados disponibilizados pelas associações. Dentre todas as instituições aqui estudadas, a CDL/Fpolis foi quem menos liberou informações, sob argumento que muitos dados são sigilosas por objetivos estratégicos da entidade.

³¹ CDL-Fpolis, Portal da entidade, disponível em: <http://www.cdflorianopolis.com.br/institucional/visao-missao-e-valores>> Acesso em: 21/04/2017.

³² CDL/Fpolis, Portal da entidade, disponível em: <http://www.cdflorianopolis.com.br/institucional/historico>. Acesso em: 21/04/2017.

cederem dados de seus clientes para o cadastro, cujo controle passou para um funcionário de banco.

Seguimos com um breve perfil dos associados da CDL/Fpolis.

3.2.2. Associados

Os associados de Câmaras de Dirigentes Lojistas são, em geral, lojistas, empresários do setor de varejo da cidade. Na aba “Como se associar”, no portal da entidade, há as opções de “associação normal”, “associação condomínio”, “associação escola” e “profissional liberal”. Isso nos permite observar que os associados da CDL/Fpolis são de âmbitos não apenas empresarial. No entanto, não temos mais informações sobre os associados, seus setores e tempo de associação³³.

Em 2015 a CDL/Fpolis agregou 4.500 associados e, assim, segundo notícia do portal Economia SC é a primeira e maior do estado, torna-se também a quinta maior do país. O grande salto quantitativo, segundo a superintendente, acontece quando ocorre a mudança de foco da atuação da entidade, que passa a ver os associados como clientes, “saindo do foco de prestação de serviço para atender ao desenvolvimento das empresas como um todo. Além de alternativas para impulsionar os negócios, incentivando a regularização e a formalização, a CDL propõe soluções para toda a cadeia produtiva do mercado, atuando de forma decisiva no apoio e expansão do comércio”³⁴. Sugere-se uma mudança na forma de atuação da entidade, não há maiores informações de como esse processo ocorreu e nem em qual momento, apenas que aconteceu na “última década”.

No próximo tópico veremos a estrutura interna da associação, a distribuição de cargos na diretoria de 2004 a 2014, e as mudanças que ocorreram neste período.

3.2.3. Estrutura Interna

A estrutura de gestão da CDL/Fpolis está na constituição de uma Diretoria Executiva com 12 membros: Presidente, Vice-presidente, Diretor Secretário, Diretor Financeiro, Diretor de SPC e Serviços,

³³ Quando perguntado ao gerente que atendeu a pesquisadora na primeira visita à entidade e posteriormente forneceu os dados solicitados, informou que estas informações não poderiam ser disponibilizadas, pois se tratava de estratégias políticas da entidade.

³⁴ Economia SC, disponível em: <http://economiasc.com.br/cdl-de-florianopolis-alcanca-45-mil-associados/>. Acesso em: 10/06/2016.

Presidentes da CDL por diretoria: 2004-2006: Kissao Álvaro Thais. **2006-2008:** Itamar Oneide Cavalli. **2008-2010:** Osmar Silveira. **2010-2012:** Pedro Paulo de Abreu. **2013:** João Batista Lohn. **2014:** Sara Toscan Camargo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados enviados pela associação.

A partir do quadro, observamos que a diretoria da CDL/Fpolis é reduzida em relação com a ACIF, mantendo 11 membros até 2013 e 12 e 2014. Já a ACIF possuía 18 a 38 membros na última gestão analisada. Há pouca variação quanto às diretorias, em 2006-2008 as diretorias Assuntos Políticos e Assuntos Públicos são integradas, com formação da Diretoria de Assuntos Públicos e Políticos. Ainda na mesma gestão, é criada a diretoria de Desenvolvimento. Em 2014 cria-se a Diretoria Institucional.

No Quadro 30 (Apêndice) estão os empresários que ocupam a diretoria no período estudado. Observamos que há um grau de concentração, alguns empresários participam de todas as gestões. No quadro a seguir podemos verificar essas informações.

Quadro 13 - CDL/Fpolis – quantidade de participação dos empresários em cargos da diretoria

	2004-2006	2006-2008	2008-2010	2010-2012	2013	2014
Osmar Silveira	DSPC	DSPC	Pres.	DAPP	DAPP	DAPP
Pedro Paulo de Abreu	DAP	V-Pres.	DS	Pres.	DD	V-Pres.
Ronaldo Furtado Koerich	DM	DM	DM	DM	DM	DM
Marco Aurélio dos Santos	---	DRP	DSPC	DSPC	DSPC	DSPC
Cláudio Luiz Stringhini	DS	---	---	DRP	DRP	DRP
Sara Toscan Camargo	---	---	DD	DS	V-Pres.	Pres.
GiojioSenatoreFedrizzi	---	---	---	DT/F	DPat	DPat
Kissao Álvaro Thais	Pres.	DAPP	DAPP	---	---	---
Laerte Alves de Andrade	DT/F	DT/F	DT/F	---	---	---
Lindomar Antônio Bison	---	---	---	DAE	DS	DS
Nilton José Cardoso	---	DS	V-Pres.	DD	---	---
Osmar Silveira	DSPC	DSPC	Pres.	DAPP	DAPP	DAPP
Pedro Paulo de Abreu	DAP	V-Pres.	DS	Pres.	DD	V-Pres.

	2004- 2006	2006- 2008	2008- 2010	2010- 2012	2013	2014
Ronaldo Furtado Koerich	DM	DM	DM	DM	DM	DM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pela CDL/Fpolis

Legenda: Cargo ocupado: **Pres.:** Presidente; **V-Pres.:** Vice-presidente, **DS:** Diretor Secretário, **DT/F:** Diretor Tesoureiro/financeiro, **DSPC:** Diretor do SPC e serviços, **DRP:** Diretor de RP e eventos, **DPat:** Diretor de Patrimônio, **DAPol:** Diretor de Assuntos Políticos, **DAE:** Diretor de Assuntos Econômicos, **DAP:** Diretor de Assuntos Públicos, **DM:** Diretor de Marketing, **DAPP:** Diretor de Assuntos Públicos e Políticos, **DD:** Diretor de Desenvolvimento, **DI:** Diretor Institucional.

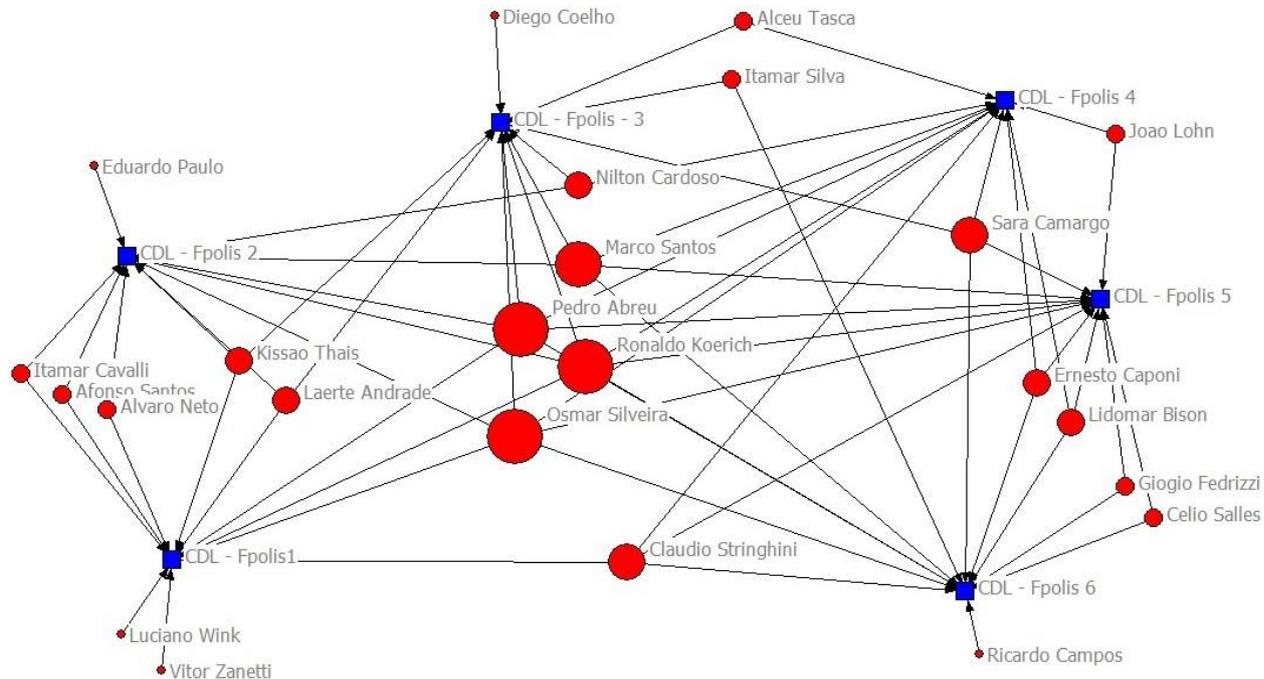
Há três empresários que participam de todas as gestões: Osmar Silveira, Pedro Paulo de Abreu, Ronaldo Furtado Koerich. Um associado ocupando cinco cargos no período analisado: Marco Aurélio dos Santos. E dois integrando duas gestões: Cláudio Luiz Stringhini e Sara Toscan Camargo. E mais cinco empresários atuando na diretoria de 2004 a 2014. No Sociograma 2 é possível observar os dados e o grau de centralidade destes sujeitos na estrutura organizativa.

Foi utilizado no sociograma a métrica de grau de centralidade (Degree) que evidencia os atores que estão presentes no maior número de gestões. As informações do quadro ficam mais visíveis, mostrando a centralização da rede em torno de alguns atores. Dos 24 empresários que compõe a diretoria de 2004 a 2014, 11 destes participam de três ou mais gestões, demonstrando pouca renovação de pessoas na cúpula da CDL/Fpolis.

Outro dado importante é que alguns destes empresários centrais da rede são também filiados a partidos políticos, como Pedro Abreu e Kissao Thais, estão ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB e Osmar Silveira e Sara Camargo estão filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB. Estes e demais dados dos integrantes da diretoria da CDL/Fpolis será descrita no capítulo 6.

Estas informações da composição da diretoria são de âmbito da organização interna, de sua estrutura organizacional. É importante observar que, como as demais associações, a CDL/Fpolis possui a organização em forma de regionais.

Sociograma 2 - CDL/Fpolis -Gestões, diretores e centralidade



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da associação, utilização do programa Ucinet6 e visualização gráfica NetDraw.

3.2.3.1 Núcleos Setoriais e Regionais

Os núcleos representam para as associações formas de organização das demandas e atuação dos empresários associados. Esta organização pode ser por setores econômicos ou proximidade geográfica.

A CDL/Fpolis possui núcleos setoriais e núcleos regionais. Seguem listas nos quadros abaixo.

Quadro 14 - CDL/Fpolis – Núcleos Setoriais

Núcleo	Website
Núcleo de Ótica	http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-de-otica-5
Núcleo dos Food Trucks	http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-dos-food-trucks-13
Núcleo de Beleza e Estética	http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-de-beleza-e-estetica-9
CDL Jovem	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do portar CDL- Florianópolis, núcleos setoriais. Disponível em: <http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleos-setoriais>. Acesso em: 02/05/2017.

Quadro 15 - CDL/Fpolis – Núcleos Regionais

Núcleo	Website
Núcleo Norte da Ilha	http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-norte-da-ilha-3
Núcleo do Centro Histórico	http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-do-centro-historico-6
Núcleo Continente	http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-continente-8
Núcleo de Dirigentes Lojistas de Antônio Carlos	http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-de-dirigentes-lojistas-de-antonio-carlos-10
Núcleo da Bocaiúva	http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-da-bocaiuva-11

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do portar CDL- Florianópolis, núcleos setoriais. Disponível em: <http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleos-setoriais>. Acesso em: 02/05/2017.

O Núcleo de Ótica objetiva combater a pirataria e aumentar o número de consumidores. Possui cargos como: Coordenador Geral, Vice-Coordenador, Coordenador Secretário, Coordenador de Marketing, Coordenador de Ética e Legislação e Coordenador de Relações Públicas³⁵.

O Núcleo de Food Trucks possui o objetivo de “Organizar e representar o segmento, gerando oportunidades de negócios e atualização de informações, formando empresas melhores e mais qualificadas e assim fortalecer o setor”. A gestão possui as seguintes coordenações: Geral, vice, eventos internos, eventos externos, relações públicas, legislação e marketing³⁶.

O núcleo de Beleza e estética possui o objetivo de representar o setor. Possui: coordenador geral, vice, secretária, relações públicas, apoio a coordenadora secretária e apoio a coordenadora de relações públicas³⁷.

A CDL Jovem tem objetivo “Desenvolver futuros líderes empresariais, disseminar o espírito associativo, propiciar conhecimentos técnicos, inovações e capacitações, fomentar o networking e espírito de liderança”. Possui: coordenador geral, vice, financeiro, relações públicas, marketing, eventos, eventos especiais, relações públicas integração. Para fazer parte do núcleo é necessário ter no mínimo 16 anos e exercer atividades empresariais³⁸. Em 2015, a composição da diretoria da CDL/Fpolis contava com três diretores que vinham da CDL Jovem, juntamente com quatro ex-presidentes da entidade³⁹. Este dado pode demonstrar que o núcleo é um espaço de formação de lideranças, que pode propiciar a renovação da entidade.

Os núcleos regionais são formados por grupos de empresários situados numa mesma região, preocupados com questões locais.

O Núcleo Norte da Ilha é localizado no bairro Ingleses, com a finalidade disponibilizar qualificação para os empresários locais e

³⁵ CDL/Fpolis, Núcleos, Núcleo de ótica. Disponível em: <http://www.cdlflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-de-oticas-5>. Acesso em: 02/05/2016.

³⁶ CDL/FPOLIS, Núcleo, Núcleo de FoodTrucks. Disponível em: <http://www.cdlflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-dos-food-trucks-13>. Acesso em 02/05/2016.

³⁷ CDL/FPOLIS, Núcleo, Núcleo de Beleza e estética. Disponível em: <http://www.cdlflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-de-beleza-e-estetica-9>. Acesso em 02/05/2016.

³⁸ CDL/FPOLIS, Núcleo, CDL Jovem. Disponível em: <http://www.cdlflorianopolis.com.br/institucional/cdl-jovem>. Acesso em 02/05/2017.

³⁹ ECONOMIA SC. Disponível em: <http://economiasc.com.br/cdl-florianopolis-com-foco-pequeno-lojista/>. Acesso em: 02/05/2016.

fortalecer a CDL na região. Possui coordenador geral, vice e relações públicas⁴⁰.

O núcleo Centro Histórico tem o objetivo de “Tornar o Centro Histórico de Florianópolis atrativo com espaços de convivência, fortalecer o Núcleo e valorizar a História local”. O núcleo que desenvolve o projeto “Viva a cidade” será visto no tópico 3.1.4 deste capítulo.

O núcleo Continente e Bocaiúva procuram desenvolver o local, fortalecendo a CDL na região.

O Núcleo Antônio Carlos é situado na cidade de Antônio Carlos e busca “promover e fomentar o comércio da região em busca de prospectar associados, divulgar os serviços da Associação, do Núcleo e da CDL de Florianópolis, intensificar o relacionamento entre a CDL e o Núcleo, promover eventos que estimulem o movimento do comércio”⁴¹. É uma forma de expansão da CDL/Fpolis para outras cidades.

Os núcleos regionais representam parte da estrutura física da associação. Além destas regionais, a CDL/Fpolis possui uma sede própria situada no centro da cidade, com salas de treinamento, auditório e sala de leitura e pesquisa para utilização dos associados.

No próximo tópico veremos alguns serviços oferecidos pela instituição.

3.2.4. Serviços

Como todas as associações empresariais, a CDL - Fpolis oferece uma série de serviços aos seus associados, uma forma utilizada pelas instituições para alcançar novos associados e facilitar o funcionamento das empresas.

O quadro abaixo apresenta os serviços oferecidos.

Quadro 16 - CDL/Fpolis – Serviços oferecidos

Serviços	Descrição
Calculadora do Lojista	Disponibilizado pelo site da associação, auxilia no cálculo de juros, multa, débitos atrasados e antecipação de pagamentos, e acordo com as legislações

⁴⁰ CDL/FPOLIS, Núcleo Norte da Ilha. Disponível em: <http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-norte-da-ilha-3>. Acesso em: 02/05/2017.

⁴¹ CDL/FPOLIS. Núcleos, Núcleo Antônio Carlos. Disponível em: <http://www.cdflorianopolis.com.br/nucleo/nucleo-de-dirigentes-lojistas-de-antonio-carlos-10>. Acesso em: 15/07/2016.

Serviços	Descrição
Cartão Ticket	Disponibilização de cartão ticket restaurante, alimentação e cartão, que as empresas podem oferecer a seus funcionários
CDL Celular	Plano de telefonia oferecida a seus associados e funcionários.
Certificado Digital	Certificação de envio de documentos online para seus associados.
Cheque garantido	Acesso a banco de dados de pessoas físicas e jurídicas e limites para créditos, padronização no atendimento em relação aos cheques, treinamento de caixas e vendedores.
Convênio Prevenir	Serviço de descontos em exames e consultas laboratoriais
Convênios de Ensino	Convênios com instituições de ensino superior para associados e funcionários: CCAA; IPOG; Faculdades ASSESC; Faculdades Borges de Mendonça; Faculdade Decisão; Faculdade Estácio de Sá; Unisul; Univali; Wizard Idiomas; Auto Escola Brinhosa.
Consultoria Especializada	Consultoria uma vez por mês com consultores sobre direito trabalhista, administração de empresas, área contábil e recursos humanos
Emissor de Notas Promissórias	Ferramenta que gera o documento de forma gratuita em vendas a prazo
Internet e provedor	Realizado em parceria com outras empresas, traz formação de inclusão digital de associados, para criar contas de e-mail, criar sites, disponibiliza gerenciador de conteúdo com pagamentos mensais.
Locação de salas	Locação de salas para associados realizarem reuniões e treinamentos
PACE	Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual, busca a resolução de conflitos entre credor e devedor
Plano de Saúde Unimed	Plano de saúde para associados e funcionários.
Plano Odontológico Prevident	Plano odontológico para associados e funcionários.

Serviços	Descrição
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito, banco de dados com informações de crédito e cadastro, disponibilizado aos associados.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal CDL - Florianópolis, serviços. Disponível em: <http://www.cdlflorianopolis.com.br/servicos>. Acesso em: 12/05/2016.

Os serviços vão desde planos de saúde e odontológicos, de formação superior por meio de convênios com instituições educacionais e outros de âmbito de funcionamento das empresas, como calculadora do lojista, certificado digital, consultoria especializada, emissor de notas promissórias, PACE e SPC.

Além destes, há os cursos, eventos, In Company, palestras e seminários e workshops que são oferecidos aos associados. Os cursos são sobre os mais variados assuntos, sobre manipulação de alimentos a inteligência emocional e gestão de conflitos, capacitação de vendas, etc. In Company são cursos de curta duração adaptados a cada empresa. Palestras, seminários e workshops são sobre diversos assuntos de interesse empresarial.

Os serviços são voltados para capacitação empresarial ou facilidades para o funcionamento das empresas.

No próximo item veremos algumas bandeiras que a CDL/Fpolis defende, qual é seu mote de organização política.

3.2.5 Bandeiras CDL/Fpolis

Algumas bandeiras assumidas pela entidade são históricas do movimento empresarial, por exemplo a luta pela redução da carga tributária. Esta demanda está descrita em portal no item de “Responsabilidade Social”, sob argumento que suas ações refletem numa melhoria da cidade, e conseqüentemente da população. É um discurso legitimador de suas propostas e da atuação da própria entidade, em prol da “geração de empregos” e do “desenvolvimento” da cidade.

As principais bandeiras e atuações da CDL/Fpolis foram: campanhas para abertura das lojas em horário de almoço; implantação do calçadão da Rua Felipe Schmidt; defesa e investimento em eventos natalinos; ações para a profissionalização do turismo; solicitação e apoio da construção do Centro de Convenções. “Participamos ativamente dos principais momentos da história da cidade nos últimos cinquenta

anos⁴², observa o ex-presidente Paulo Toniolo na apresentação do histórico da entidade em seu portal. Ou seja, a entidade insere sua atuação e suas bandeiras na história econômica e política e econômico da cidade, colocando-se como um ator ativo desse processo.

Segue abaixo um quadro com as principais bandeiras da associação.

Quadro 17 - CDL/Fpolis – Bandeiras

Bandeiras	Descrição
Diminuição da carga tributária	Bandeira histórica do movimento empresarial, argumenta que a diminuição da carga tributária reverte sobre os produtos, e portanto, toda a sociedade se beneficiaria.
Liberação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais	Luta contra Projeto de Lei que fecharia o comércio nos domingos e feriados.
Preservação do Centro Histórico de Florianópolis	Criação com outras entidades do Fórum de Revitalização do Centro Histórico de Florianópolis
Movimento Agita Floripa	Comércio aberto aos sábados que antecedem datas comemorativas, com atrações culturais.
Campanha contra a pirataria	Ações de combate a pirataria e os ambulantes do centro da cidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal CDL – Florianópolis, Institucional, responsabilidade social. Disponível em: <http://www.cdflorianopolis.com.br/institucional/responsabilidade-social>.

A bandeira de diminuição da carga tributária está na pauta da associação desde a década de 1970. O argumento principal utilizado pela entidade na defesa da redução da carga tributária é a redução do preço dos produtos beneficiaria toda a população.

A campanha para liberação do horário de funcionamento do comércio teve um momento importante aprovação do projeto de lei na Câmara de Vereadores que impediria a abertura dos estabelecimentos comerciais aos domingos e feriados.

⁴² CDL – Fpolis, Portal da entidade, disponível em: <http://www.cdflorianopolis.com.br/institucional/historico>. Acesso em: 12/05/2016.

A atuação do Fórum de Revitalização do Centro Histórico de Florianópolis prevê obras de revitalização que são realizadas com financiamento federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC⁴³. São empresários articulando a revitalização do centro da cidade de acordo com sua visão de progresso, e “limpeza” e higienização, criticando a presença de mendigos e cachorros no local⁴⁴.

O movimento Agita Floripa é de estímulo ao consumo local em datas comemorativas, beneficiando o comércio do centro da cidade.

As campanhas contra a pirataria e os vendedores ambulantes no centro da cidade conta com a parceria do Conselho Estadual de Combate à Pirataria-CECOP. A argumentação da campanha é que tais vendedores ambulantes vendem produtos pirateados, sem comprovante de procedência, muitas vezes contrabandeados e que podem ser prejudiciais a saúde da população. Além disso, tais vendedores ambulantes não pagam impostos ao município e tornam-se concorrentes desleais para comerciantes regulamentados. As campanhas são de conscientização da população, para evitar a compra destes produtos.

Outra atuação da associação, ainda dentro do espectro de Responsabilidade Social, é a Campanha do Agasalho, arrecadação de brinquedos e apoio às populações de cidades atingidas por tragédias. Segundo sua própria avaliação, “A responsabilidade social é praticada com profissionalismo e sinceridade pelos lojistas.”⁴⁵.

Este foi um breve perfil da CDL/Fpolis, a partir dos dados disponibilizados pela entidade via site ou por meio de e-mail com a autora.

3.3 Considerações

Procuramos, de forma breve, trazer alguns elementos das duas associações empresariais de Florianópolis que nos propomos a pesquisar neste trabalho, no período de 2004 a 2014. São instituições diferentes, a ACIF representando diversos setores econômicos da cidade, a

⁴³ <http://floripamanha.org/2010/07/revitalizacao-do-centro-historico-de-florianopolis-2/> Acesso em: 02/11/2016.

⁴⁴ <http://floripamanha.org/2010/03/revitalizacao-do-centro-questao-de-justica/> Acesso em: 02/11/2016.

⁴⁵ CDL – Florianópolis, institucional, responsabilidade social. Disponível em: <http://www.cdlflorianopolis.com.br/institucional/responsabilidade-social>. Acesso em: 12/05/2016.

CDL/Fpolis mais voltada ao setor de varejo, entretanto, possui outros associados como condomínio, escola e profissional liberal.

Não foram disponibilizados dados sobre os associados da CDL/Fpolis, e no primeiro contato da autora feito com representante da instituição, esta foi informada que tais dados são secretos, e fazem parte das estratégias de ação da entidade. Este fato representa uma forma de atuação da associação, pois há poucas informações sobre a CDL em seu portal sobre seus associados e formas de atuação. Também não foi possível participar de nenhuma reunião da entidade, e marcada apenas uma entrevista com representante da diretoria.

Diferente da ACIF que se utiliza muito da mídia e sua inserção nos espaços para defender suas bandeiras e projetos. A entidade diz seguir parâmetros de Governança Corporativa, com ideias de “transparência”, disponibiliza informativos em seu portal com dados econômicos e financeiros do ano corrente, além de “Balanço de gestão” com informações das mais diversas, como: diretoria, seus membros, breve currículo; sobre os associados, setores, empresas e período de associação; regionais; inserção na mídia. Possui ainda revista própria e o livro “Somos centenários”, lançado em 2015. Desta forma, foi possível trazer mais detalhes e informações de uma associação em comparação com a outra.

Apesar destas diferenças, algumas semelhanças são também perceptíveis, como um certo grau de concentração na diretoria. Alguns diretores e presidentes que participam de todas ou várias gestões analisadas, e vinculação político partidária de algumas delas.

As bandeiras e projetos possuem algumas diferenças, mesmo a ACIF tendo projetos e articulações da cidade, como o PMF 2012 e debate sobre Mobilidade Urbana, aeroporto e defesa da construção de marinas. Realiza debates e projetos de âmbito federal, como Projeto de Reforma Política, Reforma Tributária e Reforma Trabalhista. Observamos a CDL/Fpolis com projetos mais locais, que possuem impacto direto nos seus associados, comerciantes e varejistas da cidade.

No próximo capítulo abordaremos as organizações empresariais de São José, a AEMFLO e CDL/SJ. No capítulo cinco trataremos alguns elementos para observação destas quatro associações de forma comparada, suas atuações conjuntas e os possíveis atritos e divergências.

CAPÍTULO 4

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SÃO JOSÉ

Neste capítulo abordaremos as associações empresariais de São José: Associação Empresarial da região Metropolitana de Florianópolis-AEMFLO e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de São José-CDL/SJ.

As duas associações atuam de forma conjunta no município de São José, devido a isso a apresentação de sua organização e estrutura será desta forma. Iniciamos a descrição histórica com a AEMFLO e no momento do início da parceria, que se dá dois anos após a fundação da CDL/SJ, descrevemos as ações das associações nessa união.

A fim de traçar um perfil das associações, apresentamos alguns dados históricos, seus associados, a organização da estrutura interna das gestões de 2004 a 2014, estrutura física, serviços oferecidos e algumas bandeiras e projetos defendidos.

4.1 Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis - AEMFLO e Câmara de Dirigentes Lojistas de São José-CDL/SJ

Neste tópico abordaremos duas associações empresariais do município de São José: AEMFLO e CDL/SJ, a primeira fundada em 1984 e a segunda em 1999. A parceria entre as associações é firmada na segunda gestão da CDL/ SJ, em 2001, e desde então apresentam-se de forma única, seja no portal das associações, no oferecimento dos serviços e articulações políticas e institucionais, apesar de terem registros diferentes, e até 2007 presidentes distintos.

A AEMFLO surgiu a partir do Distrito Industrial de São José, um terreno adquirido pelo município no qual foram instalados algumas empresas. A organização partiu dos empresários Antenor Kuhnem (Bel Lar), Decio Giacomelli (Serralheria Décio), Jorge de Freitas (Intelbrás), Ubirajara Câmara (CPL Kibon), Ronaldo Rodrigues Alves (Macedo Koerich), Conrado Coelho Costa Filho (Celemar Eletrônica), Ciro Domingues (Gráfica Canarinho) e Mario Cesar Spillere (BESC). Surgiu a Associação Empresarial do Distrito Industrial de São José, com objetivo de propor melhorias no local. (AEMFLO, 2009).

Passamos agora a resgatar um pouco desse breve histórico da associação.

Dentre as dificuldades iniciais relatadas está a organização de empresários para a formação da associação, o convencimento para participação de uma associação de classe e o pagamento de mensalidade.

As visitas às empresas precisavam ser feitas quase que semanalmente para convencer os empresários da importância de se associar a uma entidade (...) a dificuldade maior era fazer com que as pessoas pagassem uma mensalidade. (...) Como forma de sensibilizar algumas pessoas realizávamos jantares patrocinados por algum dos já associados, e quando faltava este patrocínio, era o empresário José Ferreira de Macedo Koerich que providenciava o cardápio vindo fresquinho da empresa. **Convidávamos sempre as autoridades como o prefeito de São José**, Germano Vieira, para incentivar nossos colegas a participar. (AEMFLO, 2009, p. 08, grifo nosso)

A estratégia utilizada para convencimento para novas associações são jantares com políticos como forma de demonstração de poder político e ganhos nesse campo que os empresários poderiam ter ao se associarem. Além de demonstrar a estreita relação que se quer construir com o poder público desde a fundação da entidade.

A associação, na primeira gestão (1984-1986) encabeça uma campanha pela duplicação da BR-101, ganha aderência do jornal Diário Catarinense, Associação Brasileira de Agência e Propaganda de Santa Catarina, tinha como foco pressionar o Departamento de Estudos e Rodagem-DNER. Esta mobilização e envolvimento da mídia rendeu visibilidade para a associação, novos associados e procura de empresários de outras regiões. Em 14 de agosto de 1986 realizou-se uma mudança de Estatuto e aumento da área de abrangência. Além do município de São José, faziam parte a partir de então Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro do Imperatriz, Angelina, Antônio Carlos, Águas Mornas e Rancho Queimado (AEMFLO, 2009, p. 20).

Nas eleições municipais de 1988, a associação organizou o Seminário entre empresários e candidatos a vereadores de São José. Nas eleições para Presidência da República de 1989, a primeira após a Ditadura Civil-Militar, a AEMFLO, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC e Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina - CIESC, realizou o 1º Encontro dos Candidatos à Presidência da República em Santa Catarina (AEMFLO, 2009).

Em 1988 ocorreu um encontro no Plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina entre empresários e entidades para estudo e ela-

boração de mensagem para a Assembleia Nacional Constituinte em favor dos empresários que argumentaram serem prejudicados pelo Plano Cruzado e solicitando a anistia da correção monetária que seria aplicada pelos bancos. Ação realizada em parceria com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - FECOMERCIO. (AEMFLO, 2009, p. 40-41).

Em momentos de maiores mudanças e crises políticas e econômicas os empresários encontram-se mais engajados politicamente. É evidente que num momento crucial da democracia brasileira, como a formulação da Constituição que rege nosso país até hoje, os empresários buscam inserir suas bandeiras e que suas reivindicações sejam abordadas pela constituinte. Destaca-se também o conflito entre os setores da burguesia industrial e comercial com os banqueiros.

As três primeiras gestões (1986-1990) foram presididas por Conrado Coelho Costa Filho, que procurou inserir a AEMFLO na agenda política do município, com estratégias da aproximação da FACISC. O primeiro presidente afirma que o associativismo naquele momento tinha três pilares “O tripé do associativismo, como costumávamos chamar, contemplava a representatividade junto ao poder público, a prestação de serviços aos associados e a defesa de bandeiras para o bem da comunidade. Foi o alicerce que nos deu sustentabilidade e credibilidade até nos dias de hoje.” (AEMFLO, 2009, p. 43). A aliança com o poder público foi o foco desde sua fundação.

“O entrosamento criado entre empresa e comunidade é de vital importância para o desenvolvimento de um bom governo. Quando a classe empresarial mantém uma estabilidade econômico-social, a administração pública tem condições de desenvolver seu trabalho de forma equilibrada. (...) Portanto, é preciso que políticos e empresários estejam conscientes desta realidade saibam administrar com lucidez, para que haja a manutenção deste estreito laço entre empresa e comunidade. (...) **Também concluímos que deveríamos mobilizar e incentivar a participação dos empresários no processo político, inclusive partidário**, para a AEMFLO seja atuante nas decisões tomadas para a Região Metropolitana de Florianópolis,” defendeu [Conrado]. (AEMFLO, 2009, p. 41, grifo nosso)

Na quarta gestão (1990-1992) houve uma ampliação nos serviços oferecidos a fim de angariar novos associados. Foi lançado o Jornal Informativo Difusão, um canal de comunicação com os associados (AEMFLO, 2009, p. 55). Ainda na mesma gestão, realizou ciclo de

debates com a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra-ADESG.

Na sexta gestão, com o presidente Ricardo Harger Martins (1994-1996) ocorrem articulações internacionais com treze empresários catarinenses participando da Feira Internacional de Hannover, na Alemanha, observando técnicas de armazenamento e tecnologia com cerâmica. Há a preocupação do empresariado com o aperfeiçoamento e busca de novas tecnologias com o objetivo de seguir concorrência frente os grandes blocos econômicos que entram no país após a abertura econômica realizada na década de 90, com a globalização e inserção de políticas neoliberais de livre mercado. O resultado foi a busca de novas parcerias com o SEBRAE para especialização e informatização da mão de obra (AEMFLO, 2009, p. 79). Este intercâmbio com os empresários de outros países é ampliado na gestão seguinte (1996-1998) com o Projeto Empreender, vindo da Alemanha e desenvolvido no Brasil pela Fundação Empreender⁴⁶, que faz a conexão de empresários alemães e brasileiros, por meio de missões empresariais.

A gestão 1998-2000 é descrita como uma “nova fase”, com aquisição de sede própria e com alguns projetos atendidos, como a duplicação da BR-101 e a implantação da Região Metropolitana de Florianópolis, que buscava integrar diversos serviços da região (AEMFLO, 2009, p. 100).

Nas eleições de 1998, a associação realizou a campanha do “voto útil”, incentivando os votos em candidatos da região da Grande Florianópolis para cargos do legislativo estadual e federal. Com o discurso de serem apartidários, a campanha defendia o voto em políticos locais, pois afirmavam que desta forma, teriam suas demandas da região atendidas, “independente do partido” dos políticos. O resultado foi a eleição de cinco deputados estaduais e quatro federais, um número maior que a eleição anterior.

Em 2001, realizaram a parceria com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de São José-CDL/SJ. “A união foi efetivada após reuniões ocorridas entre os empresários Ubirajara Câmara, Ademar e Fernando Nienkotter e Francisco Carlos da Silva, que avaliaram e analisaram os pormenores da parceria.” (AEMFLO, 2009, p. 16). Houve uma reforma do Estatuto, um novo modelo adequado para as duas entidades.

A CDL/SJ foi criada em 1999 por lojistas do município de São José. No momento de sua união com a AEMFLO contava com apenas

⁴⁶ A AEMFLO é uma das instituições mantenedoras do Projeto até hoje. Fonte: <http://www.fe.org.br/quem-somos/aces-mantenedoras>, pesquisado em 15/04/2016.

uma gestão, do empresário Fernando Ninkoter. A partir da segunda gestão, com a consolidação da parceria com a AEMFLO, algumas pessoas da diretoria ocupavam cargos nas duas gestões, e seus presidentes eram distintos, até 2007.

As duas associações beneficiam-se com a união, a recém formada CDL/SJ por conseguir uma estrutura, sede, associados e poder político que a AEMFLO já vinha construindo nos seus dezessete anos de existência. E a AEMFLO por ampliar seu quadro de associados e incorporar uma fração de classe empresarial do município de São José, diferente do que ocorre em outras cidades, onde as CDLs atuam separadamente.

O primeiro presidente da CDL/SJ é apontado por facilitar a consolidação de parceria, por fazer parte do quadro de associados da AEMFLO e “pactuava dos mesmos objetivos e sonhos; o fortalecimento da classe empresarial, o fomento da sinergia imprescindível para a consolidação entre todos os setores econômicos e a representatividade das empresas associadas.” (AEMFLO, 2009, p. 123).

O Entrevistado 1 afirma que a atuação conjunta é uma vantagem competitiva, pois atuando separadamente poderia ter disputas por associados que não seriam benéficas para nenhuma das associações (ENTREVISTADO 1, 2016. Entrevista à autora). Para CDL/SJ representou “crescimento e sustentabilidade”, e para a AEMFLO a sua legitimação e credibilidade frente ao poder público, pois ganhava maior poder de negociação e representação empresarial. O resultado deste processo é a participação de empresários destas entidades em órgãos de tomada de decisão, como: AEMFLO ganhou cadeira como Conselheiro na Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional, no início do sistema descentralizado implementado por Luiz Henrique da Silveira. A intenção na participação do conselho era a criação de novas áreas industriais. Na Prefeitura Municipal de São José, ganhou espaço no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com a função de gerenciar a instalação de quatro centros empresariais na cidade (AEMFLO, 2009, p.127). Odílio Guarezi (presidente das duas associações nas gestões 2005-2007/2007-2009) foi nomeado Secretário da Indústria, Comércio e Turismo de São José em 2004, e assumiu uma diretoria na Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas-CNDL. Luis Carlos Furtado Neves (presidente da AEMFLO nas gestões 2001-2003/2003-2005) assumiu a presidência da Crediconfiança, uma agência de microcrédito, e após concluir sua gestão na AEMFLO foi eleito presidente da FACISC.

Na gestão de 2007-2009, ocorre um processo que é denominado pelas associações como “modernização”. É implementado o prêmio de metas para os trabalhadores. São contratados profissionais para as áreas

de comunicação e marketing para a reformulação da revista e portal das associações (AEMFLO, 2009, p. 166). A inserção do prêmio de metas insere valores empresariais na associação, como meritocracia.

Na gestão 2009-2013, de Tito Alfredo Schmidt é realizado, pela AEMFLO e CDL/SJ um curso gratuito de Formação de Líderes, com “objetivo ajudar a preparar os empresários para o exercício da liderança e futuros candidatos a cargos públicos a exercerem suas funções.” (EMPRESARIAL, 2014, nº 48, p. 27), contou com a presença da atual prefeita de São José Adelina Dal Pont - 2012-2016 (PSD), e o presidente da Câmara Municipal de São José, Sanderson de Jesus (PMDB). Na mesma gestão, inicia um processo de acompanhar os projetos que tramitam na Câmara Municipal de São José, a fim que os empresários da associação fiquem a par dos debates, e caso o assunto seja de seu interesse, se posicionam, “Com essa aproximação surgiram os diálogos e até a mudança e aprimoramento de alguns projetos” (EMPRESARIAL, 2014, nº48, p. 28).

É observada nas ações desenvolvidas nesta gestão a tentativa de aproximação da política partidária. No entanto, o presidente da gestão seguinte (2013-2015) Marcos Antônio Cardozo de Souza, afirma que o fato dos representantes da entidade não possuir cargo público, não receber ajuda financeira e não estar filiada a nenhum partido político legítima e possibilita “plena e total liberdade de ação” (EMPRESARIAL, 2014, nº 48, p. 15). Observamos a possibilidade de um conflito no quesito de participação e engajamento político partidário dos representantes da AEMFLO-CDL/SJ, e uma possível crítica dirigida à ACIF que possui maior vinculação político-partidária. Este assunto será abordado no capítulo 5, quando verificado as filiações partidárias dos diretores e presidentes das associações empresariais.

Este foi uma breve recuperação histórica das entidades AEMFLO e CDL/SJ. No próximo item apresentamos alguns dados sobre os associados. A quem estas associações representam?

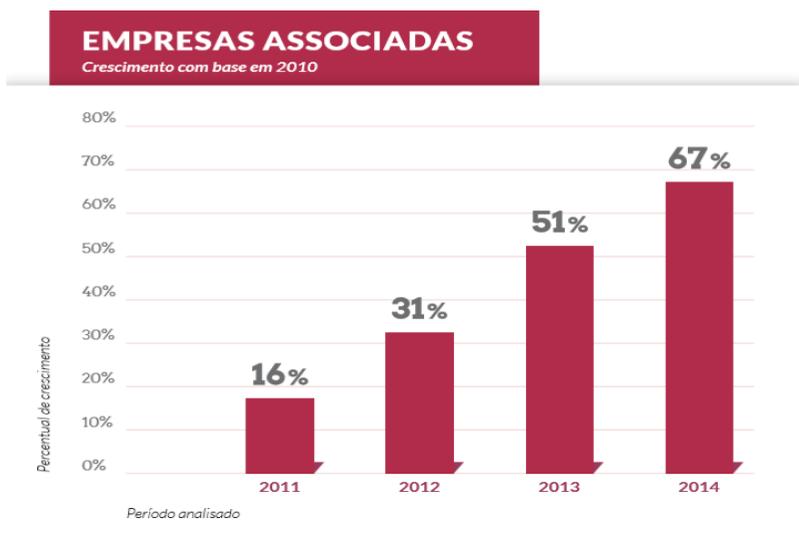
4.2 Perfil dos associados da AEMFLO e CDL/SJ

Segundo o Estatuto Social da AEMFLO e da CDL/SJ, as duas entidades possuem comarca e foro na cidade de São José. Pode ser associado “pessoas jurídicas que exercem atividade econômica, por

entidades sem fins econômicos e profissionais liberais legalmente estabelecidos e ainda por pessoas físicas” (AEMFLO, 2015, p. 3)⁴⁷.

A AEMFLO e CDL/SJ acabaram sua gestão 2013-2015 contabilizando 4.200 associados, dos mais diversos setores. O aumento de associados têm sido significativo, considerando o gráfico abaixo, com 67% em quatro anos. Não temos informações de números absolutos.

Quadro 18 - AEMFLO- CDL/SJ – Aumento de empresas associadas de 2010 a 2014



Fonte: AEMFLO, Revista Empresarial, nº 51, p. 20

No seu portal é possível identificar alguns segmentos das empresas associadas, dos mais diversos como: academias; açougues; água e esgoto; argamassa e concreto; artes, cultura, esporte e treinamentos; associações e organizações não governamentais; automobilístico; bancos e cooperativas de crédito; bares e bebidas; combustíveis e lubrificantes, comércio atacadista; construção civil; decoração e paisagismo; elétrica, e diversos outros. Não temos dados quanto à participação de cada um destes, no entanto, o Entrevistado 5 relata a importância do setor da indústria dentro da AEMFLO, não sendo o setor mais numeroso, mas o mais importante.

⁴⁷ O Estatuto das duas associações é muito semelhante.

No próximo item veremos a estrutura organizativa das duas instituições. Essa apresentação será feita em separado, pois até 2007 as diretorias eram diferentes, mesmo tendo algumas pessoas ocupando cargos diferentes nas duas associações nas mesmas gestões. Mesmo no período posterior, alguns cargos e pessoas que os ocupam, ainda são diferentes.

4.2.1 Estrutura organizativa da AEMFLO

A estrutura administrativa das associações compete a quatro órgãos: 1) Assembleia Geral; 2) Conselho Deliberativo; 3) Conselho Fiscal; 4) Diretoria Executiva.

Nosso foco de análise aqui é a diretoria executiva, composta pelos seguintes cargos regidos por estatuto: Presidente, vice-presidente de relações institucionais, vice-presidente de administração, vice-presidente de patrimônio, vice-presidente de assistência e serviços, vice-presidente de finanças. Os diretores serão escolhidos livremente pelo presidente, com suas atribuições definidas no ato da designação, com a aprovação do Conselho Deliberativo. Assim, o presidente de cada gestão possui liberdade para criar ou excluir diretorias, de acordo com os objetivos adotados. Os mandatos são de 2 anos, e podem ser estendidos para mais uma gestão (AEMFLO, 2015).

Vamos agora observar as gestões de cada associação pelo período estudado, 2004 a 2014, identificando as mudanças e continuidades.

Quadro 19 - AEMFLO – Formação da Diretoria Executiva, 2003 a 2015

	2003-2005	2005-2007	2007-2009*	2009-2011	2011-2013	2013-2015
Presidente	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Vice-presidente administrativo	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Vice-Presidente prestação (de assistência e) serviços	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Diretor/ Vice-Presidente financeiro	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Diretor/ Vice-Presidente patrimônio	✓	✓	✓	✓	✓	✓

	2003-2005	2005-2007	2007-2009*	2009-2011	2011-2013	2013-2015
Vice-presidente institucional	⊖	⊖	✓	⊖	⊖	⊖
Vice-presidente de Relações institucionais (e vice-presidente de finanças)	⊖	⊖	⊖	✓	✓	⊖
Vice-presidente de Relações institucionais	⊖	⊖	⊖	✓	⊖	⊖
Vice-presidente de Assistência e Serviços	⊖	⊖	⊖	✓	⊖	⊖
Diretor do SPC	✓	✓	⊖	⊖	⊖	⊖
Diretor de Marketing (e eventos)	✓	✓	✓	⊖	✓	
Diretor da Indústria (e articulação política 2011)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Diretor de Assuntos Governamentais	✓	✓	⊖	⊖	⊖	⊖
Diretor do Setor do Comércio	✓	✓	⊖	⊖	⊖	⊖
Diretor Setor de Prestação de Serviços	✓	✓	✓	⊖	✓	⊖
Diretor de Relações Trabalhistas	✓	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖
Diretor da Comissão de Desenvolvimento Econômico	⊖	✓	⊖	⊖	⊖	⊖
Diretor de da Comissão de Desenvolvimento Social	⊖	✓	⊖	⊖	⊖	⊖
Diretor de (Desenvolvimento e) Capacitação Empresarial	⊖	✓	✓	✓	⊖	⊖
Diretor da Comissão de	⊖	✓	✓	⊖	⊖	⊖

	2003- 2005	2005- 2007	2007- 2009*	2009- 2011	2011- 2013	2013- 2015
Desenvolvimento Tecnológico (+ C)						
Diretor do Conselho de Núcleos Setoriais (empresariais 2013)	⊗	✓	⊗	✓	⊗	✓
Diretor de comunicação (e marketing 2013)	⊗	⊗	✓	✓	⊗	✓
Diretor de eventos	⊗	⊗	✓	✓	⊗	⊗
Diretor de Relações Políticas	⊗	⊗	✓	⊗	⊗	⊗
Diretor de Assuntos (fiscais e 2013) Tributários	⊗	⊗	✓	⊗	✓	✓
Diretor de Expansão (Setorial)	⊗	⊗	✓	⊗	✓	⊗
Diretor Jurídico	⊗	⊗	✓	⊗	⊗	⊗
Diretor de Tecnologia da Informação	⊗	⊗	⊗	⊗	✓	✓
Diretor da Unidade Avançada Kobrasol	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	✓
TOTAL	12	16	17	13	12	11

Fonte: Elaboração nossa a partir de dados da associação.

É possível observar uma série de mudanças realizadas a cada gestão, com novas diretorias sendo criadas e outras extintas ou incorporadas por outro setor. Esta estrutura demonstra uma certa dinamicidade organizativa, visto que Estatuto Social não regulamenta todas as diretorias.

Da estrutura de gestão de 2003-2005 para 2005-2007, as mudanças são: extinção da Diretoria de Relações Trabalhistas e criação das diretorias de Comissão de Desenvolvimento Econômico, Comissão de Desenvolvimento Social, Desenvolvimento e Capacitação Empresarial, Comissão e Desenvolvimento Tecnológico e de Comunicação. Houve alteração de presidente nessas duas gestões, Luiz Carlos Costa Neves (2003-2005) e Odílio Guarezi (2005-2007).

A gestão de 2007-2009, segunda de presidente Odílio Guarezi na AEMFLO, e assume a presidência das duas CDL/SJ de forma concomitante. Há diversas alterações nesse período: exclusão das diretorias de SPC, Assuntos Governamentais, Setor do Comércio, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Comissão de Desenvolvimento Social e Núcleos Setoriais. São criadas a vice-presidência Institucional e as diretorias de Comunicação, Eventos, Relações Políticas, Assuntos Tributários, Expansão e Jurídica. São seis diretorias excluídas e formação de sete novas.

Na gestão de Tito Alfredo Schmidt (2009-2011) ocorre a exclusão de sete diretorias: Marketing, Prestação de Serviços, Comissão de Desenvolvimento Tecnológico, Relações Políticas, Assuntos Tributários, Expansão, Jurídico. E criação de vice-presidência relações institucionais e finanças, vice-presidência assistência e serviços e recria a diretoria de Conselho de Núcleos setoriais.

Na segunda gestão de Tito Alfredo Schmidt(2011-2013) mais alterações: incorporação da Vice-Presidência Institucional com a Vice-Presidência de Finanças, exclusão da Vice-Presidência de Assistência e Serviços, das diretorias de Desenvolvimento e capacitação Empresarial, do Conselho de Núcleos, da Comunicação e, de Eventos. São recriadas quatro diretorias: Marketing, Prestação de Serviços, Assuntos Tributários, Expansão Empresarial e a nova diretoria de Tecnologia da Informação.

Na última gestão analisada por este estudo, do presidente Marcos Antonio Cardozo de Souza, com menos empresários compondo a diretoria. Foi excluído a vice-presidência de relações institucionais e de finanças, de Marketing e eventos, Setor de Prestação de Serviços e de Expansão. Cria-se a nova diretoria de Unidade Avançada do Kobrasol.

Estas diferentes configurações demonstram a versatilidade da associação, quanto á formação e exclusão de cargos. Em todas as gestões ocorrem diversas mudanças, mesmo quando há uma continuidade do presidente.

No Quadro 31 (Apêndice) estão os nomes dos empresários por gestão e cargo. Alguns atores estão presentes em diversas gestões. No quadro abaixo apresento os sujeitos que participam de três gestões ou mais, como demonstração da concentração na ocupação das diretorias por parte de alguns empresários.

Quadro 20 - AEMFLO - Participação da Diretoria – cargos ocupados, 2003 a 2015

	2003-2005	2005-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2013-2015	Total
Nadir Koerich	---	DVPF	DVPF	DVPF	DVPF	DVPF	5
Marcelo Bingolin	DI	VPP	VPPS	VPAS	---	---	4
Nelson Silveira	---	---	DI	DI	DI	VPP	4
Zamir Pereira	---	---	DSPS	VPPS	DSPS	VPPS	4
Genesio Hoffmann	DSPS	---	---	VPRI	VPP	---	3
Marcos A. C. Souza	---	---	---	VPI	VPI	Pres.	3
Maria Balthazar	---	DDCE	DDCE	DDCE	---	---	3
Odílio Guarezi	VPA	Pres.	Pres.	---	---	---	3
Victor Souza	---	---	---	DCM	VPPS	DCM	3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da AEMFLO.

Legenda: **Pres.:** Presidente, **VPA:** Vice-Presidente Administrativo, **VPPS:** Vice-Presidente Prestação de Serviços, **DVPF:** Diretor/Vice-presidente Financeiro, **VPP:** Vice-presidente Patrimônio, **VPI:** Vice-presidente Institucional, **VPRI:** Vice-Presidente Relações Institucionais, **VPAS:** Vice-Presidente Assistência e Serviços, **DI:** Diretor da Indústria, **DSPS:** Diretor Setor Prestação de Serviços, **DDCE:** Diretor de Desenvolvimento e Capacitação Empresarial, **DCM:** Diretor de Comunicação e Marketing.

A empresária Nadir Koerich participa de cinco gestões, todas para o mesmo cargo. Dentre os empresários com maior participação na diretoria, há dois presidentes: Odílio Guarezi e Marcos A. C. Souza.

Passamos agora a abordar a estrutura interna da CDL/SJ, semelhanças e diferenças que possui com a AEMFLO.

4.2.2 Estrutura Organizativa da CDL/SJ

Apresento, abaixo, o quadro com a estrutura da diretoria da CDL/SJ:

Quadro 21 - CDL/SJ – Formação da Diretoria Executiva, de 2003 a 2015

	2003- 2005	2005- 2007	2007- 2009	2009- 2011	2011- 2013	2013- 2015
Presidente	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Vice-Presidente Institucional	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Vice-Presidente	✓	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
Vice-Presidente da Administração	⊗	⊗	✓	✓	✓	✓
Vice-Presidente de Patrimônio	⊗	⊗	✓	✓	✓	✓
Vice-Presidente de Assistência e Serviços	⊗	⊗	✓	✓	⊗	✓
Vice-Presidente de Finanças	✓	✓	✓	✓	⊗	✓
Diretor De Serviços/ E Produtos	✓	✓	⊗	⊗	⊗	⊗
Diretor do SPC	✓	✓	⊗	⊗	⊗	⊗
Diretor da Comissão de Desenvolvimento Econômico	✓	✓	⊗	⊗	⊗	⊗
Diretor de Marketing/ e Eventos	✓	✓	✓	✓	⊗	⊗
Diretor Secretário	⊗	✓	⊗	⊗	⊗	⊗
Diretor de Relações Públicas	⊗	✓	⊗	⊗	⊗	⊗

	2003-2005	2005-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2013-2015
Diretor da Comunicação (e Marketing)	⊗	✓	✓	⊗	✓	✓
Diretor da Comissão de Eventos	⊗	✓	⊗	⊗	⊗	⊗
Diretor da Comissão Jurídica	⊗	✓	✓	⊗	⊗	⊗
Diretor de Tecnologia da Informação e Inovação	⊗	⊗	✓	⊗	✓	✓
Diretor de Comércio e Serviços	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	✓
Diretor de Relacionamento Sindical	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	✓
Diretor de Assuntos Fiscais e Tributários	⊗	⊗	⊗	⊗	✓	✓
Diretor de Eventos Sociais	⊗	⊗	✓	✓	⊗	⊗
Diretor de Capacitação Empresarial	⊗	⊗	✓	✓	✓	⊗
Diretor de Expansão do Comércio	⊗	⊗	✓	✓	✓	⊗
Diretoria Comércio Varejista	⊗	⊗	⊗	⊗	✓	⊗
TOTAL	8	12	13	10	10	11

Presidentes da CDL/SJ por diretoria: 2003-2005: Odilio Guarezi. **2005-2007:** Davi Corrêa de Souza. **2007-2009:** Odilio Guarezi. **2009-2011:** Tito Alfredo Schmitt. **2011-2013:** Tito Alfredo Schmitt. **2013-2015:** Marcos Antonio Cardozo de Souza.

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da CDL/SJ.

A primeira informação que destacamos, comparando com o quadro da composição da diretoria da AEMFLO, no mesmo período, é o menor número de integrantes, especialmente nas gestões anteriores ao presidente compartilhado (2007). Enquanto a CDL/SJ possui 8, 12 e 13 integrantes nas três primeiras gestões analisadas (2003-2005/2005-2007/2007-2009), a AEMFLO têm 12, 16 e 17. Nas gestões seguintes os números ficam próximos: gestões 2009-2011, 2011-2013, 2013-2015, a CDL/SJ têm 10, 10 e 11 e AEMFLO 13, 12 e 11 integrantes, respectivamente. Este fato pode demonstrar o grau de alinhamento que as associações podem programar dentro da parceria estabelecida.

A estrutura sofre alterações na gestão de Davi Corrêa (2005-007) pela incorporação da vice-presidência para vice-presidência institucional, e criação de cinco novas diretorias: Secretário, Relações Públicas, Comunicação, Comissão de Eventos e Comissão Jurídica.

A segunda gestão de Odílio Guarezi na CDL/SJ (2007-2009) é marcada por diversas mudanças na estrutura organizativa: cria as vice-presidências de administração, patrimônio, assistência e serviços e diretorias de Tecnologia da informação e inovação, eventos sociais, capacitação empresarial e expansão do comércio. Ainda, exclui as diretorias de comissão de eventos, relações públicas, Secretário, desenvolvimento econômico, SPC, Serviços e produtos.

De 2009-2011, com Tito Alfredo Schmidt como presidente, a única alteração que ocorre é a exclusão da Diretoria de Comunicação. Na sua gestão de 2011-2013, Tito Schmitt exclui a vice-presidência de assistência e serviços, de finanças e diretoria de eventos sociais. Recria a Diretoria de comunicação, de tecnologia informação e inovação, diretoria de assuntos fiscais e tributários, comércio varejista.

A última gestão analisada, 2013-2015, com Marcos A. C. Souza, estre recria a vice-presidência de assistência e serviços e a de finanças e cria duas novas diretorias: Comércio e Serviços, Relacionamento Sindical.

Algumas diretorias são as mesmas da AEMFLO, outras, como a Comércio Varejista, que é excluída na última gestão, é específica da CDL/SJ, pela especificidade de seus associados.

Da mesma forma das outras associações, a CDL/SJ possui uma certa concentração, de alguns empresários ocupando diversas gestões, dentro do período estudado. No quadro abaixo apresentamos estas informações.

Quadro 22 - CDL/SJ-Participação da Diretoria – cargo ocupado AEMFLO, 2003 a 2015

	2003-2005	2005-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2013-2015	Total
Nadir Koerich	---	VPF	VPF	VPF	VPF	VPF	5
Odílio Guarezi	Pres.	DRP	Pres.	---	---	---	3
Victor Souza	---	---	---	DME	VPP	VPI	3
Roberto Paiva	---	DSPS	VPAT S	VPAT S	---	---	3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CDL/SJ. Cargos: **Pres.:** Presidente, **VPI:** Vice-Presidente Institucional, **VPP:** Vice-Presidente Patrimônio, **VPATS:** Vice-Presidente Assistência Técnica e Serviços, **VPF:** Vice-Presidente de Finanças, **DSPS:** Diretor do SPS, **DME:** Diretor de Marketing e Eventos, **DRP:** Diretor de Relações Públicas.

O número de empresários que participam em três ou mais gestões de forma concomitante é menor em relação às outras associações, apenas 4 na CDL/SJ. Com exceção de Roberto Paiva, todos os outros são também atores centrais da AEMFLO.

No Sociograma 3 estas relações e centralização de alguns empresários se torna mais visível.

A diretora de maior centralidade é Nadir Koerich, que é vice-presidente financeira de praticamente todas as gestões, com exceção da primeira, tanto da AEMFLO quanto da CDL/SJ. Há outros atores com alto grau de centralidade, como Odílio Guarezi, Victor Souza e Marcos A. C. Souza. Além deles, há outros diretores participando de diversas gestões, nas duas entidades. A renovação das gestões é baixa, com exceção da gestão 2 da CDL/SJ e 3 da AEMFLO, e as gestões sem nenhuma renovação é a 5 da AEMFLO e 4 da CDL/SJ.

É interessante observar também como as diretorias mudam ao longo dos anos, algumas de nomenclatura, outras passam de diretorias a vice-presidências, e outras são excluídas e novas são criadas. Esse movimento acontece nas associações pois vão acompanhando os objetivos da gestão e do Presidente eleito, ou do contexto econômico e social de cada momento, das necessidades dos empresários ou da gestão.

No próximo tópico observaremos a estrutura interna das duas associações por meio de núcleos setoriais.

4.3 Núcleos setoriais

As associações organizam-se internamente em núcleos setoriais e regionais. A AEMFLO- CDL/SJ adotaram a metodologia do Projeto Empreender, desde 1997.

Essa metodologia proporciona aos empresários a troca de informações, identificação dos problemas e as necessidades dos participantes para buscar as soluções em conjunto, decidir a melhor forma de atender as necessidades do grupo e monitorar e avaliar os resultados obtidos. Os participantes também desenvolvem a rede de relacionamentos, gerando mais negócios, ampliam a representatividade do setor e adquirem experiências por meio de visitas técnicas, palestras, *workshops* e outros eventos que fazem parte da rotina dos núcleos empresariais. (EMPRESARIAL, nº 51, p. 32- 33)

Este projeto, desenvolvido pelo Programa Empreender que surge no Brasil por meio das associações empresariais de Blumenau, Brusque e Joinville, desde 1991, que buscaram referência na Câmara de Artes e ofícios de Munique e Alta Bavieira, na Alemanha. A metodologia desenvolvida ganha apoio da FACISC, SEBRAE e do CACB e assim, sendo implementado em diversas associações empresariais⁴⁸.

Atualmente a AEMFLO e CDL/SJ possuem seis núcleos: AECIA - Núcleo Empresarial Catarinense de Instaladores de Aquecedores, Conselho dos Núcleos, NUME - Núcleo da Mulher Empresária, ROTA - Rota Automotiva, Oficinas Associadas, Grande Florianópolis, CSA - Câmara Socioambiental, JEM - Núcleo de Jovens Empreendedores de São José, NUCONT - Núcleo de Contadores de Gestão Empresarial.

Não há núcleos regionais, que se formam por finalidades geográficas, com empresas que atuam num mesmo espaço, como na ACIF e CDL/Fpolis. Apenas núcleos setoriais/temáticos. Destacam-se o Nume - Núcleo da Mulher Empresária e o JEM- Núcleo de Jovens Empreendedores de São José. Em 2008 há uma “revitalização” da Câmara da Mulher Empresária, por meio de um convênio com a BPW (*Business and Professional Women Association*), abrigo-a na sala da sede.

As organizações dos jovens empresários e da mulher empresária (com exceção da CDL/Fpolis) são dois estilos de coordenação que estão

⁴⁸ Fonte: Portal AEMFLO / CDL – SJ, Conheça o Empreender. Disponível em: <<http://www.aemflo-cdlsj.org.br/conheca-o-empreender>> Acesso em: 06/03/2017.

presentes em todas as associações, podemos nos questionar se este fato é uma das orientações dadas pelo Projeto Empreender, e se este os incentiva de alguma forma, pois são também, geralmente, os núcleos mais ativos de cada organização empresarial.

No próximo tópico observaremos a estrutura física que ambas associações possuem e compartilham.

4.4 Estrutura física

Atualmente, a AEMFLO e CDL/SJ possuem sede própria, um prédio de três andares no bairro Barreiros e uma unidade no Kobrasol. A aquisição da sede própria foi efetivada na oitava gestão da AEMFLO, em 1998-2000.

A associação recebeu a doação de um terreno da Prefeitura de São José na gestão de 1994-1996, realizado pelo então prefeito Dário Berger. O projeto de construção era de 5 mil metros quadrados, e como contrapartida da AEMFLO, esta cederia uma área de 500 metros para a associação de moradores do bairro. Esta doação foi contestada pela Câmara de Vereadores alegando que a associação se utilizaria de um bem público para fins privados (AEMFLO, 2009).

4.5 Serviços

Como as demais associações, a AEMFLO e CDL/SJ oferecem uma série de serviços aos seus associados, conforme descritos no quadro abaixo.

Quadro 23- Serviços oferecidos pela AEMFLO e CDL/SJ

Serviços	Descrição
Convênios de saúde e odontológicos	Convênios com Unimed, Agemed, Uniodonto, DentalPrev, Extratus
Cursos e palestras	Qualificação empresarial, de empregados das empresas associadas, e palestras de diversos assuntos de interesse empresarial
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
Printe	Proteção intelectual

Serviços	Descrição
Boa Vista serviços	Análise de crédito e gestão de negócios
Incubadora Empresarial de São José	Dispõe de espaço físico para abrigar temporariamente empresas
Consultoria Jurídica	Parceria com escritório de advocacia para prestar consultoria jurídica aos associados
Ticket	Serviços de cartão como: Util Alimentação, Util Card, Nexxcard, Ticket Card
Certificado	Digital Realiza autenticações online
Obinoculo	Rede social de negócios, portal para aproximar empresários de profissionais que buscam emprego
XML Empresarial	Sistema de armazenamento de notas emitidas
Registro com Protesto	Permite que dívidas sejam enviadas para protesto ao sistema SPC sem custas cartoriais e emolumentos, serviço firmado com a FCDL/ SC

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal: www.aemflo-cdlsj.org.br/.

A maioria dos serviços são muito semelhantes aos das outras associações, como consultoria jurídica, planos de saúde e odontológicos, serviços de cartão ticket, e cursos e palestras. Estes parecem ser os serviços básicos das associações. O diferencial dessas organizações empresariais são a Incubadora de São José e o Registro com Protesto. O trabalho conjunto da AEMFLO com a CDL/SJ permite que os associados das duas instituições desfrutem dos serviços de ambas, ou seja, os associados do comércio e da indústria têm acesso ao SPC, que demonstra ser o serviço mais importante oferecido aos lojistas associados.

4.6 Algumas bandeiras e ações

Na apresentação do histórico das duas associações foram apresentadas algumas ações e bandeiras defendidas desde a constituição das mesmas. Procuraremos agora destacar algumas que julgamos importante devido à abrangência ou o conteúdo político. Segue quadro com algumas bandeiras.

Quadro 24 - AEMFLO e CDL/SJ– Principais bandeiras

Bandeiras	Descrição
BR 101	Bandeira mais histórica da associação por melhorias da rodovia federal
Reforma Trabalhista	Reformas na legislação trabalhista, sendo alguns direitos vistos como “exagero”
Região Metropolitana de Florianópolis	Garante que alguns serviços dos municípios sejam integrados, como água, energia, coleta de resíduos sólidos, mobilidade urbana, saneamento básico e transporte.
Alça de Contorno	Projeto que visa melhorar o trânsito da região.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do portal: www.aemflo-cdlsj.org.br/.

A questão da BR 101, desde a sua duplicação até as melhorias solicitadas ao longo dos anos, é o que constituiu a AEMFLO, a princípio, como uma instituição da Região florianopolitana. “Porque não tinha associação na Palhoça, não tinha em Biguaçu e Florianópolis tinha uma atuação muito focada na capital, e os empresários daqui tinha demandas específicas, como por exemplo a duplicação da BR 101.” (ENTREVISTADO 1, 2016, entrevista à autora). Esta fala demonstra uma crítica que faz á ACIF e sua atuação de forma mais localizada, na capital do Estado.

Assim, a bandeira da BR 101 é histórica dentro da associação, em grande medida responsável por consolidar a AEMFLO como organização empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis, na época que assumiu esta nomenclatura. Em seu livro sobre a história de 25 anos, observamos que em todas as gestões faziam referência a essa demanda.

A questão da reforma trabalhista está descrita no livro histórico (AEMFLO, 2015), uma bandeira levantada há mais tempo. A legislação trabalhista é descrita como “regulamentação inoperante, ineficaz e desatualizada”.

“Em inúmeras ocasiões os associados foram convidados para uma discussão consciente, madura, envolvendo todos os segmentos da sociedade, na **busca do equilíbrio entre o capital e o trabalho**, de forma a evitar que prevalecessem nessa discussão as vontades de **minorias ultrapassadas** pela atual realidade do mercado. Isso vale para empregados e empregadores”, assegurava Ubirajara. “A estrutura estava pautada na excessiva proteção ao trabalhador, até então considerado a

parte mais fraca, que, por conseguinte, justificava a época dos eventuais abusos praticados pelas empresas”, diz [Ubirajara Câmara]. (AEMFLO, 2009, p. 15r 15, grifo nosso.)

O debate para a revisão da legislação trabalhista era justificada por representar um “entrave à competitividade das empresas”, que na era globalizada precisariam atualizar-se para continuar concorrendo no mercado. O argumento central era de que os empresários pagavam duas vezes por determinados serviços, os impostos arrecadados eram mal investidos e o acesso à saúde e educação precisava, muitas vezes, ser reforçado por seus empregadores, já que os serviços públicos não davam conta da demanda. Visto esse problema como uma “falta de gerenciamento eficiente do Estado” (AEMFLO, 2009, p. 115).

Como a desatualização da legislação levava mais ao confronto do que à possibilidade de negociação, nasceu a importância também da **criação da Câmara de Mediação e Arbitragem**⁴⁹, que foi uma das metas da AEMFLO, no sentido de facilitar as decisões nas **questões trabalhistas** e não precisar esperar morosidade da Justiça do Trabalho, causando acúmulo de processos que chegava a demorar, em alguns casos, mais de sete anos para a sua solução. (AEMFLO, 2009, p. 115, grifo nosso)

As bandeiras da constituição de uma Região Metropolitana e a Alça de Contorno são demandas que, segundo os entrevistados Marcos Cardozo de Souza e Nelson Silveira, surgiram na AEMFLO-CDL/SJ e posteriormente foram “doadas” para o COMDES, pois são demandas regionais. A Região Metropolitana foi instituída em 1998, extinta em 2007 e recriada em 2010. No ano de 2014 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Florianópolis.

Além destas, a AEMFLO possui outras bandeiras regionais:

Temos muita coisa, mas vou te pontuar algumas coisas. (...) A Beira Mar Continental, a continuidade dela até Florianópolis é uma grande briga nossa. A ampliação da BR 282 (Via Expressa) é uma grande briga nossa. A ampliação das marginais da BR 101. Agora estamos fazendo essa campanha “Somos

⁴⁹ A Câmara de Mediação e Arbitragem foi criada na gestão de 2000-2002, com o presidente Ubirajara Câmara. Esta instância não existe mais na associação, não temos informação de quanto tempo existiu e quais atividades realizou na época.

todos Empresários”, que é pra valorizar quem gera emprego e renda. Essa participação no Legislativo, acompanhando os projetos do Legislativo é um pioneirismo nosso aqui também. Nós estamos inclusive entrando com um projeto de iniciativa popular, para que vereador não vire servidor público, se for virar secretário vai ter que renunciar, esse tipo de iniciativa é inédita, não só como entidades empresariais, mas a AEFMLO é a primeira vez que faz isso. Bandeiras como diminuição da carga tributária, a gente tem pontuado coisas muito significativas como a retirada da multa pro Fundo de Garantia, pra começar a desonerar a via produtiva. Nossa briga pelo término da distribuição tributária. (ENTREVISTADO 1, 2016, Entrevista à Autora).

Algumas bandeiras são comuns a todas as associações, como os pela redução da carga tributária. Mas observamos que a maioria das demandas citadas são de ordem regional e estrutural. Mesmo a AEMFLO assumindo o “acordo de cavalheiros” para restringir sua atuação a São José, muitas de suas bandeiras são regionais, talvez seja esta uma identidade assumida pela sua formação.

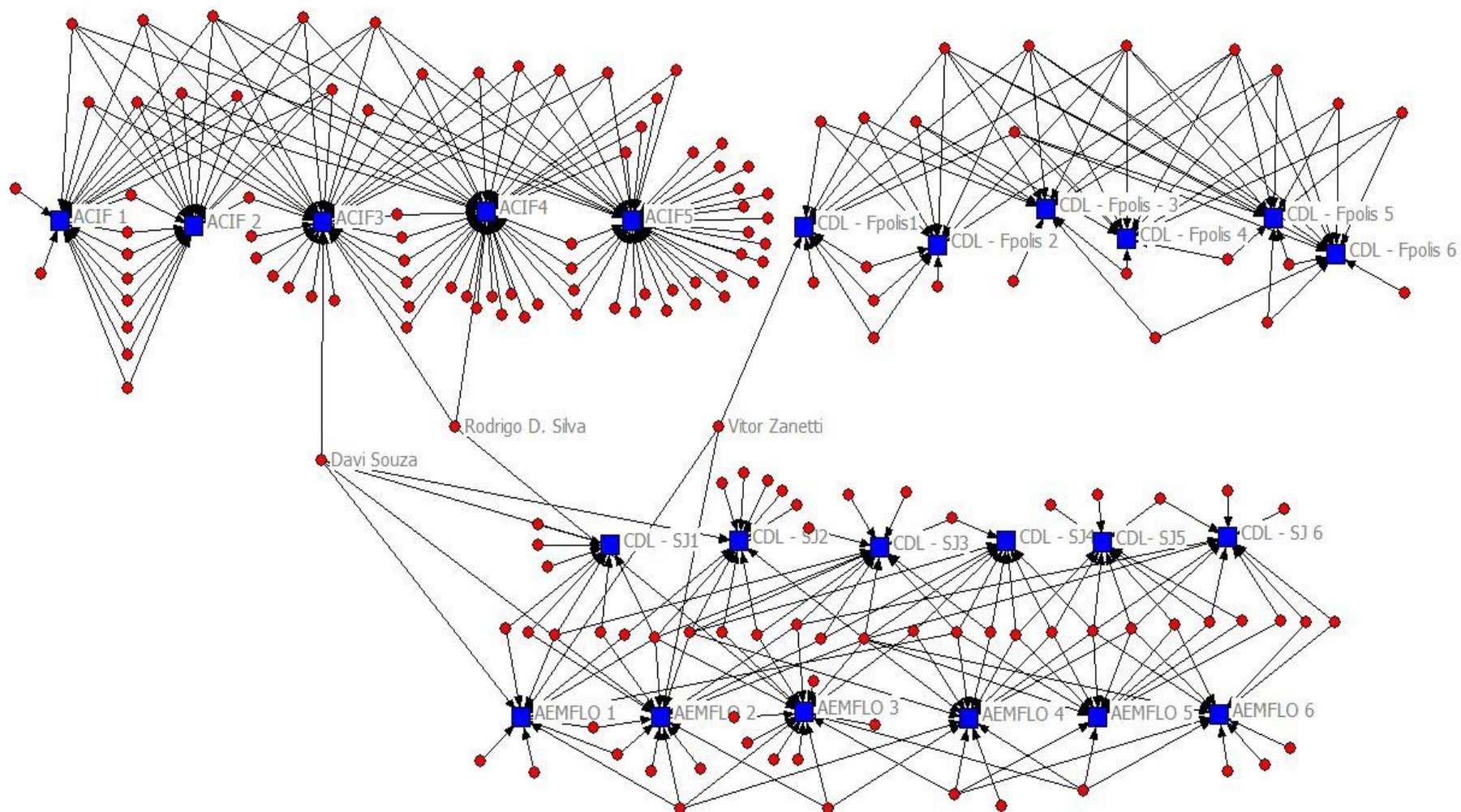
No próximo tópico veremos de que forma essas quatro associações se relacionam, as possíveis disputas e atuações conjuntas.

4.7 Competições e ações conjuntas

Como a ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ são entidades empresariais situadas nos maiores municípios da região da Grande Florianópolis, eles possuem relações, sejam elas de conflito ou de cooperação em determinadas demandas.

Por meio da observação de alguns dados e nas entrevistas, identificamos que alguns empresários são associados em mais de uma instituição, como a CDL/Fpolis e a ACIF, e desta com a AEMFLO. O presidente da AEMFLO é também associado da ACIF. Há empresários ocupando a diretoria de mais de uma das associações estudadas durante o período estabelecido por este trabalho, conforme o sociograma abaixo.

Sociograma 4 - Relação gestões ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO, CDL/SJ



Fonte: Elaboração própria, utilizando programa Ucinet 6 e visualização gráfica NetDraw.

O sociograma está dividido por gestões das associações. É possível observar de forma gráfica a parceria da AEMFLO e CDL/SJ, do quanto os membros da diretoria circulam entre as duas associações.

O destaque é para três atores que interligam as associações que aparentemente não possuem vínculos. O diretor Vitor Zanetti conecta a CDL/Fpolis, na gestão 1 à AEMFLO nas gestões 1 e 2. A CDL/Fpolis não possui relação direta com a ACIF quanto às diretorias, pelo menos dessas gestões observadas. Os diretores Davi Souza e Rodrigo D. Silva interligam a ACIF e AEMFLO, o primeiro conectando as gestões da ACIF 3 e AEMFLO 1 e 2, e o segundo unindo a ACIF 3 e 4 e a AEMFLO 3. Desta forma, conseguimos observar como ocorre a circulação de alguns sujeitos entre as diretorias das associações, e assim também, possivelmente, a circulação de informações e articulação.

Nós acima de tudo somos associativistas, e eu acho que o pressuposto do associativismo né, você respeitar muito bem as outras entidades e ter uma integração com ela, o entendimento é que muitas ocasiões e muitos projetos, a atuação em conjunto de outras entidades pode fortalecer todas elas né, em conjunto. Então é mais aquela premissa que o conjunto é mais que a soma das partes. Então cada um tem “n” atuações na entidade, e a gente se juntou com outras entidades que tinham obviamente proximidades, ai tu estais falando da CDL que tem uma parcela inclusive de associados que são comuns, etc, ou com entidades com outro município e tal mas que também fazem parte do mesmo sistema, pra gente trocar informações, pra gente dividir projetos,” (ENTREVISTADO 3, 2016, entrevista à autora)

Este trecho da entrevista de um membro da diretoria da ACIF demonstra que as associações articulam-se em prol de projetos comuns e para troca de informações.

Os conflitos se fazem presentes, especialmente devido à disputa por associados ou territorialidade, são dois elementos mencionados por todos os entrevistados, alguns de forma mais enfática, outros menos. Observamos, pelas entrevistas, que aparentemente o maior conflito é entre a ACIF e a AEMFLO, visto que a segunda surge em 1986 com o propósito de atuação na Região Metropolitana de Florianópolis, sob justificativa que a ACIF tinha sua atuação muito restrita à ilha, e os empresários dos municípios vizinhos estavam procurando outro espaço

de representação (AEMFLO, 2009). Atualmente, segundo Entrevistado 1, da AEMFLO, realizou-se um “acordo de cavalheiros” de forma que a entidade restringe sua atuação a São José, e assim minimize tais confrontos. Destaca, ainda, que estes conflitos já foram mais evidentes, e que hoje possui uma boa relação com os representantes das outras entidades.

Para minimizar a disputa por associados entre as entidades, os entrevistados destacam que possuem a política de orientar que, quando um associado de outra região, ou de outra instituição (lojista ou comercial) busca associar-se à entidade que dirigem, o orientam no sentido que estes associem-se nas duas organizações. O Entrevistado 1 afirma que é impossível restringir as empresas de se associarem a alguma entidade de representação, de impedir a “livre circulação” dos empresários, se são de outra cidade, a orientação é que se associem também à entidade do setor na sua localidade.

O diretor entrevistado 5, da CDL/Fpolis, afirma que podem haver tais conflitos de territorialidade, mas que estes que não existem mais e, se houverem conflitos são resolvidos pelo pessoal operacional, e que os empresários vão “tomar café juntos” (ENTREVISTADO 5, 2016, entrevista à autora).

A parceria entre as associações é destacada por todos os entrevistados, citando para isso, uma série de ações conjuntas, e apoio em projetos que são mais amplos, da região como um todo, ou assuntos políticos específicos. A articulação em torno de projetos regionais são debatidos pelo Conselho Metropolitano para Desenvolvimento da Grande Florianópolis - COMDES, que será analisado no capítulo 5 deste trabalho.

As ações conjuntas da ACIF e CDL/Fpolis são, segundo citados pelos entrevistados, a questão do IPTU e a luta que as entidades posicionaram-se contra o aumento, o debate do Plano Diretor Participativo onde a cadeira empresarial era dividida entre as duas entidades. Além destas, o entrevistado 2, da ACIF, destaca assuntos governamentais, como a Lei Orgânica do município, da regularização das obras, dificuldades com alvarás.

O exemplo citado pelos entrevistados da ACIF e AEMFLO foi uma reunião realizada na ACIF convocando as entidades empresariais de São José, Biguaçu e Palhoça, juntamente com os secretários de desenvolvimento municipais e dois jornalistas para debater questões de desenvolvimento econômico da região, ou seja, mesmo tendo alguns conflitos, articulam-se em diversos momentos para ganhar força e defender seus interesses frente ao poder público.

As relações entre as diversas associações são, portanto, de competitividade pelos associados, como qualquer empresa, pois o número de associados lhes permite maior legitimidade e, assim, nem sempre a territorialidade é respeitada, e ocorre que algumas empresas são associadas em mais de uma entidade de representação de classe. Ao mesmo tempo, as entidades realizam atuações conjuntas em determinados assuntos.

4.8 Considerações

Neste capítulo abordamos, de forma breve as associações de São José AEMFLO e CDL/SJ. Uma criada em 1984 e outra em 1999 e constituem-se como uma das maiores associações da região, levando em consideração o número de associados. A estratégia de atuação conjunta possui essa finalidade. A partir de então, são percebidas pelo Estado e pelas federações como instituições de representação empresarial de maior legitimidade, sendo convidados a assumir postos de administração pública e/ou das respectivas federações.

É interessante observar como a AEMFLO, desde sua constituição, possui bandeiras de âmbito regionalizado, apesar de ter sede e foro no município de São José. Em alguns trechos das entrevistas realizadas com o entrevistado 1, da AEMFLO, este parece ser um ponto de conflitos entre a associação de São José e de Florianópolis.

Como descrito no capítulo 1, o empresariado, enquanto classe, constitui uma unidade, objetivos específicos em prol de obterem maiores lucros e manter o sistema capitalista. Exigem do Estado maior investimento em infraestrutura e amparo financeiro, mas sem impor restrições de ordem fiscal às empresas. Devido a isso, muitas das bandeiras são semelhantes, como diminuição dos impostos, mudanças nas leis trabalhistas, dentre outras. Importante destacar que todas essas são descritas como melhorias para a cidade e população. São discursos construídos e propagados por diversos meios, buscando construir a hegemonia em torno de seu projeto político.

No próximo capítulo observaremos de que forma se dá a atuação política do empresariado, por meio das associações ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ.

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA EMPRESARIAL

Até aqui apresentamos elementos teóricos que podem nos auxiliar na compreensão do fenômeno da organização empresarial e sua atuação Política (Capítulo 1) e um breve contexto histórico e econômico de Santa Catarina e dos municípios de Florianópolis e São José (Capítulo 2). Nos capítulos três e quatro analisamos cada associação, sua constituição, seus associados, estrutura interna e algumas bandeiras que defendem. Neste quinto e último capítulo, apresentamos a parte central da pesquisa empírica, a análise da atuação e inserção política das associações por meio de seus diretores e presidentes no período considerado (2004-2014). Observamos a organização dos empresários e a relação com a classe política e o Estado, pois, segundo Bianchi (2007), o Estado pode ser um incentivador da organização empresarial.

Neste capítulo, traremos alguns elementos de análise da relação sociedade civil e sociedade política no âmbito local, dos municípios de Florianópolis e São José, e atuação dos empresários também em nível regional, para construção e manutenção hegemônica.

5.1 Atuação política empresarial

A atuação política e a participação dos empresários nos processos políticos é uma questão relevante colocada pela literatura sobre empresariado no Brasil. Para analisar esta dimensão em relação ao empresariado que nos ocupa aqui vamos considerar alguns indicadores: i) filiação partidária; ii) participação nos processos eleitorais; iii) ocupação de cargos administrativos públicos e iv) financiamento de campanhas por parte dos empresários e de suas empresas.

5.1.1 Filiação Partidária

Os dados sobre filiação partidária dos empresários que ocuparam cargos de direção nas quatro organizações em análise foram coletados junto ao Tribunal Regional Eleitoral, além de publicações da imprensa. Não pesquisamos todos os dados dos 35 partidos políticos no Brasil. Escolhemos 10 partidos com bandeiras mais próximas aos empresários, e/ou que possuem maior número de filiados: DEM, Rede Sustentabilidade, PMDB, PP, PSDB, PT, PTB, PV e PSD.

Em termos gerais as associações costumam se pronunciar como apertidárias, como manifesta um empresário da AEMFLO.

A associação procurava participar de forma ativa das reuniões com prefeitos e secretários do governo. “Todos nos atendiam muito bem e não havia nenhuma resistência ou distanciamento com a nossa entidade. Sempre mantivemos uma atuação apertidária, pois temos associados de todos os partidos e respeitamos suas ideologias políticas.” (AEMFLO, 2009, p. 57)

Nas entrevistas realizadas com integrantes da diretoria, há um reconhecimento das associações como entes políticos, pois “somos todos políticos”, mas também uma recusa a vincular essa imagem à política apertidária. Por meio da pesquisa buscou-se avaliar em que medida os membros das entidades empresariais, mesmo negando uma posição política apertidária, estão filiados a partidos políticos, e se é possível observar diferenças neste aspecto entre as quatro entidades estudadas.

Segundo os dados coletados, entre os 165 empresários que ocuparam cargos de direção nas quatro entidades no período de 2004 a 2014, pelo menos trinta deles (18%) estavam filiados a algum partido político, especificamente: DEM, PSDB, PMDB e PR (cf. Tabela abaixo).

Tabela 9 - Membros da Direção das associações empresariais e filiação apertidária – (2004-2014)

Assoc. Empresarial/ Partidos	DEM	PSDB	PMDB	PR	Total
ACIF	16 ^a	4		1	21
CDL/Fpolis	2 ^b	2	2		6
AEMFLO	4 ^c	1	1		6
CDL/SJ	2		1		3
Total (gestão) (*)	24	7	4	1	36
Total (empresários)	19	7	3	1	30

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (SC). Elaboração própria.

* Alguns empresários filiados participaram em diretorias de mais de uma associação empresarial: a) AEMFLO E ACIF (1); b) ACIF e CDL/Fpolis (2); c) AEMFLO e CDL/SJ (2).

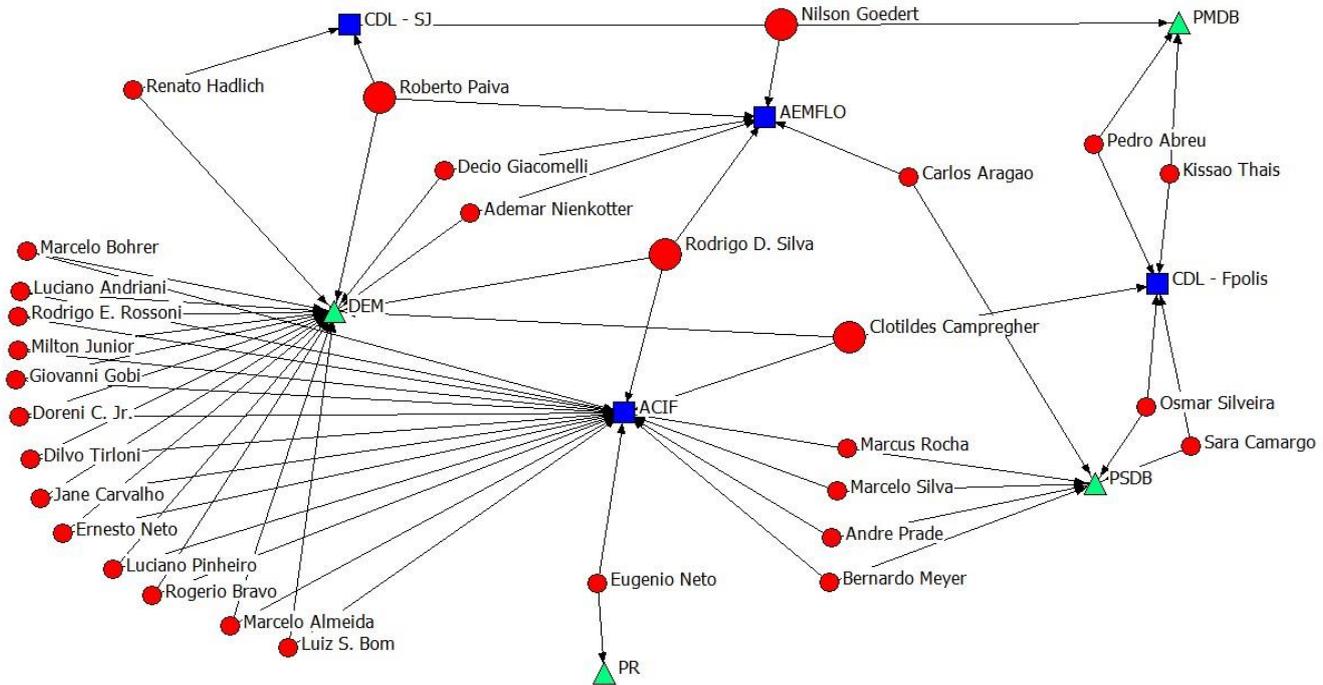
Como é possível observar, entre os 30 empresários filiados, a maioria (19) que representa 63,3% está vinculada ao DEM, seguem filiados ao PSDB em proporção menor (7), ou seja 19,5%, o PMDB com 11% (3 filiados) e o PR com apenas 1 (3,3%).

Se considerarmos o fato de alguns desses empresários participaram em diretorias de mais de uma entidade, o que totaliza 36 participações (em diferentes gestões), a proporção de participação de filiados a partidos políticos é de 66,7%, 19,4, 11,1 e 2,8 respectivamente. Os empresários que participam de gestões de mais de uma associação e que possuem filiação: Roberto Paiva (DEM) e Nilson Goedert (PMDB) pertencem à AEMFLO e CDL/SJ. Rodrigo D. Silva (DEM) conectando ACIF e AEMFLO, e Clotildes Compregher (DEM), ACIF e CDL/Fpolis. Ou seja, além da conexão que estes empresários já realizam com as associações, a filiação partidária é mais um vínculo, um Espaço que pode ser utilizado para atuação política e troca de informações.

A presença partidária dos Democratas está concentrada na ACIF: entre as 21 participações de filiados nesta associação, 16 foram do DEM, 4 do PSDB e 1 do PR; embora em termos absolutos em menor número, o DEM também predomina entre os filiados a partidos dentro da AEMFLO: 4 entre as 6 participações. Uma distribuição mais equilibrada em termos de filiação encontra-se no CDL/Fpolis, onde o DEM, o PSDB e o PMDB possuem igual número de participação (duas). Considerando os dados apresentados, o DEM é o único partido presente com filiados nas quatro entidades empresariais.

No Sociograma 5 é possível observar essa distribuição de forma gráfica.

Sociograma 5 - Associações empresariais – filiação partidária



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Regional Eleitoral, com utilização do programa Uninet 6 e visualização gráfica NetDraw. OBS.: O tamanho dos nós das associações e das instituições foi reduzido para tamanho padrão, dando maior destaque aos empresários e suas filiações partidárias. Legenda: O quadrado azul representa as associações estudadas; o círculo vermelho os empresários; o triângulo os partidos políticos.

A significativa presença do Democratas nas filiações partidárias dos empresários das quatro instituições estudadas, nos leva a questionar o motivo do maior interesse neste partido em específico. O autor Armando Boito Jr (2007) nos traz algumas contribuições.

A ala majoritária do PSDB, vanguarda eleitoral do neoliberalismo no Brasil, representa o grande capital financeiro internacional e os interesses dos empresários e banqueiros brasileiros estreitamente ligados a esse capital. O PT, nascido como partido social- democrata de esquerda e vinculado ao movimento sindical, desde meados da década de 1990, quando o então Campo Majoritário iniciou o processo de reformulação pragmática e organizacional do Partido, vem realizando um movimento em direção à grande burguesia interna. Em sintonia com essa fração burguesa, o PT procura conter ou reverter apenas as medidas de política econômica que prejudicam essa fração da burguesia, como elevados juros e a abertura comercial, mantendo aquelas que a favorecem mesmo que em detrimento do bem- estar dos trabalhadores- reforma da previdência, flexibilização do contrato de trabalho no setor público, reforma trabalhista, etc. O antigo Partido de Frente Liberal (PFL), atuais Democratas, também representa os interesses financeiros internacionais, mas parece, que dentre todos os grandes partidos, o mais vinculado aos interesses da nova burguesia de serviços. (BOITO Jr., 2007. p.69)

Observando o perfil das empresas de Florianópolis e São José, e dos associados da ACIF, CDL/Fpolis, AEMFLO e CDL/SJ, é notório a importância do setor de serviços. Este pode ser um dos fatores de maior filiação partidária destes empresários ao partido Democratas.

É interessante qualificarmos essas filiações ao DEM, pois muitos empresários deles fazem parte do diretório municipal do partido, especialmente os vinculados à ACIF.

com participação de figuras políticas nacionais, num contexto em que o partido perdia muitos filiados e políticos eleitos devido à saída do governador Raimundo Colombo que realiza sua migração para o partido recém criado, o Partido Social Democrático (PSD). Este “grande evento” de filiação, que prometia mais de 800 novos filiados, é também momento de empossar a nova diretoria municipal com Doreni Carmori

Junior como presidente do partido na cidade, e o lançamento da pré-candidatura do empresário para a Prefeitura de Florianópolis em 2012⁵⁰. Na data do evento foram realizadas 96 novas filiações no estado, e 79 em Florianópolis, dos quais nove empresários da ACIF que fazem parte deste estudo (Dilvo Vicente Tirloni, Doreni Caramori Junior, Ernesto De Oliveira São Thiago Neto, Luciano Rossi Pinheiro, Marcelo Bohrer De Almeida, Marcelo Guaraldi Bohrer, Milton Donizete Barcelos Junior, Rodrigo Estrazulas Rossoni, Rogerio Bravo)⁵¹. Essa estratégia do partido foi uma possibilidade de “refundação”, com aproximação do terceiro setor e do ramo empresarial. Nesse sentido, a proximidade com uma das maiores associações empresariais do município surte efeito, pois com a filiação do então presidente da associação e se tornando pré-candidato à Prefeitura de Florianópolis, é um estímulo para mais empresários da ACIF se filiarem. Doreni Caramori Junior assume a presidência do partido no âmbito municipal enquanto ainda é presidente da ACIF (2009-2013). Abaixo segue quadro com os integrantes do Diretório Municipal do Democratas em Florianópolis.

Quadro 25- Integrantes do Diretório Municipal do DEM em Florianópolis (2015)- participação na diretoria de entidades empresariais

Integrantes	Cargos no Diretório	Associação empresarial
Doreni Caramori Junior	Presidente; e Membro do Conselho Consultivo	ACIF
Marcelo Guaraldi Bohrer	Vice-presidente e Conselho Consultivo	ACIF
Marcelo Bohrer de Almeida	Secretário e Conselho Consultivo	ACIF
Luciano Rossi Pinheiro	Tesoureiro e Conselho Consultivo	ACIF
Rodrigo Estrazulas Rossoni	Conselho fiscal	ACIF
Giovani Guerra Gobbi	Conselho fiscal	ACIF
Dilvo Vicente Tirloni	Conselho consultivo	ACIF

⁵⁰ Fonte: <http://www.dem.org.br/noticias/dem-fala-em-renascimento-em-evento-de-filiacao-em-santa-catarina/>.

⁵¹ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE.

Integrantes	Cargos no Diretório	Associação empresarial
Luiz Carlos Sempre Bom	Conselho consultivo	ACIF
Luiz Carlos Padilha	Conselho fiscal	

Fonte: Portal do partido, disponível em: <http://www.democratas-sc.org.br>. Elaboração própria.

O quadro demonstra estreita relação do diretório municipal do Democratas com a ACIF, pois a maioria dos membros da diretoria e conselho fiscal do partido é composto por membros da diretoria da associação. Os delegados para diretório da Convenção Estadual do partido é composto por: Doreni Caramori Junior, Marcelo Guaraldi Bohrer, Milton Donizete Barcelos Junior⁵², e suplentes Marcelo Bohrer de Almeida, Leonardo Ventura e Marisa Hilbert, com exceção dos dois últimos, o restante possui vínculo com a ACIF.

Mesmo que representantes da ACIF não queiram vincular a imagem da associação à partidos políticos, a conexão entre a entidade e o DEM existe, o que os representantes fazem questão de ressaltar é que há uma separação das pautas de cada espaço, mas a troca de informação e formação, mesmo e principalmente ideológica, é inerente.

Um cuidado que, a ACIF hoje tem vários diretores que, vários não, alguns diretores que são filiados a partidos políticos (sic), temos aqui PSDB, Democratas, PSB acho que alguém aqui é filiado, um cuidado que eu sempre como diretor, e eu vejo que outros diretores tem é separar as coisas, a questão partidária lá fora, com a entidade aqui, nunca se ouve a discussão da questão partidária aqui dentro. **Claro que existe uma ideologia**, mas além de ter essa ideologia, ela acaba sendo partidária, existe uma entidade que é apartidária, que não tem partido político. Então existe sempre o cuidado e o presidente sempre atento a isso também, sempre fala “gente não vamos vincular a entidade com nada lá fora, a entidade é neutra e assim a gente procura”, eu por ser filiado a partido político nunca trouxe questões partidárias para dentro da entidade, e nunca procurei alcançar objetivo partidários aqui dentro da entidade. Objetivos da entidade é da entidade,

⁵² Em entrevista à autora, o diretor afirma que não faz mais parte do Diretório Municipal do Democratas, mas preferimos manter o nome por constar no *site* do partido.

partido é partido e assim as coisas se separam. Da mesma forma que eu não levo a entidade para dentro do partido. (ENTREVISTADO 2, entrevista à autora, grifo nosso)

O interesse das associações de não vincularem sua imagem a um partido político específico é que possam dialogar com todos os partidos, sem restrições, e ser “bem recebidos” em todos os espaços. Mas a filiação é utilizada pela ACIF para ampliar a sua rede de relações, e assim, quanto mais diretores forem filiados, preferencialmente a diferentes partidos, melhor para a associação quando precisar ter acesso a determinado político (MARMITT, 2013). O assunto da filiação partidária e do posicionamento político da ACIF está em pauta em suas reuniões. O Entrevistado 3 comenta sobre a formação de um Conselho Político, para “qualificar o debate”.

Por outro lado, a gente tem sido, em defesa da ACIF ela precisa ser **apartidária**, até numa discussão mais moderna nossa, **ela tem que ser suprapartidária**, ela não pode se envolver partidariamente na política, ela tem que ter a independência de poder tratar com partido A, partido B, ou melhor, com o prefeito do partido A que é o atual da cidade, ou com vereador do partido B. A gente tem que ter essa independência né, então a gente precisa estar num outro nível. Por outro lado, nós enquanto entidade, temos que ser políticos, todos nós somos políticos, nesse sentido participar da política da cidade, e esse papel que a gente tem tido sempre o cuidado de fortalecer essa nossa contribuição política da cidade, não partidária, mas participar do dia-a-dia das políticas públicas. Aliás, o grande desafio que a gente está agora enfrentando, e que a gente está conversando, nós estamos constituindo um Conselho Político na entidade, porque nós queremos, este ano inclusive, inaugurar uma forma como a gente possa participar com mais ênfase nas **políticas públicas, para que a gente possa influenciar mais, das coisas que a gente discute aqui, dos valores que temos**, que a associação possa ter mais voz na Câmara Municipal, ou no Executivo Municipal, e por aí vai né, e depois no âmbito estadual e no âmbito federal. (ENTREVISTADO 3, 2016. Entrevista à autora, grifo nosso).

Mesmo não sendo filiado a nenhum partido político, entrevistado 3 confirma que já foi convidado por vários partidos a se filiar. O mesmo diz os entrevistados da AEMFLO. Ou seja, a presença de empresários em partidos caracteriza um capital político importante, visto que quem participa da diretoria das organizações empresariais consegue uma projeção com o empresariado que é interessante para os partidos. Essa vinculação entre partidos políticos, empresários e associações constitui um espaço, momento de articulação entre sociedade civil e sociedade política importante para a busca de hegemonia, a partir de um projeto de classe, permeado pela ideologia que o sustenta.

5.1.2 Participação de processos eleitorais

Veremos agora, em que medida essa participação política partidária ocorre, se algum destes filiados participam dos processos eleitorais para cargos do executivo e legislativo municipal ou estadual.

A ACIF possui um histórico, dos primeiros presidentes, que ocuparam o cargo equivalente a prefeito de Florianópolis: Emílio Blum e seu filho Heitor Blum. Um dos fundadores da ACIF Emílio Blum, e presidente da primeira gestão (1915-1917) fundou o Partido Republicano em Florianópolis e foi superintendente da cidade em diversos momentos (1890, 1891, 1899-1990, 1901). Heitor Blum foi presidente da ACIF em 1926, não completou sua gestão para assumir a superintendência de Florianópolis em outubro de 1926⁵³. Volta a ACIF no ano seguinte, e posteriormente é eleito prefeito (1927 -1930).

Em período recente, esta participação político-partidária se realiza por Doreni Caramori Júnior (2009-2013) que, além de se tornar presidente do Democratas em Florianópolis, em 2011, assumiu também naquele momento a pré-candidatura para prefeito de Florianópolis em 2012.

No entanto, a candidatura de Doreni Caramori Junior não se confirmou, sob justificativa de apoiar as eleições de vereadores, e algumas campanhas descritas como estratégicas para o partido⁵⁴, e de

⁵³ <http://www.acif.org.br/heitor-blum/>

⁵⁴ Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/dem-retira-candidatura-a-prefeitura-de-florianopolis,bc3bdf0a2566b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

última hora passou a compor a coligação PSD, PP, PSDB, PPS e PSB, apoiando o candidato eleito César Souza Júnior (PSD)⁵⁵.

Dilvo Vicente Tirloni concorreu a vereador nas eleições de 2012, pelo DEM recebendo 867 votos qualificando-se assim como suplente na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Em 2016 concorreu novamente para o mesmo cargo e pelo mesmo partido, recebeu 664 votos. Não foi eleito.

Nas eleições de 2016, o diretor da ACIF Milton Donizete Barcelos Júnior (2013-2015), Diretor de Relações Governamentais, e que também fazia parte do diretório municipal do DEM, concorreu a vereador. Foi eleito com 1.771 votos, ficando na 22ª posição.

A participação no processo político-partidário e, especialmente, concorrer a cargos políticos é uma forma de atuação sobre a qual parece haver opiniões divergentes entre os empresários que participam da direção das entidades de classe. Para uns, a atuação poderia afetar a isenção e a credibilidade da associação. Para outros, seria uma alternativa para garantir o atendimento das demandas empresariais. É o que se pode perceber no posicionamento do entrevistado, da ACIF:

E acho que isso mantém uma isenção, uma credibilidade, que a gente pode sentar em qualquer mesa, pode participar em qualquer discussão sem já ter um rótulo. Embora, por outro lado, o que algumas pessoas aqui defendem [é a] participação política, é porque a associação nunca conseguiu implementar o que queria porque **não tinha representatividade**, não sei. (ENTREVISTADO 4, 2016. Entrevista à autora, grifo nosso)

O entrevistado apresenta ainda dúvidas sobre a questão. No entanto, o debate existe nas reuniões de diretora da ACIF, na implementação do Conselho Político.

O entrevistado 1, representante da AEMFLO-CDL/SJ, procura assumir uma postura apartidária frente ao processo político. No entanto, essa visão não é estática, um posicionamento que pode mudar e, essa mudança parece, até certo ponto, uma necessidade identificada pelo empresário.

⁵⁵ Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/no-apagar-das-luzes-psd-ganha-apoio-do-dem-em-florianopolis,480819c1b966b310VgnCLD20000bbccceb0aRCRD.html>

Eu entrei no associativismo sem nenhum objetivo político, continua não sendo. Agora me convidaram a ser candidato a prefeito, candidato a vereador. Eu não quero, eu tenho um compromisso com a entidade, quando eu terminar o meu mandato eu tenho tempo para isso, quando eu terminar o meu mandato aqui. Dependendo do momento político que tiver a cidade, se tiver interesse que participe da gestão pública, vire secretário, aí lá na frente a gente vai estudar isso, mas nunca foi objetivo. Então a gente sempre mantém essa distância, esse respeito, apesar de que se começa a discutir aqui dentro, o Conselho, a Diretoria, que a gente precisa ter uma atuação mais forte, que a **gente precisa ter candidatos**. E eu acredito que isso vai ser um processo mais natural, mais pro futuro talvez, talvez não, certamente nessa eleição não, mas daqui a quatro anos, eu vejo uma grande possibilidade da gente ter um, dois candidatos aí bastante ligados a AEMFLO. Quem sabe até diretores, enfim. **Eu acho que as pessoas estão começando a sentir que se não há resultados quando você participa e tenta intervir, você tem que ter uma participação direta.** (ENTREVISTADO 1, 2016, Entrevista à autora, grifo nosso)

O entrevistado 1 afirma ainda que a ACIF está à frente nesse processo. O entrevistado 2, declara que a associação não se envolve em campanhas, e caso algum diretor virasse candidato, teria que afastar-se de seu posto na associação para assumir seu cargo político.

São posturas diferentes de representantes das associações, ACIF e AEMFLO-CDL/SJ. A ACIF possui diretores, presidente e ex-presidente com vinculação política partidária e que saem como candidatos por partidos desde 2012. Os representantes da AEMFLO/SJ possuem algumas resistências nesse sentido, mas com indicações de mudança na postura sobre este tema.

Eu sou extremamente favorável a isso [empresários da associação seja candidato político]. Até acho que a gente já poderia ter um candidato agora, não que fosse eu, pelo contrário, eu tenho convicção de que eu não reúno nenhuma qualificação a não ser técnica pra isso. Porque eu sou ainda extremamente jovem, eu não tenho nome na região, uma empresa de grande porte, minhas empresas são pequenas. E eu sempre disse isso, se vocês querem entrar na eleição em

2016, é interessante que seja um empresário que tenha um nome, uma pessoa com uma história mais longa, que tenha uma experiência um pouco maior do que a minha, e acho que em momento algum deveria sair como cabeça de chapa, deveria ser um vice, tentar ser um vereador ou ser um secretário, pra começar a ter uma história empresarial política, porque quem elege político não é empresário, é povo. **E para o povo, o empresário ainda é um pseudo político**, ou seja, ele traz as mesmas características: é corrupto, é problemático, só quer ganhar dinheiro, enfim. A gente está fazendo uma campanha agora “**Somos todos empresários**”, para valorizar o papel do empresário na sociedade. (ENTREVISTADO 1, 2016. Entrevista à autora, grifo nosso)

No depoimento observa-se uma preocupação em vincular a própria imagem de empresário e da associação a um cenário de corrupção política que ganhava visibilidade pelos meios de comunicação no período em que as entrevistas foram realizadas (2016). No entanto, visualizam uma maior participação futura. A fala do entrevistado indica alguns atributos para um empresário tornar-se candidato, como: estar associado a uma empresa reconhecida, ser renomado no meio econômico e político, e estar disposto a construir uma carreira ao longo do tempo, pleiteando cargos de vice em alguma chapa, ou cargo de vereador ou de secretário. É uma estratégia política de médio prazo para desconstruir a imagem negativa associada ao empresário como “corrupto”, ou de “pseudo-político”, ou ainda, que só está interessado em “ganhar dinheiro”. A campanha “somos todos empresários” visa a desconstrução dessa imagem de empresário/político/corrupto e aposta em momentos futuros mais favoráveis para lançar candidaturas.

Em termos de atuação em processos políticos e eletivos os dados analisados indicam que os empresários vinculados à ACIF possuem maior articulação. Embora não exista unanimidade entre os empresários acerca da participação partidária e disputa de cargos eletivos, constatou-se uma forte tendência dentro da AEMFLO-CDL/SJ para definir uma estratégia que contemple esta ação. Enquanto a CDL/ Fpolis, é a associação que tivemos menos informações nesse sentido, o que não torna possível realizar maiores análises em relação.

5.1.3 Administração de cargos estatais

Neste tópico abordaremos outra forma de relação empresarial com o Estado, ou a sociedade política: a ocupação de cargos administrativos estatais. Pelos dados coletados, da nossa lista de 165 empresários, encontramos 12 deles que assumiram alguma função administrativa do Estado. Quadro abaixo.

Quadro 26 - Participação de cargos públicos de empresários das associações empresariais: ACIF, AEMLO, CDL/Fpolis, CDL/SJ

Integrantes	Cargos no Diretório	Associação empresarial
Bernardo Meyer	PMSJ – Secretarias de Educação, Planejamento e Desenvolv. Econômico	ACIF
Davi Souza	Secretaria de Desenvolv. Regional - SC	AEMFLO
Decio Giacomelli	PMSJ – Secretaria de Desenv. Econômico	AEMFLO
Fatima Caponi	Eletrosul	ACIF
Lucio Cruz	Eletrosul	AEMFLO/ CDL/SJ
Maria Gondran	Secretaria de Estado da Educação – SC	ACIF
Milton Junior	PMF - CMPPJ	ACIF
Neiva Kieling	GPlanGov-SC	ACIF
Odilio Guarezi	PMSJ –Secretaria da Indústria e Comércio	AEMFLO/ CDL/SJ
Otavio Ferrari Filho	TELESC, CELESC	ACIF
Rafael Horn	TRE	CDL/SJ
Rodrigo D. Silva	INSS	AEMFLO, ACIF

Fonte: Dados das associações. Elaboração própria

Observamos que a atuação empresarial em órgãos estatais ocorre basicamente em três grupos: participação em secretarias, municipais e estaduais, empresas do ramo de energia e outros.

Há quatro empresários que possuem vínculos com secretarias da Prefeitura Municipal de São José: Bernardo Meyer⁵⁶ (ACIF 2009-2013) foi diretor de Relações Governamentais na ACIF e posteriormente assumiu a Secretaria da Educação (2013), Secretaria do Planejamento (2014) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2015); Décio Giacomelli foi diretor financeiro e vice-presidente da AEMFLO (2003-2007) em 2008 ocupou a Secretaria do Desenvolvimento Econômico; Odílio Guarezi⁵⁷ foi vice-presidente e presidente por duas gestões da AEMFLO e CDL/SJ (2003-2005/2005-2009) foi Secretário da Indústria e do Comércio de São José em 2004; Rodrigo D. da Silva⁵⁸ foi Diretor de Assuntos Tributários da AEMFLO (2007-2009), Diretor Jurídico e diretor administrativo e secretário da ACIF (2009-2011/2011/2013), assumiu a Procuradoria Geral e Secretaria da Receita do Município de São José em 2009. Em relações anteriores às da participação em associações, este empresário esteve como oficial de gabinete do TRF 4ª Região (Tribunal Regional Federal) de 1990- 2002, e ex-procurador do INSS, de 1996-1998

As conexões com secretarias estaduais: Davi Corrêa de Souza⁵⁹ foi Diretor de Marketing e vice-presidente de prestação de serviços da AEMFLO (2003-2005/2005-2007), diretor de serviços e produtos e Presidente da CDL/SJ (2003-2005/2005-2007) além de Diretor de assuntos mercadológicos da ACIF (2009-2011), participou do Conselho Regional da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional (SDR)⁶⁰; Maria Cecília Gondran⁶¹ foi Coordenadora da Câmara da Mulher e Diretora de Integração da ACIF (2009-2011/2011-2013), foi assessora de imprensa da Secretaria de Educação do Estado; Neiva

⁵⁶ <http://sesconfloripa.org.br/sescon-informa/secretario-bernardo-meyer-visita-sesco-n-gf-e-esclarece-informacoes-sobre-supostos-atendimentos-na-pmsj/>; <http://www.pensarsaojose.com/2013/01/bernardo-meyer-nova-cara-da-educacao-em.html>; <http://www.plamus.com.br/noticia.php?id=50>

⁵⁷ AEMFLO/CDL – SJ, Trajetória de Conquistas, 2009, p. 142.

⁵⁸ ACIF, Balanço de Gestão 2009 – 2011, p. 16;

⁵⁹ ACIF, Balanço de Gestão 2009 – 2011, p. 16.

⁶⁰ Na atual gestão (2017) do Conselho de Desenvolvimento da Secretaria Regional participam mais dois empresários aqui estudados (Tito Alfredo Schmitt, ex-presidente da AEMFLO-CDL/SJ e Alaor Tissot, ex-presidente da ACIF), não estão abordados no quadro por não estarem dentro do período de abrangência do estudo. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, disponível em: <http://www.adrs.sc.gov.br/adrgrandeflorianopolis/conselho-regional/conselheiros>.

⁶¹ ACIF, Balanço de Gestão 2009 – 2011, p. 18.

Kieling⁶² esteve como Coordenadora da Câmara da Mulher e Diretora de Desenvolvimento Empreendedor da ACIF (2007-2009/ 2009-2011), foi assessora de Gabinete de Planejamento do Governo do Estado. Neiva Kieling⁶³ trabalhou ainda no Deinfra como advogada terceirizada.

Milton Barcelos Junior⁶⁴ que também foi Diretor de Assuntos Governamentais da ACIF (2013-2015) assumiu a coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Juventude de Florianópolis, uma coordenadoria com status de Secretaria⁶⁵.

Dentre as relações, há empresas públicas do setor de energia, como Telesc, CELESC e Eletrosul: Lucio Cruz⁶⁶ Diretor de Tecnologia da Informação da AEMFLO (2013-2015) e Fátima Caponi⁶⁷ Coordenadora da Câmara da Mulher da ACIF(2011-2013) foram diretorias da Eletrosul. Otávio Ferrari Filho⁶⁸ foi diretor da Regional de Canasvieiras da ACIF (2005-2009), anteriormente foi chefe de gabinete de planejamento da CELESC de 1971-1975, e diretor técnico da TELESC de 1985-1987. No Sociograma 6 é possível visualizar essas relações.

⁶² ACIF, Balanço de Gestão 2009 – 2011, p. 20.

⁶³ ACIF, Balanço de Gestão 2009 – 2011, p. 20.

⁶⁴ <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=notpagina¬i=536>.

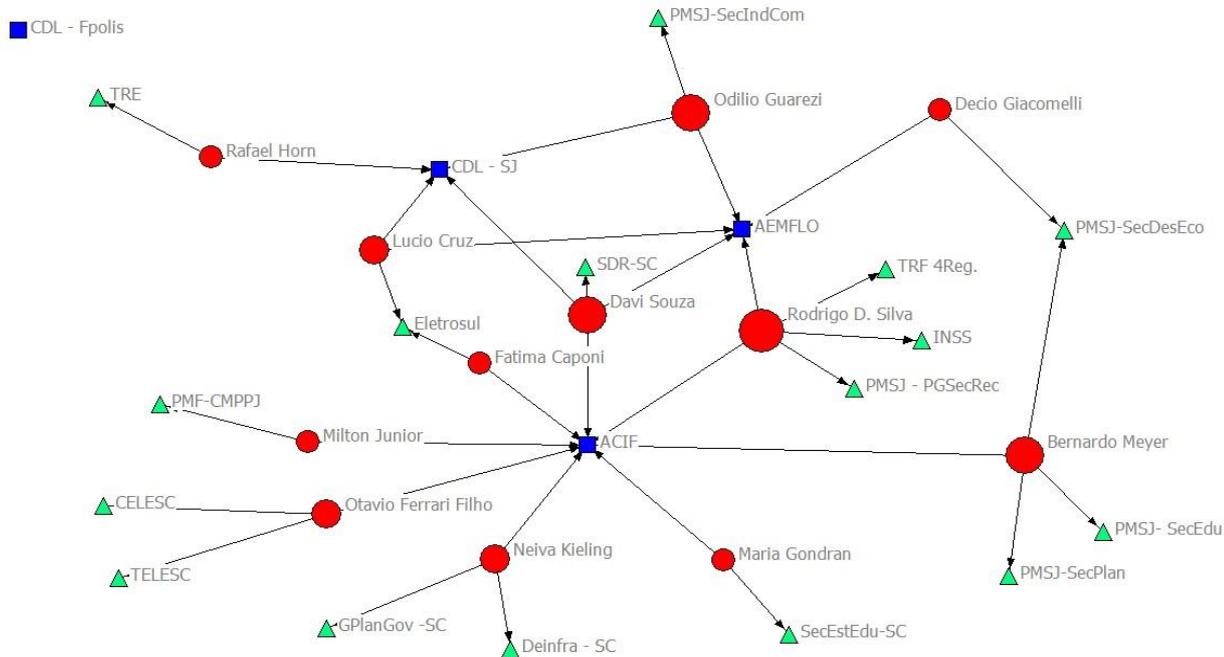
⁶⁵ Vale ressaltar que o mesmo diretor participou do Diretório Municipal do Democratas e, em 2016 foi eleito vereador de Florianópolis pelo partido.

⁶⁶ <https://groups.google.com/forum/#!topic/comunicacaoacifjovem/FIQOqd081bQ>

⁶⁷ <https://www.linkedin.com/in/fatima-caconi-0493a056>

⁶⁸ <https://www.linkedin.com/in/otavioferrarifilho>

Sociograma 6 - Relações diretores associações e cargos administrativos estatais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados das associações, com utilização do programa Ucinet 6 e visualização gráfica NetDraw.

*O tamanho dos nós das associações e das instituições foram reduzidos para tamanho padrão, dando maior destaque aos empresários e suas relações com cargos administrativos estatais.

** Legenda: O quadrado azul representa as associações estudadas; o círculo vermelho os empresários; o triângulo as instituições estatais.

Podemos destacar alguns pontos: a ACIF possui mais diretores ocupando cargos públicos, oito, a AEMFLO cinco e CDL/SJ quatro, e CDL/Fpolis nenhum. Destes, é necessário identificar que três estão participando de mais uma associação: Davi Souza, Rodrigo D. Silva e Odílio Guarezi.

Três mulheres que ocuparam a diretoria da Câmara da Mulher Empresária da ACIF assumiram outros postos junto á órgãos públicos ou empresas públicas, anteriormente ou posterior à participação na ACIF. Outra diretoria de destaque da ACIF é a de Relações Governamentais, onde seu primeiro diretor Bernardo Meyer, após esse vínculo com a associação, assume três secretarias diferentes na Prefeitura e de São José. Seu sucessor na diretoria, Milton Barcelos Junior, teve vínculo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, antes de assumir a direção na ACIF. Estes dados demonstram o grau de permeabilidade que existe desta associação com instituições estatais.

O entrevistado 5, da AEMFLO-CDL/SJ, informa que os empresários da associação recebem frequentes convites para assumir postos administrativos no setor público e revela que ele mesmo já declinou deles várias vezes. “Não é meu objetivo. Nem assessorar político.(...) Não, é que na real, eu venho da indústria, da área empresarial. É difícil, não dá pra você configurar e agregar política com empresário” Segundo ele, “ o empresário tem estratégia, traça planos e cumpre. O político só promete. Não tem como se envolver, não sei. Não tem úlcera que se mantenha” . (ENTREVISTADO 5, 2016. Entrevista à autora)

O entrevistado 1, também da AEMFLO-CDL/SJ, complementa:

Lá atrás, eu também não estava aqui, era associado mas não participava do meio diretivo, no início de 2002, nós tivemos dois secretários de desenvolvimento econômico, que eram diretores da entidade, e até onde eu conheço a história, foi uma relação um pouco traumática. E aí quando o Tito assumiu, assumimos esse compromisso de não nos envolvermos diretamente na gestão pública. Até uma trava que existe da gestão pública em relação a nós é justamente esse receio, ou medo, que a gente se ocupe de espaço deles e seja num momento em seguida, logo um concorrente direto. Eu passei por isso agora duas vezes já, eventos que a Prefeitura evita que a gente esteja, ou que evita que a gente participe. (ENTREVISTADO 1, 2016. Entrevista à autora)

Este depoimento pode trazer algumas elucidações sobre a postura de alguns diretores sobre a participação na gestão pública. Seria necessário aprofundar a pesquisa sobre o “trauma” sofrido, e de que forma este fato pode ter influenciado as gestões seguintes.

O passo seguinte, para observação da articulação política do empresariado, é verificar o financiamento de campanhas eleitorais, tanto por parte dos empresários quanto de suas empresas.

5.1.4 Financiamento de Campanhas eleitorais

O financiamento de campanhas eleitorais constitui-se em mais um elemento de participação de empresas e empresários no processo político e, muitas vezes, cria vínculos de dependência dos políticos eleitos com apoio financeiro de grandes empresários.

Entende-se por financiamento de campanhas eleitorais como “os recursos materiais empregados pelos competidores em eleições populares (partidos e candidatos) para organizar a campanha e convencer os cidadãos a lhes conferirem o voto.” (SPECK, 2006, p. 153).

Nosso sistema de financiamento é do tipo misto: uma parte provém do Estado, que repassa aos partidos; e outra parte do setor privado, que pode ser por meio de pessoa física ou jurídica⁶⁹. A utilização de altos montantes de dinheiro estimula a competitividade política, e traz pontos negativos: pode acarretar distorções provocadas pelo peso dos recursos financeiros, ou a distribuição desigual entre os candidatos, o que acaba encarecendo muito as campanhas eleitorais; a utilização de técnicas modernas de propaganda e comunicação pode levar a maior manipulação do eleitor; a distribuição desigual dos recursos pode trazer um desequilíbrio entre os diversos candidatos, de diferentes ideologias, ou mesmo o abuso de recursos do Estado para financiar partidos governistas; e por último, a dependência dos candidatos eleitos com seus financiadores, que poderá ser expressão em futuras concessões de favores (SPECK, 2006).

Diversos autores (SPECK, 2006; BORGES, 2011; BACKES, VOGEL, 2014; MANCUSO, 2015; MANCUSO, SPECK, 2015) exploram a relação entre corrupção e financiamento privado de campanhas, aspecto que não será abordado em nossa análise, apenas indicaremos como sendo mais um espaço de relação política com a sociedade política.

⁶⁹ Ao menos no que tange o financiamento lícito.

Uma breve nota metodológica da utilização dos dados e fontes pesquisadas: com a lista dos 165 empresários que examinamos neste período de 10 anos, e suas respectivas empresas⁷⁰. Desta lista de empresários, apenas 16 efetivaram doações nas eleições de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014 como pessoa física, e 13 doações por meio das empresas, ou seja, pessoa jurídica.

Identificamos uma grande disparidade de valores doados comparando os dados referentes a empresas e empresários, observado na tabela abaixo.

Tabela 10 - Financiamento Eleitoral: Doações de Empresários (16) e empresas (13) associadas às organizações empresariais ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ, 2004 a 2014, em Reais (R\$)

Eleições	Empresários	%	Empresas	%	Total
2004 *	10.801,27	8,35	118.500,00	91,65	129.301,27
2006	4.700,00	2,29	200.500,00	97,71	205.200,00
2008	24.160,00	4,64	496.549,65	95,36	520.709,65
2010	23.490,00	2,37	966.856,67	97,63	990.346,67
2012	59.920,00	5,79	975.821,02	94,21	1.035.741,02
2014	4.475,00	0,39	1.141.302,97	99,61	1.145.777,97
Total	127.546,27	3,17	3.899.530,31	96,83	4.027.076,58

Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral, apud As Claras, Portal Transparência. Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@index.php>. Elaboração própria.

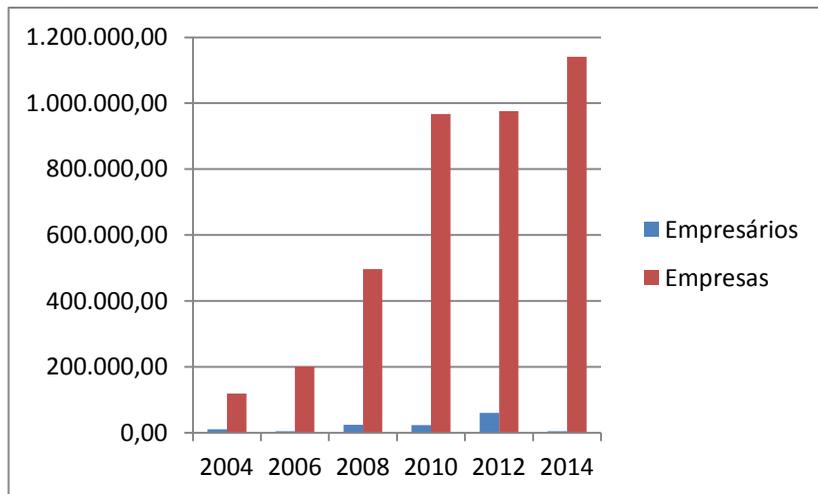
* Eleições municipais em destaque.

O montante geral doado pelo empresariado aqui estudado nas seis eleições é superior a R\$ 4 milhões dos quais 96,8% são recursos doados pelas empresas e apenas 3,1% pelos empresários. É importante diferenciar as eleições municipais das estaduais e federais. Na última eleição municipal 2012, os empresários doaram 5,79% e as empresas 94,21%. Já nas eleições estaduais e federais de 2014, essa diferença

⁷⁰ A informação sobre as empresas foram pesquisadas em diversas fontes: a ACIF repassou alguns dados à autora para o trabalho anterior, de TCC, que foram apenas complementados pelas divulgações da associação; os dados da CDL/Fpolis foram encontrados por meio de divulgações em matérias de jornais e da própria associação em seu portal na internet; e referente à AEMFLO-CDL/SJ encontramos todos os dados na Revista Empresarial, publicação das da AEMFLO e CDL/SJ.

aumenta 0,39% realizado por pessoa física e 99,61% como pessoa jurídica. O gráfico 6 expressa essa diferença.

Gráfico 5 - ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ: financiamento de campanhas eleitorais de empresas e empresários

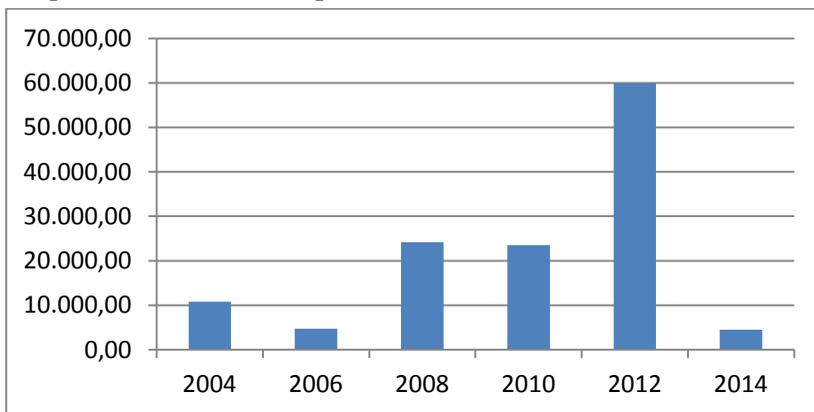


Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral, apud Ás Claras, Portal Transparência. Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@index.php>. Elaboração própria.

Este padrão de doações segue a tendência da política brasileira identificada por Backes e Vogel (2014) segundo a qual a maioria das doações é realizada como pessoa jurídica.

Observando apenas as doações de pessoa física, as eleições municipais de 2004, 2008 e especialmente 2012 são em quantidades maiores que as estaduais e federais, 2006, 2010 e 2014. O ano de 2012 concentra maior montante das doações realizadas pelos empresários, é possível observar a disparidade desse ano em relação aos outros no gráfico 6.

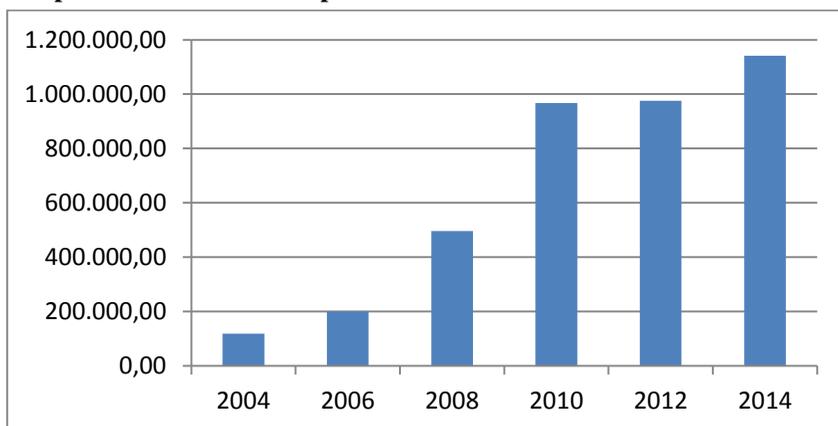
Gráfico 6 - ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ: financiamento de campanhas eleitorais de empresários



Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral, apud Ás Claras, Portal Transparência. Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@index.php>. Elaboração própria.

Quando observamos esse mesmo período, apenas com os valores das empresas, o gráfico modifica-se, especialmente na eleição estadual e federal de 2014.

Gráfico 7 - ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ: financiamento de campanhas eleitorais de empresas



Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral, apud Ás Claras, Portal Transparência. Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@index.php>. Elaboração própria.

O que podemos perceber é um crescimento (em termos nominais) dos valores doados pelas empresas a cada eleição. No caso das eleições municipais, que é um dos focos importantes para a análise, o crescimento foi significativo: R\$128,3 mil em 2004, R\$ 520,7 mil em 2008 e R\$ 1,035 milhão em 2012 (valor praticamente equivalente ao direcionado para a eleição estadual e federal de 2014). Observa-se assim como os processos políticos locais ganharam crescente interesse e participação das empresas. O crescimento também se observa em relação aos pleitos estadual e federal: 200,5 mil, 966,8 mil e 1,141 milhão. Neste caso, o crescimento nominal é menor apenas na eleição de 2014 em relação a 2010.

As doações pessoais dos empresários (16 casos) em termos gerais é relativamente baixa e preferencialmente dirigida aos políticos que disputam o executivo e o legislativo local, e neste caso evoluiu de R\$ 10,8 mil em 2004, para R\$24,1 mil em 2008 e R\$ 59,9 mil em 2012.

Das doações por pessoa física não há nenhum empresário que seja doador fixo de campanha, ou seja, que contribua em todas as eleições, ou na maioria delas. Carlos Gonzaga Aragão (AEMFLO) é quem possui maior regularidade nos financiamentos, como pessoa física, realiza doações em 2008, 2010 e 2012. O maior valor doado por empresário também é dele. Este utiliza ainda suas empresas (Equisul Indústria e Comércio/EQS Engenharia) participando com doações em 2010, 2012 e 2014, somando, como pessoa física e jurídica, 5,13% do montante total doado pelo grupo pesquisado. A maioria dos empresários realizou contribuições pontuais, em apenas uma eleição, seja como pessoa jurídica e principalmente como física.

Cinco empresas se destacam por maior regularidade nas contribuições: Santa Rita e Intelbrás, com doações em todas as eleições consideradas na análise; RF Caminhões em cinco delas; Khronos e Distlé Distribuidora em quatro eleições.

Estas duas últimas são também as campeãs em montante de valores (tabela abaixo) Intelbrás com participação de R\$ 1,79 milhão (44,58 % do total), Santa Rita com R\$ 1,02 milhão de reais (25,4). Em terceiro lugar no ranking está a Khronos com R\$ 472 mil (11,72%), as empresas de Carlos Gonzaga Aragão e sua contribuição como pessoa física somam R\$ 206,5 mil (5,13%) ficando em quarto lugar, em quinto a Tractebel (4,97%), sexto DVA Veículos 164 mil (4,07%).

Tabela 11 - Empresários e Empresas– financiamento de campanha (2004-2014)

Empresário	Empresa	Associação Empresarial	R\$	% do total
Leonês Antonio Mônico	Intelbrás	AEMFLO	1.795.280,31	44,58
Francisco Xavier Lemos	Santa Rita – Com. e Instalações Ltda	AEMFLO/ CDL / SJ	1.203.051,27	25,4
Mariléia B. de Souza/ Roberto Paiva	Khronos	AEMFLO/ CDL /SJ	472.000,00	11,72
Carlos Gonzaga Aragão	Equisul Ind. e Com./ EQS Engenharia	AEMFLO	206.500,00	5,13
Luciano Flávio Andriani	Tractebel Energia S.A.	ACIF	200.000,00	4,97
Ernesto Caponi/ Paulo Toniolo Jr.	DVA Veículos	CDL/Fpolis / CDL/SJ	164.000,00	4,07
TOTAL			4.015.831,58	

FONTE: Dados Tribunal Superior Eleitoral , *apud* Ás Claras, Portal Transparência. Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@index.php>. Elaboração própria.

A tabela permite observar a concentração do financiamento de campanhas eleitorais pois apenas uma empresa (Intelbrás) é responsável por praticamente 45% dos recursos totais doados, que somados à segunda maior doadora (Santa Rita) com 25,4% soma 70,4% do grupo de empresários estudados.

Dado importante a ser observado: as empresas que são as maiores doadoras para financiamento de campanha - Intelbrás, Santa Rita, khronos, Equisul Indústria e Comércio, EQS Engenharia, Tractebel e DVA Veículos - são empresas de porte médio e grande.

As doações para campanhas eleitorais não são realizadas pelas associações e nem por meio delas, mas é interessante observar que as empresas que mais financiam são associadas da AEMFLO e CDL/SJ, dos quais os respectivos empresários participam como diretores, e um empresário da CDL/Fpolis. Mesmo a ACIF tendo mais empresários que realizam doações por meio de pessoa física, quando observamos os valores, essa associação não está no ranking das empresas que mais financiam campanhas eleitorais. Este fato nos dá indícios que estas associações, em especial a AEMFLO e CDL/SJ, que afirmam não participar de processos eleitorais como candidatos, ou que não queiram

se vincular ao Estado ocupando cargos administrativos públicos, podem estar utilizando outros meios de aproximação com o poder público, o financiamento de campanhas políticas.

A ideologia dos partidos é um elemento importante identificado por Mancuso (2015) para o destino dos recursos empresariais em financiamentos de campanha. No quadro abaixo podemos identificar, quais são os principais partidos aos quais se destina os recursos.

Tabela 12 - Doações Por Partido – Empresários e empresas vinculadas à direção das entidades empresariais (ACIF, AEMFLO, CDL/SJ, CDL/Fpolis) - 2004-2014

Partidos	Valores (empresas)	% sobre doação das empresas	% acumulativo	% sobre total das doações (empresários e empresas)(*)
PMDB	1.190.635,00	29,60	29,60	29,57
PSDB	1.093.409,57	27,19	56,79	27,15
PSD	861.321,02	21,42	78,20	21,39
PT	461.759,17	11,48	89,68	11,47
PP	227.032,19	5,64	95,33	5,64
PSB	68.000,00	1,69	97,02	1,69
PTB	50.500,00	1,26	98,28	1,25
PFL/DEM	50.040,00	1,24	99,52	1,24
PDT	11.000,00	0,27	99,79	0,27
PPS	7.700,39	0,19	99,98	0,19
PRB	440,00	0,01	100	0,01
TOTAL GERAL	4.027.076,58	---	---	99,87

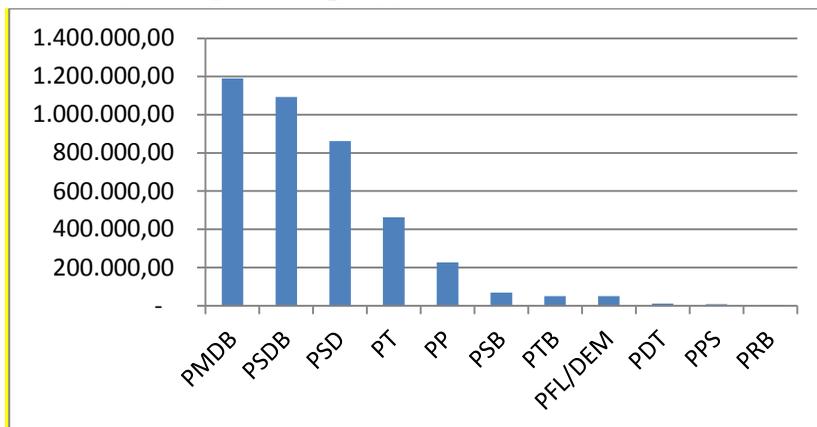
Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral, apud Ás Claras, Portal Transparência.

(*) R\$ 4.040.831,58

Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@index.php>. Elaboração própria.

Estes dados podem ficar mais visíveis no gráfico abaixo.

Gráfico 8 - Doações de campanha por partidos. Empresários e empresas vinculadas à direção das entidades empresariais (ACIF, AEMFLO, CDL/Sj e CDL/Fpolis), 2004 a 2014



Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral, apud Ás Claras, Portal Transparência. Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@index.php>. Elaboração própria.

O PMDB é quem mais absorve as doações realizadas por empresas e empresários deste grupo pesquisado (29,6%) seguido pelo PSDB (27,15%), e somado ao PSD (21,42%) os três partidos concentram 78,2% do total dos valores. Quanto ao PSD é importante considerar que sua criação ocorreu em 2011 e as doações correspondem unicamente à eleição de 2012 e não foram endereçadas a nenhum candidato específico mas ao comitê do partido. Quatro empresas foram as responsáveis por este apoio ao PSD na região: DVA Veículos, Santa Rita, Intelbrás e Khronos.

O PT está em quarto lugar nessa lista, com 11,48% do total de financiamento recebido, como grande partido de esquerda surpreende ter tantas doações, especialmente que é realizado por apenas uma empresa: Intelbrás, com a maior parte nas eleições estaduais e federais de 2010. Maior doação foi para uma deputada federal do Rio Grande Do Sul.

Mancuso (2014) observa que partidos de esquerda possuem menos financiamento empresarial devido às críticas que muitas vezes referem ao sistema capitalista e a defesa de maior intervenção do Estado na economia, bandeiras que são contrárias às do empresariado. Quanto ao PT, explica que:

A literatura sugere que existe associação positiva e significativa entre financiamento eleitoral e pertença do candidato a partidos que compõem a base de apoio do governo no Congresso Nacional (Samuels, 2001; Lemos, Marcelino e Pederiva, 2010; Mezzarana, 2011). A explicação é que os empresários desejam aumentar a proximidade com os partidos governantes, ou então, quando o governo é bem avaliado, desejam maximizar a probabilidade de sucesso do investimento eleitoral (MANCUSO, 2014, p. 8)

Ainda quanto aos dados, observamos que alguns montantes são destinados para financiar campanhas em outras cidades de Santa Catarina (que não sejam Florianópolis e São José, âmbito que as empresas e empresários se inserem), e mesmo de outros estados, como Rio Grande do Sul e São Paulo. Será necessário aprofundar as análises da própria empresa ou empresário que realiza tal doação, observando se há o interesse deste em expandir sua empresa para tais cidades e/ou estados, ou mesmo se já possui alguma empresa nestes locais.

Há uma cúpula empresarial constituída por algumas grandes empresas, que financia campanhas eleitorais e que também participam da direção das associações empresariais, especialmente da AEMFLO e CDL/SJ. Os valores representam o alto custo das campanhas eleitorais brasileiras, gastos com marketing e propaganda, que além de apresentar as propostas dos candidatos, busca inserir uma ideologia, um projeto, e assim podem contribuir para a formação de uma hegemonia de classe.

5.2 Participação em Conselhos e no COMDES - Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis

Os Conselhos Consultivos e Deliberativos são espaços importantes de atuação da sociedade civil, implementados a nível local, estadual e nacional, a partir de transformações importantes com a Constituição de 1988 que propõe novas formas de relação entre Estado e sociedade (ROCHA, 2011). É por meio da mobilização social de diversos setores da sociedade, surgidos no processo de redemocratização da política brasileira que é proposto novas formas de gestão estatal, de forma mais participativa e descentralizada (ROCHA, 2011, p. 172). Os conselhos são espaços de deliberação e controle da coisa pública, podem ser formuladores e promotores de políticas públicas. A composição dos conselhos deve ser por meio de indicação de seus membros, de modo

que este deve refletir o dispositivo constitucional da participação indireta da população, sendo assim, cabe ao governo escolher os representantes do Executivo e a sociedade civil escolher seus representantes em fóruns representativos do segmento respectivo. “A escolha dos representantes da sociedade civil normalmente ocorre entre os organismos ou entidades sociais, ou dos movimentos comunitários, organizados como pessoas jurídicas, com atuação expressiva na defesa dos direitos e de políticas específicas⁷¹”.

As associações empresariais, como expressão da sociedade civil organizada, e pela atuação e inserção que possuem junto às instituições estatais, possuem assentos em diversos conselhos municipais e estaduais. O levantamento realizado constatou que diretores das associações participam em diversos conselhos⁷².

Quadro 24: Entidades empresariais e participação nos Conselhos

Conselhos	Empresários	Entidades empresariais
CONSEG: Conselho Comunitário de Segurança	Clotildes Campregher	ACIF
	Ricardo Campos	CDL/Fpolis
	Marcelo Bohrer	ACIF
CMC- Fpolis: Conselho Municipal de Contribuintes	Denissandro Pereira	ACIF
	Liandra Nobrega	ACIF
	Rodrigo B. Silva	ACIF
	Eduardo Paulo	CDL/Fpolis
CMSB-Fpolis: Conselho Municipal de Saneamento Básico	Dilvo Tirloni	ACIF
	Jane Carvalho	ACIF
	Otavio Ferrari Filho	ACIF
CCF-ESAG	Dilvo Tirloni	ACIF
CCMA-Fpolis: Conselho Municipal	Dilvo Tirloni	ACIF

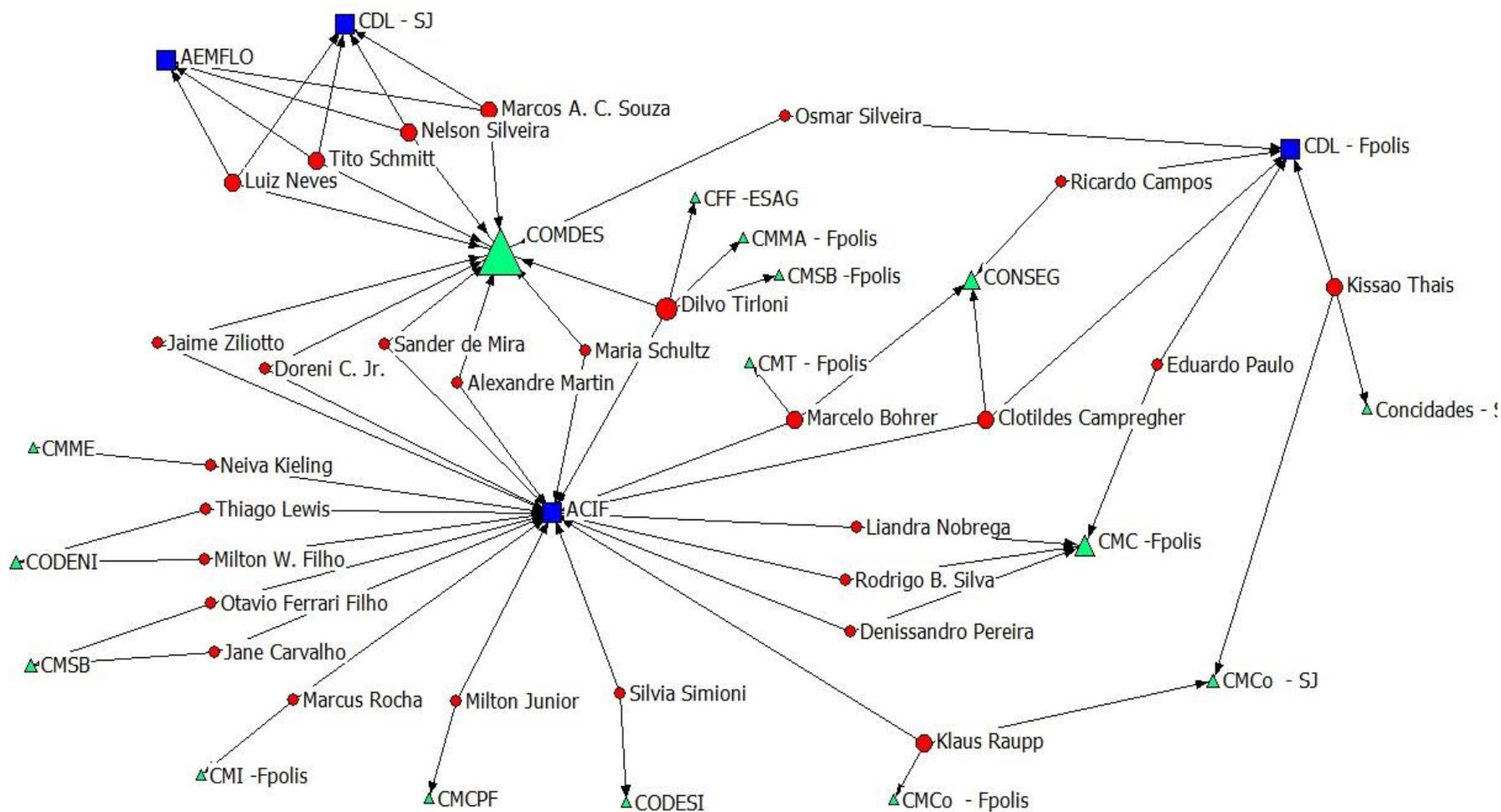
⁷² A pesquisa se deu por dados disponibilizados pela própria associação, ou por meio de publicações na mídia local. Seria necessário realizar a conferência dos nomes junto aos órgãos estatais que possuem conselhos e verificar os dados dos próprios conselhos, pode haver mais empresários que possuem essa participação que não foram elencados nessa pesquisa.

Conselhos	Empresários	Entidades empresariais
do Meio Ambiente		
CMCo-SJ: Conselho Municipal do Consumidor	Kissao Thais	CDL/Fpolis
	Klaus da Silva Raupp	ACIF
CMCO-Fpolis: Conselho Municipal do Comsumidor	Klaus da Silva Raupp	ACIF
Concidades SC: Conselho Estadual de Cidades	Kissao Thais	CDL/Fpolis
CMT-Fpolis: Conselho Municipal de Turismo	Marcelo Bohrer	ACIF
CMI-Fpolis: Conselho Municipal de Inovação	Marcus Rocha	ACIF
CMCPF: Conselho Municipal de Combate a Pirataria de Florianópolis	Milton Junior	ACIF

Fonte: Dados das associações. Elaboração própria

São conselhos estratégicos para os empresários, como de saneamento básico, meio ambiente, do consumidor, segurança, de contribuintes, turismo, de combate a pirataria. Ou seja, são conselhos consultivos, espaços de debate de políticas públicas sobre os temas específicos. É importante observar a expressividade da ACIF e da CDL/Fpolis na participação dos conselhos.

No sociograma 7 podemos verificar essa distribuição de forma gráfica. Além dos conselhos citados no quadro, há o COMDES, Codeni e Codesi (são conselhos de desenvolvimento), que serão analisados em seguida, mas não são consultivos, ou seja, não possuem esse vínculo com o Estado, não são, por isso, menos importantes.

Sociograma 7 - Associações – Relações Conselhos⁷³

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelas associações e pesquisa em portais de notícias local, com utilização do Programa Ucinet 6 e visualização gráfica NetDraw.

* Legenda: O quadrado azul representa as associações estudadas; o círculo vermelho os empresários; o triângulo os conselhos.

⁷³ Para maior confiabilidade dos dados seria interessante observar a real atuação dos empresários em cada conselho, e o período em que cada um representa a associação, mas estes dados nem sempre estão disponíveis nas fontes pesquisadas.

Dentre os diversos diretores e presidentes, o destaque, pela maior centralidade, é Dilvo Tirloni, que concentra maior número de participações: o COMDES; CFF/ESAG - Conselho Fiscal da Fundação ESAG; CMMA/Fpolis - Conselho Municipal do Meio Ambiente (Florianópolis); CMSB /Fpolis - Conselho Municipal de Saneamento Básico (Florianópolis).

A CDL/Fpolis participou em cinco conselhos conforme se indica a seguir: Concidades e CMCo/SJ Conselho Municipal do Consumidor (Kissao Thais), CMC/ Fpolis - Conselho Municipal de Contribuintes (Eduardo Paulo), Conseg- Conselho de Segurança (Ricardo Campos), e o COMDES (Osmar Silveira).

Antes de comentarmos o Conselho Metropolitano, que é central nessa rede, é importante ressaltar o CMC/Fpolis- Conselho Municipal de Contribuintes (Florianópolis) no qual fazem parte um diretor da CDL/Fpolis e três da ACIF. É um conselho importante para o empresariado pois envolve questões que dizem respeito à uma de sua principal bandeira, o objetivo que une, comerciais, industriais e lojistas: os impostos, sua redução, mais especificamente.

O COMDES (Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis), o Codeni (Conselho de Desenvolvimento do Norte da Ilha) e o Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha (Codesi) não são conselhos consultivos, foram criados pelas associações empresariais aqui estudadas.

O Codeni ⁷⁴foi criado em 14 de maio de 2012, formado por 30 entidades a partir de uma iniciativa da ACIF⁷⁵. O presidente do Codeni é também diretor da ACIF. Da mesma forma, criou-se o Codesi em janeiro de 2015, com representantes de associações comunitárias do Sul da Ilha, tendo como presidente uma diretora da ACIF. Estes conselhos não possuem vínculos com as prefeituras, no entanto, como são compostos por representantes de associações comunitárias, exercem influência nos conselhos consultivos que estes possuem cadeia. É, no entanto, mais uma forma de influência política, não apenas junto ao poder público, mas junto às comunidades, nos bairros em que atuam. Faz-se necessário estudos mais aprofundados para observar a atuação destes conselhos de desenvolvimento.

⁷⁴ ACIF, Novidades. Disponível em: Fonte: <http://www.acif.org.br/novidades/diretoria-provisoria-do-codesi/>. Acesso em janeiro de 2017.

⁷⁵ ACIF, Novidades. Disponível em: <http://www.acif.org.br/novidades/codeni-conselho-de-desenvolvimento-do-norte-da-ilha/>. Acesso em janeiro de 2017.

O COMDES é “um fórum de entidades representativas, composto por pessoas jurídicas de direito privado, sem finalidade econômica e sem filiação política, partidária e/ou religiosas e se constitui em um importante campo estratégico de contribuições para o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável.”⁷⁶

CDL/SJ com quatro diretores, e CDL/Fpolis com um empresário. Não encontramos registros quanto ao ano exato de fundação do conselho. O livro histórico da AEMFLO (2009) relata a participação da entidade na criação do que foi nominado na época (1992-1994) de Conselho das Entidades Empresariais da Região Metropolitana de Florianópolis, na qual participavam a ACIF, ACIBID, CDL Palhoça, FIESC, Fecomércio, Sinduscon, Sindilojas, e outras entidades.

Em 2016 o COMDES possuía 37 entidades participantes. No quadro abaixo estão elencadas em seis categorias: associações empresariais, federações patronais, sindicatos, conselhos profissionais de classe e entidades de classe, outras associações.

Quadro 27 - COMDES (Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis) Integrantes

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS	
ABEOC	Associação Brasileira de Empresas de Eventos
AIBIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ACATE	Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
ACIBIG	Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu
ACIF	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
ACIP	Associação Empresarial de Palhoça
ACISAI	Associação Comercial E Industrial De Santo Amaro Da Imperatriz
ACOMAC	Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção da Grande Florianópolis
AEMFLO	Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis

⁷⁶ Fonte: COMDES. Disponível em: <http://www.comdes.com.br/o-comdes.html>. Acesso em janeiro de 2017.

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

CDL/Palhoça	Câmara de Dirigentes Lojistas Palhoça
CDL/Florianópolis	Câmara de Dirigentes Lojistas Florianópolis
CDL/São José	Câmara de Dirigentes Lojistas São José
CDL/Biguaçu	Câmara de Dirigentes Lojistas Biguaçu

FEDERAÇÕES PATRONAIS

Fecomercio	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina
------------	---

SINDICATOS

SENGE	Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina
SESCON	Sindicato de Serviços Contábeis
SHRBS	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis
SINCOVAR	Sindicato Do Comércio Varejista
SINDIMOVEIS	Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina
SINDUSCON	Sindicato da Indústria de Construção Civil
SIMPREMAC	Sindicato das Indústrias de Pré-Moldados e Artefatos de Cimento da Grande Florianópolis

CONSELHOS PROFISSIONAIS DE CLASSE E ENTIDADES PROFISSIONAIS

CAU/SC	Arquitetos e Urbanistas
CRA/SC	Administradores
CRC/SC	Contabilistas
CREA/SC	Engenheiros e Agrônomos
CRECI/SC	Corretores de Imóveis
IAB/SC	Instituto de Arquitetos

CONSELHOS PROFISSIONAIS DE CLASSE E ENTIDADES PROFISSIONAIS	
OAB/SC	Advogados
OUTRAS ASSOCIAÇÕES	
ASBEA/SC	Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura
AURESC (**)	Associação dos Usuários das Rodovias do Estado de Santa Catarina
ACE	Associação Catarinense de Engenheiros
ADECON Jurerê	Associação de moradores de Jurerê
OUTRAS	
CERTI	Fundação Centros de Referencia em Tecnologias Inovadoras
FEAGRO	Feira do Agronegócio
Floripa Convention Beureau	
FloripAmanhã	
Granfpolis	

Fonte: COMDES, Participantes. Disponível em: <http://www.comdes.com.br/participantes.html>. Elaboração própria.

O quadro mostra uma aparente variedade de instituições que compõem o COMDES, mas com olhar mais apurado observamos que a maioria é de associações empresariais, sindicatos patronais, Conselhos e Entidades Profissionais regionais (como ACE, OAB), Federação comercial, e o “outros” são ainda organizações empresariais, como o *Floripa Convention Boureau*, que atende ao setor turístico. E um caso único de uma associação de moradores (Jurerê Internacional, bairro nobre da cidade). São organizações da sociedade civil, em sua maioria de ordem empresarial, patronal, e profissional.

A estrutura do COMDES é composta por uma coordenação geral e grupos de trabalho. A coordenação geral é trocada a cada ano, e já ocuparam tal cargo o presidente da ACIF, da AEMFLO, dentre outros. Em 2016 a coordenadora geral é Sandra Molinaro, da ACIBG - Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu. Os Grupos de Trabalho

são quatro: Mobilidade Urbana, sob coordenação de Roberto Oliveira (ACE), coordenação adjunta Maria Orth (FloripAmanhã); Saneamento e Resíduos com Fabrício Jacques Vieira (ACESA) como coordenador, e Carlos B. Leite (FloripAmanhã) como coordenador adjunto; Governança Metropolitana com Nelson A. Silveira (AEMFLO) coordenador e Alisson Luiz Mikoski (AURESC) e Anita Pires (FloripAmanhã) de coordenadoras adjuntas; Institucional: Miriam Amarante (AURESC) coordenador e Marly Muller adjunta. Pelos grupos de trabalho podemos observar os principais focos de discussão e atuação do COMDES, bem como algumas pessoas que estão envolvidas, e suas respectivas organizações.

Em entrevistas os empresários realçam a importância do COMDES para debate de questões metropolitanas, que seriam fundamentais para o desenvolvimento da cidade. Os entrevistados 1 e 5, da AEMFLO-CDL/SJ apontam ainda alguns projetos que surgiram nessas entidades e foram “emprestadas” para o conselho, por se tratarem de questões da Região Metropolitana, como a instituição da Região Metropolitana de Florianópolis, e obras estruturais como alça de contorno. O entrevistado 5 destaca ainda outra utilidade que do conselho: a circulação de informação.

O COMDES é um agrupamento das associações, hoje conta com mais de 35 associadas, e que se unem pra fazer uma pesquisa, um trabalho em conjunto porque eu, por exemplo, faço parte do GT que é o grupo de trabalho do litoral sul da 101 e da 116, não adianta nós ir pra lá em 35 representantes. Então eu sou o representante do COMDES, e da AEMFLO e da AURESC, que está junto a esse GT, porque lá só tem vaga pra MTT Litoral Sul, Fetrasesc, Auresc. O COMDES por exemplo, ele não tem cadeira, a Auresc tem, como eu sou representante da Auresc eu também represento o COMDES e a AEMFLO lá dentro. **Eu trago toda a informação de lá pra cá**, então essa é a vantagem do COMDES estar reunido, estar trabalhando. E o que o COMDES tem feito, a gente tem pego algumas ideias, algumas cadeiras e tem trabalhado forte em cima. Eu acho que é o caminho. (ENTREVISTADO 5, 2016. Entrevista à autora, grifo nosso)

O Conselho de Desenvolvimento acaba por se tornar um espaço de articulação empresarial, de encontro e troca, e assim possibilidades de mobilização política. Há ainda a participação de políticos, mesmo que estes não sejam bem recebidos por alguns empresários.

É tem um enfoque empresarial, andou se abrindo aí para participação de associações de bairro, com algumas associações comunitárias que tem uma atuação bastante forte, e agora nessa gestão está se discutindo se isso é realmente benéfico (sic). Teve uma reunião agora sexta-feira, começa a se discutir, começa a se levantar a possibilidade de criar uma personalidade jurídica pra esse conselho. De se definir regras mais específicas, exatamente porque se abriu demais, e o que está incomodando diversos membros não é nem a participação de entidades que não são empresariais, mas é a participação mais política. Os políticos se aproximaram, é positivo por um lado, mas se o presidente não tiver pulso firme, as reuniões acabam se tornando extremamente políticas. Que não é o objetivo, e aí as entidades que criaram isso, precisam disso para alcançar as metas, acabam não tendo muita voz e vez. (ENTREVISTA-DO 1, 2016. Entrevista à autora)

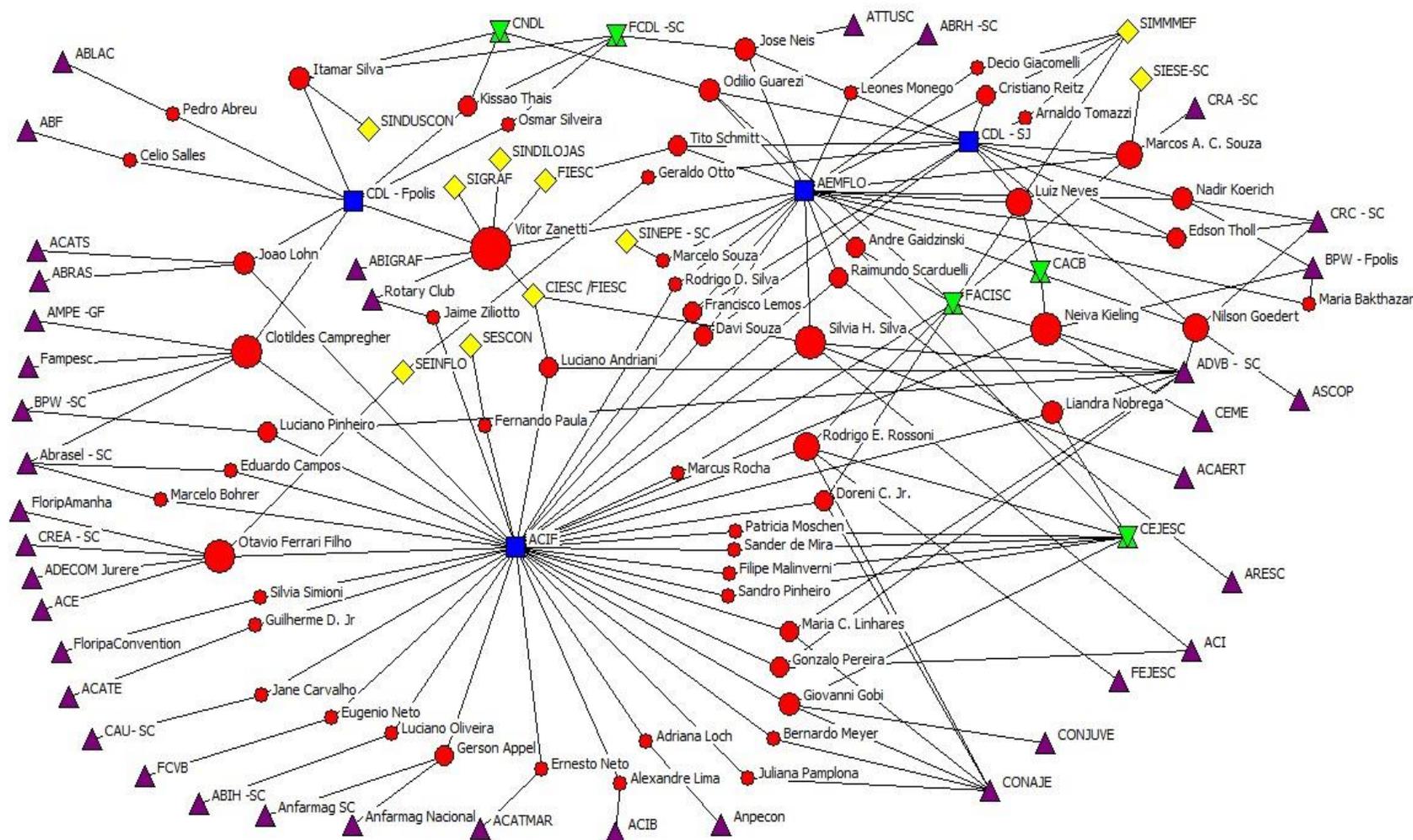
O COMDES, Codenis e Codesi tornaram-se mais um espaço de articulação empresarial e atuação política, como os políticos frequentam as reuniões eles possuem conhecimento dos projetos que são ali discutidos. Além de ser um ambiente de troca de informações, aumentando a rede empresarial.

5.3 Vínculos com outras formas de organizações empresariais

A organização do empresariado brasileiro em associações de classe, sejam elas associativas ou corporativas, é uma preocupação de muitos estudos brasileiros. Autores como Diniz e Boschi (2000) classificam essa representação como dual, entre organizações corporativas e extracorporativas. No entanto, estudos como de Toledo (2009) observam que essa estrutura não é dual e fragmentada como acreditavam muitos autores, e sim complementar. Chega a essa conclusão analisando as diretorias de ambas organizações do empresariado paulista, e encontra interconexões entre elas. Observa ainda (Toledo, 2009), que essa forma de atuação se intensifica nos anos 1990, nos momentos de crise econômica e política brasileira, e de abertura comercial e financeira, afetando diretamente muitos empresários brasileiros.

Os dados coletados sobre o grupo de empresários demonstra que este fato acontece nas associações de classe aqui estudadas. Diversos empresários possuem vínculos com sindicatos de diversos setores. O sociograma abaixo permite a visualização gráfica dessas relações.

Sociograma 8 - Relações diretores e outras organizações empresariais e de classe



Fonte: Elaboração própria a partir de dados das associações, com utilização do programa Ucinet 6 e visualização gráfica NetDraw.

*O tamanho dos nós das associações e das instituições foram reduzidos para tamanho padrão, dando maior destaque aos empresários e suas relações com outras organizações empresariais.

** Legenda: O quadrado azul representa as associações estudadas; o círculo vermelho os empresários; o triângulo as outras organizações empresariais; o losango os sindicatos, dois quadrados invertidos as federações corporativas.

É verificada a participação em oito sindicatos mais a FIESC/CIESC, órgão federativo sindical da indústria catarinense. O diretor Vitor Zanetti participa em dois sindicatos (Sindilojas e Sigraf) além da FIESC e CIESC. O sindicato que chama atenção pelo número de conexões com diretores e presidentes das associações estudadas é o SIMMMEF - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Florianópolis, são eles: Cristiano Reitz, Arnaldo Tomazzi, Décio Giacomelli e Luiz Carlos Furtado Neves, todos da AEMFLO e CDL/SJ. A SEINFLO - Sindicato das Empresas de Informática e Processamento de Dados da Região Metropolitana de Florianópolis tem a participação de Otávio Ferrari Filho (ACIF) e Geraldo Oto (CDL/SJ), o SINDUSCON, sindicato da construção civil participa Itamar Silva (CDL/Fpolis), do SIESE - Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do Estado de Santa Catarina participa Marcos A. C. Souza, presidente da AEMFLO-CDL/SJ, e Fernando Paula vinculado ao SESCON - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Santa Catarina.

Destacamos aqui a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) por ser um importante ator político dos industriais e empresários catarinenses. É uma instituição sindical, na qual estão vinculados Vitor Zanetti (AEMFLO e CDL/Fpolis) foi vice-presidente regional da FIESC e, Tito Alfredo Schmidt (AEMFLO e CDL/SJ) foi membro do Conselho Fiscal 2011-2014, em 2013 tornou-se vice-presidente da regional Sudeste da federação. O Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina, que é uma extensão da FIESC, na qual participam Luciano Andriani (ACIF) que foi diretor administrativo 2011-2013 e, Sílvia H. Silva (ACIF e AEMFLO) foi diretora 1ª secretária na gestão de 2011-2014. Observamos que, com exceção de Luciano Andriani, todos os outros empresários possuem vínculos com a AEMFLO, isso demonstra a aproximação que essa associação busca com a FIESC, descrita em seu livro histórico, como forma de legitimação no meio empresarial e no âmbito estatal.

A participação em federações a confederações das associações empresariais e de lojistas é importante, pois tais entidades representam os empresários a nível estadual e federal, ou seja, são discutidos e deliberados assuntos de âmbito além do local. Não que as associações aqui estudadas não debatam internamente tais assuntos e atuam em relação, mas, geralmente, é por meio destes órgãos que estas bandeiras são vinculadas na sociedade. Os lojistas possuem a FCDL/SC, da qual

participa pela CDL/SJ José Neis, e pela CDL/Fpolis Itamar Silva; KissaoThais; Osmar Silveira. Da Confederação dos lojistas CNDL participa Odílio Guarezi, pela CDL/SJ e Itamar Silva e Kissao Thais pela CDL/Fpolis. Odílio Guarezi, como foi presidente da AEMFLO-CDL/SJ vincula -se ainda a organização corporativa dos empresários comerciais e industriais, a FACISC, bem como Marcos A. C. Souza, ambos da associação de São José, e Doreni Caramori Jr., Rodrigo Rossoni e Marcus Rocha, da ACIF. Da confederação das Associações Empresariais do Brasil-CACB possuem conexão os empresários Luiz Neves (AEMFLO) e Neiva Kieling (ACIF).

As outras associações e organizações empresariais são as de maior número na rede, e das mais diversas. Há instituições como o Rotary Club, a ADVB/SC - Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina e ACATE-Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia e Conselhos de Classe, como a CAU-Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, CRA-Conselho Regional de Administração e CRC-Conselho Regional de Contabilidade, entre outros. A ADVB/SC é a associação que mais possui vínculos com diretores (oito). Observando ainda o sociograma, encontramos diversas organizações de jovens empresários presentes na rede, especialmente os vinculados à ACIF, como a CEJESC, CONAJE, FEJESC e CONJUVE. Tal observação reforça a importância dos jovens empresários nas associações empresariais, já descrito nos capítulos anteriores.

A importância dessas participações seja como diretores ou outros vínculos que conectam as associações (ACIF, AEMFLO, CDL/SJ e CDL/Fpolis) a outras instituições, é a rede criada por cada uma delas, e que se amplia por meio de sindicatos, federações e outras organizações empresariais.

Interpenetração das diretorias ocorre quando uma pessoa está ligada a duas ou mais organizações, engendrando um canal por meio do qual essas organizações podem se comunicar. O que passa por esse canal, é um problema empírico, histórico; o que a interpenetração de diretorias oferece é a possibilidade de que haja estabelecimento de uma relação social qualquer – seja ela de poder, influência, conhecimento, afeto, amizade, parentesco, troca etc. -, o que não significa que ela necessariamente ocorra. Assim, o fenômeno da interpretação de diretorias constitui uma possível estrutura de ação coletiva entre as pessoas e as organizações por ela ligadas, ao mesmo tempo em que gera constrangimentos (estruturais) à ação. (TOLEDO, 2009, p. 31-32)

A interpretação sociológica que podemos fazer dessa rede é de possibilidades apresentadas a esses diretores e essas associações de uma organização que as ultrapassa, por meio de canais de comunicação que podem ser estabelecidos por estes vários atores e instituições da rede. Essa estrutura de ação coletiva pode orientar a atuação do empresariado nesses diversos espaços.

O associativismo empresarial pressupõe “reunião” de pessoas, de grupos e também de organizações por objetivos comuns, por bandeiras que os beneficie, por influência política, pois como destaca o entrevistado 5 (em passagem do capítulo anterior), mesmo que as entidades possam ter conflitos, isso fica para o setor administrativo resolver, enquanto os empresários tomam café juntos.

5.4 Formação

Observar a formação dos sujeitos é muito importante para compreendê-los melhor. Não apresentamos este dado como uma relação estabelecida pelos empresários, visto que o vínculo é de formação, e em períodos, geralmente, anteriores ao de ocupação dos cargos nas associações.

No sociograma podemos observar a quantidade de empresários que possuem nível superior, e as universidades mais procuradas por estes.

O Sociograma 9 demonstra este quadro de forma gráfica, o que permite uma melhor visualização destas relações.

O primeiro elemento que chama atenção é o número de universidades que estão vinculadas aos diretores e presidentes da ACIF, comparada com as outras associações. É necessário relativizar este dado, pois as informações de formação dos empresários nem sempre estão disponíveis na internet, nos sites das entidades. A ACIF apresentou mais subsídios, por meio de relatórios de atividades que encontramos no portal da associação, nos quais estão breves currículos de cada empresário que compõe a diretoria, inclusive sua formação de nível superior, quando essa existia. O maior número de diretores, e dados mais completos sobre eles, reflete nessa rede de dados sobre universidades, que em sua maioria, são relações de formação, ou seja, vínculos de alunos.

A UFSC é a universidade que mais diretores buscam para sua formação, maior universidade pública do estado. Posteriormente, destacam-se a UDESC (também pública), a FVG ,a Univali, e a Unisul. Há uma série de universidades e instituições nas quais apenas um ou dois diretores possuem relação, inclusive algumas universidades estrangeiras: ex-diretor da ACIF Bernardo Meyer que fez mestrado em Administração na *De Paul University*, universidade norte americana; Felipe Marcondes Matos que estudou em *Harvard*; Larissa Kroef estudou na universidade *Pierre Mendes France*; Luciano Moura Pereira estudou na *Cornell University*; Neiva Dreger Kieling na *Northern Virginia Community College -USA*; Thiago Rocha Pereira na *Midlesex College* em administração de empresas, todos eles vinculado à ACIF.

O nível de profissionalização de alguns empresários é visível, pela formação em diversas universidades, ou então com especialização, mestrado e doutorado na mesma ou em outra instituição de ensino superior.

Alguns empresários, ainda, são professores em universidades, conforme quadro abaixo.

Quadro 28 - Membros da Diretoria das entidades empresariais que atuaram em instituições de ensino superior (professores)*

Membros	Organização empresarial	Instituição de ensino superior
Adriana Loch	ACIF	Centro de Educação Superior de Blumenau
Bernardo Meyer	ACIF	Estácio de Sá e UDESC

Membros	Organização empresarial	Instituição de ensino superior
Dilvo Vicente Tirloni	ACIF	UDESC
Eduardo Lucio Campos	ACIF	Centro Universitário de Belo Horizonte
Gonzalo Charler Pereira	ACIF	Unisul e Estácio de Sá
José Luiz da Silva	ACIF	Universidade Vale do Itajaí
Klaus da Silva Raupp	ACIF	PUCPR
Luciano Pereira e Oliveira	ACIF	Faculdade Decisão
Luciano Rossi Pinheiro	ACIF	Univali (Pós-Graduação); e IESDE (ensino a distância)
Marcus José Rocha	ACIF	Estácio de Sá
Maurício Justino	ACIF	IFSC
Otávio Ferrari Filho	ACIF	UFSC (Engenharia de Produção-Prof. Titular); UDESC e Faculdade Joinville
Rodrigo Duarte da Silva	ACIF e AEMFLO	Asselvi e Asselvim e Instituto Catarinense de Pós-Graduação

Fonte: Dados fornecidos pelas associações. Elaboração própria.

Estes dados nos permite observar o grau de especialização e formação de nível superior de grande parte dos empresários aqui estudados, especialmente os da ACIF.

5.5 Mídia e hegemonia

A articulação empresarial em associações de classe têm como pressuposto a organização para defesa de suas demandas e propostas junto ao Poder Público, a outras instituições de classe e a sociedade. Para isso utilizam de diversos meios, alguns apresentados brevemente neste trabalho, como filiação partidária, administração de cargos públicos, participação em conselhos, em sindicatos, em outras organizações de classe, e financiamento de campanhas eleitorais.

O empresariado busca ser uma classe hegemônica, e para isso, necessita da confiança da classe sobre a qual procura exercer a hegemonia, inserindo algumas bandeiras deste grupo, e conseguir apoio aos seus projetos.

Do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e da sua função no mundo da produção. (GRAMSCI, 2000, p. 21)

A função dos empresários no mundo da produção, pelo discurso que estes proferem, é de empregadores, “geradores de renda e desenvolvimento local”, “agentes de progresso”. Trabalham no discurso, na formação desse consenso, na ideia que suas bandeiras são o melhor para a cidade e para a população.

E aí uma entidade, a CDL agrega mais de 4 mil associados ela tem uma representatividade, e que as coisas que aconteçam na cidade venham também para o empresário, porque quando nós discutimos as políticas públicas da cidade, nada mais **nós estamos ajudando o empresário como também a comunidade**. E só vamos ter um empresário forte, um comércio forte se a comunidade também for forte. Então não podemos olhar só para o empresário, temos que olhar também para a comunidade, as coisas da cidade. (ENTREVISTADO 6, 2016. Entrevista à autora, grifo nosso)

Outro argumento de “força” utilizado pelos empresários nas entrevistas é a quantidade de associados que as associações empresariais possuem, apresentam-se como representantes deste número de empresas (todas com mais de 4 mil) o que lhes atribui legitimidade frente ao poder público e à sociedade.

Sim, porque se eu for sozinho reclamar, ir lá falar com o secretário de obras ou com a prefeita, é o empresário que está falando. Agora quando eu vou lá representando uma associação que tem 4.280 e alguns associados, que movimentam a economia desse município. Com uma pesquisa anterior aí, os associados da AEMFLO movimentam mais de 30% da economia do município, gostaríamos aí de chegar a

50%, 70%, estamos aí em torno de 30, 35, a gente tem muita força. (ENTREVISTADO 5, 2016. Entrevista à autora)

Além de apresentar suas bandeiras como sendo “o melhor para a cidade”, procuram trabalhar a imagem que a população possui do empresário. É um jogo de marketing, pois segundo eles, o empresário é visto de forma negativa, então procuram maneiras de tornarem-se atores prestigiados socialmente. Uma forma, bastante difundida mundialmente são o que se intitula de Responsabilidade Social e Ambiental, e para isso, as associações engajam-se em Projetos Sociais. A AEMFLO-CDL/SJ dão cursos profissionalizantes para alunos entre 15 e 18 anos de Ensino Médio, com promessas de que saem empregados. A ACIF possui o Programa de Apoio a Projetos (PAP) que escolhe anualmente algumas entidades sociais e ONGs para auxiliar financeiramente. Além disso, as três associações possuem e difundem projetos referentes ao meio ambiente, a ACIF com o ReÓleo, que realiza a coleta de óleo de cozinha, juntamente com momentos de “Educação ambiental”, trabalhando em escolas e diversos espaços para difundir ideias de preservação do meio ambiente. A AEMFLO-CDL/SJ possui um projeto semelhante, também com óleo de cozinha. Não temos informações precisas se a CDL/Fpolis também realiza projetos desse tipo.

Com a proposta de melhorar a imagem do empresário na sociedade, de reforçar as associações, despertar nos associados o sentimento de “pertencimento”, a ACIF e AEMFLO desenvolvem campanhas publicitárias. O entrevistado 3, da ACIF, diz que realizou o “#merepresenta” uma forma de divulgação da associação via redes sociais. Já o entrevistado 1, da AEMFLO-CDL/SJ, destaca que estão realizando a campanha “Somos Todos Empresários” “que é para valorizar quem gera emprego e renda” (ENTREVISTADO 1, 2016. Entrevista à autora).

A formação da hegemonia passa pela “opinião pública”, pelo “senso comum”, pois precisa do “consentimento” da população, que é construído também pelo discurso.

Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e de persuasão das opiniões de poucos, das minorias ativas, das elites, das vanguardas, etc., isto é, sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta. Isto quer dizer que não é verdade que o peso das opiniões de cada um seja “exatamente” igual. As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um

centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade. (GRAMSCI, 2000, p.54)

O discurso é produzido, contém ideologia que o sustenta, e mantém a hegemonia da classe dominante. Não sabemos em que medida as associações podem ter o papel de centros de formação de ideias e/ou difusores delas. Mas foi possível observar que boa parte do empresariado, em especial da ACIF têm bases de formação superior, em universidades brasileiras e de outros países. E posições políticas e ideológicas bem definidas. O entrevistado 3, da ACIF, assume que sua atuação é pela visão de Estado mínimo, e maior poder das instituições econômicas.

Esse discurso precisa ser difundido, fazer parte do senso comum, e é nesse sentido que as associações assumem a estratégia de divulgação por meio das mídias, dos meios de comunicação. Para isso, cada associação possui seus próprios meios, como o site; revistas: a ACIF possui a Líder Capital, que até a gestão de Doreni Caramori Junior (2009 -2013) era mensal, e posteriormente passa a ser semestral; a AEMFLO-CDL/SJ é responsável pela revista Empresarial com tiragem trimestral. Além disso, valem-se também das redes sociais, como as campanhas “#merepresenta”, e “Somos Todos Empresários” citados acima, e também das mídias tradicionais, como TV, rádio e jornais locais.

Sim, tivemos a mobilização, principalmente dos meios de comunicação já da associação, como a CBN, jornais e nos colocamos a disposição da imprensa pra dar entrevista diariamente, tanto o presidente, como eu, como outros vice-presidentes, duas, três, quatro vezes por dia batendo na tecla... tem um outro projeto que a gente tem trabalhado forte, eu mesmo tenho trabalhado desde 2010, até antes já, é a alça de contorno né. Essa semana eu ainda dei entrevista pra RBS, e depois da minha entrevista, a Arteris, que é do litoral sul veio aqui fazer uma reunião com o Diário Catarinense e prometer que a entrega da alça de contorno é pra 2019. Só que eles estão falando pra quem não tem ouvido, não conhece nada. Em 2019 não vai ter 20% pronto. Essa é minha visão, tanto que na entrevista na RBS eu falei que possivelmente acabe o contrato para o litoral sul, com a EMPP, que vai terminar em 2032 e a alça de contorno não esteja pronto. Isso daqui a 16 anos. (ENTREVISTADO 5, 2016. Entrevista à autora)

Este trecho da entrevista é um demonstrativo da inserção que estes atores possuem nas mídias como TV, rádio e jornais locais, utilizando esses espaços para inserir suas bandeiras e projetos, cobrar o Poder Público e postularem-se como atores políticos que buscam o desenvolvimento da cidade.

5.6 Considerações

Pelos dados apresentados nesse capítulo foi possível observar a organização política que os empresários possuem, por meio de filiação partidária, participação de processos eleitorais municipais, financiamento de campanhas e ocupação de cargos públicos, como secretarias municipais e estaduais.

As associações tornam-se espaços de troca de informação, com empresários de diversos setores, participando de sindicatos e outras instituições de representação de classe e políticos.

Pela rede de relações dos empresários, observamos que diversos destes participam de partidos políticos, outras associações, federações, universidades, como professores, secretarias e outras. Essas relações sociais dos empresários pode ser utilizada para formar opiniões, articulação política, restringir ou estimular ações.

São quatro associações de representação da classe empresarial de Florianópolis e São José, com relações de conflito e atuações conjuntas, dependendo do momento e contexto político e histórico.

O COMDES representa uma articulação mais ampla, da Região Metropolitana de Florianópolis, a cristalização em uma instituição destes diversos atores, não apenas os empresários, mas outros setores da sociedade civil, como profissionais liberais e organização de moradores de um bairro nobre de Florianópolis. Ou seja, é uma estrutura que permite articulação hegemônica dos diversos agentes envolvidos, numa organização da classe empresarial local, em torno de seu projeto político, e atuação junto ao Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa considerou quatro organizações que representam os interesses dos empresários da capital do Estado e do município de São José, buscando analisar e comparar a estrutura organizativa, a composição diretiva de cada entidade e especialmente a participação delas nos processos políticos, considerando aspectos como a vinculação partidária, o financiamento eleitoral, a participação na estrutura de governo municipal e estadual.

O empresariado foi considerado como um ator político, organizado em associações para alcançar seus objetivos políticos e econômicos, que busca garantir sua condição de existência na reprodução e expansão de seu capital. Mas isto ocorre dentro de condições específicas, em âmbito regional, envolvendo empresas de diferentes ramos e setores da economia, de diversos tamanhos e inserções no mercado (desde o local até o internacional). Inserimos assim, nossa pesquisa, dentro da necessidade das ciências sociais em ampliar o conhecimento sobre a dinâmica da organização e atuação empresarial considerando sua diversidade, suas diferenças e semelhanças e sua luta por construir sua hegemonia nos espaços sociais e políticos nos quais estão inseridos.

Nesta análise não deixamos de reconhecer, como sugere Gramsci, as características próprias que o empresariado possui, pois precisa manter relações com seus empregados, seus fornecedores e agentes políticos, assim, ele já está numa escala superior de articulação política. E observações de autores como Offe e Wiesenthal que afirmam a dependência do Estado que é criada em relação ao empresário é garantida pela possibilidade deste se negar a investir em determinado local, criando assim uma assimetria em relação ao Estado. O discurso do empresariado é, em grande medida, pautado nesse ponto, pois eles se intitulam o setor produtivo da sociedade, o que produz emprego e renda. Utiliza-se dos meios de comunicação para divulgação de suas bandeiras e valores, pautando o bem estar da sociedade em denominadores econômicos, que precisam estar em crescimento constante. Dessa forma, cria-se uma vinculação muito próxima da sociedade civil empresarial e da sociedade política, uma relação assimétrica que não é criada pelas associações, mas é explorada por elas.

As associações empresariais pesquisadas possuem uma série de semelhanças, mas também diferenças em relação à estrutura

organizativa, característica dos associados e especialmente em relação as formas de articulação política, na visão sobre a política partidária e da relação entre as associações empresariais e o Estado.

A ACIF, AEMFLO, CDL/Fpolis e CDL/SJ são associações que se assemelham pela quantidade de empresas associadas, aproximadamente quatro mil cada uma delas, com a especificidade da AEMFLO e CDL/SJ que “compartilham” seus associados. Como a maioria das empresas de Florianópolis e São José está constituída de micro e pequenas empresas, os associados também o são, em sua maioria. Na estrutura de organização interna, as diferentes diretorias seguem definições estatutárias mas também se alteram de acordo com os objetivos de cada gestão e presidente, pois mesmo que alguns cargos são definidos por estatuto, a maioria dos cargos de direção é criada a partir do foco que o presidente apresenta para aquela gestão.

Os núcleos criados nas entidades empresariais são semelhantes: formados por tipo de atividade econômica, por identidade geracional (Jovem Empresário) ou de gênero (Mulher Empresária – com exceção da CDL/Florianópolis que não possui este núcleo). Observamos que este modelo de estruturação por núcleos segue a orientação do Empreender, um programa da FACISC. Nesse sentido, é perceptível o caráter corporativo das associações, das hierarquias apresentadas e dos modelos implementados. Da mesma forma os serviços disponibilizados. Mas o que então os diferencia?

Um primeiro aspecto importante a ser considerado é que a AEMFLO e CDL/São José - ao contrário das entidades localizadas no município de Florianópolis -estabeleceram uma articulação estrutural e diretiva, que se manifestou em uma estrutura conjunta e direção em grande parte compartilhada. Assim, no primeiro caso, um grande número de empresas estava associado nas duas entidades e os cargos diretivos foram ocupados simultaneamente por um mesmo empresário. Os sociogramas apresentados permitiram visualizar bem esta diferença.

Um segundo aspecto a considerar se refere ao grau de rotatividade no comando das entidades. Por um lado, há uma semelhança quanto a existência de um grupo de empresários que ao longo no período considerado ocupou cargos na direção em várias gestões (três ou mais) em uma mesma entidade (uma pesquisa específica sobre este núcleo de líderes empresariais poderia contribuir para ampliar o entendimento da dinâmica da representação de classe do empresário na região). Mas este fenômeno ganha uma expressão de centralização de comando maior nas entidades sediadas em São José, pois um mesmo

conjunto de empresários ocupa cargos em várias gestões de ambas entidades.

A disputa pela representação territorial (entre AEMFLO e a ACIF) pode ser considerada como um outro ponto a considerar nesta dimensão comparativa. Há um “acordo de cavalheiros”, uma disputa entre as associações que se torna mais evidente em alguns momentos, e se manifesta em algumas falas, e as vezes se apresenta apenas como empresários que querem o “melhor para a cidade”. Apesar de que alguns empresários quando questionados nas entrevistas sobre esta “disputa territorial” considerarem tratar-se de algo do passado e que atualmente “tomam café juntos”, foi possível perceber nas entrelinhas algo dessa disputa, especialmente quando levado ao campo político.

A análise da filiação partidária dos membros da direção das quatro associações empresariais (165 empresários) revelou semelhanças e diferenças. Constatou-se que em todas elas há empresários filiados. No entanto, a vinculação dos empresários que comandam a ACIF destaca-se em relação às demais pelo número de filiados em diferente partidos, mas com predomínio do Democratas (DEM), especialmente vinculados ao Diretório Municipal do Partido em Florianópolis. A maior inserção no processo político de empresários da associação se deu por meio deste partido.

Em termos gerais, embora os empresários da região considerem fundamental a participação política, o que podemos concluir a partir dos dados, observações em debates e entrevistas realizadas, é que a participação por meio de vínculo partidário não é consensual dentro das entidades empresariais. Na ACIF, por exemplo, em que pese a grande “partidarização” da direção em algumas gestões, a associação se manifesta como apartidária e preocupada em manter o diálogo com todos os partidos. Para alguns empresários, o vínculo partidário específico, em algumas circunstâncias, pode ser prejudicial no relacionamento da entidade com o meio político.

Na AEMFLO e na CDL/SJ, observamos que em seu material histórico, fazem diversas referências à articulação política do empresário e da necessidade de ter candidatos e da “colaboração” que os empresários realizam junto aos políticos e ao Estado. E não se descarta a possibilidade de que candidatos a elas vinculados possam disputar as próximas eleições. No entanto, alguns membros diretivos são críticos aos políticos e enfatizam formas de articulação política não partidária. Nesta perspectiva considera-se que a associação empresarial garante maior legitimidade se não tiver vínculos partidários.

Aparentemente parece existir esta tensão entre a necessidade de intervenção na disputa eleitoral e a utilização da filiação partidária para tal, enquanto exercício de cargos de direção nas entidades.

Nesta análise há também um dado conjuntural importante a ser considerado. A avaliação que os empresários entrevistados fizeram sobre o contexto político local e especialmente nacional, com uma crise política e de representação instaurada, a imagem de políticos e empresários vinculados a escândalos de corrupção, avaliam que não é o momento de lançarem candidatos. No entanto, a campanha “somos todos empresários” vislumbra mudar essa imagem, e por meio das mídias sociais, inserindo essa ideia no senso comum, procuram construir um ambiente mais favorável para os empresários.

A análise da relação dos empresários com o processo político levou em consideração também o financiamento de campanhas eleitorais, inclusive como uma dimensão da relação sociedade civil e sociedade política. O alto custo dos pleitos eletivos no Brasil favorece um desequilíbrio entre os candidatos, visto que empresas tendem a doar para partidos que são mais próximos do empresariado, que defendem suas bandeiras e as transformam em políticas públicas.

O levantamento que considerou 165 empresários e suas respectivas empresas, constatou que o empresário canaliza suas doações por meio da empresa muito mais que por contribuição individual (naturalmente limitou-se a considerar o que é formalmente declarado e registrado) e registrou que seis empresas são responsáveis pelo maior volume de doações (96% do montante de mais de R\$ 4 milhões investidos em campanhas políticas municipais, estaduais e federais, de 2004 a 2014). Ou seja, o financiamento é altamente concentrado em poucas empresas, de porte médio e grande, vinculadas especialmente a AEMFLO e CDL/SJ. É necessário uma pesquisa mais aprofundada para saber em que medida essas doações realizadas por empresários e empresas vinculadas a AEMFLO, CDL/SJ e em menor medida, à ACIF, podem trazer vantagens às associações e sua vinculação ao poder público. Ou seja, em que medida esses vínculos podem ser capitalizados pelas associações.

Outra dimensão da participação política do empresariado foi identificada a partir da participação em Conselhos Consultivos tanto em âmbito municipal como estadual e esta foi uma forma de inserção especialmente identificada na atuação política da ACIF, pois possui cadeira em diversos conselhos estratégicos.

Ao mesmo tempo, empresários da ACIF e AEMFLO comandaram em diferentes momentos Secretarias municipais e diversos entre-

vistados afirmaram que constantemente recebem convites para assumir secretarias ou cargos do poder público. Assumir a presidência ou diretoria de uma destas associações de classe garante uma posição de destaque e possibilidades de galgar outros cargos, seja nas associações como FACISC e FCDL, ou no poder público. A colaboração neste campo também se realiza de maneira informal, por meio dos vínculos e interações dos dirigentes empresariais com as autoridades públicas.

Este conjunto de interações estabelece uma rede de relações entre os empresários que comandam as entidades de classe e os políticos e autoridades locais, potencializando as associações como *locus* de organização política, de trocas de informações e aproximam os empresários dos políticos, visto que a visita deles às entidades é uma constante.

As associações possuem, assim, diversas formas espaços de organização política, de permeabilidade com o Estado. São associações que possuem diferenças, disputas, representam interesses comuns mas também diversificados. No entanto, percebe-se que há uma busca por hegemonia. Em determinados momentos, sentem a necessidade da articulação conjunta, e é nesses esforços que criam novos espaços e relações. Nesse sentido que compreendemos a formação do COMDES, que surge como um espaço de articulação mais amplo entre as associações empresariais da grande Florianópolis (incluindo as estudadas) e outras organizações da sociedade civil, portanto que garanta maior legitimidade, para promover um projeto de desenvolvimento para região sob hegemonia da perspectiva empresarial. Assim, transforma-se em um espaço que reúne elementos para articulação política e hegemônica dos empresários.

Por meios destes diversos aspectos estudados, podemos ter uma noção dos alcances e limites da articulação política que o empresariado, de uma forma mais geral, possui na região Metropolitana de Florianópolis. Apesar de suas especificidades, as diversas associações empresariais articulam-se e atuam politicamente, buscando representar e garantir seus interesses e construir uma hegemonia local, a partir de valores e demandas específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIF - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. **Balço de Gestão 2009- 2011**. Florianópolis

ACIF - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. **Balço de Gestão 2009- 2013**. Florianópolis

ACIF - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. **Balço de Gestão 2015**. Florianópolis

AEMFLO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. **Trajetória de Conquistas**, 25 anos AEMFLO/CDL-SJ. São José. 2009.

AGUIAR, Itamar. **As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina**: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições. 1991. (Dissertação) Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

BACKES, Ana.VOGEL, Luis. **Financiamento de campanhas**: problemas do modelo atual e opções legislativas para enfrenta-los. Câmara dos Deputados. Brasília, 2014.

BIANCHI, Álvaro. Empresários e ação coletiva: notas para enfoque relacional do associativismo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 117-130, jun. 2007a.

_____. Estrátégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. **Cadernos CEMARX**. 2007b.

_____. **O Ministério dos Industriais**. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, nas crises das décadas 1980 e 1990. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Polítca. Campinas. 2004.

_____. **Um ministério dos industriais**: a Federação das industriais de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: UNICAMP. 2010.

BOITO JR, Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p.57-74, jun. 2007.

BORGATTI, S.P.; EVERETT, M.G. e FREEMAN, L.C.. Ucinet for Windows: **Software for Social Network Analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BORGES, Thomaz. **As modalidades de Financiamento Eleitoral e o Financiamento de Campanhas Eleitorais no Brasil**. 2011. Disponível em: http://www.uni7setembro.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v_encontro/asmodalidadesdefinanciamentoeleitoral.pdf>

BRESSER, Luiz. DINIZ, Eli. Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político. **Novos Estudos**. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos ; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estud.** - CEBRAP. n.84, p. 83-99, 2009.

CADONÁ, Marco André. **A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990**. 386 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2009.

CAMACHO, Daniel. Movimento sociais: algumas discussões conceituais. In WARREN, Krische (org). **Uma revolução no Cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. Editora Brasiliense, 1987.

CÂNDIDO, Carolina; CÀRIO, Silvio; SILVA, Henrique. Heterogeneidade estrutural da indústria do Estado de Santa Catarina: algumas evidências empíricas. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.15, n.1, p.89-121, jan./jun.2012.

DIAS, Rodolfo. Bom Jessop e a abordagem relaciona-estratégica. **Cadernos CEMARX**. Unicamp. 2009.

DIAS, Taisa. **Governança Pública: uma concepção teórico-analítica aplicada no governo do Estado de Santa Catarina a partir da implantação das Secretarias de Desenvolvimento Regional**. Florianópolis, 2012. 353 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

DINIZ, Eli. **A Difícil Rota do Desenvolvimento, Empresários e a Agenda Pós-Neoliberal**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ/UCAM. 2007.

_____. Desenvolvimento e Estado Desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. V.21, n° 47. 2013.

_____. Empresariado Industrial, Representação de Interesses e Ação Política: trajetória histórica e novas configurações. **Política e Sociedade**, Florianópolis. v. 9, n. 17. p. 101- 139, 2010.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Brasil: Um Novo Empresariado? Balanço de tendências recentes. In: Diniz, Eli (org). **Empresários e Modernização econômica**: Brasil anos 90. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

_____. Brevíssimas anotações conceituais sobre “Elites orgânicas”. In: **A Internacional Capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo. 1987. p. 21- 31.

_____. **Empresários, interesses e mercado**: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2004.

DREIFUSS, René Armand. A elite orgânica: recrutamento, estrutura e organização para ação. In: **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes. 1981. p.161- 227.

_____. Brevíssimas anotações conceituais sobre “Elites orgânicas”. In: **A Internacional Capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo. 1987. p. 21- 31.

FIESC- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em dados 2015**. Florianópolis. v. 25, p. 01-192. 2015.

FILIPPIN, Elaine. ABRUCIO, Fernando. Quando Descentralizar é Concentrar Poder: o Papel do Governo Estadual na Experiência Catarinense. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 2, 2010.

GINI, Sergio. A ação empresarial e desenvolvimento econômico local: mobilização e estratégias políticas em Maringá (Pr). In: **VII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**. Florianópolis, 2010.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 504p.

_____. O Planejamento Estadual em Santa Catarina, de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 627-660, jun. 2005.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Lei Complementar Nº 523**, 17 de dezembro de 2010. p. 1. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/fnem/arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Regi%C3%B5es%20Metropolitanas/arquivos/lc%20523_2010_santa%20catarina.pdf>, pesquisado em 12 de julho de 2015.

GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para o grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do Cárcere**, V2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b, p. 13-53

GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere**, V3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a, p. 11-109.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

JESSOP, Bob. A Globalização e o Estado Nacional. **Crítica Marxista**. 1998.

_____. Estratégias de acumulação, formas estatais e projetos hegemônicos. **Revista Idéias**. Ano 14, (1/2). 2007.

_____. O Estado, o Poder, o Socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista Sociologia Política**. Curitiba. v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.

KRÜTZMANN, Vanessa. MASSUQUETTI, Angélica. SILVEIRA, Eduarda. O Desenvolvimento Socioeconômico de Santa Catarina e das SDRs Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville (1991-2010). **Revista NECAT**. Florianópolis. ano 2, nº4 Jul-Dez de 2013.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Política e interesses na industrialização brasileira**: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Reestruturação Industrial em Santa Catarina**: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Editora UFSC. 2000.

MANCUSO, Wagner Pralon. *O Lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo*. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. Vº47, nº3. 2004. P. 505 – 547.

_____. O empresário como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 131-156, jun. 2007.

_____. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**. v. 23, n. 54, p. 155-183, jun. 2015.

_____. O Empresariado e o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil. **IX Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**. Niterói. Universidade Federal Fluminense. 2014.

MANCUSO, Wagner. SPECK, Bruno. Financiamento Empresarial na eleição para deputado Federal (2002-2010): determinantes e consequências. **Teoria e Sociedade**, nº 23, 2015.

MANFROI, Carlo. LAVRATTI, Ana. **Somos Centenários**. Florianópolis: Story studio. 2015

MARMITT, Rogeli L. **Articulação corporativa e política do empresariado catarinense**: um estudo de caso da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MARQUES, Eduardo C. Redes Sociais e Institucionais na Construção do Estado da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 14, nº 41. 1999.

MATTEI, Lauro; RODOLFO, Fabiano; TEIXEIRA, Felipe. Economia Catarinense: crescimento com desigualdades de concentração regional e setorial. **Revista NECAT**. Florianópolis. ano 1, nº 1, p. 8-17, Jan-Jun de 2012.

MINELLA, Ary Cesar. A luta pela Reforma Bancária no Brasil. In: **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo Ltda. 1988. p. 9- 81

MINELLA, Ary Cesar. Análise de Redes Sociais, classes sociais e marxismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, vol. 28, nº 83, outubro de 2013. P. 185 – 242. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v28n83/12.pdf>>.

MOREIRA, Davi Cordeiro; MANCUSO, Wagner Pralon. Empresariado, Política e Desenvolvimento no Brasil: balanço da literatura recente. In: **VII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**. Florianópolis, 2010.

OFFE, Claus. WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

PORTELLI, Hughes. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142p.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975.

PROCHNOV, Norberto de Jesus. **Panorama do sistema de representação de interesses do empresariado, na micro-região de Florianópolis**: enfoque da organização e das demandas (1985-1995). 1996. 215f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. *Revista Sociologia*. Política, Curitiba, v. 19, n. 38, fev. 2011.

SAES, Décio. **República do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2001

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. Curitiba: Editora UFPR, 1992, p. 98.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p. 49- 87, 1998.

SEBRAE. **Cartilha do Empreendedor**. Florianópolis.2009. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F896176A3D895B71832575510075D2DB/\\$File/NT0003DCB6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F896176A3D895B71832575510075D2DB/$File/NT0003DCB6.pdf), pesquisado em 13 de julho de 2015.

SEBRAE. Coletânea de Informações socioeconômicas de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

SEBRAE. **Santa Catarina em números: Florianópolis**. 2010. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Florianopolis.pdf>, pesquisado em 13 de julho de 2015.

SEBRAE. **Santa Catarina em números: Macrorregião da Grande Florianópolis**. 2013a. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Macrorregiao%20-%20Grande%20Florianopolis.pdf>, pesquisado em 13 de julho de 2015.

SEBRAE. **Santa Catarina em números: São José**. 2013b. Disponível em: https://atendimento.sebrae-sc.com.br/projetos/portal_sebrae-sc/uploads/pdfs-municipios/relatorio-municipal-sao-jose.pdf, pesquisado em 13 de julho de 2015.

SILVA, Valdir Alvim. **Poder político e políticas públicas**: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – Uma história de dominação de classe. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. 1996.

SPECK, Bruno. O Financiamento de Campanhas Eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo, ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TEIXEIRA, Rodrigo; PINTO, Eduardo. A Economia Política dos Governos FHC, Lula e Dilma: dinâmica financeira, bloco no poder e desenvolvimento. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas. V.1. 2012.

THEIS, Ivo, *Et al.* O cavalo de Troia e sua barriga verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.120, p.33-50, jan./jun. 2011.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987

TOLEDO, Demétrio. **FIESP**: as redes empresariais da elite industrial de São Paulo 1992 – 2004. São Paulo: Editora Papagaio. 2009.

APÊNDICES

Quadro 29 - ACIF - Participação na Diretoria - Cargo ocupado e grau de participação (número de gestões) – 2005-2015

Empresário/gestão/cargo ocupado	2005/ 2007	2007/ 2009	2009/ 2011	2011/ 2013	2013/ 2015	Total de Gestões
Adriana Maria Loch				DTE	DTE	2
Alexandre Bastos M. Lima					DMS	1
Alexandre Bryan Martin					DMU	1
André Porto Prade				DAL		1
Andrea Pereira Druck					DTur	1
Bernardo Meyer			DRG	DRG		2
Clotildes F. Campregher			DIE	DIE		2
Cristiane Martins Reitz				DirPat.	DirPat.	2
Daniel de Oliveira Silva			DMS			1
Davi Correa de Souza			DAM			1
Davi Hasse	2ºDir-Fin.	2ºDir-Fin.				2
Denissandro Perera					DAT	1
Dilvo Vicente Tirloni	Presid.	Presid.				2
Doreni Caramori Jr.	1º V-Pres.	1º V-Pres.	Presid.	Presid.		4
Eduardo Lucio Campos			DGR-Lag			1
Ernesto O. São Thiago Neto			DTur	DTur		2

Empresário/gestão/cargo ocupado	2005/ 2007	2007/ 2009	2009/ 2011	2011/ 2013	2013/ 2015	Total de Gestões
Eugenio David Cordeiro Neto					DEP	1
Fátima Adriano Caponi				CCM		1
Felipe Marcondes de Mattos				DAE		1
Felipe X. de Melo Malinverni					DAL	1
Fernanda de Souza Luchi					CCM	1
Fernando Augusto Ferreira Rossa					DGR-Lag	1
Fernando R. T. F. de Paula	DirJur	DirJur				2
Francisco Nagel de Campos					DGR-Ingl	1
Gabriel Mazzolli Damiani				DGR-Lag		1
Gerson Appel			CCN		DGR-Cen	2
Giovanni Guerra Gobbi	DAM	DAM	2ºDir-Fin.			3
Gonzalo Charlier Pereira					DirCom	1
Guido Ademar G. Dellagnelo				DTI		1
Guilherme D. Ferla Junior					DA&S	1
Igor Loreno Domit Empinotti					2ºDir-Fin.	1
Jaime Luiz Ziliotto	DGR-Cont	DGR-Cont	1ºDir-Fin.	1ºDir-Fin.		4
Jane Pilotto M. de Carvalho			DMA	DMA	DMA	3
João Batista Argenta			DGR-Sul			1

Empresário/gestão/cargo ocupado	2005/ 2007	2007/ 2009	2009/ 2011	2011/ 2013	2013/ 2015	Total de Gestões
João Batista Rodrigues	DEP	DEP				2
Jose Luiz da Silva			DGR-Cont	2ºDir-Fin.		2
Juan Alberto Navarrete Garcia	DGR-Lag	DGR-Lag				2
Juliana Pamplona	DirCom	DirCom	DirCom	DirCom		4
Juliano Richter Pires	DA&S	DA&S	DA&S	1º V-Pres.	1º V-Pres.	5
Júlio Cesar Trindade Ferreira	DGR-Sul	DGR-Sul		DGR-Sul		3
Klaus da Silva Raupp			DAI	DAI	DAI	3
Larissa Lerch Kroeff					CAJ	1
Liandra Nazário				CAJ		1
Lindamar Rocha Couver	CCM					1
Luciano Flávio Andriani					2º V-Pres.	1
Luciano Moura P. e Oliveira	DGR-Ingl	DGR-Ingl				2
Luciano Rossi Pinheiro			DTE	DAM	1ºDir-Fin.	3
Luiz Antonio F. de Moura				CPreO	CPreO	2
Luiz Carlos Sempre Bom	1ºDir-Fin.	1ºDir-Fin.	DirPat.		DUnim	4
Luiz Cesar Costa					DGR-Can	1
Luiz Marca			CPreO			1

Empresário/gestão/cargo ocupado	2005/ 2007	2007/ 2009	2009/ 2011	2011/ 2013	2013/ 2015	Total de Gestões
Marcelo Bohrer de Almeida					DAM	1
Marcelo Guaraldi Bohrer			DGR-Ingl	DAO	DPE	3
Marcelo Peres da Silva					DGR-Cont	1
Marcus José Rocha					DTI	1
Maria Carolina J. de Linhares	DTE	DTE	2º V-Pres.			3
Maria Cecília A.M. Gondran			CCM	DInt		2
Maria Teresa C. Duhá Schultz					DInt	1
Maurício Justino				DGR-Cont		1
Milton D. Barcelos Junior					DRG	1
Milton Weber Filho				DGR-Can	DAO	2
Neiva Suzete Dreger Kieling		CCM	DDE			2
Otávio Ferrari Filho	DGR-Can	DGR-Can				2
PatriciaMoschen				DAS	DAS	2
Pedro Rodrigues Rita	DirPat.					1
Pyter Bruno						1
Rodrigo Berthier da Silva				DirJur	DirJur	2
Rodrigo Duarte da Silva			DirJur	DA&S		2
Rodrigo Estrázulas Rossoni	CCN	CCN	DAO	DRE	DRE	5

Empresário/gestão/cargo ocupado	2005/ 2007	2007/ 2009	2009/ 2011	2011/ 2013	2013/ 2015	Total de Gestões
Rogério Bravo	DAO	DAO				2
Sanderlúcio Fabiano de Mira			DEP	DEP	Presid.	3
Sandro Yuri Pinheiro	CAJ	CAJ	DPE			3
Sérgio Ricardo B. Casalecchi					DMD	1
Sílvia Hoepcke da Silva			1º V-Pres.	2º V-Pres.		2
Sílvia Simioni					DGR-Sul	1
Silvio Rogerio de Souza			DGR-Can			1
Sizenando Alves de Carvalho					CCN	1
Thiago Francisco Lewis				DGR-Ingl		1
Thiago Lazzari Freitas				CPreC	CPreC	2
Thiago Rocha Pereira			CAJ			1

Fonte: Documentos da ACIF. Elaboração própria.

LEGENDA: **Presid.:** Presidente; **1º Dir-Fin.:** Primeiro Diretor Financeiro. **2º Dir-Fin.:** Segundo Diretor Financeiro; **1º V-Pres.:** Primeiro Vice-Presidente. **2º V-Pres.:** Segundo Vice-Presidente; **CAJ:** Coordenador da ACIF Jovem; **CCM:** Coordenadora da Câmara da Mulher; **CCN:** Coordenador do Conselho de Núcleos. ; **CPreC:** Coordenador do Programa Reciclatec. ; **CPreO:** Coordenador do Programa ReÓleo.; **DA&S:** Diretor Administrativo e Secretário; **DAE:** Diretor de Assuntos Econômicos; **DAI:** Diretor de Assuntos Internacionais; **DAL:** Diretor de Assuntos Legislativos; **DAM:** Diretor de Assuntos Mercadológicos; **DAO:** Diretor de Assuntos Organizacionais; **DAS:** Diretor de Assuntos Sociais; **DAT:** Diretor de Assuntos Tributários; **DDE:** Diretor de Desenvolvimento Empreendedor; **DEP:** Diretor de Eventos Promocionais; **DGR-Can:** Diretor Geral Regional de Canasvieiras; **DGR-Cen:** Diretor Geral Regional do Centro; **DGR-Cont:** Diretor Geral Regional do Continente; **DGR-Ingl:** Diretor Geral Regional dos Ingleses; **DGR-Lag:**

Diretor Geral Regional da Lagoa da Conceição; **DGR-Sul:** Diretor Geral Regional do Sul; **DIE:** Diretor de Intercâmbio Empresarial; **DInt:** Diretor de Integração; **DirCom:** Diretor de Comunicação; **DirJur:** Diretor Jurídico; **DirPat.:** Diretor de Patrimônio; **DMA:** Diretor de Meio Ambiente; **DMD:** Diretor de Mídias Digitais; **DMS:** Diretor de Marketing e Soluções; **DMU:** Diretor de Mobilidade Urbana; **DPE:** Diretor de Projetos Especiais; **DRE:** Diretor de Relações com os Empresários; **DRG:** Diretor de Relações Governamentais; **DTE:** Diretor de Treinamento Empresarial; **DTI:** Diretor de Tecnologia e Inovação; **DTur:** Diretor de Turismo; **DUnim:** Diretor da Unimed.

Quadro 30 - CDL/ Fpolis – Diretoria 2004 a 2014

Empresários	2004-2006	2006-2008	2008-2010	2010-2012	2013	2014	Total de Gestões
Afonso dos Santos	DAPol	DAE					2
Alceu Zilli Tasca			DPatr.	DPatr.			2
Álvaro de Campos Lobo Neto	DAE	DDesenv.					2
Célio Philipe Salles					DAE	DAE	2
Cláudio Luiz Stringhini	D-Secr.			DRP&E	DRP&E	DRP&E	4
Diego Almir Coelho			DRP&E				1
Eduardo Luiz Collaço Paulo		DPatr.					1
Ernesto Caponi				DTF	DTF	DTF	3
GioioSenatoreFedrizzi					DPatr.	DPatr.	2
Itamar José da Silva			DAE			DInst	2
Itamar Oneide Cavalli	V-Pres.	Presid.					2
João Batista Lohn				V-Pres.	Presid.		2
Kissao Ávaro Thais	Presid.	DAPP	DAPP				3
Laerte Alves de Andrade	DTF	DTF	DTF				3
LidomarAntonioBison				DAE	D-Secr.		2
Luciano Aurélio Wink	DRP&E						1

Marco Aurélio dos Santos		DRP&E	DSPC&S	DSPC&S	DSPC&S	DSPC&S	5
Nilton José Cardoso		D-Secr.	V-Pres.	DDesenv.			3
Osmar Silveira	DSPC&S	DSPC&S	Presid.	DAPP	DAPP	DAPP	6
Pedro Paulo de Abreu	DAPub	V-Pres.	D-Secr.	Presid.	DDesenv.	V-Pres.	6
Ricardo Campos						DDesenv.	1
Ronaldo Furtado Koerich	DMark	DMark	DMark	DMark	DMark	DMark	6
Sara Toscan Camargo			DDesenv.	D-Secr.	V-Pres.	Presid.	4
Vitor Mario Zanetti	DPatr.						1

Fonte: Enviado pela associação via e-mail da autora

LEGENDA: **Presid.:** Presidente; **V-Pres.:** Vice-Presidente; **DAE:** Diretor de Assuntos Econômicos; **DAPol:** Diretor de Assuntos Políticos; **DAPP:** Diretor de Assuntos Públicos e Políticos; **DAPub:** Diretor de Assuntos Públicos; **DDesenv.:** Diretor de Desenvolvimento; **DInst:** Diretor Institucional; **DMark:** Diretor de Marketing; **DPatr.:** Diretor de Patrimônio; **DRP&E:** Diretor de Relações Públicas e Eventos; **D-Secr.:** Diretor Secretário; **DSPC&S:** Diretor do SPC e Serviços; **DTF:** Diretor Tesoureiro/Financeiro.

Quadro 31 - AEMFLO – Cargos Diretorias, de 2003 a 2015

Empresários	2003-2007	2005-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2013-2015	Total de Gestões
Ademar Nienkotter	DAG						1
Alexandre Padilha		DCNSE					1
Amauri José Ribeiro Zobot				DEv			1
André Gaidzinski				DCNSE			1
Antenor C. Kuhnen		DME					1
Carlos Eduardo Lino			DCM				1
Carlos Gonzaga Aragão		DAG	DVPI				2
Davi Correa de Souza	DSPC	VPPAS					2
Décio Giacomelli	VPPAS	VPA					2
Edgar Martins						DIAP	1
Edson Luiz Tholl					DAFT		1
Ewerton Luis Alves					DTI	DUAKob	2
Francisco Carlos Silva	DVPF						1
Francisco Xavier Lemos	DVPP						1
Genésio Hoffman	DSPS			VPRI	DVPP		3
Gilberto João Rech						VPA	1
Idelfonso Wolowski Junior	DME	DSPS					2
José Ademar Basso	DRT						1

Empresários	2003-2007	2005-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2013-2015	Total de Gestões
José Carlos da Silva			DRPOL				1
José Marciel Neis		DCDS					1
Judas Tadeu Baldessar			DVPP	DVPP			2
Leonês Antonio Mônimo			VPA				1
Luciano Duarte Peres			DJUR				1
Lucio Flávio da Cruz						DTI	1
Luiz Carlos Furtado Neves	Presid.		DES				2
Marcelo Batista de Souza			DME				1
Marcelo Bingolin	DSC	DVPP	VPPAS	VPAS			4
Marcos Antonio Cardoso de Souza				VPRI&F	VPRI&F	Presid.	3
Maria Helena Bakthazar		DDCE	DDCE	DDCE			3
Monique Santos Pires					DME		1
Nadir T. Koerich		DVPF	DVPF	DVPF	DVPF	DVPF	5
Nelson Antonio Silveira				DIAP	DIAP	DVPP	3
Nilson José Goedert				VPA	VPA		2
Odílio Guarezi	VPA	Presid.	Presid.				3
Rafael Kretzer Althoff					DES		1
Raimundo Scarduelli		DCDE					1
Ricardo Fernandes		DSC					1
Roberto Paiva		DSPC					1

Empresários	2003-2007	2005-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2013-2015	Total de Gestões
Rodrigo Duarte da Silva			DAFT				1
Rodrigo Schmitt						DCNSE	1
Sérgio Murilo da Silva		DCDT	DCDT				2
Tito Alfredo Schmitt				Presid.	Presid.		2
Toni da Silva			DEv				1
Vanessa Casarotto de Souza Jahnel						DAFT	1
Victor Alexandre de Souza				DCM	VPPAS	DCM	3
Vinício Fornasari	DIAP	DIAP					2
Zamir Pedro Pereira			DSPS	VPPAS	DSPS	VPPAS	4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da AEMFLO.

LEGENDA: **Presid.:** Presidente; **DAFT:** Diretor de Assuntos (fiscais e 2013) Tributários; **DAG:** Diretor de Assuntos Governamentais; **DCDE:** Diretor da Comissão de Desenvolvimento Econômico; **DCDS:** Diretor de da Comissão de Desenvolvimento Social; **DCDT:** Diretor da Comissão de Desenvolvimento Tecnológico (+ C); **DCM:** Diretor de comunicação (e marketing 2013); **DCNSE:** Diretor do Conselho de Núcleos Setoriais (empresariais 2013); **DDCE:** Diretor de (Desenvolvimento e) Capacitação Empresarial; **DES:** Diretor de Expansão (Setorial); **DEv:** Diretor de eventos; **DIAP:** Diretor da Indústria (e articulação política 2011); **DJur:** Diretor Jurídico; **DME:** Diretor de Marketing (e eventos); **DRPol:** Diretor de Relações Políticas; **DRT:** Diretor de Relações Trabalhistas; **DSC:** Diretor do Setor do Comércio; **DSPC:** Diretor do SPC; **DSPS:** Diretor Setor de Prestação de Serviços; **DTI:** Diretor de Tecnologia da Informação; **DUAKob:** Diretor da Unidade Avançada Kobrasol; **DVPF:** Diretor/ vice-presidente financeiro; **DVPI:** Vice-presidente institucional; **DVPP:** Diretor/ vice-presidente patrimônio; **VPA:** Vice-presidente administrativo; **VPAS:** Vice-presidente de Assistência e Serviços; **VPPAS:** Vice-presidente prestação (de assistência e) serviços; **VPRI:** Vice-presidente de Relações institucionais; **VPRI&F:** Vice-presidente de Relações institucionais (e vice-presidente de finanças).

Quadro 32 - CDL/SJ-Diretorias, cargos, de 2003 a 2015

Empresários	2003- 2005	2005- 2007	2007- 2009	2009- 2011	2011- 2013	2013- 2015	TOTAL
Amauri Zobot			DES	DES			2
Antenor Kuhnen	VPI						1
Arnaldo Domingos Tomazzi		DSec					1
Carlos Eduardo Lino		DCM	DCM				2
Cintia Dilene Pieri			DCE	DCE			2
Cristiano Reitz		DCDE					1
Davi Correa de Souza	DSP	Pres.					2
Edson Luiz Tholl					DAFT		1
Ewerton Luis Alves					DTII		1
Fabrcio Barni			DEC				1
Fernando Nienkotter					DEC		1
Francisco Carlos da Silva	DAF		VPP				2
Francisco Xavier Lemos		VPI					1
Genésio Hoffmann			VPA	VPI			2
Geraldo Otto						VPA	1
José Carlos de Souza						VPAS	1
José Maciel Neis			VPI	DEC			2
Judas Tadeu Baldessar				VPP			1

Empresários	2003-2005	2005-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2013-2015	TOTAL
Lúcio Fávio da Cruz						DTII	1
Luiz Carlos Furtado Neves	V-Pres.						1
Marcos Antônio Cardoso de Soyza					VPI	Pres.	2
Marcos Vidal Lohn		DSP					1
Mariléia B. de Souza		DSPC					1
Monique Santos Pires					DCM	DCM	2
Nadir T. Koerich		DAF	VPF	VPF		VPF	4
Nilson José Goedert				VPA	VPA		2
Odílio Guarezi	Pres.	DRP	Pres.				3
Paulo César de Abreu	DSPC						1
Paulo Toniolo Júnior		DME	DME				2
Rafael de Assis Horn		DCJ					1
Rafael Kretzer Althoff						DCS	1
Renato Hadlich			DCJ				1
Ricardo Fernandes	DME						1
Roberto Carmes					DCVar	DRS	2
Roberto Paiva		DSPC	VPAS	VPAS			3
Samuel Moreira					DCE		1

Empresários	2003-2005	2005-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2013-2015	TOTAL
Sérgio Murilo da Silva			DTII			VPP	2
Tito Alfredo Schmitt				Pres.	Pres.		2
Toni Silva		DCEv					1
Vanessa Casarotto de Souza Jahnel						DAFT	1
Victor Alexandre de Souza				DME	VPP	VPI	3
Vilmar Spudeit	DCDE						1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CDL/SJ

LEGENDA: **Pres.:** Presidente; **DAF:** Diretor Administrativo e Financeiro; **DAFT:** Diretor de Assuntos Fiscais e Tributários; **DCDE:** Diretor da Comissão de Desenvolvimento Econômico; **DCE:** Diretor de Capacitação Empresarial; **DCEv:** Diretor da Comissão de Eventos; **DCJ:** Diretor da Comissão Jurídica; **DCM:** Diretor da Comunicação (e Marketing); **DCS:** Diretor de Comércio e Serviços; **DCVar:** Diretoria Comércio Varejista; **DEC:** Diretor de Expansão do Comércio; **DES:** Diretor De Eventos Sociais; **DME:** Diretor de Marketing/ e Eventos; **DRP:** Diretor de Relações Públicas; **DRS:** Diretor de relacionamento sindical; **DSec:** Diretor Secretário; **DSP:** Diretor de Serviços/ e Produtos; **DSPC:** Diretor do SPC; **DTII:** Diretor de Tecnologia da Informação e Inovação. ; **VPA:** Vice-Presidente da Administração; **VPAS:** Vice-Presidente de Assistência e Serviços; **VPF:** Vice-Presidente de Finanças; **VPI:** Vice-Presidente Institucional; **VPP:** Vice-Presidente de Patrimônio; **V-Pres.:** Vice-Presidente.